

# PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO:

DEBATES CONTEMPORÂNEOS



Adalberto Vilela  
Alessandro Alves  
Andriele da Silva Panosso  
Douglas Orestes Franzen  
(Organizadores)

  
EDITORA  
SCHREIBEN

**Adalberto Vilela**  
**Alessandro Alves**  
**Andriele da Silva Panosso**  
**Douglas Orestes Franzen**  
(Organizadores)

**PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO:  
DEBATES CONTEMPORÂNEOS**



2021

© Dos organizadores - 2021

**Editoração:** Schreiben

**Capa:** Cleber Noronha - CN Studio

**Imagem da capa:** Centro Histórico Germânico Itapiranga. Foto: Leandro Mayer

**Revisão:** Rui Bender

**Diagramação:** Schreiben

**Conselho Editorial** (Editora Schreiben):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)

Dr. Airton Spies (EPAGRI)

Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)

Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)

Dr. Enio Luiz Spaniol (UDESC)

Dr. Glen Goodman (Arizona State University)

Dr. Guido Lenz (UFRGS)

Dr. Leandro Hahn (UNIARP)

Dra. Marciane Kessler (UFPEl)

Dr. Odair Neitzel (UFFS)

Dr. Wanilton Dudek (UNIUV)

Editora Schreiben

Linha Cordilheira - SC-163

89896-000 Itapiranga/SC

Tel: (49) 3678 7254

editoraschreiben@gmail.com

www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P314 Patrimônio arquitetônico: debates contemporâneos. / Organizadores: Adalberto Vilela, Alessandro Alves, Andriele da Silva Panosso, Douglas Orestes Franzen. — Itapiranga : Schreiben, 2021.  
276 p. : il. ; e-book

E-book no formato PDF.

EISBN: 978-65-993519-2-1

DOI: 10.29327/529678

1. Arquitetura - patrimônio. 2. Patrimônio histórico. 3. Patrimônio cultural. I. Título. II. Vilela, Adalberto. III. Alves, Alessandro. IV. Panosso, Andriele da Silva. V. Franzen, Douglas Orestes.

CDU 72:719

Bibliotecária responsável Kátia Rosi Possobon CRB10/1782

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	6
<i>Danielle Faccin</i>	
O PATRIMÔNIO CULTURAL DO TEMPO PRESENTE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS MEMÓRIAS SENSÍVEIS .....	10
<i>Yan Graco Dantas Cafezeiro</i>	
PARA ALÉM DA PEDRA E CAL: GESTÃO E DEGRADAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO EM UMA “CIDADE-MONUMENTO” .....	25
<i>Érica Andrade Modesto</i> <i>Fernando José Ferreira Aguiar</i>	
NEOENXAIMEL – PSEUDOENXAIMEL E ENXAIMEL (ATUAL) .....	44
<i>Angelina Wittmann</i>	
“PRESERVAÇÃO NÃO, PROGRESSO SIM”: A DESAPARIÇÃO PROPOSITAL DO PATRIMÔNIO EM POTÊNCIA NAS SUCESSIVAS LEGISLAÇÕES URBANÍSTICAS NO MAR GROSSO EM LAGUNA/SC.....	57
<i>Danielle Rocha Benício</i> <i>Claudione Fernandes de Medeiros</i> <i>Juliana Atamanczuk de Oliveira</i> <i>Marco Antônio Garcia Gava</i>	
MORFOLOGIA URBANA: A CONFIGURAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NO REPARTO TERRAZAS DE VISTA ALEGRE, SANTIAGO DE CUBA .....	83
<i>Wilson Ribeiro dos Santos Junior</i> <i>Anderson Dias de Almeida Proença</i>	
EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS NO NÚCLEO CENTRAL URBANO DE CHAPECÓ, SC .....	99
<i>Andriele da Silva Panosso</i> <i>Ketllyn Eger Fell</i>	
A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM FERRARA/ITÁLIA: LIÇÕES DE LEGISLAÇÃO E GESTÃO DO CENTRO FORTEMENTE	

HISTORICIZADO FERRARESE .....	120
<i>Danielle Rocha Benício</i>	
<i>Eduardo Venske</i>	
<i>Lia Cristina Moraes</i>	
A CAPELA SÃO CRISTÓVÃO DE FORMOSA DO SUL/SC: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA, ARQUITETÔNICA E PATRIMONIAL .....	144
<i>João Paulo Lucchetta Pompermaier</i>	
PALACETE DOS ARTISTAS: REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO HISTÓRICO E REDEFINIÇÃO DO HABITAR DOMÉSTICO .....	160
<i>Felipe Anitelli</i>	
CASAS SERTANEJAS: AUTENTICIDADE DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E CULTURAL NORDESTINO .....	183
<i>Mariana Santos da Trindade</i>	
<i>Fernando José Ferreira Aguiar</i>	
<i>Fernando Antônio Santos de Souza</i>	
O CASARÃO DA FAMÍLIA RAMOS: UM EXEMPLAR PATRIMONIAL AINDA PRESENTE NA PAISAGEM DE FLORIANÓPOLIS/SC .....	194
<i>Jacinta Milanez Gislon</i>	
<i>Alexandra Olga Khalil de Abreu</i>	
<i>Isabela Soares Oliveira dos Santos</i>	
<i>Mirelle Ventura Botelho</i>	
<i>Giovanna Tanferri</i>	
<i>Gabriela Raupp de Sá</i>	
<i>Letícia Wachholz Coan</i>	
O ANTIGO CASARÃO RAMOS: UMA PROPOSTA DE REABILITAÇÃO PATRIMONIAL A PARTIR DO DIÁLOGO ENTRE VELHO E NOVO .....	213
<i>Jacinta Milanez Gislon</i>	
<i>Giovanna Tanferri</i>	
<i>Gabriela Raupp de Sá</i>	
<i>Letícia Wachholz Coan</i>	
<i>Alexandra Olga Khalil de Abreu</i>	
<i>Isabela Soares Oliveira dos Santos</i>	
<i>Mirelle Ventura Botelho</i>	

CONSTRUÇÃO DE UMA IGREJA ENXAIMEL: DEBATES SOBRE  
PATRIMÔNIO NO CENTRO HISTÓRICO VILA GERMÂNICA.....233

*Douglas Orestes Franzen*

*Simone Eidt*

PROPOSTA DE UM CENTRO CULTURAL NA EDIFICAÇÃO DA  
MADEIREIRA REDENTORA EM DESCANSO/SC .....255

*Alessandro Alves*

*Camila Antonia Gabiatti*

*Claudine Machado Badalotti*

## APRESENTAÇÃO

A temática do patrimônio arquitetônico suscita debates com os mais diversos enfoques, uma vez que há uma grande variedade de questões relacionadas. Dentro deste tema podemos tratar, por exemplo, da documentação e da história de bens materiais, do estudo e do registro de técnicas construtivas tradicionais, de teorias e práticas de conservação e/ou restauração, de intervenções contemporâneas em edificações ou sítios históricos, dos processos de valoração e preservação patrimonial, da elaboração e implementação de políticas públicas, da normatização de áreas acauteladas, do fomento ao turismo cultural, das estratégias de educação patrimonial, entre tantas outras possibilidades. Nesse sentido, os textos que fazem parte deste livro darão ao leitor uma pequena amostra da amplitude que acabamos de salientar, trazendo estudos e discussões atuais acerca do tema. Os artigos que seguem apresentam casos brasileiros e estrangeiros, de distintas escalas e contextos, todos importantes enquanto referências para pensar, de forma crítica, a questão do patrimônio arquitetônico na contemporaneidade.

Como ponto comum em todos os debates sobre a temática patrimonial, embora nem sempre explícita, está a questão da memória. A memória é uma construção coletiva, uma vez que, por mais que as lembranças pareçam ser individuais, elas são sempre rememoradas em referência para com o outro. Assim, enquanto coletividade, construímos memórias muitas vezes sem termos vivenciado os feitos a que dizem respeito e as acessamos por meio das experiências compartilhadas, que sempre têm correspondência com um contexto espacial. Sendo o espaço uma realidade que dura, ele garante referências estáveis no ato de rememorar e, portanto, podemos afirmar que as lembranças estão vinculadas com a vida material dos homens. Os bens arquitetônicos, por sua vez, constituem uma materialidade perene que possibilita aos seres humanos aceder à noção de unidade, de coerência e de continuidade, moldando a memória de um grupo e, por consequência, constituindo parte de sua identidade. Todas estas ideias são intrínsecas ao conceito de patrimônio cultural.

Deste modo, a ideia de patrimônio cultural enquanto um bem ou conjunto de bens que perpassa o tempo e é representativo de um ou mais grupos sociais, nos conduz a outra questão: a de que a memória coletiva é construída entre tensões e conflitos, entre disputas de poder entre os diferentes setores da sociedade. Assim, não é a qualquer bem arquitetônico que vai ser conferido o *status* de patrimônio.

Há uma seleção (não neutra, diga-se de passagem), entre o que se escolhe preservar e o que se elege esquecer, determinando os traços de uma dita “memória oficial” frente a tantas outras memórias possíveis.

No Brasil, a questão da afirmação de uma identidade nacional está presente desde o processo de independência política em relação a Portugal, mas que acabou por ganhar mais força a partir dos anos 1920 com o Movimento Moderno e a busca do que seria a “brasilidade” em termos culturais. O patrimônio histórico, em especial o patrimônio arquitetônico, foi utilizado, então, como um instrumento de representação da nação em uma perspectiva governamental tradicionalista e patriótica, tendo como fatos expoentes nesse período inicial a declaração da cidade de Ouro Preto como Monumento Nacional em 1933, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a publicação do Decreto-Lei nº 25, estes dois últimos no ano de 1937. De modo geral, pode-se dizer que os primeiros trinta anos da política de preservação do patrimônio nacional foram marcados pelo predomínio de proteção de bens materiais vinculados ao período colonial, em especial de estilo barroco, de caráter monumental ou excepcional, representando uma única narrativa histórica nacional que em muito estava ligada às elites do país.

Contudo, a partir do final da década de 1960 essa perspectiva começa a mudar com o reconhecimento de que existiriam tantos “passados nacionais” quanto grupos sociais distintos, despertando o olhar para a valorização da diversidade cultural e da heterogeneidade brasileira. Passa-se, então, a uma visão mais integral de cultura e o passado é tratado como uma referência para a continuidade da trajetória histórica da nação e instrumento de desenvolvimento socioeconômico, não sendo mais visto somente como uma fonte de identificação e de garantia para manutenção de uma almejada unidade nacional.

Esse novo rumo da política de patrimônio reflete-se, tempos depois, no texto da Constituição Federal de 1988, quando se reconhece legalmente que o patrimônio cultural brasileiro é composto por bens de natureza material e imaterial que sejam portadores de uma referência à identidade, à ação e à memória dos distintos grupos que formam a nossa sociedade, sendo também ampliados os instrumentos possíveis para a sua proteção. Cabe destacar, ainda, que houve um aumento progressivo na atuação dos estados e dos municípios na proteção do patrimônio cultural, favorecendo a valoração e proteção de bens que tenham relevância local, mas que não se enquadrariam em critérios de representatividade de uma memória de alcance nacional.

Todas essas mudanças aqui pontuadas se traduzem hoje na variada gama de outros tipos de produção arquitetônica que é valorada e protegida como patrimônio, para além daquela arquitetura monumental da colonização luso-brasileira.



Ao acervo do nosso patrimônio arquitetônico, somaram-se exemplares isolados e conjuntos de construções vernaculares de distintos grupos étnicos, o patrimônio industrial, os espaços de culto não católicos, entre tantas outras tipologias e estilos “impensáveis” no início do processo. Além disso, reivindica-se cada vez a atribuição de valor patrimonial aos mais diferentes bens materiais espalhados pelo território nacional, de modo a atender a todo tipo de interesse.

Fica claro, então, que a construção do quadro patrimonial, ou seja, daquilo que deve ser preservado e como essa preservação deve ser gerenciada, é um processo dinâmico, em constante construção e disputa em um mundo que é plural e, cada vez mais, multivocal. Por isso, o debate no campo patrimonial segue tão vívido e iniciativas como a fomentada por esta publicação trazem à luz várias questões relevantes ao patrimônio arquitetônico. Este livro, portanto, deve ser visto e lido como uma oportunidade de conhecer mais sobre os casos, contextos e resultados retratados, e também como um repertório de análises e instrumentos de aplicação possível nos enfrentamentos diários de quem atua no campo do patrimônio, seja como pesquisador, educador, técnico ou gestor. Mas não só, já que a difusão do conhecimento sobre o patrimônio cultural em geral, e sobre o patrimônio arquitetônico em específico, impacta na vida cotidiana de qualquer cidadão que, ao acessar debates dessa ordem, passa a ter mais recursos interpretativos sobre o meio em que vive, valorando a herança cultural presente e ressignificando sua experiência no mundo.

*Danielle Faccin*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista (UFSM), Mestre em Ciências Sociais (UFSM) e Máster en Conservación del Patrimonio Arquitectónico (UPV). Técnica I – Arquitetura e Urbanismo na Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul. E-mail: daniellefaccin@gmail.com.

- UNIDADE I -

**REFLEXÕES SOBRE  
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO**

# O PATRIMÔNIO CULTURAL DO TEMPO PRESENTE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS MEMÓRIAS SENSÍVEIS

*Yan Graco Dantas Cafezeiro<sup>1</sup>*

## **Resumo**

A supervelocidade dos processos contemporâneos de produção e desconstrução do conhecimento em diversas áreas, fruto de um presentismo identificado pelo historiador francês François Hartog, torna necessárias abordagens específicas de proteção dos testemunhos da história presente e imediata. Essa dinamicidade no contexto do patrimônio cultural é evidenciada no diálogo entre o alargamento dos exemplares passíveis de proteção e a expansão da globalização desde a queda do muro de Berlim em 1989. Dessa maneira, é importante ter em mente as complexidades presentes nessas práticas ao encontrar-se no limiar entre o inclusivo e o silenciador, o profundo e o raso, o liso e o áspero. Quando o presentismo transborda a problemática da memória no tempo presente, afetando diretamente o tema do sensível, dos testemunhos daqueles eventos que não devem se repetir e que, no contexto atual, encontram-se na supracitada fronteira, evidencia-se a necessidade de um olhar cuidadoso sobre a temática. O patrimônio cultural na contemporaneidade pode possuir uma função vigilante, buscando mediar e atuar nas disputas políticas do presente. Nesse enquadramento, o intuito deste artigo é discutir o tema da preservação de testemunhos de fatos presentes e sensíveis como passíveis de tutela, refletindo sobre o processo de patrimonialização de exemplares da memória difícil, evitando seu desaparecimento. Isso posto, discute-se o problema da temporalidade e singularidade do patrimônio, o papel do Estado como fomentador de práticas de justiça e reparação às vítimas de eventos danosos, bem como o alargamento do discurso sobre patrimonialização e tutela, destacando a contiguidade

---

<sup>1</sup> Arquiteto e urbanista (2013) e mestre em Conservação e Restauro (2016) pela Universidade Federal da Bahia (2013); tem experiência nas áreas de gestão, fiscalização, diagnósticos, projetos e obras relativos à preservação do patrimônio cultural. Atuou como arquiteto no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, de 2015 a 2020, e leciona desde o ano de 2017. Atualmente, é Professor Assistente no Centro Universitário SENAI-CIMATEC (BA) e doutorando do PPGAUI-UFBA em Conservação e Restauro.

entre lembrança e esquecimento, na qual atua o regime de historicidade presente.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural. Patrimônio sensível. Patrimônio presente. Memória.

## Introdução

Observar o modo de relação das sociedades com seu passado, presente e futuro nos diversos tempos é parte fundamental para a compreensão dos debates contemporâneos no contexto do patrimônio cultural. O referido entendimento, discussão do paradigma de relação entre os tempos, é conceitualizado pelo historiador francês François Hartog (2019) como ‘regime de historicidade’. Nessa perspectiva, quando surgem os debates sobre os monumentos históricos no século 19, vê-se uma clara relação positivista entre o passado (combustível para o progresso) e o futuro (o progresso em si), abordagem desenvolvimentista própria da modernidade. Foi nesse regime que a área do patrimônio foi introduzida, inicialmente por técnicos da “arqueologia e da história da arquitetura erudita” (CHOAY, 2006, p. 12), personagens-chave para a construção de uma ciência da preservação. No Brasil, a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>2</sup> em 1937 reflete justamente a elaboração dessa identidade positivista e colonialista, apesar dos esforços de Mário de Andrade em seu anteprojeto para a criação do IPHAN, para um patrimônio mais inclusivo, incorporando os testemunhos dos povos originários (CALABRE, 2017).

Hartog (2019) identifica com a queda do Muro de Berlim (1989) uma mudança da relação das sociedades com seu presente, passado e futuro e, nesse sentido, com o patrimônio cultural. Já existia uma expansão do conceito do patrimônio desde o início do século 20, culminando com a Carta de Veneza de 1964. No entanto a crise gerada pela supervelocidade dos processos contemporâneos de produção e desconstrução de memórias e conhecimento em diversas áreas intensificou esse processo. O referido autor acredita que se vive hoje em um regime de historicidade presente que vê o futuro como ameaça, não mais como progresso, responsável por uma relação tênue entre o inclusivo e o silenciador, o profundo e o raso, o liso e o áspero. Assim, quando o presentismo transborda para temas relacionados às memórias difíceis e sensíveis, verifica-se a especificidade desses testemunhos que são exemplares de eventos traumáticos, memórias daquilo que não deve ser repetido. São objetos que, por questões políticas, são silenciados sistematicamente.

Dessa maneira, é preciso atuar no hoje, nas disputas do presente como matéria de memória, entendendo essa dinamicidade e agindo politicamente para a transformação do paradigma do esquecimento. O patrimônio como ato político

---

2 Neste artigo, para nos referirmos ao supracitado instituto, usaremos a conhecida sigla IPHAN.

(MENESES, 2012) e alter ego da memória (HARTOG, 2019) transforma-se em ferramenta fundamental nesses processos de preservação de uma memória sensível, desconstruindo concepções clássicas da área, como o caso da temporalidade dos monumentos, e construindo novos valores. Nesse enquadramento, o intuito deste artigo é discutir o tema da preservação de testemunhos de fatos presentes e sensíveis como passíveis de tutela, bem como refletir sobre o processo de patrimonialização e tutela de exemplares da memória difícil, evitando seu desaparecimento. Especificamente, discute-se o problema da temporalidade e singularidade do patrimônio cultural em diálogo com o regime de historicidade presente e o papel do Estado como fomentador de práticas de justiça e reparação às vítimas de eventos danosos, entendendo a preservação como ato político. Outrossim, propõe-se o alargamento do discurso sobre os valores a serem conservados à posterioridade para a compreensão do patrimônio cultural do tempo presente.

### **A ameaça do tempo futuro**

Os escritos de Henri Bergson em *Matéria e Memória* (1896) revelam, de forma precisa, a relação das sociedades modernas com seu passado e presente: “O passado não é senão ideia, o presente é ídeo-motor” (BERGSON, 1999, p. 72). Essa formulação indica o caráter progressista dos movimentos científicos do final do século 19: o legado passado como combustível para a máquina de desenvolvimento do tempo presente e, em consequência, um futuro alicerçado no ideal de progresso. O conceito de patrimônio cultural surge no berço desse regime de historicidade moderno, interpretando os momentos de ‘glória’ e ‘conquista acadêmica’ como passíveis de transmissão às futuras gerações, que, mais tarde, serão a base para a construção de uma identidade nacionalista em diversos países.

A proposta otimista desse pensamento científico vê suas bases corroendo-se durante o século 20. Se, por um lado - o visível -, houve investimento em técnicas e tecnologias que impulsionaram o conhecimento em inúmeras áreas da ciência, por outro - menos visível, mas condição de possibilidade do primeiro -, as guerras, revoluções, ditaduras e outros eventos traumáticos criaram uma atmosfera pessimista, motor da reflexão sobre os moldes desse regime de historicidade moderno, capitalista e colonialista. À medida que o século 20 ultrapassa suas vicissitudes, as transformações na seara dos direitos humanos e sociais visibilizaram a necessidade de afirmação da memória das mais diversas identidades e, adicionalmente, seu abuso desmedido e incondicional, o que Jöel Candau (2019) chama de *mnemotropismo*.

O termo refere-se ao paradigma da ‘cultura memorial contemporânea’, que pretende dar voz a todos, em que praticamente não há proibições em estabelecer estímulos materiais - em sua maioria visuais - que fomentem os processos de reme-

moração. Como reflete Zygmunt Bauman (2013, p. 12), a cultura - na perspectiva da modernidade líquida - deve “produzir, semear e plantar novos desejos e necessidades”. A escrita dos *Lugares de Memória* (1984), de Pierre Nora, aborda justamente essa necessidade de falar, expor, como um efeito da aceleração da história e da vontade de memória (NORA, 1993), expandindo as possibilidades de testemunhos.

Os processos de afirmação da identidade pelos mais diversos segmentos da sociedade são sintomas do que François Hartog (2019) chama de regime de historicidade presente ou presentismo. A globalização e a evolução dos meios de comunicação permitem a apreensão do tempo de uma forma inédita na história: efêmera, impalpável, volúvel e superveloz. Nesse regime, o fluxo voraz do tempo é vivido como ameaça à existência dos mais diversos grupos, conforme explica Todorov (2000, p. 15): “Festeja-se alegremente o esquecimento e contenta-se com o vão prazer do instante”. Assim, para evitar esse futuro catastrófico, é preciso “reunir os arquivos atuais como se já fosse ontem, visto que estamos presos entre amnésia e a vontade de não esquecer nada” (HARTOG, 2019, p. 238). Com isso em mente, acreditamos, na perspectiva do presentismo, que nossos testemunhos - objetos, monumentos, sensações, paisagens, entre inúmeros outros - estão a ponto de desaparecer. O que não se preserva está fadado ao apagamento: o silenciamento e o esquecimento são os algozes contemporâneos.

Contudo, hoje, tudo pode transformar-se em memória. Qualquer telefone celular pode conter fotos e filmagens de um evento, comemorativo ou não, bem como de um episódio traumático. Os documentos, as fontes, os relatos orais são inúmeros. Produz-se documento o tempo todo! Na contemporaneidade, é possível notar as inúmeras expressões artísticas espontâneas e monumentos anônimos que permeiam as cidades para produzir memória dos mais diversos grupos e particulares, afirmando-se nos mais diversos contextos. Por outro lado, surgem também discursos nocivos que reivindicam memórias herdadas (POLLAK, 1992) inexistentes, bem como de narrativas sem o compromisso com a verdade. Compreendendo as contradições e complexidades desse debate, evidencia-se a necessidade de uma produção coletiva das estratégias de preservação dessas memórias, evitando, assim, que o futuro nos leve à derrota e, ao mesmo tempo, que o engajamento com os fatos se torne secundário nesse tempo.

Autores como Etienne François (2010) percebem que a ‘supervalorização’ da memória na contemporaneidade chega a suplantar a história, aquela chancelada pela historiografia clássica e positivista. Isto é, do ponto de vista do autor, os relatos orais recebem tanta importância quanto os registros escritos e os documentos materiais. No âmbito do patrimônio, entendido como alter ego da memória (HARTOG, 2019), para enfrentar a ameaça do futuro, é fundamental o desvencilhamento

dos preceitos clássicos rígidos e eruditos do regime de historicidade moderno, no intuito de compreender o papel da área nesse regime de historicidade presente. Dessa maneira, os eventos traumáticos e a preservação das memórias sensíveis são pontos-chave nesse entendimento. Esses testemunhos tratam da relação da produção de uma história do tempo presente com a área do patrimônio cultural e dos direitos humanos. Os relatos orais, situados no presente, são sentidos pelas pessoas que sofreram ataques à sua dignidade. Esses atestam que o passado não cessa e que, além dos valores estéticos e históricos, o estudo do patrimônio envolve o conhecimento de inúmeros outros valores, entre eles éticos (MENESES, 2012). O regime de historicidade presente exige flexibilidade no entendimento da história recente, talvez imediata, no intuito de reconhecer a herança a ser repassada às próximas gerações. Essa opera como testemunho, dimensiona o papel do futuro como ameaça e atua contra as subversões das narrativas do subjugados.

### **A memória sensível e o patrimônio do tempo presente**

O patrimônio cultural, sem dúvida desde seu surgimento enquanto ciência, está em constante expansão. Em termos de escala, dilatou-se do simples objeto às paisagens culturais ou mesmo a um saber, um modo de fazer, um testemunho de identidade, um testemunho oral. Sabe-se que é passo importante nesse processo a Carta de Veneza, de 1964, sendo a primeira etapa do que Pierre Nora (1993, p. 16) chama de “tudo guardar, tudo conservar”. Esse texto, escrito por profissionais do patrimônio de todo o mundo, prevê que a noção de monumento histórico “é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural **com o passar do tempo**” (CARTA DE VENEZA, 2000, grifo nosso).

Mas e o tempo imediato? Qual é o tempo necessário para que a Carta de Veneza declare algo como ‘monumento histórico’? O presente também produz documentos, bem como é meio de transmissão e consolidação de memórias. Alöis Riegl (2006) já faz essa distinção em seu *Culto Moderno dos Monumentos*, de 1903, colocando os ‘monumentos históricos’ em uma categoria à parte: “Quando falamos de culto e proteção modernos de monumentos, não nos referimos a monumentos intencionais, mas a monumentos artísticos e históricos” (RIEGL, 2006, p. 43). Além disso, o referido autor, mais à frente em seu livro, revela sua concepção do termo ‘histórico’: “Chamamos histórico tudo o que foi e, hoje, não é mais”. A partir dessa interpretação traduz-se, obviamente, a dificuldade do entendimento do patrimônio do tempo presente nos debates do início do século 20. No entanto Riegl (2006, p. 44) esclarece e adianta um conceito: “Para nós, atualmente, toda atividade humana ou destino de que nos resta um testemunho pode postular valor histórico: no fundo,

cada acontecimento histórico é insubstituível”. Dessa maneira, o “passar do tempo”, refletido pela Carta de Veneza para a contemporaneidade, mostra-se limitador, tendo em vista o alargamento do conceito de patrimônio cultural. Por isso a temporalidade atualmente não é condição isolada para a patrimonialização:

[...] os conceitos de ‘histórico e artístico’ devem ser compreendidos em sentido amplo, embora no passado a visão de historicidade tenha se prendido a uma determinada facção da realidade, deixando de lado grande parte de acontecimentos sociais que, envolvendo parte da população, também compõem e integram a formação cultural de um povo (RABELLO, 2009, p. 91).

Na perspectiva de Sonia Rabello, concorda-se que o patrimônio do tempo presente parte dessa ruptura da noção clássica de monumento e monumento histórico, tendo em vista a ampliação do conceito e tratando-o a partir de outros valores. Assim sendo, há uma multiplicação de possibilidades de ‘juízos de valor’, como identificado por Ulpiano Bezerra de Meneses (2012). Para a análise da memória recente, destacam-se os valores éticos, relacionados às interações sociais, e a proposição de diálogos, tendo como referência o lugar do outro. Cabe aqui refletir sobre o pensamento de François Bedarida (2006) em diálogo com o entendimento de Meneses (2012) sobre a função social do historiador do tempo presente e seu compromisso com a ética.

Um tópico caro à apreensão de uma teoria desse patrimônio do tempo presente são o tema da memória sensível e as fragilidades de seus testemunhos, exemplares de eventos traumáticos, quando obviamente em contato com o atual regime de historicidade. Em diálogo, concorda-se que os processos de exploração e subjugamento das sociedades, mesmo aqueles do tempo presente, mostram-se como acontecimentos sociais e, por si só, resultam na formação cultural de um povo - podendo ser incluídos no âmbito dessa construção patrimonial. Os remanescentes desses eventos configuram-se como lugares de memória (NORA, 1993), entendidos também como sítios de consciência, um patrimônio sensível a ser continuamente preservado e reescrito no intuito de não se repetir. A definição de sítios de consciência é dada pela *International Coalition of Sites of Conscience*:

[...] lugares que geralmente tratam sobre a relação da memória recente com os eventos passados, orientados ao enfrentamento dos acontecimentos que ocorreram naquele espaço e à estimulação dos visitantes a refletir sobre as implicações desses acontecimentos na história contemporânea (ICSC, 2018, p. 15, tradução nossa).

O continente sul-americano, por exemplo, convive com inúmeros palcos de testemunhos muito recentes do autoritarismo legado pelas ditaduras, negado pelas autoridades e velado pela sociedade. Faz parte do cotidiano atual deparar-se com notícias de violência e abuso policial, uma herança desse processo histórico, que



constroem novos lugares. Para o sociólogo Michael Pollak (1992, p. 2), a memória sofre flutuações em função do momento em que é articulada, sendo disputada por diversos grupos políticos. Contudo revela que existem pontos invariáveis e imutáveis dentro da memória coletiva, principalmente aqueles vividos ‘por tabela’, isto é, um sentimento de pertencimento ao processo, mesmo sem ter presenciado ou sentido os fatos pessoalmente. Destarte, a prática do terrorismo de Estado está diretamente relacionada, por tabela, a todos os habitantes da América Latina. Entretanto qual seria a vontade de memória (NORA, 1993) no evocar de um evento doloroso? Por que, por exemplo, o prédio do Carandiru, onde houve um grande massacre em 1992, não foi preservado como patrimônio cultural, esse alter ego da memória, como avalia Hartog (2019), entendendo esse processo de formação cultural já identificado por Rabello (2009)?

Além da pouca maturidade das discussões sobre o patrimônio sensível - no âmbito brasileiro - e de questões políticas que envolvem a produção dos bens culturais - conforme relata Ulpiano Bezerra de Meneses (2012) -, a dor, para qualquer ser vivo, é difícil de ser confrontada. Hoje, não se pode rever materialmente nem analisar os espaços onde os danos à dignidade humana aconteceram no Carandiru, pois esses desapareceram com a demolição dos pavilhões. Foi apagado o testemunho material, uma parte fundamental da história de repressão do Estado, que o próprio governo não tem interesse em relembrar.

Além da ineficiência do Estado em rever suas ações, as feridas do evento traumático nem sempre querem ser revividas pelas vítimas, menos ainda vivenciadas por meio dessas memórias materiais sensíveis. Henri Bergson (1999, p. 57) mostra que a dor em sua concepção física é “quando a porção interessada do organismo, em vez de acolher a excitação, a repele”. Para a memória tem-se o mesmo processo; torna-se necessário um certo tempo para que o trauma seja cicatrizado; e, por vezes, nunca será. Nesse sentido, a preservação de uma memória imediata e recente torna-se um desafio no contexto da luta contra os silenciamentos e revisionismos. É necessário perceber que os relatos orais, tão importantes para a história presente, além de outros testemunhos pessoais, são, por vezes, inalcançáveis. Ninguém é obrigado a falar sobre sua dor, mesmo que isso revele uma necessidade coletiva. O direito ao privado é uma premissa fundamental da Constituição Federal.

Adicionalmente, por vezes, além da dificuldade da própria pessoa reviver a dor, não há empatia por parte da sociedade em valorizar essas memórias. Um exemplo disso é relatado por José Cirillo em seu livro *Atenção Arte!* (2018) ao tratar da obra urbana do artista Washington Santana: *América 500 anos de devastação e saques* (1992). É uma obra hostilizada pelos moradores de Vitória (ES) por tratar exatamente de algo não nobre, “que não evoca orgulho”, “sua materialização como

monumento envergonha” (CIRILLO, 2018, p. 33). Trata-se de um processo que pode “ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade” (CANDA, 2019, p. 18). O sensível não é, de fato, agradável, e o sentimento de pertencimento, tão importante para o contexto dos bens culturais, é um desafio nesse reconhecimento: “não há percepção sem afecção” (BERGSON, 1999, p. 60).

O tema da memória sensível e do patrimônio do tempo presente apresenta também uma outra problemática delicada ao encontrar-se no limiar das incertezas, próprias do contexto da história presente e imediata. Os processos tradicionais de construção da história e do patrimônio cultural envolvem normalmente o estudo metodológico de documentos consolidados, isto é, são norteados por uma historiografia própria. Escrever sobre um passado distante, criticado inúmeras vezes, é um processo de análise de documentos construídos e desconstruídos. A análise crítica no campo da história presente não possui o privilégio do conhecimento daquilo que virá depois, logo não há possibilidade de saber o desfecho do tema, “uma história em forma de ponto de interrogação” (BEDARIDA, 2006, p. 224).

Como já dito, o campo das recordações difíceis caracteriza-se pelo diálogo com o estudo do presente, no sentido de que os personagens detentores do bem são parte do que está sendo analisado e criado, ao passo que esse patrimônio subjetivamente se escreve e reescreve por inúmeras vezes e fontes, principalmente as orais. Dessa maneira, esse detentor do bem e os órgãos de preservação apresentam uma responsabilidade ética com a produção desse patrimônio em um discurso de análise, compreensão, prevenção e sugestão, entendendo seu lugar como parte desse patrimônio do tempo presente.

Para isso, dentro das dinâmicas da memória sensível, o profissional do patrimônio, assim como o historiador, tem o compromisso com o fato, mesmo atuando nas disputas do presente, mediando os debates e zelando pela origem das fontes. Reitera-se que o ‘juízo de valor’ aqui, entendido como patrimônio cultural, é um juízo ético, compreendendo o espaço do outro. Concomitantemente, deve-se entender que, por diversas questões (traumáticas, políticas, entre outras), essas matrizes documentais podem esgotar-se. Por outro lado, à medida que o tempo passa, produzem-se e reproduzem-se novos discursos, novas fontes, objetos, testemunhos, uma renovação sem fim (BEDARIDA, 2006) dos discursos. Nesse sentido, cabe aqui entender que os testemunhos de um patrimônio presente e sensível não se encaixam exatamente nas premissas clássicas e rígidas do patrimônio cultural; ele exige, acima de tudo, uma possibilidade de reescrita sistemática dessa história.

### **Um patrimônio sensível constantemente reescrito**

Nos últimos anos, o tema do patrimônio imaterial foi central na área da ciên-

cia da preservação, principalmente no Brasil. Os processos de registro que começam a ser colocados em prática a partir dos anos 2000 e as propostas de gestão com base nos planos de salvaguarda e da reavaliação desse patrimônio após um certo período mostram-se como importantes avanços no campo. Na seara do patrimônio material, acreditamos talvez que o caminho seja o mesmo, em convergência com o tema do intangível. Os exemplares da história recente e sensível necessitam de revisões periódicas e discussões periódicas, como refletido no item anterior. São “antimonumentos que, como tais, tendem à não permanência ou à não perenidade” (CIRILLO, 2018, p. 34), mostram-se como sítios de consciência e, como tais, fomentam inúmeras discussões sobre o presente.

Quando se trabalha o tema da história recente, os produtos patrimoniais são elaborados à medida que o tempo passa e a história avança. Logo se trata de um patrimônio em constante processo de construção, desconstrução e reconstrução, levando em conta as investigações que devem ocorrer em paralelo. É preciso entender que “o jogo da memória que vem fundar a identidade é necessariamente feito de lembrança e esquecimentos” (CANDAUI, 2019, p. 18). Logo essas fontes que são reescritas, dia após dia, evocam novas narrativas em detrimento de outras.

Um exemplo de como essa história produz fontes a todo tempo é o caso Zuzu Angel. Mãe de um dos desaparecidos durante a ditadura militar brasileira, a estilista foi de encontro ao regime de exceção na época realizando protestos em seus desfiles. Nesse contexto, em abril de 1976, sofreu um acidente de carro e foi declarada morta, encerrando sua batalha. Quarenta anos depois, foi identificado por meio de fotografias um agente da ditadura militar brasileira próximo a seu carro capotado. O Estado brasileiro foi, então, responsabilizado<sup>3</sup> por esse ato de terrorismo. A partir desse episódio formou-se, por meio da validação dessa memória, um novo testemunho sensível da história do Brasil, vinculado ao regime de exceção. Entretanto se pode dizer que se forma também um novo patrimônio? É importante lembrar que, no presentismo, “o patrimônio se torna memória da história e, como tal, símbolo de identidade” (HARTOG, 2019, p. 195).

Mas como a ferramenta principal de reconhecimento, o tombamento, pode lidar com esse tema? Se ele é um método de patrimonialização ainda ancorado no regime de historicidade moderno? É certo que o tombamento é uma lei de 1937, que ainda possui inúmeras aberturas e rigidez de aplicação, mas, ainda assim, para Meneguello (2020, p. 246), “na ausência total ou parcial de eficientes políticas de reparação e justiça, tais patrimônios podem registrar, recordar e auxiliar as vítimas e seus descendentes a lidar com o passado”. No entanto é importante registrar que

---

3 Para mais informações sobre o caso Zuzu Angel e Stuart Angel verificar a notícia do link: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,certidoes-reconhecem-responsabilidade-da-ditadura-nas-mortes-de-stuart-e-zuzu-angel,70003003746>

o patrimônio do tempo presente, em relação com as memórias sensíveis, é transdisciplinar. Nesse sentido, não é passível somente de tutelas culturais, mas sim de uma política integrada de preservação que dialogue com cultura e direitos humanos, uma interlocução entre ações de Estado.

Posto isso, no contexto da ampliação do conceito de patrimônio cultural e em concordância com os processos contemporâneos de inclusão da memória de diversos grupos no bojo de uma identidade nacional, estadual ou local, engendram-se novas vias e instrumentos de preservação das memórias presentes e sensíveis. A Argentina revela-se como país central nesse debate: destacando-se o esforço para a criação da *Red de Sitios de Memoria Latinoamericanos y Caribeños* (RESLAC) pela atuação do grupo argentino *Memoria Abierta* e a entrada em vigor da Lei 26.691/2011 (ARGENTINA, 2011), voltada especialmente à tutela dos sítios de memória no país. Por que a criação dessa nova lei? Nota-se que apenas a *Ley Nacional 12.665*, que trata de monumentos históricos argentinos, não era suficiente para a realização de uma política de conservação dessa memória da dor. Trata-se, relatando mais uma vez, de uma ação compartilhada entre as áreas da cultura e dos direitos humanos.

Os preceitos dos processos de tombamento, bem como das dinâmicas que seguem o instituto, apesar das variações de interpretações ao longo dos anos, ainda são de cunho tecnicista. As políticas que envolvem o patrimônio imaterial e o instituto do registro, apesar da mesma natureza técnica, possuem muito mais flexibilidade, visto que partem da sociedade para o órgão de preservação - e não o contrário. Além disso, preveem possibilidades de salvaguarda compartilhada, posterior à patrimonialização do bem. O tombamento, ao mesmo tempo em que é abrangente o suficiente para a proteção desses lugares de memória, é também para permitir justificativas contrárias, como as dadas pelo exército para o não tombamento do DOI-CODI do Rio de Janeiro.<sup>4</sup>

Além dessas ferramentas, é importante notar que existem outras formas de fomentar políticas de preservação desses testemunhos, como a mudança do nome de ruas, intervenções artísticas, projetos museais e memoriais, entre outras medidas, “lugares não necessariamente oficializados como patrimônio [...] como cenário para a demanda ativa por justiça” (MENEGUELLO, 2020, p. 246, 247). Para isso, exige-se um sistema integrado de políticas de Estado que não vão desembocar somente na cultura, mas em vários âmbitos do governo, inclusive no turismo.

No entanto, se, por um lado, o turismo pode atuar economicamente na difusão desses testemunhos, como no caso daquele patrimônio tradicional, por outro,

---

4 Segundo informações do Inquérito Civil nº 1.30.001.005015/2013-92, o exército justifica que o prédio sofreu inúmeras intervenções e que não possui mais as características formais da época. Isso influiria na questão dos valores formais do tombamento, mas, como já relatado por Ulpiano Bezzera de Meneses (2012), os valores aqui são outros, não os clássicos da área.

essa exploração torna-se um grande problema para o patrimônio presente e sensível. Um dos efeitos perversos desse e que deve ser tratado com cuidado é o abuso de um turismo sombrio (MENEGUELLO, 2020). Assim, se, de um modo, a patrimonialização desses espaços permite a conservação de memórias difíceis, de outro, expõe essas memórias à possibilidade de uma banalização turística. Exemplos sórdidos desses efeitos são encontrados em diversos lugares de memória, principalmente no campo de concentração de Auschwitz na Polônia e em outros famosos pontos do turismo internacional. Nessa perspectiva, o artista judeu Shahak Shapira revela, em vista aos referidos efeitos perversos, em sua obra *Yolocaust*<sup>5</sup> a banalidade do turismo patrimonial nesses espaços de memórias sensíveis: propõe montagens fotográficas de pessoas que realizaram fotos no Memorial do Holocausto<sup>6</sup> em Berlim, substituindo o plano de fundo por fotos de corpos de judeus exterminados durante a Segunda Guerra Mundial.

Posto isso, debate-se: como limitar esse tipo de turismo? Não se trata aqui de preservar somente a matéria, mas de atualizar o passado no presente, para que algo como o Holocausto não volte a acontecer. Não obstante, as perspectivas criticadas por Shahak Shapira mostram que, apesar da vontade de memória, o patrimônio cultural pode tornar-se apenas uma matéria descartável da lógica de produção de sensibilidades própria à contemporaneidade líquida (BAUMAN, 2013). Meneguello (2020) afirma que esse tipo de patrimônio traz tensões morais e éticas que exigem mediação e objetivos educativos. O problema é que, nos campos urbano e turístico, nem sempre essas forças são mediáveis.

Nesse mesmo âmbito, a área da ciência da restauração e, de maneira geral, nas discussões filosóficas sobre tal, é possível perceber a adoção de ‘dogmas’, heróis teóricos que operam diminuindo a potência de discussões que poderiam expandir debates, tratar de maneira plural e ética esses testemunhos. Quando se fala de memória e patrimônio, reitera-se a importância das palavras de Rossi (2010, p. 11) em “não transformar uma, entre as muitas abordagens possíveis aos textos do passado, numa daquelas prescrições ou receitas metodológicas”. Didi-Huberman (2017) revela essa dificuldade ao tratar da restauração de um arame farpado no campo de concentração de Auschwitz:

A cor desse último – cinza claro – sugere que foi instalado recentemente

---

5 A referida obra foi encerrada pelo artista e as fotos foram apagadas, no entanto mais informações podem ser encontradas no site original: <https://yolocaust.de/> e em outros meios de comunicação: [https://www.huffpostbrasil.com/2017/01/23/yolocaust-o-projeto-do-israelense-que-questiona-fotos-no-memori\\_n\\_14344176.html](https://www.huffpostbrasil.com/2017/01/23/yolocaust-o-projeto-do-israelense-que-questiona-fotos-no-memori_n_14344176.html)

6 Projeto do arquiteto norte-americano Peter Eisenman foi concluído em 2005. O memorial encontra-se próximo ao Portão de Brandenburgo e compõe-se de inúmeros blocos de concreto, organizados em uma grelha.

(...) por que razão? Seria para orientar o fluxo de visitantes, empregando arame farpado como “cor local”? Ou para “restaurar” uma cerca degradada pelo tempo? (...) duas temporalidades terrivelmente disjuntas, duas gestões bem diferentes da mesma parcela de espaço e história (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 22).

A citação de Didi-Huberman mostra uma atuação clássica de valorização de aspectos formais e cognitivos (MENESES, 2012): o clássico juízo de valor estético e histórico. Apesar dos instrumentos tradicionais ainda serem aplicáveis ao patrimônio do tempo presente e sensível, como o tombamento, por exemplo, no caso das intervenções nesses testemunhos, é preciso atentar à particularidade do documento histórico. O regime de historicidade moderno deu as ferramentas para o pensamento em torno de formas de tutela e conservação com seu ápice alcançado pela Carta de Veneza, mas o regime de historicidade presente exige uma revisão desses preceitos nas mais diversas vertentes do patrimônio cultural.

Nesse sentido, os testemunhos das memórias sensíveis e recentes mostraram-se como desafios a questões caras à área, como o tema da temporalidade, forma e estética, para entrar em uma seara mais abrangente que envolve valores afetivos e morais. A cada dia, assiste-se à crescente transformação de arquiteturas e/ou espaços que abrigaram episódios de violência e ataque aos direitos humanos em lugares de memória histórica e cultural. Esses testemunhos suscitam a reflexão sobre o presente e o futuro; “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional” (NORA, 1993, p. 16). Buscam a relação entre o palpável e o intangível.

Nessa perspectiva, os sítios de consciência da história presente exigem um processo de elaboração contínuo, tendo em vista a necessidade de compreender a dinamicidade desses testemunhos. Por isso, no presentismo em que nos encontramos, a tutela precisa ser maleável, revendo sistematicamente os discursos e instrumentos rígidos que foram hegemônicos no último século, não esquecendo, porém, que toda salvaguarda é uma renúncia a uma outra memória.

### **Considerações finais**

Com base nas reflexões articuladas neste texto, explicitou-se a relevância da reinterpretação das definições que orbitam na área do patrimônio cultural, tendo em vista o atual regime de historicidade. O alargamento do conceito, bem como sua relação com percursos de construção da memória tornam-se cada vez mais complexos e com inúmeras vozes a serem ouvidas. Os atuais testemunhos, que comportam a identidade de inúmeros grupos sociais, estão atualmente localizados na linha tênue entre afirmação e silenciamento, e nesse sentido o patrimônio do

tempo presente é uma das possibilidades e armas para essa luta contra o esquecimento. Reafirma-se, dessa maneira, a relevância do reconhecimento, da difusão e da preservação dos bens sensíveis, bem como de investigações relativas a esses como forma de ação do presente na construção de uma consciência sobre o passado, servindo, além disso, como contrapeso aos tempos autoritários.

É preciso entender que o campo do patrimônio cultural é transdisciplinar e exige o apoio de diversas áreas para sua gestão. A experiência dos tombamentos e registros revela-se insuficiente: todo tombamento exige uma normativa que o ampare, um plano de preservação, bem como o registro demanda um plano de salvaguarda. Existem outras instâncias administrativas, teóricas e políticas que precisam entrar no sistema para a preservação desses testemunhos. Adicionalmente, ainda é possível perceber certa rigidez nos quadros de valores dentro da área do patrimônio cultural, mesmo aquele tradicional, que necessita de constante revisão e reescrita.

Identifica-se, ainda, a permanência de um tratamento academicista que rege as políticas públicas de patrimônio. Crê-se, então, que essa área ainda não se livrou do paradigma positivista do século 20, em contraste com a ampliação das possibilidades dadas pela contemporaneidade. Em sentido inverso, verifica-se que a instância do patrimônio cultural presente e sensível demanda, especialmente, o diálogo com pessoas e corpos, arquivos vivos, entrando em conflito com essa historiografia moderna e em diálogo com a história do tempo presente. Assim, a materialidade (tão valorizada em regime moderno) torna-se frágil no contexto do regime de historicidade presente. O tombamento, entretanto, apesar de sua origem moderna, mostra-se uma possível ferramenta para a tutela desses testemunhos da história recente e sensível, como uma ação de reparação, embora seja importante ter em vista outros métodos de afirmação dessas memórias, como as políticas patrimoniais relacionadas aos sítios de consciência existentes na Argentina.

Nesse contexto, é válido pensar em um patrimônio maleável, revisto de tempos em tempos. Não irresponsavelmente, com riscos a revisões negacionistas, mas por meio de uma metodologia que leve em consideração o estudo da história no tempo presente, em que a verdade e a ética são mastros condutores desses estudos. Dessa maneira, o regime de historicidade presente mostra que os conceitos tradicionais sobre patrimônio, trabalhados em época moderna, demandam revisões a partir dessas novas possibilidades de objetos. Os clássicos valores históricos e estéticos precisam ser flexionados, e a importante temporalidade necessita dar espaço à valorização dos juízos cognitivos, éticos e afetivos. Além disso, os métodos de gestão e intervenção carecem seguir nesse mesmo sentido: é necessário reavaliar as ferramentas e instrumentos, bem como fomentar outras ações de reconheci-

to dos mais diversos tipos de testemunhos culturais em diálogo com as urgências contemporâneas.

### Referências bibliográficas

- ARGENTINA. [Ley 26.691 (2011)]. **Decláranse Sitios de Memoria del Terrorismo de Estado, a los lugares que funcionaron como centros clandestinos de represión ilegal**. Buenos Aires, Argentina: Presidencia de la Nación, [2011]. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/180000-184999/184962/norma.htm> Acesso em: 20 set. 2020.
- BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- BEDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 219-232.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. Tradução Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CALABRE, Lia. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas de cultura no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, v. 35, p. 33-44, 2017.
- CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.
- CARTA DE VENEZA. (1964). In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN-Edições do Patrimônio, 2000. p. 91-96.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3.ed. São Paulo: UNESP, 2006.
- CIRILLO, José. **!Atenção Arte!**: Imaginabilidade e legibilidade como estratégia de pertencimento da arte pública e das intervenções urbanas. Vitória: UFES Proex, 2018.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. São Paulo: Editora 34, 2017.
- FRANÇOIS, Etienne. As novas relações entre memória e história após a queda do Muro de Berlim. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 2, abr.-jul. 2010, p. 17-29. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/index.php>. Acesso em: 13 Out. 2020.
- HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- ICSC - INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE. **Interpretation of sites of memory**. Estudo solicitado pelo Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO, 2018, Disponível em: <http://whc.unesco.org/document/165700>. Acesso em: 10 Out. 2020.
- MENEGUELLO, C. Patrimônios Difíceis (Sombrios). In: CARVALHO, A. V.; MENEGUELLO, C. (Org.); **Dicionário Temático de Patrimônio**: debates contemporâneos, Campinas: UNICAMP, 2020. p. 245- 247.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: SUTTI, Weber (Org.). **I Fórum Nacional do Patri-**



**mônio Cultural:** sistema nacional de patrimônio cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília, DF: IPHAN, 2012. p. 25-39.

NASCIMENTO, Flávia Brito. Preservando a arquitetura do século XX: o Iphan entre práticas e conceitos. *In: Cadernos Proarq 19*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. p. 171-193.

NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São

Paulo, PUC-SP, n. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação de Bens Culturais:** o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RIEGL, Alöis. **O culto moderno dos monumentos:** sua essência e sua gênese. Goiânia: UCG, 2006.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento:** seis ensaios da história das ideias. São Paulo: UNESP, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

# PARA ALÉM DA PEDRA E CAL: GESTÃO E DEGRADAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO EM UMA “CIDADE-MONUMENTO”

*Érica Andrade Modesto<sup>1</sup>*

*Fernando José Ferreira Aguiar<sup>2</sup>*

## Resumo

Este artigo versa sobre uma análise comparativa entre o Plano Urbanístico da cidade de Laranjeiras/SE, criado em 1975, e o Plano Diretor Participativo, criado em 2008, estando vigente até os dias atuais. O Plano de 1975 foi resultado da inserção de Laranjeiras no Programa de Cidades Históricas do Nordeste a partir de diretrizes para a dinamização da cidade pelo melhoramento da infraestrutura básica e da indústria do turismo. No entanto aponta como fragilidades econômicas o desemprego e o comércio. De modo parecido, o Plano Diretor de Laranjeiras de 2008 traz um diagnóstico de baixa renda, baixo poder aquisitivo e alto índice de desemprego em grande parte da população. Bem como retorna ao ponto apresentado em 1975 de serem necessárias medidas de incentivo à preservação, à manutenção e ao restauro do conjunto histórico, já que muitas diretrizes do Plano Urbanístico não foram postas em prática, destacando-se que, passadas mais de três décadas, Laranjeiras tornou-se uma cidade-monumento cujo acervo se encontra em estado de arruinamento. Sendo assim, a análise comparativa deste artigo propõe a ressignificação de gestão e salvaguarda do patrimônio edificado de Laranjeiras. Justifica-se, portanto, por se tratar de uma problemática patrimonial local que impacta diretamente o cotidiano dos moradores da cidade.

**Palavras-chave:** Laranjeiras/SE. Patrimônio edificado. Degradação. Gestão. Ressignificação.

---

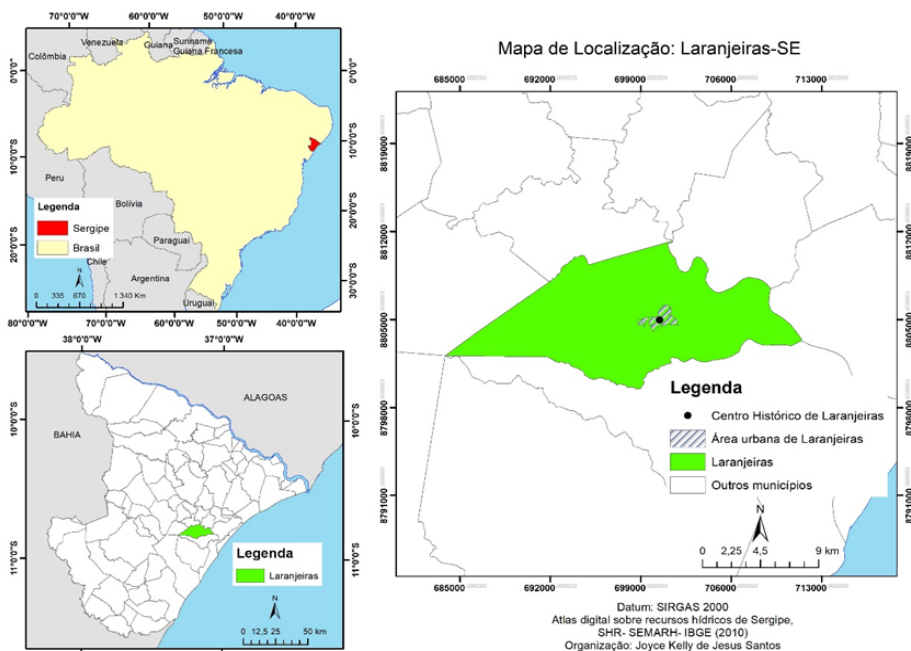
1 Arquiteta e Urbanista (UFS/2019), discente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PROARQ/UFS) na linha de pesquisa Arqueologia, Patrimônio e Sociedade.

2 Professor Adjunto do Departamento de Museologia (DMS/UFS), professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PROARQ/UFS) e do Programa Interdisciplinar em Culturas Populares (PPGCULT/UFS).

## Introdução

A cidade de Laranjeiras fica localizada na região leste do estado de Sergipe e possui um rico conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, tombado no contexto de um centro histórico (Mapa 1). O início de sua ocupação urbana é datado no final do século 16, após a colonização portuguesa, resultando em uma morfologia urbana orgânica, originada nas margens do rio Cotinguiba. Com boa localização geográfica, a cidade desenvolveu seu porto fluvial, engenhos e o comércio, consolidando-se, no século 18, como a maior produtora de açúcar do estado de Sergipe (AZEVEDO, 1975a; FEITOSA, 2012).

Mapa 1 – Localização geográfica da cidade de Laranjeiras/SE



Fonte: Elaborado por Joyce Santos, 2019.

Na época, Laranjeiras compreendia uma das mais importantes Cidades de Arte do Nordeste, destacando-se por seu patrimônio arquitetônico e estrutura urbana de uma sociedade típica do Ciclo do Açúcar. Era um centro econômico, social e de grande desenvolvimento cultural e intelectual, de onde os grandes latifundiários controlavam a economia e tornaram a cidade um dos principais centros políticos da província sergipana (CORRÊA *et al.*, 2008; AZEVEDO, 1975a;

FEITOSA, 2012).

No entanto, no século 19, após a criação da nova capital de Sergipe, com abertura para o mar, a cidade de Laranjeiras sofreu perdas comerciais, entrou em declínio populacional e de desenvolvimento urbano. Após a abolição da escravidão, a indústria açucareira, que era sustentada pela mão de obra escravizada, entrou em colapso, e os engenhos foram gradativamente transformados em usinas e pastagens. Houve uma grande migração de moradores, comerciantes, intelectuais e políticos de Laranjeiras para a nova capital (AZEVEDO, 1975a; FEITOSA, 2012).

Desse modo, o patrimônio edificado de Laranjeiras já não era mais sustentado pela classe dominante, e o processo de deterioração do patrimônio arquitetônico da cidade iniciou a partir das primeiras décadas do século 20 com um elevado índice de arruinamento de suas edificações (LEÃO, 2011). Entretanto, a partir de 1940, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN tombou monumentos isolados na cidade para preservar seu acervo arquitetônico.

Na década de 1970, Laranjeiras foi elevada à condição de Cidade Monumento Histórico do Estado pelo Decreto Governamental nº 2.048, de 1971, sendo, por conseguinte, incluída no Programa de Integração e Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste<sup>3</sup>, classificada nas cidades do grupo prioritário de número 2: “em vias de desaparecimento pela destruição” (CORREA, 2016, p. 27), resultando, no ano de 1975, no Plano Urbanístico de Laranjeiras<sup>4</sup>, baseado em diretrizes para a dinamização da cidade pelo melhoramento da infraestrutura básica e da indústria do turismo.

Posteriormente a isso, somente em 1996, o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN devido ao valor arquitetônico e histórico atribuído ao conjunto. Em 2004, Laranjeiras foi considerada apta para as ações preservacionistas do programa Monumenta<sup>5</sup>, pois a paisagem do sítio urbano foi diagnosticada como um retrato de antigo esplendor e decadência pelo fato de que a manutenção e

3 O Programa de Cidades Históricas - PHC foi implementado a partir de 1973 pelo Ministério do Planejamento, buscava o desenvolvimento das cidades históricas, dialogando com o desenvolvimento regional e o turismo cultural (CORREA, 2016). Ressalta-se que, na década de 1970, o Brasil ainda estava sob o regime militar e as restaurações estavam voltadas a monumentos da nacionalidade brasileira.

4 Executado pelo Grupo de Restauração e Renovação Arquitetônica e Urbana (GRAU) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia – UFBA, coordenado e editado pelo professor da UFBA e arquiteto Paulo Ormindó David de Azevedo.

5 O programa Monumenta atuou com o financiamento para a recuperação de imóveis privados, contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o apoio da Unesco. Em 2006, o Monumenta foi incorporado ao IPHAN.

a conservação de seus imóveis estavam acima do poder aquisitivo da população.

O Plano Urbanístico de Laranjeiras de 1975 ficou vigente até 2008, quando foi elaborado o Plano Diretor Participativo, pois a cidade já contava com mais de 20 mil habitantes.<sup>6</sup> Esse plano diretor retorna ao ponto apresentado em 1975 sobre a necessidade de ter medidas de incentivo à preservação, à manutenção e ao restauro do conjunto histórico, já que as diretrizes do Plano Urbanístico não foram todas postas em prática e Laranjeiras tornou-se uma cidade-monumento, cujo acervo encontra-se em estado de arruinamento.

É a partir do diálogo entre as leituras desses dois planos, elaborados em momentos distintos, que este artigo analisa a comparação entre as visões apresentadas sobre a deterioração e/ou preservação do patrimônio edificado da cidade de Laranjeiras em cada um dos planos e de que modo as diretrizes apresentadas para a gestão pública contribuem para a salvaguarda do patrimônio edificado da cidade. Justifica-se por se tratar de uma problemática patrimonial local, que impacta diretamente o cotidiano dos moradores de Laranjeiras.

Assim, essa relação é feita com base no tripé “passado histórico, patrimônio edificado e culturas populares como identidade social”, que são processos fortes para a gestão patrimonial compartilhada. Aplicaram-se a metodologia de análise comparativa do discurso dos planos de 1975 e 2008 propostos para Laranjeiras e o uso de imagens como parte integrante do texto.

## **Plano urbanístico de Laranjeiras de 1975**

Após o tombamento estadual de Laranjeiras, a cidade foi incluída no Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. Diante de sua trajetória histórica e pela constatação, na época, do Vale do Cotinguiba ainda como uma das regiões mais ricas do estado de Sergipe, com solo fértil, jazidas de calcáreo e acervo arquitetônico com potencial turístico ainda não explorado, os ministros do Planejamento e da Educação e Cultura destinaram recursos para a realização de planos urbanísticos para as cidades de Laranjeiras e São Cristóvão, sendo as únicas cidades da região Nordeste que receberam recursos do programa para a criação de seus planos diretores (AZEVEDO, 1975a).

Esse recurso financeiro foi repassado à Superintendência de Obras Públicas do Estado de Sergipe e à Empresa Sergipana de Turismo – EMSETUR, as quais firmaram um convênio com a Universidade Federal da Bahia para a execução dos planos urbanísticos. Isso explica o viés turístico que se percebe nas diretrizes que

6 De acordo com a Lei 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade, o plano diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas e com área de especial interesse turístico. A cidade de Laranjeiras está classificada nesses três itens.

o Plano Urbanístico propõe para a cidade de Laranjeiras, bem como por que o diálogo das ações com o turismo cultural era uma premissa do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. O plano é dividido em quatro volumes, sendo estes: volume 1: “A região e sua ocupação”; volume 2: “Aspectos socioeconômicos”; volume 3: “Análise da estrutura urbana”; volume 4: “Proposições” (AZEVEDO, 1975a).

Sobre informações do passado histórico da cidade, na então década de 1970, o plano relata que Laranjeiras, apesar de ter desempenhado um papel importante para o estado, tornou-se apenas uma lembrança, degradando-se por falta de dinamismo urbano. Assim, para iniciar o que o plano urbanístico chama de “soerguimento e recuperação de Laranjeiras” (AZEVEDO, 1975b, p. 86), sugere-se como primeiro passo a dinamização da cidade através do melhoramento da infraestrutura básica e da indústria do turismo, sendo esse colocado como um gerador de empregos através de hotelaria, incentivo do artesanato e renascimento das festas populares da região (AZEVEDO, 1975b).

A justificativa firma-se ainda porque, na época, o Nordeste estava crescendo como um destino procurado pelos turistas. Ademais, é citado no plano que Laranjeiras não apresentava nenhuma atividade no setor do turismo devido à inexistência de qualquer infraestrutura turística e de divulgação da cidade (AZEVEDO, 1975b; AZEVEDO, 1975d). Entretanto o freio no desenvolvimento urbano não se concentrava apenas na infraestrutura turística; o problema vinha desde a infraestrutura de saneamento e equipamentos públicos.

Entre as informações coletadas durante a elaboração do plano consta que o sistema de abastecimento de energia elétrica – implantado em Laranjeiras em 1957 – e o sistema de abastecimento de água – fornecido apenas em 1973 – ainda não contemplavam a totalidade dos domicílios que eram ocupados na zona urbana da cidade. Bem como existia falta de serviço de esgoto e recolhimento do lixo doméstico. Já como equipamentos urbanos recreativos, constatou-se apenas um cinema e um clube. Nos serviços de saúde e educação, o município de Laranjeiras foi considerado como bem servido (AZEVEDO, 1975b).

Resolver a infraestrutura turística, portanto, implicava diretamente resolver a infraestrutura de saneamento. É interessante pensar as prioridades de uma cidade cuja infraestrutura ainda é precária. As preocupações dos moradores locais na época eram outras, indo além das edificações históricas e do potencial turístico. Juntamente com o diagnóstico do histórico da ocupação de Laranjeiras, os seus aspectos socioeconômicos, a análise de sua estrutura urbana foram realizadas entrevistas aos moradores locais da cidade com o intuito de conhecer os problemas, aspirações e proposições de seus habitantes, a fim de elaborar um planejamento que integrasse

os moradores.

Como resultado, nas entrevistas coletadas sobre a problemática de Laranjeiras, um total de 100% dos entrevistados afirmou que a cidade passou por mudança socioeconômica e que não evoluiu, estando, na época, com um alto nível de desemprego. Apesar da queda comercial e populacional que a cidade sofreu a partir do século 19, o setor mais significativo na Laranjeiras de 1975 era a atividade comercial, porém caracterizada por pequenos estabelecimentos com um número reduzido de empregados. Logo não era uma atividade que estava dando conta de absorver mão de obra (AZEVEDO, 1975b).

Foram então apontadas nas entrevistas, pelos próprios moradores, soluções a serem tomadas pelo Plano Urbanístico, como: criação de novos empregos; abertura de indústrias; melhoramento na infraestrutura da cidade; providências em relação a enchentes e diversos – baixa do custo de vida e ajuda das autoridades aos menos favorecidos (AZEVEDO, 1975b). Assim, o plano decidiu que os níveis de desemprego e as condições da cidade poderiam melhorar por meio da indústria do turismo.

Nota-se que, nas respostas dos moradores, não havia menção a esse setor turístico. No entanto, pela natureza do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, foi adotado um viés de gestão patrimonial que integrasse as dimensões do turismo, sendo o acervo arquitetônico e as manifestações de cultura popular os principais elementos de interesse turístico da cidade, justificando-se as propostas de uma série de intervenções em edificações com elevado grau de arruinamento e a instalação nesses edifícios de equipamentos culturais, pousadas e restaurantes, além da criação de um festival anual de cultura popular.

A partir disso, entra-se diretamente nas propostas de intervenção no patrimônio arquitetônico, reunindo as ações principalmente no setor central da cidade, responsável por grande parte das edificações históricas do município. Ao comparar os mapas do traçado da evolução urbana da cidade de Laranjeiras dos anos de 1880 (Figura 1) com o de 1975 (Figura 2), fica claro que a concentração de edificações continuou nas mesmas áreas, fechando a malha urbana de uso e ocupação do solo e aumentando as edificações, mas sem expansão significativa para outras áreas.

**Figura 1** – Evolução urbana de Laranjeiras em 1880



Fonte: Plano Urbanístico de Laranjeiras, 1975.

**Figura 2** – Evolução urbana de Laranjeiras em 1975



Fonte: Plano Urbanístico de Laranjeiras, 1975.

Foi feito o Cadastro Técnico Imobiliário de todos os imóveis (edifícios e terrenos) de Laranjeiras a partir do Boletim de Informação Cadastral – BIC, que permitiu mapear a classificação do uso do solo e a realização de plantas se-



micadastral atualizadas da época. Conjuntamente a isso foi realizado o Cadastro Suplementar de Edifícios de Interesse Cultural em todos os imóveis do setor central da cidade para avaliar o mérito cultural e o estado de conservação do acervo arquitetônico, a fim de decidir em quais prédios poderiam ser instalados equipamentos como museus e casas de cultura (AZEVEDO, 1975c).

Para o cadastro foram utilizados os seguintes critérios de avaliação (Figura 3): época dos edifícios; estado de conservação; grau de proteção dos edifícios - responsável por classificar qual tratamento o edifício histórico receberia; prioridade de intervenção - para orientar a ação do poder público na restauração e valoração dos imóveis; e classificação tipológica - para que o novo uso dado ao edifício se adaptasse à sua tipologia arquitetônica. Convém também ressaltar que a primeira tentativa de delimitação do Centro Histórico de Laranjeiras foi feita pelo Plano Urbanístico de 1975, guiando-se por recomendações internacionais à proteção de sítios urbanos e pela setorização do uso do solo (AZEVEDO, 1975c).

Figura 3 – Fichas cadastrais de classificação dos edifícios de valor cultural

PLANO URBANÍSTICO DE LARANJEIRAS CONVÊNIO SUDOPE - FMSETUR UFBA  
CADASTRO SUPLEMENTAR DOS EDIFÍCIOS DE INTERESSE CULTURAL

NOME		INSCRIÇÕES MOBILIÁRIAS			
FUNÇÃO ATUAL	Comercio Residencia	setor	quadra	lote	sub lote
LOGRADOURO Rça. Samuel Milionis		N 88	1	21	92


QUADRO SINÓPTICO		
período	categoria tipologica	prioridade de intervenção
Séc. 19-20	E	7-8

IMÓVEL

antigo	
modernizado	X
novo	

área construída

total	38,00 m²
-------	----------



LIGAÇÃO COM FATOS HISTÓRICOS

DATA NA FACHADA	
-----------------	--

CARACTERÍSTICAS ARQUITETONICAS ESPECIAIS

MÓVEIS E PERTENCENÇAS DE INTERESSE CULTURAL

MATERIAIS

setor social	revest piso	revest paredes	forro	material	cercadura	basas	cinibas
Cimento		Reboco		pedra			
intimo	"	"		massa			
servico	"	"		madeira			

SISTEMA CONSTRUTIVO (a ser preenchido no curso dos obras)

paredes estruturais		estrutura autonoma		estrutura mista	
externas	internas	estrutura	vedação int	vedação ext	

PERIGOS IMEDIATOS

UTILIZAÇÃO POSSÍVEL Ateliés, Loja, pequena Restaurante, Loja de Prestação de Serviços

OBSERVAÇÕES Feita parte de um antigo sobrado desestruturizado e subdividido.

executado pelo GRU - faculdade de arquitetura - departamento III - ufba - 1974

PLANO URBANÍSTICO DE LARANJEIRAS CONVÊNIO SUDOPE - FMSETUR UFBA  
CADASTRO SUPLEMENTAR DOS EDIFÍCIOS DE INTERESSE CULTURAL

NOME		INSCRIÇÕES MOBILIÁRIAS			
FUNÇÃO ATUAL	Residencia	setor	quadra	lote	vila
LOGRADOURO Tebais Bezerra		N 88	1	28	51


QUADRO SINÓPTICO		
período	categoria tipologica	prioridade de intervenção
Séc. 19-20	C1**	0

IMÓVEL

antigo	
modernizado	X
novo	

área construída

total	
-------	--



LIGAÇÃO COM FATOS HISTÓRICOS

DATA NA FACHADA	
-----------------	--

CARACTERÍSTICAS ARQUITETONICAS ESPECIAIS

MÓVEIS E PERTENCENÇAS DE INTERESSE CULTURAL

MATERIAIS

setor social	revest piso	revest paredes	forro	material	cercadura	basas	cinibas
Tijolo/Taboad		Reboco		pedra			
intimo	Taboad	"		massa			
servico	Tijolo/pedra	"		madeira			X

SISTEMA CONSTRUTIVO (a ser preenchido no curso dos obras)

paredes estruturais		estrutura autonoma		estrutura mista	
externas	internas	estrutura	vedação int	vedação ext	

PERIGOS IMEDIATOS Desabamento

UTILIZAÇÃO POSSÍVEL Equipamento de cultura, educação, Atividades administrativas, escritórios comerciais.

OBSERVAÇÕES

executado pelo GRU - faculdade de arquitetura - departamento III - ufba - 1974

Fonte: Arquivos do inventário de Laranjeiras de 1974.

Desse modo, nessas classificações foram incluídos também prédios que es-

tavam em ruínas, pois o intuito era revitalizar as edificações consideradas de interesse histórico e entender que a preservação do acervo arquitetônico depende também de sua utilização, considerando ainda que era preciso Laranjeiras reutilizar suas áreas construídas antes de se expandir. Destaca-se que a classificação do Plano Urbanístico considerou três setores na cidade: o setor central (de preservação integral); o setor intermediário (de preservação ambiental) e o setor periférico (de preservação da visibilidade da paisagem e emolduramento do núcleo mais antigo da cidade). Dentro disso, o centro histórico compreendeu a soma do setor central com o setor periférico (AZEVEDO, 1975c).

**Figura 4** – Perímetro delimitado como setor central pelo Plano Urbanístico de 1975



Fonte: Plano Urbanístico de Laranjeiras, 1975, destacado em vermelho pelos autores.

O setor central recebeu indicações de novos usos para as edificações, que se caracterizaram em escritórios comerciais, atividades administrativas, ateliês, restaurantes, lojas de prestação de serviços, equipamentos de cultura, educação,

saúde ou lazer, hospedagem e residências unifamiliares. A Figura 5 sintetiza os usos propostos para algumas edificações com maior potencial de uso no setor central da cidade, cujas informações foram retiradas das fichas cadastrais disponíveis do referido Plano Urbanístico. Nota-se uma boa distribuição por todo o perímetro das atividades comerciais, equipamentos culturais e comércio de lojas, localizados estrategicamente nos arredores de praças para atrair o turismo, estando as residências unifamiliares em ruas próximas a essas praças. Ademais, as atividades administrativas, de escritórios comerciais, mercado e centros de produção de artesanato concentraram-se na Praça Samuel de Oliveira e na rua Getúlio Vargas, locais onde se originou a expansão urbana de Laranjeiras e onde está o obelisco marco de origem da cidade.

**Figura 5** – Síntese do uso de solo proposto pelo Plano Urbanístico para o setor central



Fonte: Perímetro recortado pelo Plano Urbanístico de Laranjeiras, 1975, adaptado pelos autores com o acréscimo das informações sobre o uso do solo.

A restauração do centro histórico de Laranjeiras foi então justificada por razões culturais e econômicas, já que o custo de recuperação do patrimônio imobiliário ocioso possuía um custo inferior ao preço de construções novas de mesma área (AZEVEDO, 1975c). Além disso, o Plano Urbanístico define o anteprojeto do Código de Urbanismo e Obras para Laranjeiras com proposições como: diversificação da agricultura; criação de núcleo industrial; criação do anel rodoviário envolvendo a zona urbana de Laranjeiras para proteger o centro histórico do recalque e vibrações produzidos pelo rolamento dos veículos sobre as fundações dos edifícios; criação do terminal rodoviário; melhorias no saneamen-

to básico, iluminação, telefonia, educação e saúde; remanejamento e criação de áreas verdes e de lazer.

O acervo cultural de Laranjeiras ficou constituído por seu centro histórico, “cuja preservação importa assegurar pelo seu caráter histórico, artístico ou científico de importância nacional ou regional” (AZEVEDO, 1975d, p. 55). Portanto foram estabelecidas as normas de conservação desse acervo cultural, impedindo a demolição ou modificação de bens culturais e naturais, bem como construções novas que alterassem a volumetria e cores do acervo; os proprietários das edificações históricas seriam responsáveis pela boa conservação e uso da edificação, bem como impedidos de se opor às obras de restauração fornecidas pelos órgãos públicos. Caso o próprio morador fosse o benfeitor da restauração, seria gratificado com a redução do imposto predial (AZEVEDO, 1975d).

Além das proposições mencionadas acima, o Plano Urbanístico de Laranjeiras está ciente de que, além da aprovação da legislação do código de obras e do reativamento econômico, era preciso também haver a divulgação nacional da cidade e seus atrativos. Nesse ponto, cabe ressaltar que, mesmo não citando muito sobre o patrimônio imaterial de Laranjeiras, o plano apresenta o descaimento sofrido pelas manifestações de cultura erudita da época em que a cidade era considerada a “Athenas Sergipana”. Também observa que as manifestações religiosas e a festa secular do Lambe Sujo resistiram à passagem do tempo, porém destaca que essas também podem desaparecer se não forem amparadas pelo poder público (AZEVEDO, 1975d).

É nesse momento que o plano urbanístico perpassa o patrimônio material e entra no ponto das culturas populares como identidade social e como estratégia para a divulgação nacional de Laranjeiras por meio de um festival anual, que deveria ser realizado em janeiro, para contemplar a festa de São Benedito, rica em apresentações de grupos folclóricos, cujo apoio para seu acontecimento deveria partir da EMSETUR e da Universidade Federal de Sergipe (AZEVEDO, 1975d). A proposta da criação de um festival folclórico em Laranjeiras teve sua origem em 1972 no Plano de Restauração, Preservação e Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural de Laranjeiras, que foi elaborado logo após a denominação da cidade como “Museu a céu aberto” pelo ministro da Educação da época (DANTAS, 2015). Esse festival é o Encontro Cultural de Laranjeiras – ECL, que teve sua primeira edição em 1976 e desde então ocorre anualmente até o tempo atual com 45 edições completas.

### **O Plano Diretor Participativo de Laranjeiras de 2008**

O Plano Diretor Participativo – PDP de Laranjeiras foi elaborado dentro do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste<sup>7</sup> – PRODETUR/ NE II,

<sup>7</sup> Esse programa foi implementado pelo poder público federal em parceria entre o Ministério dos

sendo sua versão final publicada no ano de 2008. Foi realizado junto ao poder público municipal e à empresa privada Technum Consultoria, a qual promoveu as reuniões e ações participativas com a comunidade, assim como as exigências da Lei Nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade, sendo definido pelo próprio PDP como uma “metodologia de trabalho o processo participativo, buscando a efetivação de acordos com a sociedade civil e com o poder público nos diversos segmentos do Executivo e Legislativo” (LARANJEIRAS, 2008, p. 08). Sobre o histórico de Laranjeiras, o plano diretor traz informações resumidas do Plano Urbanístico de 1974 e acrescenta a situação do município em 2008.

Constam informações de que, na década de 1970, a população de Laranjeiras tendia ao declínio, mas que pouco mais de trinta anos depois houve um aumento de cerca de 13.000 para 26.972 habitantes, evidenciando a permanência dos moradores na cidade. Uma situação que é colocada no PDP de Laranjeiras de 2008 (p. 20) é que “o rio Cotinguiba está assoreado e totalmente poluído pelo lançamento tanto de resíduos industriais como de esgoto sanitário sem tratamento, exigindo medidas urgentes de recuperação”. É interessante observar que, no plano de 1975, embora constem informações sobre o estreitamento do rio e problemas relacionados a enchentes, não constam informações sobre poluição. Desse modo, com o passar dos anos, Laranjeiras entrou também no quesito de elevado grau de degradação ambiental, tanto que o PDP ressalta que a cidade necessita de regulação e ações preventivas e educativas. O rio Cotinguiba, que já foi tão importante no passado histórico de Laranjeiras, permanece até os dias atuais nessa situação de descaracterização de seu patrimônio natural e paisagem urbana.

Um ponto que perdurou a passagem do tempo em Laranjeiras foi o viés turístico. O PDP apresenta que falta infraestrutura de apoio ao turismo, como hotéis e restaurantes, mas que o município oferece “potencialidades para exploração do turismo cultural, tendo em vista que Laranjeiras é tombada como cidade-monumento e é considerada a cidade do país que possui maior concentração de grupos folclóricos da América Latina” (LARANJEIRAS, 2008, p. 22). Essa colocação é muito similar às diretrizes do Plano Urbanístico de 1975; do mesmo modo, o PDP de 2008 traz novamente para a cidade esse viés turístico de gestão que não reverberou na comunidade desde 1975.

Já sobre o panorama do patrimônio edificado de Laranjeiras em 2008, não são evidenciadas mudanças significativas desde a última análise de 1975. O plano apresenta como positivo o fato de o centro histórico ter um perímetro definido, porém expõe ainda que os casarios do conjunto histórico estão em elevado grau de

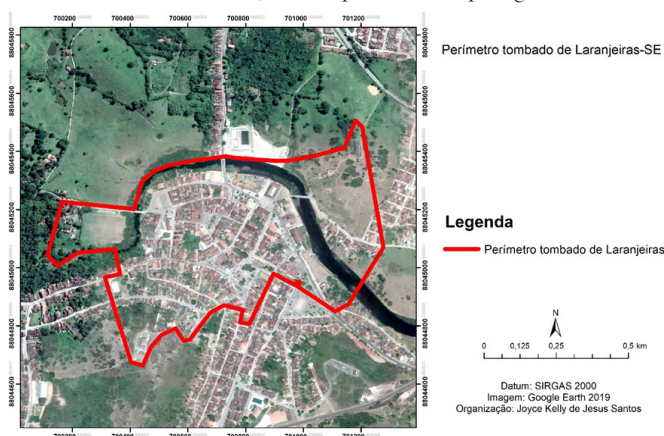
---

Esportes e Turismo e os poderes públicos estaduais para a ampliação da infraestrutura turística do Nordeste brasileiro.

arruinamento, necessitando de medidas de incentivo à preservação, à manutenção e ao restauro. Também cita que ainda é necessário preservar o emolduramento do conjunto arquitetônico do perímetro de tombamento definido para garantir a preservação do patrimônio e o grande potencial de atração turística (LARANJEIRAS, 2008). Esse perímetro refere-se ao conjunto arquitetônico e paisagístico tombado pelo IPHAN em 1996, no qual o perímetro tombado (Mapa 2) passa a ter todos os seus imóveis protegidos por legislação, tornando-se bem objeto de tombamento federal.<sup>8</sup>

Posteriormente a esse tombamento, prosseguindo com as ações preservacionistas, quando Laranjeiras participa do Monumenta no ano de 2005, a dinâmica urbana do sítio tombado foi considerada sem crescimento desordenado, porém com seu conjunto arquitetônico em estado de conservação precário, motivado pelos desgastes naturais do tempo e ações de agentes humanos. Ademais, consta que a comunidade local está consciente da importância cultural da cidade, mas faltam recursos financeiros e sensibilização do setor privado para investir nos projetos de preservação fora de suas propriedades particulares. Em contrapartida, considera o elevado grau de vitalidade de manifestações culturais de Laranjeiras a partir de suas tradições associadas a motivos religiosos, folclore e terreiros afro-brasileiros. “São esses aspectos culturais que, somados à arquitetura, conferem à cidade um cunho característico, transformando-a numa relíquia onde o presente se faz do passado” (BRASIL, 2005, p. 397).

**Mapa 2** – Perímetro tombado do conjunto arquitetônico e paisagístico de Laranjeiras/SE



Fonte: Elaborado por Joyce Santos, 2019.

<sup>8</sup> Percebe-se um avanço em relação à institucionalização desse patrimônio, considerando que, nos anos 1990, o Brasil enfrentava a extinção da Secretaria (SPHAN) que atuava como órgão administrativo.

Sendo assim, quando o Plano Diretor Participativo de Laranjeiras foi elaborado, já conhecia os diagnósticos anteriores e definiu como oportunidades para a cidade, entre outras coisas, aproveitar os subsídios técnicos e financeiros do Projeto Monumenta para ações de restauro de edificações do centro histórico. Bem como o “estímulo ao desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo na região como oportunidade para participação de uma maior parcela da população, de forma indireta, na atividade turística” (LARANJEIRAS, 2008, p. 30).

O próprio PDP já havia dito em seu diagnóstico que o turismo praticado em Laranjeiras não gerava impacto significativo na economia local e que havia um despreparo da população para assumir a autoria do desenvolvimento do turismo na cidade. Então isso leva a refletir como seria essa participação de forma indireta da população na atividade turística que o plano nomeou como oportunidade de desenvolvimento. Do mesmo modo, quando o plano diretor entra no quesito de “Cenário Futuro/de Referência para Laranjeiras”, no item de dimensão social, é intencionada a melhora do poder aquisitivo da população com a geração de empregos e incentivo ao turismo da agricultura familiar.

Consolida-se como atividade econômica no município o turismo sustentável, a absorção da mão de obra local pelas indústrias instaladas no município e a agricultura diversificada a partir dos esforços e investimentos necessários, da qualificação profissional e consideradas as respectivas cadeias produtivas. Expande-se, ordenadamente, o turismo sustentável, e Laranjeiras consolida-se como polo de turismo cultural, com prioridade para a preservação dos bens tombados e para o incentivo às manifestações populares e produção artística e artesanal local. Com a consolidação das atividades econômicas promove-se a melhoria e fortalecimento do comércio local para atender tanto à demanda do turismo como da população local, que, com melhor renda, passa a ter maior poder de consumo. Implanta-se o turismo sustentável dos atrativos culturais de Laranjeiras, promovendo o uso sustentável e a preservação do conjunto tombado (LARANJEIRAS, 2008, p.36).

Assim, percebe-se que o PDP de Laranjeiras vê especialmente na indústria do turismo uma solução de gestão eficiente para movimentar economicamente a cidade com a participação dos moradores locais nas consequências da implantação dessa indústria turística, mas não como efetivos participantes do processo. De acordo com Barros (2004 *apud* BRUSADIN, 2012), em muitos casos, quando o patrimônio cultural é transformado em turismo, a metodologia aplicada é que o morador local é informado sobre o seu patrimônio ao invés de participar do processo de identificação patrimonial, sem definir o que preservar e o motivo disso. Ademais, é direito do cidadão rememorar, é um efeito vinculado à atribuição de uma natureza afetiva, responsável por estimular emocionalmente as memórias vivas das pessoas.

No plano diretor de 2008, evidencia-se também que, embora a comunidade

local não tenha participado da institucionalização do que ser preservado, as ações propostas pelo Plano Diretor Participativo apropriaram-se da cultura popular, que é pulsante em Laranjeiras. É um diagnóstico bem similar ao do Plano Urbanístico de 1975: se, por um lado, o patrimônio material encontra-se em arruinamento, a cultura popular encontra espaço como identidade social. Desse modo, é intencionado pelo PDP a articulação do município com os níveis estadual e federal de governo para estabelecer parcerias com outros municípios sergipanos e a arrecadação de recursos para a recuperação ambiental e do centro histórico.

Assim como o fortalecimento da autoestima do cidadão de Laranjeiras a partir do resgate da cultura local pelo incentivo às manifestações culturais, folclóricas e religiosas, culinária e a inclusão da cultura local nos projetos pedagógicos das escolas, de modo a resultar na internalização de valores e práticas relativos à preservação dos grupos folclóricos e das manifestações culturais locais (LARANJEIRAS, 2008). Para isso designou-se a priorização de apoio financeiro aos grupos folclóricos da própria cidade de Laranjeiras ao invés de grupos de outras cidades, juntamente com uma estrutura física para ensaio e apresentações desses grupos na cidade local em apresentações ao longo do ano nos eventos culturais que fossem promovidos a partir das campanhas de educação patrimonial e cultural. Também apresenta uma proposta interessante de haver capacitação da mão de obra local para atuar nas obras de manutenção e restauro das edificações tombadas (LARANJEIRAS, 2008).

Essas ações propostas dialogam com a gestão democrática como diretriz, já que o envolvimento e o empoderamento dos grupos formadores da sociedade brasileira podem ressignificar o patrimônio cultural institucionalizado para um patrimônio de todos (ROSA, PASSADOR, 2016). No entanto uma pequena parcela dessas ações foi realmente posta em prática. O turismo continuou sem se alavancar em Laranjeiras. A realidade que se tem é de um cenário de turistas que estão com suporte e hospedagem de agências de turismo na capital de Sergipe e vão esporadicamente a Laranjeiras visitar as igrejas, o centro de artesanato e observar os casarios do centro histórico em um curto espaço de tempo dentro do veículo da agência de turismo e sem o menor contato e valorização da comunidade local.

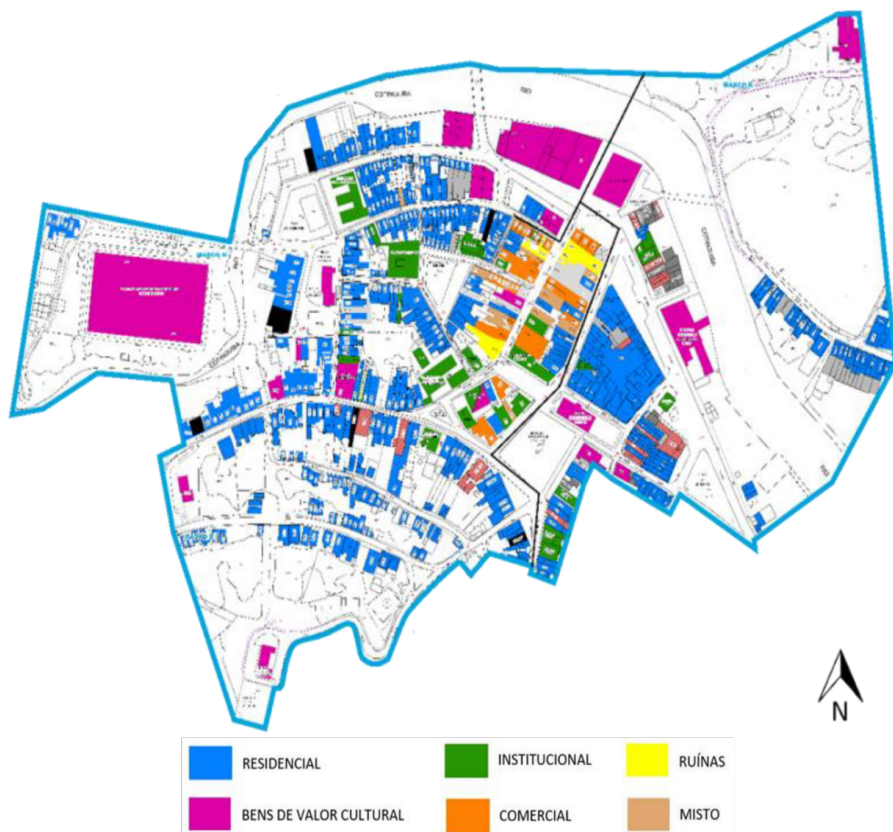
Sobre a utilização das edificações do perímetro tombado, a Figura 6 sintetiza o uso do solo no ano de 2013, cinco anos após a implantação do PDP de Laranjeiras. Observa-se que o uso predominante é o residencial. O comércio, assim como sugerido no Plano Urbanístico de 1975, concentrou-se na rua Getúlio Vargas, que desemboca na Praça Samuel de Oliveira, que é uma via principal do centro histórico e que concentra o Quarteirão dos Trapiches, um conjunto de edificações que compunham trapiches no ano de 1920 e edificações em estado de abandono no ano



de 1974, tendo sido contemplado pelas ações de restauro do Programa Monumenta, tornando-se um câmpus da Universidade Federal de Sergipe.

Percebe-se também que há uma boa distribuição pelo centro histórico dos edifícios de uso institucional e de valor cultural, os quais poderiam fortalecer na vida dos moradores locais a representatividade atrelada ao uso, levantando-se reflexões a respeito da ressonância do patrimônio com sua comunidade, de modo a incentivar a apropriação desse patrimônio por seus próprios moradores e a criação de um vínculo afetivo relacionado à memória local. Assim, a população de Laranjeiras poderia opinar, ser ouvida e participar efetivamente das decisões da gestão patrimonial. Para que então não sejam propostas ações que não reverberam na comunidade, como foi o caso do viés turístico tanto no Plano Urbanístico de 1975 como no Plano Diretor Participativo de 2008.

**Figura 6** – Síntese do uso do solo do perímetro tombado de Laranjeiras em 2013



Fonte: Elaborado pelo Escritório Modelo da Universidade Federal de Sergipe, 2013.

## Considerações finais

O Plano Urbanístico de Laranjeiras de 1975 foi um instrumento iniciador da operacionalização da política urbana de grande importância por delimitar o centro histórico e definir o Código de Urbanismo e Obras, garantindo ações de salvaguarda do patrimônio edificado de Laranjeiras. Já o Plano Diretor Participativo de 2008 atualizou e propôs novas ações para a salvaguarda patrimonial cultural de Laranjeiras, havendo um maior foco na relação entre as tradições populares como fortalecimento e a identificação do patrimônio material edificado.

Ao comparar as visões dos dois planos, percebeu-se que, apesar de terem sido elaborados em momentos distintos, há uma grande semelhança na leitura apresentada tanto das problemáticas da cidade como das soluções para a dinamização econômica. Assim como, quando aconteceram as intervenções do Programa Monumenta em Laranjeiras, já se tem uma visão específica do que preservar e restaurar, a partir de questões vinculadas ao IPHAN. No entanto evidencia-se que, apesar do diagnóstico da condição de degradação do patrimônio edificado, houve estratégias de preservação e até mesmo de restauro para esse patrimônio, mas não se criou um plano de salvaguarda para a continuidade do patrimônio cultural da cidade.

Considera-se nesse ponto que, historicamente, as ações preservacionistas do patrimônio histórico foram implantadas em Laranjeiras em uma perspectiva vertical, ou seja, primeiro houve a institucionalização do patrimônio para depois ser passado para a população. Tais ações trouxeram contribuições muito importantes para a preservação do patrimônio cultural da cidade. No entanto se compreende a não apropriação pelos moradores do patrimônio edificado da cidade da maneira como os planos de 1975 e 2008 idealizaram, o que é corroborado pelas problemáticas que se repetem, até os dias atuais, em relação à degradação desse patrimônio material.

Laranjeiras é mais do que uma cidade-monumento. Para ir além da pedra e cal, é necessário buscar compreender os processos de reconhecimento das referências culturais e entender o que reverbera entre a comunidade e a cidade. Um patrimônio edificado, ainda que seja institucionalizado, sem vínculo de representatividade por seus usuários, é apenas pedra e cal, é patrimônio apenas para a legislação. A ressignificação do modelo de gestão é uma alternativa proposta diante da investigação desse trabalho a partir de um modelo de gestão participativa pautado na educação patrimonial, como instrumento de orientação, organização e avaliação dos processos de proteção aos bens culturais.

Desse modo, o processo de patrimonialização é inserido a partir da educação patrimonial, a qual é um recurso potencializador das medidas de proteção e salvaguarda. É importante destacar que a educação patrimonial deve estar junto desde o início na identificação do patrimônio, considerando suas múltiplas narrativas. Pela

educação patrimonial e inclusão social é possível a tentativa de garantir ao patrimônio os atributos da apropriação pública, já que, por definição, são bens de alcance social.

Como observado nos dois planos de 1975 e 2008, a comunidade de Laranjeiras foi consultada, porém permaneceu como prioridade um viés turístico que não se relacionou com sua comunidade. É preciso, além de consultar, permitir que a comunidade local seja atuante no seu patrimônio e nas suas decisões – dentro dos limites das legislações. Em uma perspectiva mais atual, o IPHAN recomenda o envolvimento, a participação e a colaboração da comunidade que vivencia o cotidiano da própria cidade. Além disso, seria um ganho para Laranjeiras a criação de um plano de gestão de salvaguarda que possa ser reavaliado pelo IPHAN, pelos poderes públicos e pela população a cada dez anos para garantir o diálogo inter e multidisciplinar do patrimônio material, imaterial e paisagístico.

### Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Paulo Ormino David de. (Coord.). **Plano Urbanístico de Laranjeiras** - a região e sua ocupação. Salvador: GRAU, 1975a. v. 1.
- AZEVEDO, Paulo Ormino David de. (Coord.). **Plano Urbanístico de Laranjeiras** - aspectos socioeconômicos. Salvador: GRAU, 1975b. v. 2.
- AZEVEDO, Paulo Ormino David de. (Coord.). **Plano Urbanístico de Laranjeiras** - análise da estrutura urbana. Salvador: GRAU, 1975c. v. 3.
- AZEVEDO, Paulo Ormino David de. (Coord.). **Plano Urbanístico de Laranjeiras** - proposições. Salvador: GRAU, 1975d. v. 4.
- BRASIL. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais**: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.
- BRUSADIN, Leandro Benedini. O turismo e a história sob a ótica do patrimônio cultural: interlocuções entre os campos do saber, práticas e representações. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. (Orgs.). **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012. p. 35-46.
- CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo; ANJOS, Marcos Vinícius Melo dos; CORRÊA, Luiz Fernando de Melo. **Sergipe Nossa História**: ensino fundamental. Aracaju: Info Graphiç's, 2008.
- DANTAS, Beatriz Góis. O Encontro Cultural de Laranjeiras segundo uma observadora participante. **Revista Geonordeste**, São Cristóvão, ano XXVI, n. 2, p. 100-114, ago./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/5337>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- FEITOSA, Alan Rafael Veiga. **Memórias da cidade**: as ruínas da histórica Laranjeiras/SE. 2012. 230f. Dissertação (Mestrado em Sociologia no Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2012. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11134>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- LARANJEIRAS. **Plano Diretor Participativo**. Produto 5 - Relatório Final -

Volume II - Relatório Técnico. TECHNUM Consultoria. Maio 2008. Disponível em: <https://camaradelaranjeiras.se.gov.br/>. Acesso em: 03 dez. 2020.

LEÃO, Lícia Cotrim Carneiro. **O espaço livre público e a visão cotidiana da paisagem**: o caso do centro histórico de Laranjeiras-SE. 2011. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-27012012-145452/pt-br.php>. Acesso em: 10 out. 2020.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira; PASSADOR, João Luiz. Os primeiros passos das políticas públicas de patrimônio cultural do Brasil. *In*: ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira; RICCI, Magda Maria de Oliveira; SILVA, Adriana. (Orgs.). **Memória, Identidades e Políticas Públicas de Cultura**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 13-50.

# NEOENXAIMEL – PSEUDOENXAIMEL E ENXAIMEL (ATUAL)

Angelina Wittmann<sup>1</sup>

## Resumo

Atualmente, a expressão *neoenxaimel* vem sendo usada no Brasil por arquitetos, pesquisadores da academia, leigos, e também construtores - para denominar alguma coisa que se reporta a um tipo de construção que, cenicamente, “lembra” a técnica construtiva enxaimel trazida pelos pioneiros alemães ao País. A técnica construtiva enxaimel (atual) na Alemanha é resultante de uma evolução tecnológica e social, cuja origem ocorreu no período neolítico. Através das construções atuais denominadas *neoenxaimel*, pretende-se apresentar alguma coisa aparentemente alinhada à técnica construtiva e à cultura dos pioneiros alemães, com objetivos focados no aspecto econômico e comercial destes cenários – denominado por Vieira (2013) de *kitsch*. O *neoenxaimel* sugere que há uma nova maneira de construir o enxaimel. Não se trata da mesma técnica construtiva ou uma variação desta. Mas sim, de um decorativismo cênico aplicado sobre uma outra técnica construtiva. O resultado é um cenário que lembra a aparência final de uma edificação enxaimel, mas sem a estrutura de madeira independente do fechamento – umas das características de sua originalidade – seja antigo ou novo. Os primeiros pesquisadores sobre enxaimel na cidade de Blumenau e região, pioneiros deste tipo de pesquisa, denominavam este tipo de construção, por décadas, de *pseudoenxaimel* ou *enxaimelóide*. O que é

---

1 Graduiu-se Arquiteta e Urbanista em 1996, na FURB - Blumenau, quando conheceu o trabalho pioneiro desenvolvido pelo arquiteto e professor Vilmar Vidor junto ao patrimônio histórico-arquitetônico na academia e, também, no estágio profissionalizante orientado pelo citado no Instituto de Planejamento e Pesquisas Urbanas de Blumenau - IPPUB. Prosseguiu suas pesquisas no programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina – Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Foi Vice-Presidente do Instituto Bertha Blumenau de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural; atuou como Conselheira do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico. Lecionou nos cursos de Arquitetura e Urbanismo da FURB – Blumenau SC, da ASSEVIM – Brusque SC, da FAMEG – Guarapiririm e da UNIDAVI – Rio do Sul-SC. Possui artigos publicados em periódicos nacionais e também na Alemanha, onde desenvolveu parte da pesquisa sobre a técnica construtiva enxaimel – conforme publicado no livro “Fachwerk – A Técnica Construtiva Enxaimel”, em 2019.

*pseudoenxaimel e neoenxaimel?*

**Palavras-chave:** *Neoenxaimel. Pseudoenxaimel. Enxaimel. Técnica construtiva. Arquitetura pioneira.*

## Introdução

A primeira vez que ouvimos a expressão *neoenxaimel* foi no oeste de Santa Catarina, em setembro de 2018, durante o momento de perguntas efetuadas no decorrer de uma palestra sobre o enxaimel, em Itapiranga. Depois, ouvimos a expressão novamente em 2020, durante um debate efetuado ao vivo na Rádio Arquitetura. Também constatamos que há uma produção acadêmica através de artigos, dissertações e teses. Algo bem recente como linguística. Há pesquisas suficientes no País sobre a técnica construtiva enxaimel, para então, se compreender o que é *neoenxaimel*?

O neo-enxaimel, é um estilo<sup>2</sup> arquitetônico inspirado no enxaimel, uma antiga técnica de construção de casas, trazida pelos imigrantes. Tendo se proliferado pelo centro destas cidades e alterado a estética urbana, esta arquitetura foi novamente trazida ao presente dentro de um contexto histórico e social bastante diferente daquele das antigas casas. Além disso, para sua implantação não houve qualquer comprometimento histórico, resultando em uma arquitetura inautêntica e até mesmo *Kitsch*, devido ao seu caráter comercial. VEIGA (2013)

No Brasil, há uma pequena produção acadêmica sobre a técnica construtiva enxaimel, quase sempre desprovida de embasamentos mais profundos sobre a evolução da técnica, por ser um tema muito recente. E, no interior da pesquisa existente, o estudo é setorizado dentro de períodos históricos e é fracionado e analisado através destes segmentos, desconsiderando sua sequência evolutiva ao longo da linha histórica – que teve início no neolítico e segue até o tempo presente. Há definições prontas a partir de composições e de olhares diferentes sobre fragmentos desta evolução da técnica construtiva dentro de determinados períodos históricos, desconsiderando sua continuidade, para compreensão ampla e o entendimento evolutivo da definição da técnica no tempo presente, resultante deste processo e não um novo enxaimel ou *neoenxaimel*.

O enxaimel foi bastante utilizado em países do centro e norte da Europa, desde fins da Idade Média<sup>3</sup> até a Revolução Industrial. A técnica caracteri-

2 Esta expressão não pode ser considerada um estilo arquitetônico, porque é algo local e mecanicamente construído para determinado fim, e não foi o resultado artístico de um período histórico universal da história da arte; esta, consequência de mudanças sociais – classificada a partir da arquitetura e de acordo com suas características formais, culturais, geográficas, técnicas e materiais.

3 Enxaimel iniciou seu processo no período neolítico e evoluiu, até o tempo presente, como técnica

za-se basicamente pela construção de paredes formadas por uma estrutura com peças de madeira horizontais, verticais e inclinadas encaixadas umas nas outras, sem o uso de pregos; os espaços vazios entre as madeiras eram depois preenchidos, geralmente, de taipa. No século XVIII, o tijolo começaria a ser usado como material de preenchimento das paredes das casas em cidades no norte da Alemanha. (VEIGA, 2014)

Quando publicamos o livro *“Fachwerk – A Técnica Construtiva Enxaimel”*, com parte da organização da pesquisa de mais de 25 anos sobre o assunto, o objetivo foi suprir lacunas e contribuir com informações sobre a técnica construtiva enxaimel, uma das mais antigas do Planeta e presentes em quase todos os continentes – com diferentes resultados. Veiga (2014) escreveu um artigo sobre *neoenxaimel* com forte crítica ao “cenário” comercial praticado em muitas cidades e também em Blumenau, nas quais já existiu um considerável conjunto de edificações construídas originalmente com técnica enxaimel. Estas não foram preservadas, tendo sido retiradas, paulatinamente, das paisagens rurais e urbanas, sem muita reflexão.

Com isto, há o surgimento de definições com bases voláteis, insólitas e fracionadas, desprovidas de fundamentações sólidas, e, muitas vezes, criando expressões insustentáveis como *neoenxaimel*, cujo conteúdo pretendido já era destacado e apontado décadas anteriores na região de Blumenau, com outra denominação: *pseudoenxaimel* e *enxaimelóide*, contendo, em si, o lastro crítico, na época usado por boa parte de pesquisadores e técnicos.

## **Pioneirismo - Pesquisa - Técnica construtiva enxaimel no Vale do Itajaí**

Observando o trabalho de Veiga (2014), pode-se afirmar que a ausência de profundidade das pesquisas existentes no País e o entendimento sobre o enxaimel no Vale do Itajaí, no final da década de 1970, contribuíram para o surgimento de conclusões não tão verídicas para sustentar as análises de expressões recentes, surgidas a partir da década de 2010, como, por exemplo, *neoenxaimel*. A definição do conceito está correta, mas o contexto social que o fez surgir, não. Este termo é muito mais recente e apresenta outra conotação – como significado dentro dos períodos históricos.

As casas de enxaimel catarinenses, que eram únicas e autênticas, verdadeiros resquícios materiais de um importante período da história brasileira – o da imigração estrangeira em massa – perderam sua aura ao serem copiadas visando o consumo turístico. A partir do final dos anos de 1970, inicia-se na cidade de Blumenau – a maior cidade na região do Vale do Itajaí –, uma política cultural voltada para o turismo, que visava reconstruir a imagem da cidade como uma cidade germânica. Esta política cultural, que se utilizava fortemente do discurso de resgate da identidade e da

---

construtiva.

tradição, culminou, entre outras coisas, na construção de uma arquitetura artificial, o chamado neo-enxaimel<sup>4</sup>, o qual limitava as formas da antiga e obsoleta técnica de arquitetura popular para denominar também um estilo arquitetônico, uma vez que estas novas edificações não foram construídas utilizando a antiga técnica: elas apenas mimetizavam sua aparência, sem qualquer comprometimento histórico. Assim, propaga-se uma ideia errônea com relação ao enxaimel, sendo bastante comum ver situações que se referem a ele como um estilo, enquanto que ele sempre foi uma técnica construtiva. (VEIGA, 2013)

O contexto histórico dos fatos sequencias na cidade de Blumenau foi diferente da narrativa feita por Veiga (2013). A expressão sugerida em seu trabalho surgiu na região somente na década de 2010 – como algo “novo” e não como algo arbitrário, como tinha a conotação da expressão usada anteriormente para denominar uma edificação que recebia o decorativismo do enxaimel sobre uma estrutura qualquer - o *pseudoenxaimel*. Em Blumenau, mesmo construções com estas características, já eram denominadas *enxaimelóide* ou *pseudoenxaimel*.

Em 1974, quando o prefeito de Blumenau Félix Theiss assumiu a administração, este priorizou a formação de uma equipe técnica formada por arquitetos, a fim de implantar o Plano Diretor da cidade de Blumenau desenvolvido na administração anterior. Foi contratado o arquiteto recém-formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Vilmar Vidor<sup>5</sup>, que assumiu a coordenação do Planejamento

4 A composição não recebe o hífen de acordo com a última reformulação da gramática brasileira.

5 Vilmar Vidor foi Arquiteto e Urbanista, Pós-Doutor, Professor, Presidente do IPPUB, Escritor, Pesquisador e fotógrafo. Nasceu em Porto Alegre, em 5 de maio de 1948. Graduou-se arquiteto e urbanista em 1973, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atuou na Prefeitura de Blumenau, como Diretor do Departamento de Estudos e Projetos da Assessoria de Planejamento. Entre 1979 – 1984, cursou doutorado na Université Paris I – França – Analyse Regionale & Amenagement du Territoire. Tese: *O processo de industrialização e de urbanização no nordeste de Santa Catarina*. Entre os anos de 1986 e 1987, foi Chefe do Departamento de Construções da FURB – Universidade Regional de Blumenau e entre 1989 a 1990 foi Coordenador do Curso de Especialização em Planejamento Urbano na FURB – Universidade Regional de Blumenau. Fez o primeiro pós-doutorado entre os anos de 1990 e 1991, na Université Paris I - Pantheon Sorbonne, França, em Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente. Assumiu a coordenação do Núcleo de Pesquisas em Planejamento Urbano, vinculado ao IPS – Instituto de Pesquisas Sociais da FURB, no qual desenvolveu alguns projetos relacionados ao patrimônio histórico-arquitetônico regional. Em 1992, implantou seu projeto de fundação do Curso de Arquitetura da FURB. Foi professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da FURB entre os anos de 1992 a 1997. Foi idealizador e também o primeiro presidente do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Blumenau – IPPUB, de 1993 a 1996. Idealizou e coordenou o projeto Patrimônio Arquitetônico de Blumenau, com apoio do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que levou ao tombamento e preservação de várias edificações históricas de Blumenau e região. O projeto consistia no cadastramento, por estagiários da FURB, das edificações históricas e em seu desenvolvimento. Atualmente, o projeto é conhecido como “Projeto Patrimônio Memorvale”. Em 1995, fez o curso de Teoria e Pesquisa em Tecnologia e Proteção do Patrimônio Cultural. Carga horária: 120h, *Deutsches Zentrum für Handwerk und Denkmalpflege*, no qual conheceu o pesquisador Manfred Gerner e não em vão, tendo conseguido viabilizar sua vinda para um curso semelhante para Blumenau. Ainda em 1995, fez o curso de “Recuperação de Estruturas Históricas de Madeira”. Carga horária: 40h, na Universidade Federal de Santa Catarina



Urbano de Blumenau, e chamou mais colegas seus, da área de Arquitetura e Urbanismo, para trabalhar na cidade. Esta equipe técnica coordenada por Vidor fez um trabalho pioneiro de pesquisa, levantamentos e estudos das tipologias pertencentes ao patrimônio histórico arquitetônico, não somente de Blumenau, mas do Vale do Itajaí. A pesquisa se desenvolveu em várias frentes e áreas com o perfil interdisciplinar – dentro da Universidade – FURB, na Administração pública – Prefeitura Municipal de Blumenau e, também, dentro do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Blumenau – IPPUB. Toda esta movimentação, bem ou mal, influenciou a administração seguinte – do prefeito Renato de Mello Viana, sob o aspecto da construção dos cenários do *pseudoenxaimel*, como era denominada da prática da construção do *fake* - até o século XXI. Neste período, Vilmar Vidor estava Universidade de Sorbonne, em Paris, França

Durante os duros anos da década de 70, embalados pelo “generoso” milagre econômico e pela exacerbada ditadura militar, vivenciados mais arduamente nos grandes centros, cujo policiamento ostensivo constrangia qualquer cidadão, resolvi mudar de vida e de lugar.

Neste momento de decisão/transição, Blumenau preenchia meu imaginário como lugar paradisíaco, ambientalmente puro, lugar propício ao desenvolvimento de grandes ideias e à cristianização de futuro promissor. (...)

Nunca me arrependi desta decisão de mudança para Blumenau. É minha terra de coração e continuará a sê-lo enquanto a dinâmica, a perspicácia e a vontade de toda a gente desta cidade permanecerem voltadas para melhorar e qualificar a vida de todos. Entretanto, um lamento final: por que tanto desleixo com o enxaimel, arquitetura que personaliza, identifica e projeta a cidade para o mundo todo? (VIDOR, 2000)

O Arquiteto Vilmar Vidor também fundou a Associação de Proprietários de Imóveis Antigos, trouxe o renomado pesquisador alemão, o qual ministrou curso prático de restauro (40h). Manfred Gerner, coordenou o primeiro levantamento de edificações pertencentes ao patrimônio histórico arquitetônico da região – Projeto Memorvale. Foi pioneiro na pesquisa do enxaimel por mais de três décadas, na região do Vale do Itajaí. Durante este tempo, a expressão usada para a arquitetura produzida com alvenaria estrutural, com ripas coladas nas paredes, caracterizando o decorativismo *fake* era conhecida como *pseudoenxaimel*, *enxaimelóide* e não *neoenxaimel*.

---

– UFSC. Em 1996, faz o curso de Teoria e Prática de Restauração em Estruturas Enxaimel, com carga horária de 80h, na FURB – Universidade Regional de Blumenau. Em 25 de novembro de 2015, faleceu em Blumenau.

**Imagem 1** – Tipologia enxaimel localizada na área rural de Blumenau.



Fonte: Fotografia de Vilmar Vidor.

## Enxaimel – Pseudoenxaimel

O desenvolvimento da técnica enxaimel aconteceu no sul do Brasil, por indivíduos europeus que trouxeram consigo, arquivados em suas memórias, conhecimentos produzidos no cotidiano, nos respectivos lugares de origem. O enxaimel não é uma criação alemã, assim como as construções ecléticas não são germânicas, nem italianas, nem açorianas, mas têm sua base nestes lugares. De base alemã, italiana ou portuguesa engendram-se localmente outras formas e funções na construção e no cotidiano da arquitetura local/regional. (...)

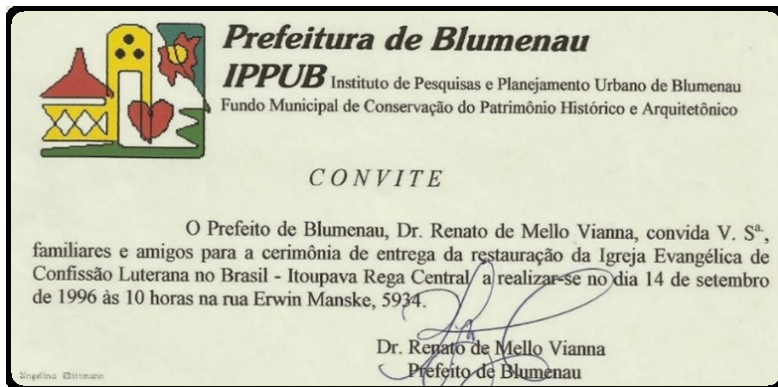
No Brasil, especialmente no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, e no Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul, a reprodução do “fachwerk” dito aqui enxaimel, teve continuidade, porém limitada e modificada pelos condicionamentos locais. Em decorrência do clima subtropical não era necessária a inclinação superior de 45 graus dos planos da cobertura, mas tornou-se necessária a construção de uma varanda, característica das construções nos lugares de clima quente úmido. (VIDOR, 2007)

A pesquisa sobre o enxaimel e demais tipologias pertencentes ao patrimônio histórico arquitetônico na cidade de Blumenau, como assunto de pauta prioritário, dentro da administração pública - IPPUB, da Universidade – FURB e dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Serviço Social, propiciou o surgimento de conselhos, associações e uma legislação formal municipal, alinhada às entidades e legislações estaduais e federais, com objetivo de enaltecer, registrar, coibir ações que atingis-

sem este conjunto patrimonial e prestação de assessoria técnica à sociedade no que tange a preservação, com ações práticas e incentivos. Em 22 de dezembro de 1994, o prefeito de Blumenau, Renato de Mello Viana, sancionou a Lei Complementar nº 79, regulamentada pelo Decreto nº 5.100 em 8 de março de 1995. Esta lei instituiu o programa de proteção e valorização do patrimônio histórico-arquitetônico do município, concedendo incentivos tributários ao proprietário de imóvel que fizesse parte do Cadastro do Patrimônio Histórico (Projeto Memorvale<sup>6</sup>) que também fosse útil às ações de instituições de preservação na escala estadual e federal. Para atender aos objetivos do programa, foram criados o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Arquitetônico e o Fundo Municipal de Conservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico.

O Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Blumenau (IPPUB) é o órgão gerenciador do programa. Cabe a ele executar o levantamento, no qual é apurada a idade, estilo arquitetônico, características próprias de engenharia, peculiaridades arquitetônicas, referência social e cultural da família do proprietário são os critérios para que os imóveis passem a integrar o cadastro de imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico. (JSC, 1995)

**Imagem 2** – Convite para a entrega de uma obra restaurada – iniciativa do IPPUB e Prefeitura Municipal de Blumenau.



Dentro desta movimentação institucional e debates no município e na região, a administração pública municipal do governo de Renato de Mello Viana, erroneamente, e não tendo dado ouvidos à sua equipe técnica, com foco na econo-

6 Projeto de Cadastramento do Patrimônio Arquitetônico – Memorvale – contém cadastradas as principais tipologias pertencentes ao patrimônio histórico arquitetônico de Blumenau e região, entre as décadas de 1980 e 1990, e que teve como epílogo o tombamento, pela Fundação Catarinense de Cultura, de vários imóveis no centro de Blumenau e outros restaurados. O Arquiteto Vilmar Vidor foi o idealizador e proponente do projeto, tendo em sua equipe, dentre outras pessoas, a professora Amábil M. T. Dorigatti, que também coordenou o projeto em determinada época.

mia ofereceu incentivos às pessoas que tornassem sua edificação, sendo comercial, industrial ou residencial, dotada do fachadismo “enxaimel”. A reação dos técnicos, arquitetos e pesquisadores locais foi inevitável, e fez-se uso de expressões como o *pseudoenxaimel* e *enxaimelóide*, comum nas falas técnicas, em congressos, palestras e seminários sobre o tema.

As práticas de inovações da área do turismo surgiram quando, na década de 1980, assumiu como Secretário de Turismo de Blumenau, na administração do prefeito Dalto dos Reis, Antônio Pedro Nunes, proprietário da primeira agência de turismo do Estado de Santa Catarina e que fazia excursões periódicas de turistas para a Alemanha. Foi o idealizador e o coordenador das primeiras edições da Oktoberfest Blumenau, acreditando que o potencial turístico da cidade estava além das tipologias pertencentes somente ao patrimônio histórico-arquitetônico presentes na paisagem da cidade e região, mas também, presentes em outras práticas culturais e na gastronomia. De suas viagens de trabalho turístico à Alemanha trouxe planos e ideias, muitas vezes, somente com o aspecto comercial e sob o foco da rentabilidade, surgindo, então, também o cenário *enxaimelóide*.

Nas administrações seguintes, e sem a contribuição do arquiteto Vilmar Vidor, surgiram instituições que se apropriaram da narrativa patrimonial, mas não das ações práticas e, de certa maneira, houve momentos de constrangimento derivados do embate de interesses dentro do espaço da cidade. Restou o levantamento do Memorvale, com cópias deixadas na Prefeitura Municipal, no Arquivo Histórico de Blumenau e na FURB, sem muita divulgação de sua existência. Antes de seu falecimento, em entrevista a um programa televisivo de Blumenau, o Arquiteto Vilmar Vidor mencionou que, do montante das edificações levantadas restavam, aproximadamente, 1/3 na paisagem e 2/3 já haviam sido demolidas.

**Imagem 3** – Matéria do jornal Diário Catarinense de 2005 – Construção enxaimel perde espaço

Nº 3741 - DOMINGO, 20 DE FEVEREIRO DE 2005 CIRCULA ÀS TERÇAS, QUARTAS, QUINTAS E DOMINGOS DC **classificados**

Angelina Wittmann

## Construção enxaimel perde espaço

ARTES E MANSÕES DE BLUMENAU

**O custo alto de manter a estrutura incentiva a mudança**

**NILSON COELHO**  
▼ BLUMENAU

Tudo o que chama de técnica construtiva enxaimel – estrutura de madeira – vêm perdendo espaço ao arrojado da modernidade. Em um primeiro momento, o estilo arquitetônico trazido pelos imigrantes alemães deu lugar a “art deco” – arquitetura com origem na migração alemã no período entre guerras. Enquanto estas modificações criam uma identidade na arquitetura da cidade, alguns trabalham na preservação do patrimônio histórico blume-

nauense através de restaurações e incentivo fiscal.

A técnica construtiva enxaimel, utilizada pelos imigrantes alemães, continua sendo um atrativo turístico.

“O problema está no custo alto da obra, pois a madeira é um dos materiais mais usados na edificação. Para a arquiteta Angelina Wittmann, outro motivo que torna o enxaimel inviável é a falta de mão-de-obra especializada.

Angelina acredita que a técnica não reflete mais o tempo atual. A arquiteta nota que, diferente de Blumenau, em cidades como Pomerode, Timbo e Indaial, a modernidade ainda não chegou e a tradição das construções se mantém. Angelina acredita que arquitetura como arte, reflete a forma de viver do homem, seus anseios, lazer, atividades e a tecnologia vigente. Por isto, a troca

de informações entre os grandes centros, a velocidade dos meios de comunicação e o surgimento de uma facilidade de arquitetura no município trouxe a modernidade às linguagens arquitetônicas.

Através de um cadastro realizado pelo Conselho de Patrimônio Histórico, construções antigas, de valor histórico, são incentivadas a preservar a história arquitetônica da cidade. Uma lei municipal baixa em até 100% o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

Com isto as construções que mantêm características de construção europeia em Blumenau, como é o caso do enxaimel, são preservadas.

“Queremos expandir o interesse turístico – disse a Diretora de Planejamento Urbano do Ippuh, Vera Krummenauer.

**ARQUITETURA:** Preservação do estilo rende desconto de IPTU

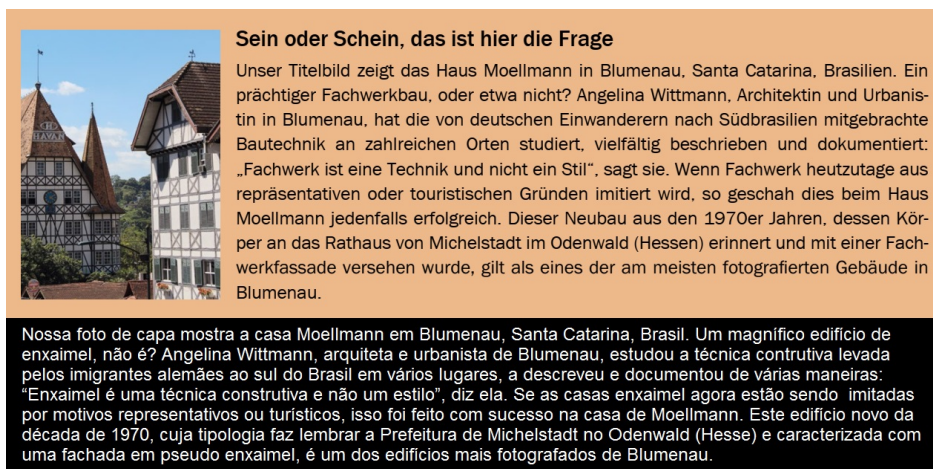
[nilson.coelho@santa.com.br](mailto:nilson.coelho@santa.com.br)

## *Neoenxaimel*

Expressão que reporta à presença do fazer um “novo enxaimel” e de algo que não tem relação com a técnica construtiva enxaimel. Como poderá ser considerado “Novo”? No estudo e análise do trabalho de Veiga (2013), há enganos de cronologia e também de ações públicas, culturais e sociais em torno do tema pesquisado. O trabalho menciona que o *neoenxaimel* passou a existir a partir da década de 1970, motivado pelo setor turístico e comercial, gerando transformações na paisagem edificada da cidade de Blumenau e região. Historicamente, este processo de fato existiu, porém, a partir da década seguinte, quando o Secretário de Turismo de Blumenau, proprietário da primeira agência de turismo do Estado de Santa Catarina e idealizador da Oktoberfest Blumenau, Antônio Pedro Nunes, assumiu a secretaria. Foi na década de 1970 que Blumenau recebeu o trabalho de arquitetos e outros técnicos - a “equipe técnica” que iniciou a pesquisa sobre a técnica construtiva enxaimel na região e alardeou sua importância para a manutenção da memória local. Este processo fez surgir o debate no âmbito de diferentes esferas da sociedade, fazendo surgir a expressão *pseudoenxaimel* e *enxaimelóide*, usada de maneira pejorativa e se opondo a qualquer coisa que não fosse original, diferentemente do significado da expressão analisada por Veiga (2013) em suas conclusões – reportando a algo “novo” para fins comerciais e somente essa conhecida.

Em poucos anos, o neo-enxaimel, construído de forma a remeter a uma paisagem alpina, europeia, aos contos de fadas, ou para reforçar a ideia de cidade germânica, se alastrou pelo centro de Blumenau e também por outras cidades da região, como Joinville, Pomerode, Brusque, entre outras. A estética urbana do centro destas cidades foi, então, modificada com a implantação de uma arquitetura que não mais condizia com a realidade do presente, pois o enxaimel já se encontrava em desuso há muitas décadas. O neo-enxaimel, por ser uma cópia com objetivos comerciais e por ser algo implantado totalmente fora de seu contexto original, pode, então, ser considerado um típico fenômeno *Kitsch* dentro dos estudos de estética, uma vez que ele é inautêntico e se utiliza de sua estética unicamente como elemento para provocar emoções naquele que o vê; VEIGA (2013)

Parte dos ecos deste tempo de reflexão foi o artigo publicado na revista alemã *Weltruf*, em 2016, com a imagem do “enxaimelóide” mais conhecido da cidade de Blumenau e mais fotografado. Destacamos no artigo publicado que a edificação foi uma das poucas construídas no final da década de 1970, e também mencionada por Veiga (2016).

**Imagem 4** – Apresentação da Capa da publicação da revista alemã *Weltruf*, publicada em 2016.

Ao longo dos 25 anos de pesquisa que destinamos ao enxaimel, constatamos que há muita confusão, também, por parte dos pesquisadores, ao adotar termos como “estilo” e, neste momento, o uso de *neoenxaimel*. Quem usa essa expressão desconhece a técnica construtiva enxaimel, parte estrutural de uma edificação feita de madeira. Se não for assim, não é enxaimel.

Quanto ao assunto – realmente “novo” (atual), que faz parte da evolução desta técnica construtiva na Alemanha atual, onde o setor da construção civil alemã desenvolveu um sentimento unânime no que tange às questões envolvendo a importância da sustentabilidade dentro de um entendimento amplamente uniforme e geralmente aceito nos últimos anos. De acordo com o Pesquisador Dr. Thomas Lützkendorf, a importância do planejamento, construção e gerenciamento de edifícios, bem como o desenvolvimento do estoque de edifícios para o desenvolvimento sustentável, deriva de determinadas considerações. O ambiente construído é o espaço vital, o ambiente de trabalho e a força produtiva, e vincula o capital. As estruturas e as estruturas urbanas têm um impacto significativo na qualidade de vida da sociedade, bem como na saúde, segurança, satisfação e desempenho das pessoas. Edifícios e estruturas de assentamentos também representam um valor cultural. Há alguns anos o *neoenxaimel* alemão segue as mais rígidas normas de sustentabilidade e a técnica construtiva enxaimel é uma das opções mais aceitas pela sociedade atual, no momento de escolher uma técnica construtiva alinhada aos tempos da sustentabilidade, pois possui versatilidade mediante a disponibilidade de diversos materiais alternativos para seu fechamento, sob o aspecto ecológico e seu uso relacionado à sustentabilidade do bem morar. A madeira é o único material que pode atingir a sustentabilidade. Concreto, vidro, cerâmicas, plásticos só emitem carbono em

seus processos produtivos, enquanto que a madeira acumula carbono. Esta tipologia construída na Alemanha atual é contemporânea e nova; no entanto, não é “neo”, e sim, o resultado evolutivo de um processo que teve início no período neolítico.

## Considerações finais

A técnica construtiva enxaimel “chegou” ao Brasil pelas mãos dos imigrantes alemães em diferentes regiões, e nestas adquiriu a forma adequada a um conjunto de elementos inerente e característico a cada espaço e à sociedade que nele vive dentro de um recorte de tempo.

Com a presença do pesquisador Vilmar Vidor na cidade de Blumenau, houve o início da pesquisa pioneira sobre o enxaimel, nunca vista antes no País, a qual nor-teou outras semelhantes em outras regiões com a presença desta arquitetura. Dentro da escola de arquitetura fundada por Vidor na cidade, surgiu também a pesquisa que opunha este cenário *fake* mencionado por pesquisadores que desconhecem e defendem a existência do *neoenxaimel*, como algo isolado e fruto de um processo único, desconsiderando o trabalho de pesquisa pioneiro. Ao contrário da expressão surgida na década de 1980 - *pseudoenxaimel* ou *enxaimelóide* que se opunha à forma de construir e partia de cenários e imitações visuais destoantes da originalidade da arquitetura do pioneiro a partir da técnica construtiva enxaimel, a expressão recentemente adotada - *neoenxaimel*, mais parece uma especulação que pode tomar diferentes formas, dependendo da intenção daquele que a usa oportunisticamente. Pode ser usada de maneira paliativa ou não, demarcando algo que difere da originalidade da técnica construtiva em madeira, ainda muito atual e contemporânea na Alemanha, utilizando tecnologias e materiais de ponta. Vamos falar sobre isso, no 27º Congresso Internacional dos Arquitetos, em 2021, no Rio de Janeiro.

Ressaltemos a definição estética de Veiga 2014 para a edificação, com técnica construtiva diferente da do enxaimel que recebe o decorativismo, para que de alguma maneira lembre a sua originalidade, como *Kitsch*.

“Preservar a herança cultural da cidade é uma intenção louvável, mas fantasiar os prédios com roupas típicas não parece ser a maneira mais adequada de fazê-lo. Melhor seria que se dirigisse os esforços para a preservação das construções originais dos imigrantes.”VIDOR (1983)

## Referências

BEDAL, Konrad. **Häuser und Landschaft – Fränkisches Freilandmuseum**. Ansbach – Alemanha: Editora Schmidt Druck GmbH, 1999.

COELHO, Nilson. **Construção Enxaimel Perde Espaço**. Diário Catarinense, 20 de fevereiro de 2005. Blumenau.

ECHNER, Bernd und Hilla. **Fachwerkhäuser des siegener Industriegebietes**. München: Schirmer/Mosel, 1977.

GERLACH, Gilberto S.; KADLETZ, Bruno K.; MARCHETTI, Marcondes. **Colônia Blumenau no Sul do Brasil**. 1. ed. São José: Clube de cinema Nossa Senhora do Desterro, 2019.

GERNER, Manfred. **Fachwerk Entwicklung, Instandsetzung, Neubau**. 1. ed. München, Druck und Bindung: Printer Trento, Printed in Italy, 2007.

HANSEN, Wilhelm; KREFT, Herbert. **Fachwerk im Weserraum**. Hameln, Alemanha: CW Niemeyer, 1980.

FRANZEN, Douglas Orestes Franzen; EIDT, Simone Eidt; TESSING, Daniele. **A arquitetura enxaimel: identidade, memória e dimensão patrimonial em Itapiranga/SC**. Revista de Arquitetura IMED, Passo Fundo, vol. 7, n. 1, p. 5-27, Jan.-Jun., 2018 - ISSN 2318-1109.

SIEBERT, Claudia Freitas. **Evolução Urbana de Blumenau**. O (des) controle Urbanístico e a Exclusão socio-espacial. 1999. 182 f. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação (Mestrado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VEIGA, Maurício Biscaia. **Arquitetura neo-enxaimel em Santa Catarina: a invenção de uma tradição estética**. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte, USP, 2013.

VEIGA, Maurício Biscaia. **Arquitetura neoenxaimel em Santa Catarina: a invenção de uma arquitetura típica**. Revista Confluências Culturais. V3. Nº1. ISSN 2316-395X. Joinville. Março de 2014.

VIDOR, Vilmar. Arquitetura, cultura, identidade local. **Revista de Divulgação Cultural**. v. 17, n. 58, maio 1995 / abr. 1996, p. 47-50.

VIDOR, Vilmar. Arquitetura urbana em Blumenau. **Vitruvius** – Arqtextos, agosto de 2003 – Ano 4, n. 39-04. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/04.039/660>> Acesso em: 17 de dezembro de 2018 – 22h00.

VIDOR, Vilmar. **Arquitetura, cultura e identidade local**: 2007. Artigo não publicado.

VIDOR, Vilmar. **Caso de Amor a Blumenau**. Jornal de Santa Catarina. Página 3ª. 2 de agosto, 2000.

VIDOR, Vilmar. **Indústria e urbanização no nordeste de Santa Catarina**. Blumenau: Edifurb, 1995. 248p, il.

VIDOR, Vilmar. **O Enxaimel Blumenauense Atual**. Blumenau: 1983. Artigo não publicado.

WETZEL, GÜNTER. Jungsteinzeit (Neolithikum). Disponível em: <<http://www.brandenburgikon.net/index.php/de/sachlexikon/jungsteinzeit>> Acesso em: 16 de julho de 2019 – 14h46.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular da imigração alemã**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

WETTSTEIN, Phil. **Brasilien und die Deutsch-brasilienische Kolonie Blumenau**. Leipzig: Verlag von Friedrich Engelmann, 1907.



WITTMANN, Angelina. **Arquiteto Vilmar Vidor - Sua trajetória - Idealizador do Curso de Arquitetura e Urbanismo - FURB e do IPPUB**. Disponível em: <https://angelinawittmann.blogspot.com/2016/11/arquiteto-vilmar-vidor-sua-trajetoria.html>. Acesso em: 30 de dezembro de 2020.

WITTMANN, Angelina. *De onde viemos* – Arquitetura – Do Neolítico ao Românico. Publicado em: 22 de abril de 2015. Disponível em: <<https://angelinawittmann.blogspot.com/2015/04/arquitetura-do-neolitico-ao-romanico.html>> Acesso em: 6 de setembro de 2019 – 18h22.

WITTMANN, Angelina. **Fachwerk: A Técnica Construtiva Enxaimel**. 1.ed. - Blumenau, SC : AmoLer, 2019. - 405 p. : il. ??

WITTMANN, Angelina. *Fachwerkbau in Südbrasilien - Zeitschrift für Kultur, Wirtschaft und Geschichte Deutscher im Ausland*. Weltruf. 1-2016 /2.Jg. / www.weltruf.eu, ISSN 2366-5467. Neuendettelsau, 2016.

WITTMANN, Angelina. **Pesquisador alemão de Fachwerk** – Manfred Gerner em Blumenau após 23 anos – Um pouco desta História. Publicado em: 20 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://angelinawittmann.blogspot.com/2019/05/pesquisador-alemao-de-fachwerk-manfr ed.html>> Acesso em: 29 de julho de 2019 – 13h59.

\_\_\_\_\_. **Legislação Municipal dá Benefício as Tributos**. Jornal de Santa Catarina JSC. Blumenau. \_\_\_\_, 1995.

# “PRESERVAÇÃO NÃO, PROGRESSO SIM”: A DESAPARIÇÃO PROPOSITAL DO PATRIMÔNIO EM POTÊNCIA NAS SUCESSIVAS LEGISLAÇÕES URBANÍSTICAS NO MAR GROSSO EM LAGUNA/SC

Danielle Rocha Benício<sup>1</sup>  
Claudione Fernandes de Medeiros<sup>2</sup>  
Juliana Atamanczuk de Oliveira<sup>3</sup>  
Marco Antônio Garcia Gava<sup>4</sup>

## Resumo

Este artigo resulta da iniciação científica realizada entre 2019 e 2020, vinculada ao grupo de pesquisa *História da arte: Imagem - Acontecimento* e ao *Laboratório de Arquitetura - Teorias, Memórias e Histórias* (Artemis), ambos da Udesc. Tal ação abrangeu o surgimento, no século XIX, do Balneário Mar Grosso, localizado em Laguna/SC; o desenvolvimento urbano, no do século XX, do “*Arrayal*” ao nobre bairro litorâneo de veraneio; e o processo acelerado, na Contemporaneidade, de transforma-

---

1 Danielle Rocha Benício é arquiteta e urbanista (UFPEL), mestre em Arquitetura e Urbanismo na área de Conservação e Restauro (UFBA) e doutora em Artes Visuais na área de Teoria e História das Artes Visuais (UIDESC). É professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV/Ceart) e do Curso de Arquitetura e Urbanismo (DAU/Ceres), ambos da UIDESC. E-mail: daniellebenicio@gmail.com.

2 Claudione Fernandes de Medeiros é advogada (UNISUL) e arquiteta e urbanista (UIDESC), mestre e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (PósArq/UFSC). É servidora pública da Prefeitura Municipal de Laguna; é professora do Curso Tecnológico em Design de Interiores do Senac-Tubarão e colaboradora do Curso de Arquitetura e Urbanismo (DAU/Ceres) da UIDESC. E-mail: claudione.arq@gmail.com.

3 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo (DAU/Ceres) da UIDESC; bolsista voluntária da pesquisa de iniciação científica *Arquitetura em extinção: a residência unifamiliar no balneário Mar Grosso*. E-mail: juliana.atamanczuk@gmail.com.

4 Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo (DAU/Ceres) da UIDESC; bolsista voluntário da pesquisa de iniciação científica *Arquitetura em extinção: a residência unifamiliar no balneário Mar Grosso*. E-mail: marcoarq.antonio@gmail.com.

ção arquitetônica, atrelado ao turismo e à construção civil. A mesma ação constatou o desaparecimento em curso das moradias fundantes do Balneário, através da substituição tipológica de casas térreas unifamiliares por apartamentos em torres multifamiliares, transfigurando-se, no presente, o Mar Grosso no único bairro verticalizado do Município. Ai, porém, foram inventariados projetos e edificações residenciais em distintas linguagens estéticas (colonial, eclética, neocolonial, *art déco* e moderna), as mesmas manifestas no Centro tombado. Em ambas as localidades foi identificada a coincidência de relação de responsabilidade profissional - projetistas e construtores do Centro foram também projetistas e construtores do Balneário. Destarte, neste, aborda-se a problemática decorrente dos conflitos entre a preservação e a desapareição desde as sucessivas legislações urbanísticas incidentes no Mar Grosso. Para tal abordagem, parte-se da hipótese de que o arsenal legislativo constitui um modo contundente e eficaz de promoção da perda do legado patrimonial do Balneário. Diante das limitações preservacionistas impostas no Centro tombado, liberam-se as possibilidades edilícias no Mar Grosso - sem qualquer proteção, os raros exemplares do casario remanescente da origem do Balneário sucumbem.

**Palavras-chave:** Preservação do Patrimônio. Desapareição da arquitetura. Legislação Urbanística. Laguna. Mar Grosso.

### Considerações iniciais

Este artigo eflui da iniciação científica feita entre 2019 e 2020, vinculada ao grupo de pesquisa *História da arte: Imagem - Acontecimento* e ao *Laboratório de Arquitetura - Teorias, Memórias e Histórias* (Artemis), ambos da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Trata da problemática decorrente dos conflitos entre a preservação e a desapareição a partir das sucessivas legislações urbanísticas incidentes no Mar Grosso, em Laguna/SC.

Laguna, situada no litoral sul catarinense, é oficialmente fundada no século XVII e constitui a terceira cidade mais antiga do Estado de Santa Catarina. A origem do Município está atrelada à situação geográfica do porto natural. O sítio urbano inicial estrutura-se a partir da construção da capela de Santo Antônio dos Anjos e do singelo casario, na planície existente entre o referido porto na laguna homônima da capela, a oeste, e os morros de Nossa Senhora do Rosário, a norte, da Ponta das Pedras, a sul, e da Glória, a leste.

A formação e o desenvolvimento urbano, através de diferentes momentos econômicos de prosperidade e estagnação, concentram-se nesse sítio até o século XX. Decerto, esse sítio consiste no núcleo mais antigo, que sedia um legado edificado em distintos tempos e linguagens arquitetônicas (coloniais, ecléticas, neo-

coloniais, *art déco* e modernas). Diante disso, são deflagradas ações de tutela: inicialmente, na década de 1950, de edifício isolado; e, então, na década de 1980, da área central fortemente historicizada, através da demarcação de uma poligonal de tombamento e da sua inscrição no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* e no *Livro do Tombo Histórico*. Na década seguinte, de 1990, estabelece-se no Centro tombado o Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Etec-Iphan Laguna), responsável pela gestão desse patrimônio paisagístico e histórico.

De fato, o sítio urbano inicial torna-se a área central da cidade, popularmente conhecido como *Centro Histórico de Laguna* e valorizado em relação aos demais bairros do Município, predominantemente pelo seu valor histórico, pelo seu ser documento (SANT'ANNA, 1995). A propósito, o dito *Centro Histórico* é atualmente famoso como produto turístico, precisamente, pela sua antiguidade. Por conseguinte, avulta-se seu valor e superestima-se sua consideração em detrimento dos demais bairros lagunenses.

Contudo, esclarece-se que a cidade como um todo é histórica, isto é, que sua historicidade não se reduz a uma parte urbanizada digna de reconhecimento, ignorando as demais (ARGAN, 1993). A cidade é no espaço e no tempo - é na sua história (ROSSI, 1995). Torna-se imprescindível, portanto, conhecer concomitantemente o existir dos vários bairros que constituem a urbe e nela se articulam indissociavelmente. Ademais, constitui um campo específico de estudo a história do tempo presente: a construção historiográfica de tempos passados mais recentes (HARTOG, 2015; KOSELLECK, 2006; KOSELLECK, 2014). Nesse sentido, o ser de Laguna não se restringe à poligonal de tombamento; logo, também importa tecer a trama do Mar Grosso e, a partir disso, compreender a problemática decorrente dos conflitos entre a preservação e a desapareição desde as sucessivas legislações urbanísticas.

[...] se se quer conservar a cidade como instituição, não se pode admitir que ela conste de uma parte histórica com um valor qualitativo e de uma parte não-histórica, com caráter puramente quantitativo. Fique bem claro que o que tem e deve ter não apenas organização, mas substância histórica é a cidade em seu conjunto, antiga e moderna. (ARGAN, 1993, p. 79; grifo nosso).

Assim, toma-se como objeto de investigação o Mar Grosso, cuja delimitação deriva da definição de área-estudo (ROSSI, 1995), compreendida por meio do fato urbano preciso, composto por um conjunto de elementos com qualidades singulares e identitárias (dadas pela geografia, tipologia, morfologia, traçado, obras monumentais, etc.). Ou seja, limita-se ao sítio urbano originado na planície litorânea entre o oceano Atlântico, a leste, o areal e o canal da barra, a sul, e o envoltório dos morros, a oeste e a norte, onde interagem os caracteres natural e cultural e se

manifestam as instâncias paisagística e histórica (Figura 01).

**Figura 1** - Mar Grosso no passado e no presente. *Entrada de Laguna*, paisagem retratada por Debret em 1827, onde se destacam a barra e o canal de acesso à laguna Santo Antônio dos Anjos e se explicita a natureza selvagem, com morros e dunas, sem a visualização do surgente núcleo urbano lagunense. Mar Grosso em urbanização em 1953 e urbanizado, em crescente verticalização, em 2020.



Fonte: Bandeira; Lago (2008, p. 307); IBGE (2020); adaptadas de Google Earth (2020); elaboradas pelos autores (2020).

O “*Arraial*” do Mar Grosso surge no final do século XIX (ULYSSÉA, 1943), quando se abrem os caminhos vindos dos bairros Centro (do morro da Nalha, a norte) e Magalhães (a sul) e se constroem os primeiros chalés de madeira, com características ecléticas. O Mar Grosso efetiva-se como Balneário na primeira metade do século XX, com o crescimento urbano paralelo à orla marítima desde os dois caminhos; e, mormente para a sociedade local mais abastada, implantam-se novos loteamentos com infraestrutura (ruas pavimentadas, redes de energia elétrica, água potável, iluminação pública, etc.), dedicados ao lazer e às casas térreas unifamiliares, geralmente arrematadas por varandas, exibindo o *Art Déco*, o Neocolonial ou o Moderno. Então, o bairro Mar Grosso transforma-se em *locus* de veraneio nas últimas décadas noventaístas, principalmente para os ricos veranistas regionais a partir de 1970, com a conclusão da BR 101, a popularização do transporte rodoviário e dos veículos particulares, o desenvolvimento das ditas indústrias do turismo e da construção civil e a inauguração do loteamento e do hotel na Praia do Gi (BENÍCIO, 2018). Nesta época, irrompe a troca das casas por prédios residenciais com até quatro andares.

Na Contemporaneidade, o Mar Grosso está estabelecido legalmente como Zona Residencial (ZR2, ZR4 e ZR6), Setor de Serviço e Comércio (SESC4) e Zona do Porto de Laguna (ZPL) (LAGUNA, 2013f). Deveras, nos últimos anos, acelera-se o processo de transformação arquitetônica, e conseqüentemente paisagística, desencadeado pelo turismo e pela construção civil e explicitado através da demolição das casas para dar lugar a edifícios de uso misto, com plantas e fachadas semelhantes, recuadas 1,50 metro dos vizinhos laterais, com lojas e portões de garagem no pavimento térreo e com apartamentos em torres multifamiliares, ostentando revestimento parietal frontal de pastilhas e sacadas envidraçadas com churrasqueiras nos espaços gourmet. Aliás, no presente, eleva-se cada vez mais o gabarito edificado, transfigurando-se o Mar Grosso no único bairro verticalizado do Município (a despeito da infraestrutura que se mantém sem a devida evolução).

Por conseguinte, é flagrante o desaparecimento das moradias fundantes do Balneário Mar Grosso e, assim, a substituição tipológica das casas térreas unifamiliares por apartamentos em torres multifamiliares. Entretanto, instrui-se que tais moradias exibem, ou exibiam, as mesmas linguagens estéticas (eclética, neocolonial, *art déco* e moderna) encontradas nas residências sob proteção legal no Centro tombado. Inclusive, adverte-se que para ambos os bairros Mar Grosso e Centro são identificados os mesmos profissionais responsáveis pelos projetos residenciais aprovados pela Prefeitura Municipal de Laguna: os projetistas e os construtores do Mar Grosso são também os projetistas e os construtores do Centro<sup>5</sup>. Logo, remete-se

---

<sup>5</sup> A identificação da mesma relação de profissionais responsáveis pelos projetos residenciais para os

à semelhança de qualidade considerando a arquitetura novecentista. Apesar disso, não se conhecem quaisquer medidas de preservação das moradias fundantes do Balneário Mar Grosso; ao contrário, observa-se frequentemente o popular discurso em prol do “progresso” do bairro - portanto, da renovação do seu estoque edificado. Daí a desaparecimento proposital da arquitetura - do patrimônio em potência.

Destarte, neste artigo, aborda-se a problemática decorrente dos conflitos entre a preservação e a desaparecimento desde as sucessivas legislações urbanísticas incidentes no Mar Grosso. Para tal abordagem, parte-se da hipótese de que o arsenal legislativo constitui um modo contundente e eficaz de promoção da perda do legado patrimonial do Balneário. Contrapondo as limitações preservacionistas impostas no Centro tombado, liberam-se as possibilidades edilícias no Mar Grosso - sem qualquer proteção, os raros exemplares do casario remanescente da origem do Balneário sucumbem.

Ratifica-se o objetivo de compreender a problemática decorrente dos conflitos entre a preservação e a desaparecimento desde as sucessivas legislações urbanísticas incidentes no Mar Grosso. Para isso adotam-se como procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e iconográfica (sobre a história urbana lagunense focada no Mar Grosso e a arquitetura residencial brasileira e catarinense no mesmo período); busca e análise do referencial legislativo urbano vigente em Laguna; exame de projetos arquitetônicos e urbanísticos aprovados pela Prefeitura Municipal para a área-estudo; levantamento de dados *in loco* (com registro fotográfico); sistematização das informações coletadas, cotejando os conhecimentos gerados em cada etapa; e, por fim, a reflexão crítica acerca dos resultados obtidos.

Tal empreendimento científico justifica-se em razão da crescente metamorfose arquitetônica e paisagística irrompida na área-estudo; da multiplicação e da elevação incessante dos apartamentos em torres multifamiliares; enfim, da vulgarização da ideia de “progresso”, esta popularizada como sinônimo de *status* “moderno”, com o significado de “superior” e “novo”, atrelado à “ostentação” de endereço em “arranha-céu”. Com efeito, sem qualquer proteção, o bairro é explorado pelas grandes construtoras, ficando à mercê das demolições; as moradias fundantes do Balneário Mar Grosso, por sua vez, vítimas da especulação imobiliária, tendem explicitamente à descaracterização, à destruição, ao desaparecimento e à perda irremediável e definitiva. Dessarte, procede irrenunciável a apreensão da responsabilidade das legislações urbanísticas incidentes no Mar Grosso nesta transformação.

---

bairros Mar Grosso e Centro decorre do estudo comparativo dos trabalhos acadêmicos de Benício (2018), de Benício, Gava e Oliveira (2020) e de Benício *et al.* (2020). Nestes trabalhos acadêmicos analisam-se os projetos aprovados pela Prefeitura Municipal de Laguna entre as décadas de 1920 e 1970, guardados no Arquivo Público Municipal e digitalizados pela ação de extensão *Memórias de Laguna* (VIANA, 2011).

## As legislações urbanísticas incidentes no Mar Grosso

As legislações urbanísticas incidentes atualmente no Mar Grosso devem se submeter e atender a *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 1988 (BRASIL, 1988), que, através de seu capítulo II, trata da política urbana, legando a responsabilidade pela mesma à municipalidade, com o objetivo de “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” - ou seja, da coletividade. Este ato legal já inclui o plano diretor, a ser elaborado com participação popular e, então, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Ele é obrigatório para as cidades com mais de 20.000 habitantes.

As legislações urbanísticas incidentes no Mar Grosso também devem obedecer ao *Estatuto da Cidade*, instituído em 2001 (BRASIL, 2001), que regulamenta os artigos 182 e 183 da *Constituição* (BRASIL, 1988) e assim, rege uma série de instrumentos urbanísticos e lista as diretrizes gerais da política urbana. Através dele, impõem-se “[...] normas de ordem pública e interesse social, que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.” (BRASIL, 2001). Por conseguinte, reforçam-se: a conservação dos espaços natural e construído; a preservação do patrimônio; a qualificação do espaço citadino em benefício da vida; e a participação da sociedade na formulação, execução e acompanhamento do desenvolvimento urbano através do plano diretor - aliás, no envolvimento dos entes da cidade está o sucesso do plano diretor. Entre as diretrizes gerais da política urbana, ressalta-se a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”; a imprescindibilidade de “evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente”; e o compromisso de “privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais” (BRASIL, 2001).

As primeiras legislações urbanísticas incidentes no Mar Grosso são anteriores à *Constituição* (BRASIL, 1988) e ao *Estatuto da Cidade* (BRASIL, 2001) e posteriores à urbanização do mesmo - o bairro resulta de ocupação espontânea, que traz a reboque a criação de loteamentos e de normativas. A propósito, um dos atos legais mais antigos referentes ao Balneário, a *Lei n. 317* promulgada pelo superintendente de Laguna Antônio Bessa em 1919 (LAGUNA, 1919), nomeia a sua estrada de acesso como avenida Coronel Carneiro (atual Costa Carneiro). Nela constroem-se os citados pioneiros chalés de madeira, com características ecléticas, pertencentes às famílias lagunenses mais abastadas.



Ainda no século XIX, a cidade está voltada para o porto junto à laguna Santo Antônio dos Anjos, de costas para o litoral marítimo (ULYSSEÁ, 1943). Somente no final do século XIX o litoral Atlântico desperta a atenção da elite lagunense como um ambiente propício para a cura das moléstias da alma e do corpo, bem como um refúgio do agito portuário, comercial e cultural vivido no Centro. Em 1927, sob o modelo dos balneários propagandeados na então capital federal, o “Mar Grosso Futuro” aparece no jornal *A Cidade* sob a égide da vida dita moderna, que se desenrola na urbe positiva, embelezada e saneada.

No próximo verão nosso poético Mar Grosso terá o aspecto de um Balneário moderno. Essa praia que se estende numa curva de seio, da raiz do molhe à ponta do Iró, terá ares de praia elegante. Lembrará vagamente Copacabana e as praias norte-americanas do Pacífico.

Exagero? Talvez. Mas o fato é que a municipalidade está disposta a transformar, na próxima estação de banhos, esse arrabalde em que se dão bem os espíritos contemplativos e os amantes da solidão, num Balneário moderno e concorrido.

Pelas informações colhidas por nós, ontem, é plano do nosso prefeito [João Guimarães Cabral] mandar abrir uma outra estrada, em aclave suave, que dê acesso aos veículos da praia para a avenida Costa Carneiro, construir uma estrada, margeando os trilhos da pequena via férrea da comissão do porto, ligando a praia à praça Polydoro Santiago e mandar edificar à beira-mar uma dúzia de pequenas casinhas, destinadas a servir os banhistas. Além disso, soubemos, ainda, facilitar a que da municipalidade depender, a construção por particular [Paulo Calil], de um hotel Balneário [Hotel Balneário] nesse pitoresco retiro de veranistas.

A transformação por que vai passando o Mar Grosso é simplesmente brusca. O ano atrasado iluminaram-no a luz elétrica, neste verão serviram-no com uma linha de auto-ônibus, na próxima estação de banhos será dotado com apreciável número de melhoramentos.

Que se intensifique a construção de casas, beirando a praia e as estradas, porque o Mar Grosso moderno há de atrair forasteiros do interior e mesmo da capital do Estado. (ULYSSEÁ, 2004, p. 220; grifo nosso).

Conforme o exposto, o Mar Grosso efetiva-se como Balneário na primeira metade do século XX, com o crescimento urbano paralelo à orla marítima e a implantação de novos loteamentos com infraestrutura. Nesse sentido, em 1952, o prefeito Paulo Carneiro determina que o Mar Grosso deve ser objeto de plano de urbanismo<sup>6</sup>; já em 1955, através de *Lei n. 204* (LAGUNA, 1955), a municipalidade doa 65 hectares de terra litorânea ao grupo *Ravena Cassino Hotel S/A*. Em contrapartida, dentro do prazo de dois anos, essa empresa deve urbanizar toda a área doada;

---

6 Em 1952, por meio da *Lei n. 102* (LAGUNA, 1952), cria-se a *Comissão de Urbanismo Municipal*, presidida pelo prefeito e composta por um ou mais engenheiros civis indicados pelo prefeito, dois vereadores indicados pela Câmara e o secretário da Prefeitura (logo, sem a participação de arquiteto e urbanista e da comunidade), visando, entre outros objetivos, elaborar o plano especial de urbanismo de toda a *Zona do Mar Grosso*.



**Figura 3** - Hotel Mar Grosso, situado na avenida Senador Gallotti esquina rua Criciúma, no bairro Mar Grosso.



Projeto para Ângelo Machado, de 1973.

Edifício em 2020

Fonte: Viana (2011); elaborada pelos autores (2020).

A partir do ano de 1977, com a posse do prefeito eleito Mário José Remor e sua equipe, Laguna entra numa fase que marcou época em sua história. O Balneário Mar Grosso ganha um impulso em seu desenvolvimento com o loteamento das terras do antigo aeroporto. Em pouco tempo surgem novos prédios e casas. Hotéis são ampliados e construídos. Ruas e avenidas são rasgadas, num surto de desenvolvimento em infraestrutura nunca antes visto em nossa história. (GUEDES, 2016).

Em 1977, a *Lei n. 27* (LAGUNA, 1977) autoriza o prefeito Mário José Remor a alienar 234.327,00m<sup>2</sup> no Mar Grosso, de propriedade municipal, mediante concorrência pública. No ano seguinte, o mesmo prefeito promulga a *Lei n. 42*, o *Código de Posturas* (LAGUNA, 1978). Este, entre outras determinações, trata de: estética e higiene pública; controle de água, sistema de eliminação de dejetos e poluição ambiental; muros, cercas e passeios; anúncios, cartazes e toldos em fachadas; e preservação da estética dos edifícios. Também exige a licença prévia da municipalidade para o início da execução de qualquer obra.

Em 1979, com a crescente pressão do mercado imobiliário e dos proprietários de terrenos no Mar Grosso, o prefeito João Gualberto Pereira institui a *Lei n. 4*, sobre o *Zoneamento de Uso do Solo* (LAGUNA, 1979). Este ato legal lagunense fundamenta-se no ideário moderno: segmenta e classifica por função a cidade. A partir dele, o Mar Grosso aparece inscrito em dez zonas, a maioria residencial (Figuras 04-06).

**Figura 4** - Laguna e bairro Mar Grosso em 1938 e em 1978



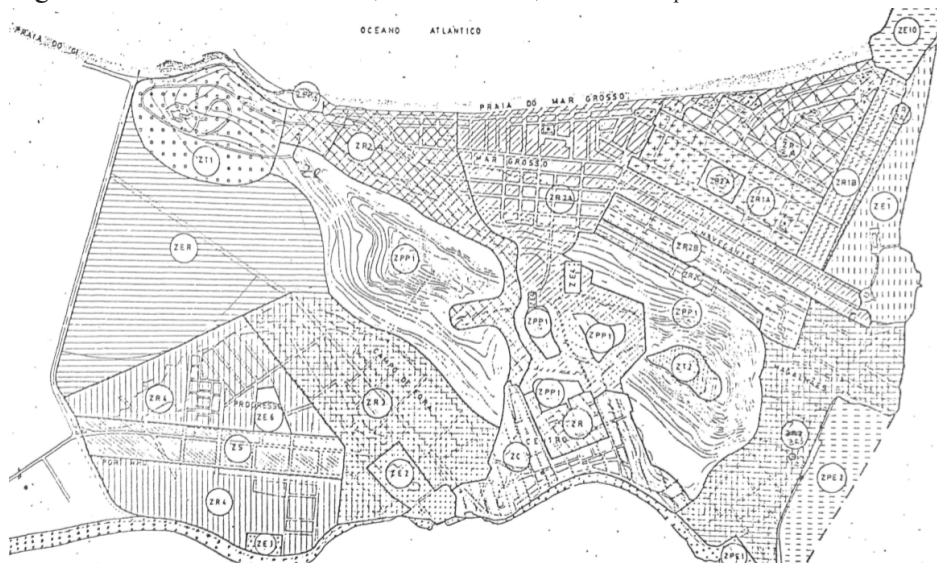
Fonte: Adaptada de Simon (2000, p. 57, 59)

**Figura 5** - Zoneamento de Uso do Solo (LAGUNA, 1979) estabelecido para o Mar Grosso em 1979.

ZPP1	Zona de Preservação Permanente 1	Encostas do morro de Nossa Senhora da Glória, com proteção das áreas verdes de morros.
ZPP2	Zona de Preservação Permanente 2	Dunas próximas ao atual Hotel Tourist, com proteção da área por ser monumento de paisagem de excepcional beleza.
ZR1A	Zona Residencial 1A	Parte do loteamento no antigo Aeroporto de Laguna, com permissão de edificações com até 4 pavimentos, taxa de aproveitamento até 1,5m da área do terreno e recuos laterais de 2m.
ZR1B	Zona Residencial 1B	Ruas Eng. Aderson Pinho Remor e Rubi Pinho Teixeira, com permissão de edificações com até 12 pavimentos, taxa de aproveitamento até 3,5 m da área do terreno e recuos laterais de 3 m.
ZR2A	Zona Residencial 2A	Maior zona do bairro, abrangendo parte do Loteamento Ravenna e da ocupação mais antiga, inclusive os terrenos próximos à avenida João Pinho, com permissão de edificações com até 4 pavimentos, taxa de aproveitamento até 1,5 m da área do terreno e recuos laterais de 2m.
ZR2B	Zona Residencial 2B	Parte das ruas Toledo Pizza, Moreira Gomes e José Calazans, com permissão de edificações com até 7 pavimentos, taxa de aproveitamento até 3 m da área do terreno e recuos laterais de 3 m.
ZR2C	Zona Residencial 2C	Pequena porção de terrenos localizados próximos à encosta do morro de Nossa Senhora da Glória, com permissão de edificações com até 12 pavimentos, taxa de aproveitamento até 3,5 m da área do terreno e recuos laterais de 3 m.
ZR3A	Zona Residencial 3A	Dunas e parte do Loteamento Ravenna, com permissão de edificações com até 12 pavimentos, taxa de aproveitamento até 6 m da área do terreno e recuos laterais de 1,5 m. Zona que possui a taxa de ocupação mais proveitosa do Mar Grosso.
ZE1	Zona Especial 1	Porto Pesqueiro de Laguna.
ZE10	Zona Especial 10	Molhes de Laguna.

Fonte: Adaptada de Laguna (1979).

**Figura 6 - Zoneamento de Uso do Solo (LAGUNA, 1979) estabelecido para o Mar Grosso em 1979.**



Fonte: Laguna (1979).

O *Zoneamento de Uso do Solo* (LAGUNA, 1979) traz pela primeira vez o zoneamento e o uso do solo lagunense, baseados em parâmetros modernistas em voga no Brasil. Tal ato legal não permite a ocupação total do terreno; ratifica a exigência de recuos laterais em todas as zonas do Mar Grosso. Aí também enceta a legislação sobre os edifícios em altura, limitando o gabarito; porém igualmente sem proteger o casario remanescente da origem do balneário nem as casas modernas que dominam a paisagem do bairro na época. Rapidamente, os novos empreendimentos imobiliários aproveitam ao máximo o permitido e o permissível.

Na década de 1980, realizam-se ações em prol da preservação do Centro. Enquanto grande parte dos lagunenses atenta-se ao tombamento a ser oficializado pelo IPAHN, as autoridades municipais alteram o *Zoneamento de Uso do Solo* (LAGUNA, 1979) (Figura 7).

**Figura 7 - Alterações do Zoneamento de Uso do Solo (LAGUNA, 1979) estabelecidas para o Mar Grosso.**

Lei n. 6 (LAGUNA, 1984)	Permite a construção com até 4 pavimentos, independentemente do zoneamento, ea ocupação das divisas laterais do terreno, sem afastamento das extremas vizinhas, provocando a insalubridade dos apartamentos.
Lei n. 7 (LAGUNA, 1985)	Considera todas as edificações existentes entre as ruas Eng. Sá da Rocha, Costa Carneiro, Bom Jardim e Rio Grande do Sul pertencentes à Zona ZR2A, tornando essa a zona predominante no bairro.

Lei n. 90 (LAGUNA, 1989)	Altera o zoneamento de parte das dunas próximas aos molhes da Zona ZR3A para ZR2A, reduzindo o gabarito máximo das edificações de 12 para 4 pavimentos.
Lei n. 186 (LAGUNA, 1991)	Limita a altura das construções realizadas a leste da avenida Costa Carneiro, as quais não podem exceder mais do que 3 m o nível da via.
Lei n. 221 (LAGUNA, 1992a)	Transfere todos os terrenos com testadas para as vias Senador Gallotti, Eng. Gaffrè e Saul Ulysséa à Zona ZR2A; permite nos edifícios residenciais, independentes da zona, o acréscimo de cobertura com até 70% da área do pavimento tipo; e considera para cálculo de área construída as projeções de beirais e pergolados.
Lei n. 241 (LAGUNA, 1992b)	Retifica a Lei nº 6 (LAGUNA, 1984), exigindo em construções com até 4 pavimentos na Zona ZR1 ou ZR2, o afastamento de 1,50 m das extremas vizinhas, a partir do 2º pavimento.
Lei n. 352 (LAGUNA, 1993)	Autoriza a construção de um pavimento extra, ocupando as extremas dos lotes, dedicado à garagem nos prédios da Zona ZR2D.
Lei n. 1.173 (LAGUNA, 2006a)	Permite a construção de uma sobreloja, com pé direito inferior a 5 m, ocupando as extremas do lote nas edificações multifamiliares na Zona ZR2A.
Lei n. 1.221 (LAGUNA, 2007a)	Autoriza a não computação do pavimento extra no cálculo do coeficiente de aproveitamento.
Lei n. 1.253 (LAGUNA, 2007b)	Possibilita a ocupação pelo pavimento extra das extremas laterais do terreno, excetuando-se os lotes em esquinas, os quais devem respeitar os recuos.
Lei n. 1.355 (LAGUNA, 2009)	Altera as leis criadas para o pavimento extra, retirando a obrigatoriedade dele ser usado como garagem, liberando-o para uso como salão de festas ou sala de reuniões, situação condicionada à existência de duas vagas de garagem para todas as unidades do edificado.

Fonte: Adaptada de Laguna (1984; 1985; 1989; 1991; 1992a; 1992b; 1993; 2006a; 2007a; 2007b; 2009).

Diante do exposto, constata-se que as legislações publicadas entre as décadas de 1970 e 2000 favorecem principalmente os empreendedores de imóveis e as grandes construtoras, explicitam a especulação imobiliária, geram a verticalização, multiplicam o aumento populacional e provocam profundas transformações no espaço urbano do bairro e na paisagem litorânea do Mar Grosso. Em meio a tais reformulações legais, em 2006, a municipalidade noticia a elaboração de um novo plano diretor para Laguna.

Através de recursos do Programa Monumenta Laguna irá elaborar seu novo Plano Diretor. A ação foi intermediada pela Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). A primeira parcela do Contrato de Financiamento de Atividades já foi liberada, os R\$ 40 mil já estão depositados na conta da Fundação Lagunense de Cultura. Agora é só aguardar a aprovação de crédito especial o qual o Projeto de Lei já está na Câmara Municipal de Vereadores. Assim que passar pelo Legislativo será possível a

contratação pelo Poder Executivo de uma assessoria para elaboração do Plano Diretor de Laguna. (LAGUNA, 2006b; grifo nosso).

Em 2008, o prefeito Célio Antônio, em adequação ao *Estatuto da Cidade* (BRASIL, 2001), emite o *Decreto n. 2.309* (LAGUNA, 2008), criando o *Núcleo Gestor do Plano Diretor* e estabelecendo sua composição, responsável por: planos de mobilização social, cadastro de organizações sociais, coordenação dos núcleos de capacitação, comunicação, informação e de organização da participação; critérios para definir prioridades; cumprimento das regras estabelecidas; compatibilização do trabalho técnico com a leitura comunitária; monitoramento da criação do plano, apoio e divulgação de audiências públicas. A composição desse *Núcleo Gestor* é alterada pelo mesmo prefeito, através do *Decreto n. 2.885* (LAGUNA, 2010) e, posteriormente, do *Decreto n. 4.168* (LAGUNA, 2014).

Após várias ações nos anos seguintes, em 2013, o prefeito Everaldo dos Santos promulga: o *Plano Diretor* (LAGUNA, 2013a), o *Código de Obras* (LAGUNA, 2013b), o *Código de Posturas e Meio Ambiente* (LAGUNA, 2013c), a *Outorga Onerosa do Direito de Construir* (LAGUNA, 2013d)<sup>8</sup>, o *Estudo de Impacto de Vizinhança* (LAGUNA, 2013e), o *Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo* (LAGUNA, 2013f), a *Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano* (LAGUNA, 2013g) e a *Transferência do Direito de Construir* (LAGUNA, 2013h)<sup>9</sup>.

O *Plano Diretor* (LAGUNA, 2013a) trata da política de desenvolvimento urbano e seu processo de planejamento, fundada em princípios basilares, entre os quais se salientam: justiça social e redução das desigualdades; desenvolvimento sustentável do Município; função social da propriedade; gestão democrática, participativa e descentralizada com a sociedade civil e o governo; direito universal à cidade, incluindo terra, moradia digna, saneamento, infraestrutura, transporte, serviços públicos, trabalho, cultura e lazer; preservação e recuperação dos espaços natural e construído; e garantia da qualidade ambiental. Entre seus objetivos, ressaltam-se:

---

8 A *Outorga Onerosa do Direito de Construir, Lei n. 1.655* (LAGUNA, 2013d), concede um direito de construir adicional no Mar Grosso, nas Zonas SESC4, ZR4 e ZR6. Cabe ao município fornecer ao Conselho de Desenvolvimento Municipal todas as informações necessárias, relativas ao valor e ao potencial construtivo adicional, seja ele requerido, concedido ou executado. Esse ato legal favorece o surgimento do solo criado em Laguna, permitindo a ampliação indiscriminada dos gabaritos naquelas Zonas.

9 A *Transferência do Direito de Construir, Lei n. 1.660* (LAGUNA, 2013h), possibilita ao município transferir “[...] o direito correspondente à capacidade construtiva das áreas vinculadas ao sistema viário existente, à instalação dos equipamentos públicos, bem como à preservação de áreas significativas e de relevante valor ambiental, como forma de pagamento em desapropriação ou outra forma de aquisição.” Com isso, a Municipalidade pode autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer o direito de construir em outro local, deduzida a área construída utilizada, ou aliená-lo, parcial ou totalmente. Esclarece-se que esse direito é permitido para algumas Zonas de Laguna, dentre elas SESC 4 e ZR4, presentes no Mar Grosso.

ordenar o crescimento em seus aspectos físico-ambiental, econômico, social, histórico, cultural e administrativo, dentre outros; promover o máximo aproveitamento dos recursos administrativos, financeiros, naturais, culturais e comunitários; ordenar o uso e ocupação do solo, promover a equilibrada e justa distribuição espacial da infraestrutura e dos serviços públicos; intensificar o uso das regiões bem servidas de infraestrutura e equipamentos; evitar a centralização excessiva de serviços; proteger o meio ambiente de qualquer forma de degradação; valorizar as paisagens natural e urbana; prevenir os problemas do progresso cidadão futuro e indicar soluções para os atuais; impulsionar o turismo, especialmente de cunho histórico-cultural, balneário e esportivo; promover políticas de valorização da cultura e identidade local; e propiciar a participação da população na discussão e gestão da urbe.

Destaca-se o capítulo referente à paisagem urbana, ao “[...] patrimônio visual de uso comum da população que requer ordenação, distribuição, conservação e preservação, com o objetivo de evitar a poluição visual e de contribuir para a melhoria da qualidade de vida no meio urbano.” (LAGUNA, 2013a). Nele, determina-se que cabe aos cidadãos do Município, e em especial aos órgãos e entidades da administração municipal, zelar pela qualidade da paisagem urbana. Também se enaltece o capítulo sobre o patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico, abarcando a futura criação de lei específica sobre o tombamento de bens públicos ou privados, de caráter histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, turístico, cultural ou científico, de reconhecido valor para a preservação da identidade e da paisagem local. Por fim, exaltam-se os instrumentos ambientais: o *Estudo de Impacto Ambiental* (EIA) e seu respectivo *Relatório de Impacto de Vizinhança* (RIV).

Esclarece-se que em caso de propostas de alterações das legislações de plano diretor e demais leis relacionadas ao planejamento urbano e territorial, o *Conselho de Desenvolvimento Municipal* (CDM, órgão colegiado, de natureza permanente, deliberativa, consultiva e propositiva instituído pelo mesmo Plano Diretor) pode exigir o EIV e o RIV.

Apesar dos muitos avanços trazidos com a promulgação do *Plano Diretor* (LAGUNA, 2013a), poucos benefícios são observados na realidade lagunense. Com efeito, no Mar Grosso constata-se, cada vez mais, a grande concentração de recursos e, por conseguinte, a centralização excessiva de infraestrutura, equipamentos e demais serviços públicos nesse bairro; e, em concomitância, testemunha-se a falta de proteção do meio ambiente e de valorização das paisagens natural e urbana. Ora, tenta-se impulsionar as ditas indústrias do turismo e da construção civil no Balneário, porém sem prevenir os problemas do progresso cidadão futuro e indicar soluções para os atuais, nem a efetiva participação da comunidade.

O *Código de Obras* (LAGUNA, 2013b) visa garantir as condições mínimas de



segurança, conforto (inclusive, as orientações previstas na NBR 9050), higiene e salubridade das edificações e, nesse sentido, regula a atividade edilícia, abrangendo as obras de construção, reconstrução, reforma, restauro, ampliação, demolição, bem como o projeto e a execução e os respectivos aprovações e alvarás, além de fiscalização, notificação e multa<sup>10</sup>. A propósito, ratifica a necessidade de prévia licença municipal e estabelece as medidas mínimas e máximas para o edificado, incluindo os edifícios de habitação coletiva.

O *Código de Posturas e Meio Ambiente* (LAGUNA, 2013c)<sup>11</sup> atualiza o anterior *Código de Posturas* (LAGUNA, 1978) e, assim, aborda: a utilização do espaço; o exercício de atividades comerciais, industriais e de serviço; a higiene; a preservação do meio ambiente; e o bem-estar público. Destarte, objetiva efetivar: o respeito às relações sociais e culturais; a harmonia entre municípios; a qualidade de vida e de conforto ambiental; e os padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações. Tal como o anterior, também especifica licenciamentos, infrações e penalidades; e exige a licença prévia da municipalidade para o início da execução de qualquer obra, inclusive para muros, cercas, passeios, anúncios, cartazes e toldos em fachadas. Ou seja, ao tratar do edifício, age concomitantemente na ordenação da paisagem de Laguna.

O *Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo* (LAGUNA, 2013f), outrossim, atualiza o anterior *Zoneamento de Uso do Solo* (LAGUNA, 1979), determina a divisão do território municipal em macrozonas, áreas, setores e zonas, definidas de acordo com os aspectos socioeconômicos e a infraestrutura, a fim de, entre outras finalidades, cumprir a função social da cidade e da propriedade; qualificar o ambiente urbano; orientar o crescimento e minimizar os impactos sobre áreas ambientalmente frágeis; prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo; e evitar o uso abusivo do solo. A partir disso, define um regime urbanístico e prescreve parâmetros de uso e ocupação do solo para cada zona delimitada, abarcando o tratamento de edificações, terrenos, entorno e vias.

O uso do solo é classificado em permitido, permissível, proibido e tolerado; e segundo a atividade, o porte e a natureza. Os parâmetros de ocupação do solo são: coeficiente de aproveitamento (CA), taxa de ocupação (TO), taxa de permeabilidade (TP), gabarito (H), lote mínimo (área mínima), lote máximo (área máxima), testada mínima, recuos (frontal e lateral), afastamentos e área computável. O Mu-

10 O *Código de Obras, Lei Complementar n. 269/2013* (LAGUNA, 2013b), já está retificado em alguns artigos, por exemplo, através das *Leis Complementares n. 322/2015, n. 334/2016, n. 375/2018 e n. 393/2018*.

11 O *Código de Posturas e Meio Ambiente, Lei complementar n. 270/2013* (LAGUNA, 2013c), possui retificações, por exemplo, através das *Leis Complementares n. 411/2019 e n. 412/2019 e do Decreto n. 6.115/2019*.

nicípio de Laguna é dividido em oito macrozonas; o Mar Grosso está na Macrozona Urbana (MZU), considerada uma área de consolidação da urbanização através de usos e atividades correlatas. A MZU subdivide-se em: Área de Preservação Permanente (APP); Setor de Serviço e Comércio 4 (SESC4); Zona Residencial 2 (ZR2), Zona Residencial 4 (ZR4); Zona Residencial 5 (ZR5); Zona Residencial 6 (ZR6); Zona Residencial 7 (ZR7); e Zona do Porto de Laguna (ZPL). As habitações coletivas verticais (HCV) são permitidas em todas as zonas residenciais (Figuras 08-09).

Figura 8 - Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo (LAGUNA, 2013f) estabelecido para o Mar Grosso em 2013.

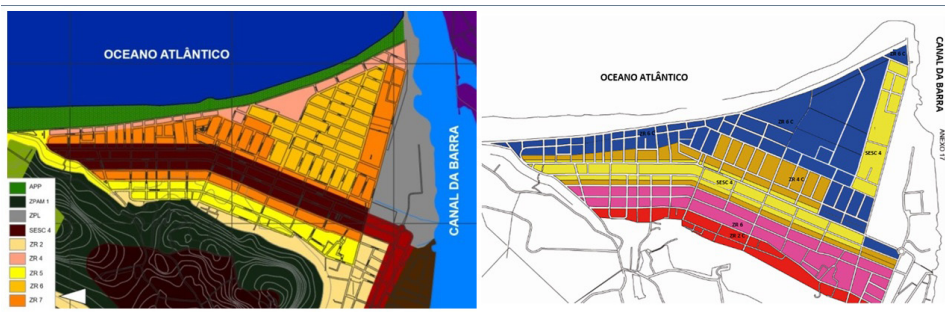
<b>PARÂMETROS PARA A MACROZONA URBANA (MZU) NO MAR GROSSO</b>							
<b>Setor de Serviço e Comércio 4 (SESC4)</b>							
SESC4	Coefficiente de Aproveitamento (CA)	Taxa de Ocupação (TO)	Permeabilidade Mínima (TP)	Gabarito (H)	Testada	Recuo Frontal <sup>12</sup>	Recuo Lateral
	*	90%	10%	5 pav.	10m	4m	1,5m
	*	90%	10%	8 pav.	16m	4m	2,0m
	*	90%	10%	13 pav.	18m	4m	3,0m
Uso misto	Residencial, comunitário, institucional, comercial e serviços (pequeno, médio e grande portes). O pavimento térreo possui obrigatoriamente uso comercial.						
Alteração	<i>Lei n. 1833/2015</i> : retira-se a TO.						
<b>Zona Residencial 2 (ZR2)</b>							
ZR2	Coefficiente de Aproveitamento (CA)	Taxa de Ocupação (TO)	Permeabilidade Mínima (TP)	Gabarito (H)	Testada	Recuo Frontal	Recuo Lateral
	1	50%	25%	2 pav.	12m	5m	1,5m
Uso misto	Residencial (de baixa a média densidade), comunitário, institucional, comercial, serviços e industriais (pequeno e médio portes).						
Alteração	<i>Lei n. 1833/2015</i> : retira-se o CA e a TO.			8 pav.	7m	4m	
<b>Zona Residencial 4 (ZR4)</b>							
ZR4	Coefficiente de Aproveitamento (CA)	Taxa de Ocupação (TO)	Permeabilidade Mínima (TP)	Gabarito (H)	Testada	Recuo Frontal	Recuo Lateral
	4	60%	25%	6 pav.	12m	4m	1,5m
Uso misto	Residencial (de média a alta densidade), comunitário, institucional, comercial e serviços (pequeno, médio e grande portes). Prioriza melhorias de infraestrutura (sistema viário, transporte coletivo, saneamento e serviços públicos), respeitando o gabarito, para evitar o sombreamento excessivo das praias da orla, e estruturando a paisagem urbana.						
Alteração	<i>Lei n. 1833/2015</i> : retira-se o CA e a TO.		20%				
<b>Zona Residencial 5 (ZR5)</b>							
ZR5	Coefficiente de Aproveitamento (CA)	Taxa de Ocupação (TO)	Permeabilidade Mínima (TP)	Gabarito (H)	Testada	Recuo Frontal	Recuo Lateral
	4	60%	25%	6 pav.	12m	4m	h/8
Uso misto	Residencial (de média a alta densidade), comunitário, institucional, comercial e serviços (pequeno, médio e grande portes).						
Alteração	<i>Lei n. 1833/2015</i> : retira-se o CA e a TO.						
<b>Zona Residencial 6 (ZR6)</b>							

12 No edifício vertical (residencial multifamiliar, comercial ou misto), toleram-se afastamentos nulos, colados nas dividas (empenas cegas), até dois pavimentos de altura nas zonas SESC4, na ZR4, ZR5, ZR6 e na ZR7.

ZR6	Coefficiente de Aproveitamento (CA)	Taxa de Ocupação (TO)	Permeabilidade Mínima (TP)	Gabarito (H)	Testada	Recuo Frontal	Recuo Lateral
	*	90%	10%	4 pav.	10m	4m	1,5m
	*	90%	10%	7 pav.	12m	4m	1,5m
	*	90%	10%	8 pav.	*	4m	2,5m
Uso misto	Residencial (de média a alta densidade), comunitário, institucional, comercial e serviços (pequeno, médio e grande portes). Permite-se o subsolo sem contá-lo no número de pavimentos. Zona menos densa do bairro Mar grosso, compreendendo parte da área não executada do Loteamento Ravena e do antigo Aeroporto de Laguna.						
Alteração	Lei n. 1833/2015: retira-se a TO.						
Zona Residencial 7 (ZR7)							
ZR7	Coefficiente de Aproveitamento (CA)	Taxa de Ocupação (TO)	Permeabilidade Mínima (TP)	Gabarito (H)	Testada	Recuo Frontal	Recuo Lateral
	4	60%	20%	6 (8 pav.)	12m	4m	h/8
Uso misto	Residencial (de alta densidade), comunitário, institucional, comercial e serviços (pequeno, médio e grande portes). Permitem-se 8 pavimentos por meio de Outorga Onerosa do Direito de Construir.						
Alteração	Lei n. 1833/2015: retira-se o CA e a TO; adição da rua Aurélio Rótulo a ZR7.						

Fonte: Adaptada de Laguna (2013f).

**Figura 9** - Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo (LAGUNA, 2013f) submetido à aprovação da Câmara dos Vereadores nas versões não aprovada e, após emendas legislativas, aprovada em 2013.



Fonte: Adaptadas de Laguna (2013f).

## Os desdobramentos das legislações urbanísticas incidentes no Mar Grosso

Conforme o exposto, no Mar Grosso incide inicialmente o *Zoneamento de Uso do Solo* (LAGUNA, 1979), o qual, após sofrer várias alterações, é substituído pelo *Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo* (LAGUNA, 2013f). Apesar das diferenças entre ambas as leis, explicita-se em comum a meta principal de aproveitamento máximo do uso do solo no referido bairro. Destacam-se a maior divisão das zonas e, por conseguinte, a fragmentação do território e a diversificação de aspectos constitutivos essenciais à paisagem (Figura 10).

**Figura 10** - Comparativo entre o *Zoneamento de Uso do Solo* (LAGUNA, 1979) e o *Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo* (LAGUNA, 2013f) estabelecidos para o Mar Grosso.

Zona 1979	Zona 2013	CA 1979	CA 2013	Gabarito (H) 1979	Gabarito (H) 2013	Recuo Lateral 1979	Recuo Lateral 2013
ZR-2A	SESC 4	1,5	*	Até 4 pav.	Até 13 pav.	2,00m	1,5m - 3,5m
	ZR 4		4		6 pav.		1,5m
	ZR 5		4		6 pav.		h/8
	ZR 6		*		Até 8 pav.		1,5m - 2,5m
	ZR 7		4		Até 8 pav.		h/8
ZR-2B	ZR 5	Até 3	4	Até 7 pav.	6 pav.	Até 3m	h/8
	ZR 7		4		Até 8 pav.		h/8
ZR-2C	ZR 2	Até 3,5		Até 12 pav.		Até 3m	
ZR-1A	SESC 4	Até 1,5	*	Até 4 pav.	Até 13 pav.	2,00m	1,5m - 3,5m
	ZR 6		*		Até 8 pav.		1,5m - 2,5m
	ZR 7		4		Até 8 pav.		h/8
ZR-1B	ZR 7	Até 3,5	4	Até 12 pav.	Até 8 pav.	Até 3m	h/8
ZR-3	ZR 4	Até 6,5	4	Até 12 pav.	6 pav.	1,5m	1,5m
	ZR 6		*		Até 8 pav.		1,5m - 2,5m
	ZR7		4		Até 8 pav.		h/8

Fonte: Adaptada de Laguna (1979; 2013f).

Constata-se a ampliação generalizada das permissões máximas, sobretudo do coeficiente de aproveitamento (CA), da taxa de ocupação (TO) e do gabarito (H) no Mar Grosso (atenta-se especialmente para a Zona SESC4, cuja altura passa de quatro a treze pavimentos), provocando o rápido aumento populacional no bairro, que não conta com a mesma velocidade de execução de infraestrutura urbana por parte da gestão municipal. Ou seja, tal infraestrutura urbana torna-se, cada vez mais, insuficiente para a crescente demanda.

Ademais, a dimensão mínima de 1,5m dos recuos laterais nos edifícios de uso misto gera frestas entre as torres residenciais e, desse modo, falta de privacidade entre as distintas unidades habitacionais de prédios vizinhos, como também a carência de conforto ambiental - de insolação, ventilação e iluminação naturais, imprescindíveis à vivência saudável dentro dos apartamentos, sobretudo durante a época de pandemia em qual se vive (Figura 11).

**Figura 11** - Bairro Mar Grosso visto desde o morro do Iró em 2017 e frestas entre os edifícios residenciais.



Fonte: Palma (2017); elaboradas pelos autores (2020).

## Considerações finais

Na Contemporaneidade, o Mar Grosso caracteriza-se pelo processo acelerado de verticalização - de transformação arquitetônica e paisagística, desencadeada pelo turismo e pela construção civil. Do antigo “*Arraya*” do século XIX e dos primórdios do Balneário do século XX pouco sobrevive atualmente no nobre bairro litorâneo de residência permanente e de veraneio, de comércio e de lazer. É flagrante o desaparecimento em curso das moradias fundantes do Balneário, através da substituição tipológica de casas térreas unifamiliares por apartamentos em torres multifamiliares, transfigurando-se, no presente, o Mar Grosso no único bairro verticalizado do Município. Assim, deflagram-se os conflitos entre a preservação e a desapareição desde as sucessivas legislações urbanísticas incidentes no Mar Grosso.

Ou seja, ratifica-se a hipótese de que o arsenal legislativo lagunense constitui um modo contundente e eficaz de promoção da perda do legado patrimonial do Balneário. Reafirma-se que, contrapondo as limitações preservacionistas impostas no Centro tombado, liberam-se as possibilidades edilícias no Mar Grosso - sem qualquer proteção, os raros exemplares do casario remanescente da origem do Balneário sucumbem.

De fato, com o *Zoneamento de Uso do Solo* (LAGUNA, 1979), no bairro Mar Grosso permite-se a execução de prédios com quatro pavimentos. O impacto arquitetônico e paisagístico é visualmente patente, ainda que esse gabarito promova algum contato das pessoas com a via pública, pois “as conexões entre o plano da rua e os edifícios altos efetivamente se perdem depois do quinto andar” (GHEL, 2013, p. 41). Porém, a partir da legislação de 2013, com o *Plano Diretor* (LAGUNA, 2013a) e o *Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo* (LAGUNA, 2013f), e da *Lei n. 1833/2015*, permite-se a execução de prédios com 13 pavimentos tipo, mais um andar comercial e dois de garagens, alcançado até 16 pavimentos. Agora, o impacto arquitetônico e paisagístico é visualmente drástico e funesto; esse gabarito provoca a perda do contato das pessoas com a via pública - gera a privação das conexões entre a rua e o edificado: acima do quinto andar, as tantas unidades habitacionais não pertencem mais à urbe (GHEL, 2013) - acarreta-se o prejuízo à *civitas*, à cidade e à cidadania.

Com efeito, explicita-se a demolição das casas para dar lugar a edifícios de uso misto, com: plantas e fachadas semelhantes; lojas e portões de garagem ocupando totalmente o térreo; apartamentos em torres multifamiliares, recuadas 1,50m dos vizinhos; revestimento parietal frontal de pastilhas; sacadas envidraçadas com churrasqueiras nos espaços gourmet; inclusive, frestas morbíferas e corredores de vento no plano dos pedestres. Enfim, eleva-se o gabarito e mantém-se a infraestrutura sem a devida evolução - amplia-se o limite construtivo, visando a maior

comercialização de imóveis por lote. Por conseguinte, causam-se danos à qualidade de vida nos espaços internos e externos dos apartamentos: perdem-se privacidade e conforto, impõe-se insalubridade (pouca ou nenhuma incidência solar, insuficientes ventilação e iluminação naturais); congestionam-se vias e rareiam vagas de estacionamento; enfrentam-se riscos de colapso das redes de abastecimento de água e energia e de coleta de esgotos pluvial e cloacal. A propósito, a crescente oferta de unidades à venda não diminui o valor do m<sup>2</sup>; ao contrário, sob o imperativo da especulação imobiliária, tal como o gabarito, os novos empreendimentos são lançados em valores cada vez mais altos. Ora, no terreno antes ocupado por uma casa, empilham-se até dezenas de moradias. Daí a explosão populacional e a multiplicação da demanda por infraestrutura. Portanto, o dito “progresso” legislativo esfacela-se quando analisada a situação da habitação e da urbanidade no Mar Grosso<sup>13</sup>.

Por outro lado, não se conhecem quaisquer medidas de preservação das moradias fundantes do Balneário Mar Grosso; ao contrário, nota-se frequentemente o popular discurso em prol do “progresso” do bairro - da defesa da renovação do seu estoque edificado. Logo a desaparecimento proposital da arquitetura - do patrimônio em potência. Sem qualquer proteção preservacionista legal, o bairro é explorado pelas grandes construtoras, ficando à mercê das demolições; as moradias fundantes do Balneário Mar Grosso, por sua vez, vítimas da especulação imobiliária, tendem explicitamente à descaracterização, à destruição, ao desaparecimento e à perda irremediável e definitiva. Dessarte, procede irrenunciável a apreensão da responsabilidade das legislações urbanísticas incidentes no Mar Grosso nesse processo. Diante disso, questiona-se: o dito “progresso” do Mar Grosso é realmente benéfico para lagunenses e lagunistas, para sua história e sua cultura?

### Referências Bibliográficas

ARGAN, G. **A história da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BANDEIRA, J.; LAGO, P. **Debret e o Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.

BENÍCIO, D. **Laguna, arquitetura novecentista e preservação do patrimônio**. 2018. Tese (Doutorado em Artes Visuais) - UDESC, Florianópolis, 2018.

BENÍCIO, D.; GAVA, M. A.; OLIVEIRA, J. **Arquitetura em extinção**. 2020. Relatório de Pesquisa (Iniciação Científica em Arquitetura e Urbanismo) - UDESC, Laguna, 2020.

---

13 Recordam-se os princípios basilares e os objetivos do *Plano Diretor* (LAGUNA, 2013a), rechaçados no Mar Grosso. Ademais, as decisões conquistadas através das audiências públicas com a participação popular são recorrentemente substituídas por decisões monocráticas da Prefeitura e da Câmara Municipais, que beneficiam exclusivamente a arrecadação de impostos e o lucro dos empreendedores imobiliários.

BENÍCIO, D. *et al.* **Projetistas e construtores do Centro tombado da Laguna**. 2020. Relatório de Pesquisa (Iniciação Científica em Arquitetura e Urbanismo) - UDESC, Laguna, 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da cidade**. Brasília, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 23 out. 2020.

GOOGLE EARTH. **Laguna**. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-28.47916821,-48.78867841,5.70416614a,18825.1680905d,35y,0h,0t,0r>. Acesso em: 23 out. 2020.

GUEDES, V. Mário; REMOR, José. **Blog do Valmir Guedes**. Laguna, 27 out. 2016. Disponível em: <http://valmiringuedes.blogspot.com/2016/10/mario-jose-remor-retrato-de-uma-epoca.html>. Acesso em: 20 maio 2020.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Laguna**, 2020. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=todos&campo=todos&notqry=&opeqry=&texto=Laguna&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 28 out. 2020.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-RJ, 2006.

KOSELLECK, R. **Estratos do tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-RJ, 2014.

LAGUNA. **Lei nº 317, de 22 de fevereiro de 1919**. Laguna, 1919. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-317-1919-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 102, de 7 de março de 1952**. Laguna, 1952. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-102-1952-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 204, de 30 de julho de 1955**. Laguna, 1955. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-204-1955-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 31, de 7 de junho de 1966**. Laguna, 1966. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-31-1966-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 4, de 19 de maio de 1969**. Laguna, 1969. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-4-1969-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 27, de 6 de setembro de 1977**. Laguna, 1977. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-27-1977-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 42, de 19 de dezembro de 1978.** Laguna, 1978. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-42-1978-Laguna-SC-consolidada-\[12-12-2013\].pdf](https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-42-1978-Laguna-SC-consolidada-[12-12-2013].pdf). Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 4, de 6 de março de 1979.** Laguna, 1979. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-4-1979-Laguna-SC-consolidada-\[12-12-2013\].pdf](https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-4-1979-Laguna-SC-consolidada-[12-12-2013].pdf). Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 6, de 7 de março de 1984.** Laguna, 1984. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-6-1984-Laguna-SC-compilada-\[03-07-1992\].pdf](https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-6-1984-Laguna-SC-compilada-[03-07-1992].pdf). Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 7, de 8 de maio de 1985.** Laguna, 1985. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-7-1985-Laguna-SC-consolidada-\[15-05-1991\].pdf](https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-7-1985-Laguna-SC-consolidada-[15-05-1991].pdf). Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 90, de 18 de dezembro de 1989.** Laguna, 1989. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-90-1989-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 186, de 15 de maio de 1991.** Laguna, 1991. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-186-1991-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 221, de 19 de fevereiro de 1992.** Laguna, 1992a. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-221-1992-Laguna-SC-consolidada-\[24-07-2007\].pdf](https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-221-1992-Laguna-SC-consolidada-[24-07-2007].pdf). Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 241, de 3 de julho de 1992.** Laguna, 1992b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-241-1992-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 352, de 23 de dezembro de 1993.** Laguna, 1993. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-352-1993-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 1.173, de 23 de dezembro de 2006.** Laguna, 2006a. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-1173-2006-Laguna-SC-consolidada-\[24-07-2007\].pdf](https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-1173-2006-Laguna-SC-consolidada-[24-07-2007].pdf). Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Laguna terá novo plano diretor.** Laguna, 2006b. Disponível em: <https://www.laguna.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/16507/cod-Noticia/490082>. Acesso em: 06 mai. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 1.221, de 24 de julho de 2007.** Laguna, 2007a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-1253-2007-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 1.253, de 17 de dezembro de 2007.** Laguna, 2007b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-1253-2007-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Decreto nº 2.309, de 19 de fevereiro de 2008.** Laguna, 2008. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/pdf/Decreto-2309-2008-Laguna-SC-consolidada-\[05-07-2010\].pdf](https://leismunicipais.com.br/pdf/Decreto-2309-2008-Laguna-SC-consolidada-[05-07-2010].pdf). Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 1.355, de 3 de novembro de 2009.** Laguna, 2009. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-1355-2009-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.



LAGUNA. **Decreto nº 2.885, de 5 de julho de 2010**. Laguna, 2010. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/pdf/Decreto-2885-2010-Laguna-SC-consolidada-\[22-09-2014\].pdf](https://leismunicipais.com.br/pdf/Decreto-2885-2010-Laguna-SC-consolidada-[22-09-2014].pdf). Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei complementar nº 268, de 11 de dezembro de 2013**. Laguna, 2013a. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-complementar-268-2013-Laguna-SC-consolidada-\[10-09-2018\].pdf](https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-complementar-268-2013-Laguna-SC-consolidada-[10-09-2018].pdf). Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei complementar nº 269, de 12 de dezembro de 2013**. Laguna, 2013b. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-complementar-269-2013-Laguna-SC-consolidada-\[23-11-2018\].pdf](https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-complementar-269-2013-Laguna-SC-consolidada-[23-11-2018].pdf). Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei complementar nº 270, de 12 de dezembro de 2013**. Laguna, 2013c. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-complementar-270-2013-Laguna-SC-consolidada-\[06-09-2019\].pdf](https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-complementar-270-2013-Laguna-SC-consolidada-[06-09-2019].pdf). Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 1.655, de 11 de dezembro de 2013**. Laguna, 2013d. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-1655-2013-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 1.656, de 11 de dezembro de 2013**. Laguna, 2013e. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-1656-2013-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 1.658, de 12 de dezembro de 2013**. Laguna, 2013f. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-1658-2013-Laguna-SC-consolidada-\[06-12-2019\].pdf](https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-1658-2013-Laguna-SC-consolidada-[06-12-2019].pdf). Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 1.659, de 12 de dezembro de 2013**. Laguna, 2013g. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-1659-2013-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 1.660, de 12 de dezembro de 2013**. Laguna, 2013h. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-1660-2013-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Decreto nº 4.168, de 22 de setembro de 2014**. Laguna, 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Decreto-4168-2014-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. **Lei nº 1.833, de 17 de agosto de 2015**. Laguna, 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-1833-2015-Laguna-SC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGUNA. Arquivo. **Laguna**. Laguna: Prefeitura Municipal de Laguna, 2020.

PALMA, E. **Elvis Palma Fotografias**. Laguna, 2017. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BdAyC1JhzWC/?taken-by=elvispalma.fotografias>. Acesso em: 28 out. 2020.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANT'ANNA, M. **Da cidade-monumento à cidade-documento**. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - UFBA, Salvador, 1995.

SIMON, L. **Documentação e monitoramento de sítios urbanos históricos com apoio do cadastro técnico multifinalitário e da fotogrametria**

**digital**. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - UFSC, Florianópolis, 2000.

ULYSSEÁ, R. **Laguna**. Brasília: Letra Ativa, 2004.

ULYSSEÁ, S. **A Laguna de 1880**. Florianópolis: Imprensa Oficial de Santa Catarina, 1943.

VIANA, A. (Coord.). **Memórias de Laguna**. 2011. Projeto de Extensão (Extensão em Arquitetura e Urbanismo). Laguna: UDESC, 2011. CD-ROM.

- UNIDADE II -

**GESTÃO E PLANEJAMENTO DE  
SÍTIOS URBANOS E RURAIS**

# MORFOLOGIA URBANA: A CONFIGURAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NO REPARTO TERRAZAS DE VISTA ALEGRE, SANTIAGO DE CUBA

*Wilson Ribeiro dos Santos Junior<sup>1</sup>*  
*Anderson Dias de Almeida Proença<sup>2</sup>*

## Resumo

Este artigo analisa aspectos de morfologia urbana estruturada por espaços livres, tendo como referência a configuração dos espaços livres do Reparto Terrazas de Vista Alegre, bairro da cidade de Santiago de Cuba. Esse Reparto constituiu-se como um tecido urbano representativo do urbanismo cubano das décadas de 1940 e 1950, registrando em sua representativa paisagem urbana as influências dos processos urbanos iniciados nas primeiras décadas do século XX, responsáveis pela introdução de elementos modernistas que representavam uma ruptura com o urbanismo tradicional do Centro Histórico de Santiago de Cuba, de forte inspiração colonial. Sob o ponto de vista morfológico, Terrazas de Vista Alegre sofreu forte influência do contíguo Reparto de Vista Alegre, um bairro predominantemente residencial, implantado em 1907 e voltado para a burguesia industrial e setores de renda elevada de Santiago de Cuba, com características urbanísticas e arquitetônicas singulares, derivadas da difusão internacional do modelo de “cidade-jardim” e dos conceitos modernistas. O Reparto de Terrazas de Vista Alegre surgiu posteriormente como um dos últimos empreendimentos urbanísticos da cidade no período republicano, poucos anos antes da Revolução Cubana de 1959. Metodologicamente, este artigo fundamenta-se na análise dos espaços livres públicos desse Reparto, conceituados aqui duplamente como espaços urbanos de uso público sem nenhuma edificação e como áreas verdes que caracterizam a paisagem

---

1 Arquiteto e Urbanista, mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo. Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

2 Arquiteto e Urbanista, mestre e doutor em Urbanismo. Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Curso de Arquitetura e Urbanismo do câmpus Naviraí.

urbana das cidades-jardins. Sua concepção foi bastante influenciada pelas diretrizes urbanísticas implementadas no Reparto de Vista Alegre, especialmente pelas alterações urbanísticas introduzidas mais tardiamente naquele bairro, baseadas no modelo de cidade-jardim e mais afinadas com os conceitos disseminados pelo Movimento Moderno.

**Palavras-chave:** Reparto Terrazas de Vista Alegre. Santiago de Cuba. Morfologia urbana. Transformações urbanas. Sistema de espaços livres públicos. Áreas verdes.

## Introdução

Este capítulo analisa a configuração dos espaços livres públicos do Reparto Terrazas de Vista Alegre com o objetivo de situá-los na estrutura espacial urbana de Santiago de Cuba e na dinâmica socioespacial desse setor da cidade. A escolha por esse objeto de estudo foi motivada por se tratar de um tecido urbano representativo do urbanismo modernista cubano das décadas de 1940 e 1950, que introduziram elementos de ruptura com o urbanismo tradicional, de forte inspiração colonial, como se observava no Centro Histórico de Santiago de Cuba.

Essas mudanças introduziram (...) *notáveis rupturas formais e espaciais em seu tecido urbanístico tradicional como resultado das ideias pioneiras de modernidade que implicaram uma concepção diferente no planejamento urbano*<sup>3</sup> (SOTO e MUÑOZ CASTILLO, 2015). O Reparto de Vista Alegre, surgido em 1907 como um bairro predominantemente residencial, voltado para a burguesia industrial e setores de renda elevada de Santiago de Cuba, viria a apresentar repercussões urbanísticas e arquitetônicas dos conceitos modernistas, que, naquele momento, difundiam-se internacionalmente.

Importantes características da formação histórica do Reparto de Terrazas de Vista Alegre seguem representados em sua morfologia urbana, de grande importância simbólica e patrimonial para a cidade, justificando estudos em prol da preservação dessas singularidades urbanísticas e arquitetônicas:

A linguagem da vanguarda se impôs entre as décadas de quarenta e cinquenta com o planejamento de novos bairros: Rajayoga, Terrazas de Vista Alegre, Ampliación de Terrazas e Versalles, ao mesmo tempo em que se consolidavam os existentes. Em todos eles houve uma concentração de ambientes urbanos característicos e exemplares significativos da arquitetura moderna, hoje reconhecidos nacionalmente. A riqueza desse repertório é composta por uma variedade temática de edifícios de uso público, de habitação coletiva e habitação individual (SOTO, 2005), que contribui para o enriquecimen-

---

3 SOTO Suárez, Milene; MUÑOZ Castillo. Vista Alegre, una mirada a la modernidad en Santiago de Cuba. **Arquitextos**, São Paulo, ano 05, n. 058.09, Vitruvius, dez. 2015

to desse patrimônio. Esse ostenta valores arquitetônicos e urbanísticos que determinam sua transcendência e fazem dele merecedor de reconhecimento e proteção. Entretanto os processos de degradação urbana e arquitetônica estão impactando sensivelmente sua integridade nos dias atuais (SCHICCHI, 2014).

Neste capítulo, são analisados os espaços livres públicos de Terrazas de Vista Alegre a partir de seus aspectos morfológicos, observados de forma integrada aos respectivos entornos arquitetônico e urbanístico que configuram, enquanto conjuntos urbanos, as características de patrimônios material e imaterial. O interesse pelos espaços livres de uso público neste artigo deve-se à hipótese de trabalho segundo a qual as cidades latino-americanas apresentam na paisagem urbana espaços públicos potentes e denotativos de uma sociabilidade urbana que, por diversos motivos, tiveram seus significados alterados com o passar do tempo.

Por outro lado, a cidade de Santiago de Cuba também segue construindo e transformando seu patrimônio à medida que ocorrem mudanças na dinâmica da cidade e surgem novas formas de apropriação dos espaços, de convivência das pessoas, de usos da rua, ou seja, que se estabelecem novas paisagens urbanas. Como consequência, o que antes não era valorizado ou pelo menos não se incluía nos inventários e nos catálogos como construções ou setores de interesse da cidade hoje se transforma em conjuntos de valor. Nisto se incluem o patrimônio moderno e as construções significativas mais recentes, enquanto o legado de outros períodos continua incorporando novos significados como resultado de mudanças de seus usos originais (SCHICCHI, 2014).

A análise sobre os espaços livres de uso público no Reparto de Terrazas de Vista Alegre baseou-se tanto no conceito de espaço urbano público livre de edificação como no conceito de áreas verdes - ajardinadas ou não -, que demarcam fortemente a paisagem urbana das cidades-jardim. Considera-se que as formas de apropriação coletiva dos espaços livres de uso público registram e conferem novas significações à paisagem urbana e assim as qualificam como referências ativas para a apreensão e leitura das transformações socioespaciais que ocorrem em suas ambiências ao longo do tempo.

### **Antecedentes históricos: influências do Movimento Moderno e do modelo de cidade-jardim em Santiago de Cuba**

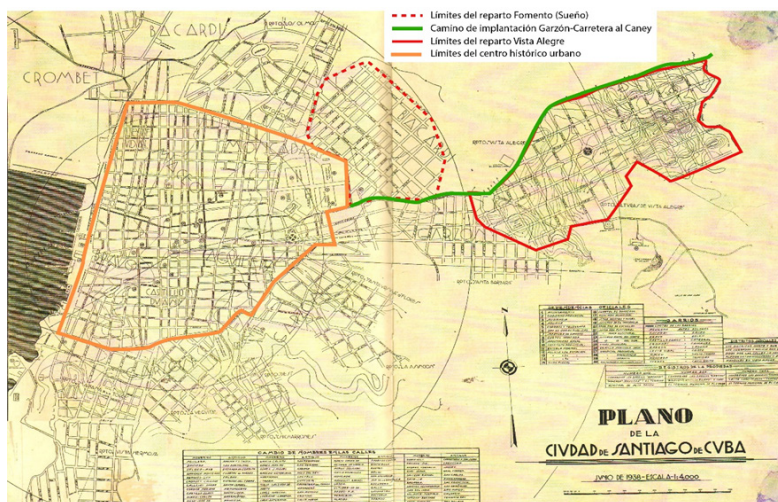
Na virada entre os séculos XIX e XX, iniciou-se o primeiro movimento de expansão periférica na cidade de Santiago de Cuba, cujo tecido urbano até então se resumia quase exclusivamente aos perímetros do núcleo colonial. Ao término da primeira década do século XX (1909), duas novas urbanizações estabeleceram-se contribuindo para a segregação da classe média e da alta burguesia em Santiago de

Cuba: respectivamente o bairro de Fomento (atual Reparto Sueño) e Vista Alegre (LOPEZ, 1994). As novas áreas de expansão localizavam-se nas margens externas do centro urbano histórico, desenvolvendo-se rapidamente em torno do eixo de preexistência definido pela antiga estrada para a cidade de Caney - seção atual da Avenida Garzón e Rodovia de Caney.

O Reparto Vista Alegre (que influenciou o Terrazas de Vista Alegre, que não se trata do mesmo bairro e que seria implantado posteriormente), surgido em 1907, corresponde à primeira expansão na zona oriental da urbanização de Santiago de Cuba (conforme Figura 1) fora dos limites da cidade tradicional consolidada e nucleada pelo Centro Histórico. Com um projeto previamente desenvolvido sob influência das ideias do Movimento Moderno, destacou-se como o principal bairro aristocrático da cidade no período republicano cubano, que se estendeu de 1902 a 1959. Segundo Soto e Muñoz Castillo (2005):

Sua gênese, em 1907, e sua localização nos arredores da cidade de então constituíram a mostra palpável do momento em que a alta burguesia santiagueira abandonava o centro fundacional compacto, estreito e contaminado socialmente, portanto incompatível com as novas exigências que a modernidade lhe impunha, para se estabelecer em um novo bairro exclusivo, amplo, tranquilo e climaticamente privilegiado (SOTO e MUÑOZ CASTILLO, 2015).

Figura 1 - Gráfico elaborado pelos autores sobre o plano da cidade de Santiago de Cuba, de 1938.



Fonte: LOPEZ RODRÍGUEZ, 2015.

Na década de 1950, período do pós-guerra, predominava no bairro a habitação unifamiliar e ampliou-se a construção de edifícios de apartamentos com até três pavimentos, incentivada pela iniciativa privada. A implantação de Vista Alegre

foi diretamente marcada pela consolidação do Movimento Moderno na arquitetura e urbanismo, optando por uma clara horizontalidade compositiva de pouca altura das edificações que se implantavam de forma isolada com jardins que rodeavam e limitavam os amplos lotes.

Portanto foi a primeira experiência urbanística em Santiago de Cuba a introduzir elementos característicos da cidade-jardim (LE MOS, LORA e RODRÍGUEZ, 2007), como aponta a figura 2, como a dimensão dos lotes, *layout* das áreas verdes, estrutura da rodovia e as tipologias de construção:

(...) Vista Alegre partiu de uma estrutura regular em forma de quadrícula, que deixava às claras as influências do modelo urbano colonial, mesmo que, do ponto de vista da forma e do lugar do crescimento, tenha significado uma ruptura com este. A nova alternativa, que ignorava o tradicional prolongamento da cidade, consolidada pela busca de um local com qualidades ambientais idôneas e um sentido diferente de concepção da quadrícula à maneira do Ensanche<sup>4</sup>, e refletiu a originalidade e a peculiaridade da implantação (SOTO e MUÑOZ CASTILLO, 2015).

**Figura 2** - Mosaico com elementos estruturadores da paisagem urbana do Reparto Vista Alegre. Repetem-se ao longo da avenida Manduley: canteiro central, calçadas largas e residências unifamiliares.



Fotos dos autores em janeiro de 2015.

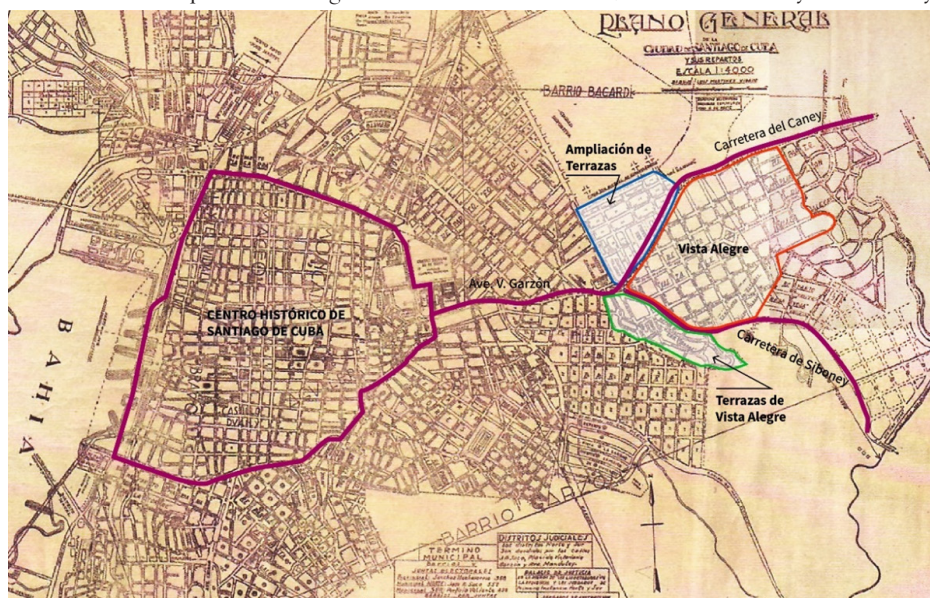
<sup>4</sup> Refere-se ao Distrito do Ensanche de Barcelona, criado pelo Plano Urbanístico de Ampliação de Barcelona, de Ildelfonso Cerdá. Nota dos autores.



## O Reparto Terrazas de Vista Alegre: implantação e análise da morfologia urbana

O planejamento e a implantação do Reparto de Terrazas de Vista Alegre entre os novos bairros constituídos no período na zona oriental de Santiago de Cuba resultou do *boom* construtivo ocorrido na década de 1950 em Cuba, propiciado pela acumulação de capital obtido pela venda de açúcar no período da 2ª Guerra Mundial. Verificou-se também nesse período um aumento da presença das empresas construtoras no país, em parte pelo interesse da burguesia cubana em investir em empresas para atuar no mercado de construção de imóveis como pelo aumento da presença das companhias construtoras estrangeiras norte-americanas e espanholas.

**Figura 3** - Carta dos autores sobre plano de Santiago de Cuba (LÓPEZ, 2005) mostrando a localização de Terrazas e a ampliação de Terrazas de Vista Alegre. Relação com o centro histórico urbano e com o Reparto Vista Alegre através da avenida Garzón, rodovias de Caney e de Siboney.



A década de 1950 foi marcada em Cuba pela ditadura de Fulgêncio Batista e uma política econômica desenvolvimentista, marcada pela entrada de capital estrangeiro nas atividades econômicas, por um lado, e pelo aprofundamento da situação de miséria e vulnerabilidade social dos trabalhadores urbanos e camponeses, por outro. O tema da habitação ocupou a agenda das questões urbanas e arquitetônicas nesse período em função da demanda reprimida por novas moradias ao longo do período republicano e pelo interesse empresarial da burguesia cubana em investir nesse então emergente mercado.

O loteamento de Terrazas de Vista Alegre constituiu-se num dos últimos

empreendimentos urbanísticos do período republicano na cidade. Sua concepção foi bastante influenciada pelas diretrizes urbanísticas implementadas no Reparto de Vista Alegre, como tratado no tópico anterior, especialmente pelas alterações urbanísticas introduzidas mais tardiamente naquele bairro, mais afinadas com os conceitos das cidades-jardins. O desenho urbano desse bairro foi diretamente influenciado pelo modernismo tardio e por vertentes urbanísticas norte-americanas, incorporando ruas curvas e sinuosas mais adequadas à acomodação do sistema viário e das quadras à topografia irregular em ruptura com a estrutura regular e geométrica herdada do urbanismo colonial da cidade tradicional.

**Figura 4** - Planta urbana atual do Reparto Terrazas de Vista Alegre.



Fonte: Imagem modificada pelos autores com base em arquivo de imagem do Departamento de Arquitectura y Urbanismo, Universidad de Oriente de Santiago de Cuba, 2015.

No total, o bairro de Terrazas de Vista Alegre possui dez quadras, entremeadas por sete ruas, compondo uma morfologia urbana bastante diversificada, resultante do parcelamento das quadras irregulares configuradas pelo desenho urbano sinuoso. Os lotes apresentam formatos quadrados, triangulares, irregulares, retangulares e predominantemente trapezoidais, como demonstra a figura 4. Essa nova configuração espacial representou uma mudança substancial no que diz respeito à disposição de tabuleiro de xadrez de Vista Alegre e da área adjacente.

O bairro apresenta baixa densidade habitacional com construções residen-

ciais isoladas implantadas, em sua maioria, no meio dos lotes. Quanto à tipologia habitacional, cerca de 65% das residências tinham um pavimento, 31% contavam com dois andares e 4% tinham três pavimentos (SOTO e SUÁREZ, 1995). Tal configuração de residências isoladas no lote é um componente determinante na formação da paisagem urbana do bairro, que, em seu conjunto, conta com expressiva área verde que, no entanto, não recebe cuidados e tratamentos adequados de paisagismo e se configura como terrenos baldios abandonados, causando impactos ambientais e problemas de drenagem urbana.

Outro componente da identidade local relacionado com a morfologia urbana é a existência de práticas de agricultura rural disseminadas no meio urbano, atribuídas, por um lado, à migração de moradores do campo e, por outro, como herança do enfrentamento da escassez de alimentos ocorrida durante o chamado “período especial” em Cuba, resultante e patrocinado pelo bloqueio econômico internacional capitaneado pelos EUA. Alguns jardins frontais, laterais ou mesmo de fundos de residências, bem como terrenos baldios e passagens foram e continuam sendo utilizados para o cultivo agrícola e para a criação de pomares frutíferos, cujos produtos são oferecidos pelos proprietários/vendedores ambulantes pelas ruas do reparto.

### **Os espaços livres públicos em Terrazas de Vista Alegre: inserção na estrutura espacial urbana e na dinâmica socioespacial local**

No projeto original de Terrazas de Vista Alegre, datado da década de 1950, não foram incorporadas as tipologias mais comuns de espaços públicos, tais como praças, parques, esplanadas cívico-institucionais ou mesmo jardins amplos e outros espaços de livre acessibilidade e de propriedade e natureza públicas. Podiam ser denominados no projeto original do novo reparto como espaços livres urbanos de uso público apenas os elementos que compõem o sistema de circulação viária: ruas, calçadas, canteiros centrais, jardins em cruzamentos, escadarias, acessos, que totalizam 20% da superfície do reparto (SAGUÉ CAMPS, MARTÍNEZ SÁNCHEZ, e MUÑOZ CASTILLO, 2010).

Um aspecto de notável influência na morfologia original do bairro é a delimitação dos jardins frontais dos lotes, que originalmente desempenhavam a função de distanciamento visual e proteção física entre os espaços da rua e do edifício. Constituíram-se em espaços verdes privados, que foram apropriados e modificados ao longo do tempo segundo os interesses de cada proprietário.

**Figura 5** - Mosaico exemplificando contraste entre a forma de apropriação e o fechamento de espaços semipúblicos verdes.



Fotos dos autores, 2018.

No âmbito da esfera da vida pública, a rua é um ou o elemento que ganha protagonismo, utilizada cotidianamente tanto como espaço de passagem e de circulação urbana como local de encontro e sociabilidade entre as pessoas. A progressiva consolidação do modelo econômico *cuentalpropista*, legislação mais recente que permite, sob condições restritivas, a criação de empresas individuais com recursos próprios, impacta diretamente no aumento de negócios particulares no espaço urbano, como na venda de alimentos e mercadorias diversas (MONTANO, 2016), dinamizando a interação urbana nas ruas, tornando-as cada vez mais diversas em seus usos e apropriações.

**Figura 6** - Mosaico que demonstra formas de uso do espaço público de Terrazas de Vista Alegre para circulação e passagem.



Fotos dos autores, 2018.

Outro elemento bastante marcante na paisagem urbana de Terrazas de Vista Alegre é o conjunto dos espaços de propriedade privada, mas que, devido ao caráter morfológico derivado do modelo de cidade-jardim, acaba conformando um “espaço semipúblico” que estabelece desde uma perspectiva visual uma integração entre o espaço público da rua e privado da edificação. Atuam nessa dimensão semipública os já citados jardins frontais dos lotes, além dos espaços residuais intralotes, espaços abertos laterais e também terrenos baldios (grande parte em situação de abandono).

Figura 7 - Mosaico que demonstra distintos casos de espaços abertos semipúblicos em Terrazas de Vista Alegre.



Fotos dos autores.

Apesar da marcante presença dos espaços abertos na paisagem urbana de Terrazas de Vista Alegre, como demonstrado anteriormente, há atualmente um crescente processo de privatização e apropriação particular de muitos desses espaços (MUÑOZ e DIAZ, 2015). Contraditoriamente aos princípios do urbanismo modernista e do modelo de cidade-jardim que nortearam a concepção original do bairro, esse processo leva à continuidade do processo de diferenciação do espaço público/coletivo conforme interesses privados.

Como demonstra a figura 8, as transformações atuais observadas no reparto colaboram para a perda de qualidade e do sentido da ambiência pública da paisagem urbana ao separar as residências da continuidade espacial que as integrava às ruas fronteiriças. As alterações mais invasivas e que transformam a boa ambiência urbana projetada originalmente no bairro referem-se à ampliação clandestina das residências particulares com a construção de novos cômodos ou de garagens em

espaços abertos que desempenhavam protagonismo na paisagem urbana de Terrazas de Vista Alegre.

**Figura 8** - Mosaico que exemplifica transformações e novas inserções que deterioram o espaço livre e os valores da paisagem.



Fotos dos autores, 2015.

Especialmente a partir da década de 1990, iniciou-se um fenômeno de surgimento dos cortiços, iniciado em Vista Alegre, decorrente do crescimento progressivo da população e que se evidenciou com as ações dos proprietários dos imóveis quanto à adequação dos mesmos para viabilizar a chegada dos novos moradores (SOTO e MUÑOZ CASTILLO, 2005). O abrigo e a incorporação dessa nova população nas moradias antigas com baixa qualidade de manutenção provocaram mudanças significativas que se expressaram em novas divisões internas das habitações, a construção de novos andares e, especificamente no que diz respeito à relação entre espaço público e privado, com a abertura de novos acessos do interior das casas para a calçada e a rua. E, como componente do processo que se mantém atual, a privatização do espaço público vem se dando de forma acentuada com a instalação de grades e cercas em todas as aberturas e o fechamento e a ocupação dos jardins fronteiros das casas para a instalação de garagens ou para a expansão do espaço interior das moradias.

Apesar do fato de que, de modo geral, as edificações do bairro encontram-se em bom estado de conservação (CABALLERO, MUÑOZ CASTILLO, 2012),

o que se observa em decorrência desse processo, sob o ponto de vista urbanístico, é uma paisagem urbana com fortes traços de deterioração do ambiente físico, ambiental e estético, ao qual se contrapõem pontualmente algumas residências reformadas ou parcialmente reconstruídas, que foram vendidas recentemente pelos antigos proprietários, como aponta a figura 9.

**Figura 9** - Mosaico de imagens com exemplos da progressiva transformação dos espaços públicos e semipúblicos em espaços privados com o fechamento de todos os vãos voltados para a rua com grades.



Fonte: Fotos dos autores, 2015.

Outros aspectos da transformação da paisagem urbana de Terrazas de Vista Alegre são os espaços públicos periféricos do bairro, construídos na transição para áreas de bairros vizinhos. Surgidos como zonas de transição urbana, acabaram sendo apropriados como espaços de intenso uso público nas últimas décadas, já que são as áreas abertas de maiores dimensões na porção leste da cidade.

Como demonstra a figura 10, são áreas que atualmente são ocupadas por uma grande variedade de usos e ocupações, que vão desde um importante nó das linhas de transporte público urbano e regional até a conformação de um polo gastronômico e cultural. Em alguns desses casos, a ocupação dessas áreas públicas ocorre de forma descontrolada e caótica, especialmente na realização do transbordo de veículos de transporte público, frequentemente lotados de passageiros (sem a devida existência de infraestrutura para a espera de passageiros), e na profusão de vendedores ambulantes, incidindo na transformação da arquitetura envolvente e na desqualificação do entorno pelo uso intensivo e não controlado.

**Figura 10** - Abaixo, sinalizando o plano de espaços públicos periféricos com uso intensivo. 1. Plaza Juvenil Ferreiro, rodeada de instalações gastronômicas e comerciais, encontro de jovens para atividades variadas. 2. O parque verde tornou-se um nó de transporte rodoviário para Siboney e o complexo habitacional Abel Santamaría.



Plano e fotos dos autores, 2018.

Por fim, um outro fator que tem impactado a transformação da paisagem urbana de Terrazas de Vista Alegre é o recente processo de negociação privada de imóveis no país como uma das medidas que visa à flexibilização econômica cubana (TREFFETZ, 2012). O envelhecimento da população moradora no Reparto Terrazas de Vista Alegre, as dificuldades econômicas para a manutenção adequada das construções, a estratégia da venda como condição para obter outra moradia com custos menores de manutenção são fatores que se combinaram com o aumento sistemático do fluxo de turistas estrangeiros, ampliando as possibilidades de negócios imobiliários.

As consequências do desastre socioambiental causado pela passagem do furacão Sandy em 2012 contribuíram para a aceleração da compra de diversas residências do Reparto Terrazas de Vista Alegre por europeus especialmente, em função do baixo preço das mesmas em relação à diferença no câmbio da moeda local e as cotações das moedas internacionais e também pela ausência de legislação específica de preservação do patrimônio material e imaterial do bairro.



## Considerações finais

Apresentou-se neste capítulo o cenário contemporâneo de um importante bairro de Santiago de Cuba, segunda maior cidade de Cuba e principal polo urbano na região oriental do país, que demonstra os desafios e potencialidades referentes às discussões sobre a preservação das características urbanísticas de um tecido urbano modernista, cujo projeto original prezava pela abundância e qualidade de espaços livres.

Por um lado, encontra-se um tecido urbano com elevado potencial referente à paisagem urbana não apenas em seus espaços públicos, mas especialmente pela quantidade de espaços livres em propriedades privadas, que denota a qualidade urbanística mais singular de Terrazas de Vista Alegre. Por outro lado, mesmo um contexto econômico com menor presença de atores privados em relação a países de economia capitalista, encontra-se uma presença marcante e crescente de forças transformadoras da paisagem urbana que visam ao interesse do uso particular em detrimento do uso público.

Os resultados da discussão apresentada apontam para um atual desequilíbrio entre as atuais necessidades econômicas e sociais da população e a preservação de um bairro consolidado a partir de um projeto com boa qualidade urbanística do ponto de vista da articulação entre espaços públicos e privados e áreas verdes. Nesse sentido, são imprescindíveis políticas públicas que consigam aliar as atuais potencialidades urbanísticas e paisagísticas do bairro aos usos e funções urbanas contemporâneas, bem como às novas demandas surgidas com a atualização do modelo econômico cubano atualmente em curso.

O processo de compra e venda das antigas casas do Reparto de Terrazas de Vista Alegre e o acelerado processo de transformação das fachadas indicam que o bairro apresenta alta potencialidade para mudanças de uso. Porém nesse processo de mudanças é fundamental que seja levada em conta a proteção a esse tecido urbano peculiar, altamente representativo da herança urbanística e arquitetônica da década de 1950 em Santiago de Cuba, o que implica respeitar as regulamentações urbanísticas que dinamizam e fortalecem os espaços públicos, que preservam a morfologia e a paisagem urbana, os imóveis de valor patrimonial e os usos que identificam a área.

## Referências

CABALLERO, Luís E. Bello; MUÑOZ CASTILLO, María Teresa. Nuevos preceptos para regulaciones urbanas del reparto Vista Alegre en Santiago de Cuba. **Revista URBANO**, v. 15, n. 25, Universidad del Bío Bío, Chile, 2012.

CHÁVEZ, I. M.; CALLAGHAN, O.; LESCAILLE, M. E. e LESCAILLE, I. M.

Santiago de Cuba, su evolución y ordenamiento urbano a partir de 1960. **Revista de arquitectura y urbanismo** - Facultad de Arquitectura de la Habana, v. 38, n. 3, 2017.

LÓPEZ RODRÍGUEZ, Omar. **Santiago de Cuba: tres tiempos y una imagen**. Santiago de Cuba: Publicigraf, 1994.

LEMONS, Carmen; LORA, Marta; RODRÍGUEZ, Ibeyis. **Vista Alegre en la memoria**. Santiago de Cuba: Ed. Santiago, 2007.

MILÁN, E. P.; GONZÁLEZ, N. S. **Por la imagen soñada del límite del Centro Histórico de Santiago de Cuba**: un guía para su evaluación y diagnóstico. Santiago de Cuba: Facultad de Construcciones/Departamento de Arquitectura, 2006.

MONTANO, J. L. Cuba: el cuentapropismo como modalidad de empleo no estatal. sobre sus inconvenientes, violaciones e ilegalidades. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, v. 0, n. 0, 2016.

MUÑOZ, N. C.; DÍAZ, F. G. Con criterio/zurcidos, pliegues, discontinuidades - La configuración del anillo de Santiago de Cuba. **Arquitectura y Urbanismo**, v. 36, n. 2, abril-agosto 2015.

MUÑOZ CASTILLO, María Teresa. **Los valores urbanísticos del reparto Vista Alegre en Santiago de Cuba**. Universidad de Oriente, Instituto Superior Politécnico "José Antonio Echeverría" (Tesis en opción al grado científico de Doctor en Ciencias Técnicas), Santiago de Cuba, 2007

MUNOZ, Francesc. **Urbanización**. Paisajes comunes, lugares globales. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008.

SAGUÉ CAMPS, Ana Bárbara; MARTÍNEZ SÁNCHEZ, Elvio; MUÑOZ CASTILLO, María Teresa. Un acercamiento al fenómeno de la cuartería en el reparto Vista Alegre de Santiago de Cuba. **Arquitextos**, São Paulo, v. 126, n. 04, nov. 2010.

SCHICCHI, Maria Cristina da Silva. Gestão do patrimônio urbano e edificado nos centros históricos das cidades de Campinas e Santos. **Oculum Ensaios (PUC-CAMP)**, v. 11-12, 2010, p. 90-110.

SCHICCHI, Maria Cristina da Silva. **Projeto de Pesquisa "Ciudad, vivienda y patrimonio**. Experiencias compartidas entre las ciudades Campinas, São Paulo y Santiago de Cuba". PROGRAMA DE COOPERACIÓN INTERUNIVERSITARIA CAPES-Brasil / MES-Cuba. POSURB PUC-Campinas, Campinas, 2014.

SOTO, Milene; SUAREZ, Milene; MUÑOZ CASTILLO, María Teresa. Vista Alegre, un aire de modernidad. **Vitruvius**, n. 289, São Paulo, 2005.

SOTO, Milene Suarez. La modernidad en la vivienda santiaguera. **Encuentro Nacional del DOCOMOMO**, La Habana, Cuba, 2005.

SOTO, Milene Suarez. **La vivienda del Movimiento Moderno en Santiago de Cuba**. Universidad de Oriente, Instituto Superior Politécnico "José Antonio Echeverría" (Tesis en opción al grado científico de Doctor en Ciencias Técnicas), Santiago de Cuba, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 1998.

TREFFETZ, R. E. Una Mirada a la vivienda, su contexto macroeconomico y su

política en la economía social de mercado en Cuba. **Arquitectura y Urbanismo**, v. XXXIII, 2012, p. 08-23.

# EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS NO NÚCLEO CENTRAL URBANO DE CHAPECÓ, SC

*Andriele da Silva Panosso<sup>1</sup>*

*Ketllyn Eger Fell<sup>2</sup>*

## Resumo

Chapecó é um município do oeste catarinense, fundado em 1917. No decorrer de sua história ficou conhecida como cidade planejada por sua configuração espacial em malha ortogonal e ainda hoje demonstra necessidade em alcançar uma identidade arquitetônica em sua paisagem. O presente artigo traz os resultados da pesquisa que tinha como objetivo geral catalogar as edificações com valor histórico para o município, localizadas no núcleo central urbano. Justifica-se pela importância de promover a proteção das edificações que compõem a memória da cidade e demonstram sua trajetória de desenvolvimento. A pesquisa teve caráter exploratório e trata-se de um levantamento de campo inicial, realizado com metodologia idealizada pelo IPHAN, através do preenchimento de fichas com as informações sobre a contextualização histórica das edificações, entrevistas com os proprietários e levantamento fotográfico, além da descrição das características originais e também das alterações realizadas nas edificações. Foram catalogadas dezenove edificações e dois espaços públicos abertos; os resultados demonstram que o município já possui um conjunto arquitetônico relevante, que se encontra, em parte, descaracterizado e desvalorizado em função de demandas comerciais. Esse artigo faz a apresentação de nove edificações catalogadas. As demais serão apresentadas em um trabalho posterior. A partir desse levantamento inicial pode-se partir para um estudo mais aprofundado, objetivando o incentivo ao tombamento das edificações mais significativas para o município.

**Palavras-chave:** Patrimônio arquitetônico; Preservação; Patrimônio material;

---

1 Docente, Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, Mestra em Engenharia Civil. Contato: andrielep@gmail.com

2 Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Contato: ketllyn.fell@gmail.com

Edificações históricas; Chapecó, SC.

## 1. Introdução

Chapecó-SC, cidade média do oeste catarinense, é conhecida por sua vocação para a agroindústria. Em sua história tão recente, a cidade passou por diversos processos de estruturação da sua malha urbana (GUARAGNI; ONGHERO, 2018) e até hoje ainda demonstra uma certa necessidade de alcançar uma identidade arquitetônica em sua paisagem construída. A cidade possui diversas edificações importantes, que contam um pouco da história dessa busca por identidade, porém o que se vê atualmente, são edificações descaracterizadas, especialmente em função das demandas comerciais. Além disso, de seus habitantes percebe-se um certo desprezo por aquilo que não é novo, que não demonstra o quanto a cidade “evoluiu” ao longo de seus 103 anos, ficando evidente a falta de educação patrimonial, através da qual formam-se “cidadãos conscientes e com conhecimentos acerca da origem e desenvolvimento da região em que vivem, buscando a preservação da memória que remetem a esta história” (OLIVEIRA; PRINCE, 2016, p. 574)

A preservação e proteção dos referenciais culturais das diversas sociedades existentes é de fundamental importância, pois garantem o entendimento e a valorização do patrimônio cultural (MUTTER, 2012). O professor francês Hugues de Varine contribuiu amplamente com a questão da preservação do patrimônio, apontando a necessidade de preservação dos bens patrimoniais representativos de cada cultura, separando-os em três categorias diferentes. Na primeira estão os recursos naturais, a natureza e o meio ambiente. Na segunda estão os elementos do saber fazer, onde está incluído o homem no meio ambiente e por fim, na terceira, estão os bens culturais, ou seja, objetos, artefatos e construções (LEMOS, 2006).

O conceito de patrimônio não pode ser analisado isoladamente, mas sim em relação a alguma outra coisa. Assim, pode-se dizer que o patrimônio consiste do conjunto de bens materiais ou imateriais que demonstram a trajetória histórica de um povo e sua relação com o ambiente em que vive (MUTTER, 2012). Lemos (2006, p. 14) define Patrimônio como:

(...) bem material, natural ou imóvel que possui significado e importância artística, cultural, religiosa, documental ou estética para a sociedade. Estes patrimônios foram construídos ou produzidos pelas sociedades passadas, por isso representam uma importante fonte de pesquisa e preservação cultural.

A preservação de patrimônio histórico, tem como principal objetivo a conservação da vida comum, cotidiana e o retrato de como vivia a sociedade em uma época específica, demonstrando o significado coletivo que aquele bem tem junto a uma comunidade, perpetuando sua memória através dos espaços utilizados por ela

na construção de sua história (TOMAZ, 2010).

No Brasil, a palavra preservação tem um sentido amplo que engloba diversas ações como inventários, registros, providências legais de tutela, educação patrimonial e políticas públicas. A preservação deve ser entendida como proteção da cultura material de um determinado lugar (KÜHL, 2018).

Este trabalho partiu da necessidade de conscientização acerca das edificações históricas que a cidade possui e da intenção de mostrar aos seus habitantes, que sim, existe já uma identidade, que está em formação, pois isso nunca acaba, e que as edificações construídas entre as décadas de 30 e 80 representam a construção dessa identidade, demonstram de onde vem aquela cidade que existe no presente. Coloca-se aqui uma ideia de educar sua população, mostrar que já existe história por trás de tantas edificações importantes. Vale ressaltar que a cidade, apesar de conservar inúmeras edificações de valor histórico, possui apenas três edificações tombadas.

O objetivo geral foi o de realizar um breve levantamento das edificações que representam valia histórica no município, de acordo com princípios de preservação do patrimônio material, hoje em dia, vigentes. Vale ressaltar que este levantamento é resultado da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso em arquitetura e Urbanismo, que tinha como motivação principal a de trazer a questão da valorização do patrimônio histórico para a pauta dos cursos de graduação, assim como conscientizar a população sobre a sua importância.

A pesquisa aqui apresentada demonstra as edificações catalogadas a partir do núcleo central da cidade, partindo do primeiro traçado urbano implementado na cidade, em 1931 e demonstra a importância da preservação da memória, história e identidade de seu povo.

## **2. Metodologia**

Para alcançar o objetivo deste trabalho foram desenvolvidas basicamente duas etapas, envolvendo procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental e pesquisa de campo.

A etapa de pesquisa bibliográfica e documental perpassou os tópicos do histórico do desenvolvimento urbano, econômico e cultural do município. A partir desse histórico foi possível delimitar uma área no núcleo central da cidade e identificar as edificações que seriam catalogadas. Para delimitar essas edificações também foi realizado um recorte temporal, ficando estabelecido o intervalo de 1930 a 1980, com edificações de qualquer estilo arquitetônico. A etapa da pesquisa bibliográfica e documental continuou a ser desenvolvida ainda na fase seguinte da pesquisa, visto que a partir da seleção de cada um dos imóveis, também foi feita uma pequena análise do estilo arquitetônico e do histórico e importância do exem-

plar para o município.

A segunda etapa da pesquisa configurou-se como pesquisa de campo, onde foram identificadas as edificações de valor histórico com o levantamento bibliográfico e documental e a partir disso foi realizada uma entrevista com os proprietários e caracterização física de cada um dos imóveis. As entrevistas com os proprietários foram realizadas a partir de uma ficha de inventário de Lugares e Territórios, fornecida pelo IPHAN, dentro do eixo Educação Patrimonial, que:

(...) constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação (IPHAN, 2020, p. 1).

A ficha apresenta uma série de questões a serem levantadas a partir da entrevista e dos registros físico e fotográfico da edificação. As questões elencadas são: nome mais comum e outros nomes pelos quais o local é conhecido; imagem do local atual; o que é; onde está; períodos importantes; história; significados; pessoas envolvidas com o lugar; elementos naturais; elementos construídos; vestígios; materiais; técnicas ou modos de fazer; medidas; atividades que acontecem no lugar; manutenção; conservação; avaliação; e recomendações (IPHAN, 2019).

Foram catalogadas dezoito edificações com significado histórico para o município e outros três lugares públicos. Nesse trabalho serão apresentadas as principais características físicas e informações coletadas nas entrevistas de nove edificações. As demais serão apresentadas em um trabalho posterior (Figura 1).





Primeira edificação em alvenaria do município, o Hotel Ideal foi construído em 1946 para ser o primeiro hotel da cidade (Figura 2). A edificação de 928m<sup>2</sup>, em estilo Art Decó, possui 5 frontões escalonados, um na Av. Getúlio Dorneles Vargas, outro na esquina e três na Rua Marechal Bormann. Tem demarcação dos pilares, que na extremidade superior possui escalonamento na horizontal, no perímetro das janelas passam faixas paralelas na horizontal, de ponta a ponta da edificação e na vertical a cada duas janelas. Hoje possui duas cores, creme e verde. As esquadrias não são originais e não apresentam o desenho original. No segundo pavimento a maioria já apresenta sinais de desgaste.

**Figura 2** - Hotel Ideal, vista da esquina da Rua Marechal Bormann e Av. Getúlio Vargas.



Fonte: (FELL, 2019).

Algumas aberturas foram fechadas e outras abertas, descaracterizando parcialmente as fachadas originais. Em seus primórdios a edificação não possuía grandes placas de sinalização, hoje apresenta marquises e outras alterações no pavimento térreo.

Devido a manutenção recente a edificação está em ótimo estado de conservação e em pleno uso. A fachada da edificação não possui destaque, estando, atualmente, coberta por placas comerciais.

### 3.1.2. Catedral Santo Antônio

A Catedral Santo Antônio foi construída pela empresa construtora Chapecoense e sua inauguração ocorreu em 1956, faltando a instalação do relógio. Seu estilo arquitetônico predominante é o neorromânico. Esta edificação foi construída no lugar originalmente ocupado pela primeira igreja matriz da cidade, edificada em madeira, entre os anos de 1938 e 1940 (Figura 3). No dia 04 de outubro de 1950 essa foi destruída por um incêndio, restando apenas a sua torre. A partir do incêndio a população clamou por uma reconstrução, o que possibilitou a edificação da nova catedral.

**Figura 3** - Vista da igreja matriz original de Chapecó, destruída em um incêndio em 1950.



Fonte disponível em: <<https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcRXTzzug9TJ8Tw11uL96MoEQfnP1usSnwe8mg&usqp=CAU>>. Acesso em 11/01/2021.

A edificação atual é de alvenaria e possui 2 torres na rua Marechal Floriano Peixoto. Tem demarcação de vários frisos nas janelas, portas e nas extremidades das paredes (Figura 4). Cada torre possui 31 janelas em seu perímetro, sendo 4 delas localizadas nos topos. Outras 21 possuem vitrais. Apresenta elemento de adição à frente das torres, esse possui 3 aberturas em arco pleno-centro fechados com portões de aço, os arcos apresentam as bordas chanfradas. Acima do elemento de adição existe uma grande janela, em formato de semicírculo, com as bordas chanfradas e com vitrais em formato de “X” e círculos intercalados. Acima, no frontão, um relógio preto e branco e logo acima uma escultura de Santo Antônio.

**Figura 4** - Catedral Santo Antônio, vista da Rua Marechal Floriano Peixoto.



Fonte:(FELL, 2019).

Toda a estrutura externa da catedral segue uma lógica ritmada e simétrica. Existe uma mureta que circunda toda a edificação, tendo altura de um metro nos fundos e de 1,50 metros à frente. Essa mureta apresenta frisos verticais, com o detalhe de que a cada 24 frisos curtos, três são largos. Na Rua Jonas Rauen, à leste da edificação, existe uma grade de ferro fundido simples inserida na última reforma da edificação.

As laterais da edificação são simétricas, nelas é possível observar o volume da nave central, mais elevado, com cinco janelas em arco pleno-centro, longas, com vitrais (Figura 5). Mais à frente, é possível observar o volume das naves laterais, que apresentam dez janelas e uma porta em arco pleno-centro com detalhes em vidro e metal. Também na nave lateral existe um volume adicional, que apresenta uma porta em madeira entalhada e acima uma grande janela em formato circular com vitrais e um detalhe em frisos na parede, no formato de arco perfeito.

Com a manutenção recente a edificação está em ótimo estado de conservação, tanto internamente quanto externamente. A edificação apresenta grande relevância para o povo chapecoense e é um ponto turístico muito apreciado pelos visitantes.

**Figura 5** - Catedral Santo Antônio, vista da esquina das Ruas Mal. Floriano Peixoto e Jonas Rauen.



Fonte: Google Street View®. Acesso em 11/01/2021.

### 3.1.3. Escola de Educação Básica Marechal Bormann

É a escola mais antiga da cidade, tendo sido fundada em 1930. A edificação original, construída em madeira, foi substituída pelo edifício em alvenaria existente hoje, em 1953 (Figura 6), de estilo neocolonial. No ano de 2005 foi adicionado um ginásio de esportes. A Edificação situada na Rua Jonas Rauen, próxima à Catedral Santo Antônio, teve muitos nomes e formatos de ensino durante sua existência, como: Escola Feminina de Passo dos Índios, Escola Mista Estadual de Chapecó, Escola Isolada Coronel Fernando Machado, Grupo Escolar Coronel Fernando Machado, Grupo Escolar Marechal Bormann, Escola Básica Marechal Bormann, Colégio Estadual Marechal Bormann e atualmente se chama Escola de Educação Básica Marechal Bormann.

A edificação, hoje com pouco mais de 67 anos, é cercada por área verde de árvores e vegetação nativas, que inclui uma araucária, patas de vaca, palmeiras e alguns pingos de ouro. Em 2015, o edifício passou por uma reforma, na qual foram retiradas a guarita, a escadaria frontal, um elemento da calçada, uma parte da vegetação e também recebeu uma pintura geral. Algumas dessas alterações se deram em função das exigências da NBR 9050 para acessibilidade à edificação, onde a escada frontal de acesso principal foi substituída por uma rampa acessível.

A edificação, pintada hoje em tons de bege, preserva suas esquadrias externas originais, janelas com lintéis inferiores e bordas, agrupadas em cinco, quatro ou duas unidades. O acesso principal à escola se dá através de um frontão, típico do estilo neocolonial em uma fachada simétrica e ornamentada com um brasão das armas nacionais do país. Possui largos beirais e na parte interna é possível observar pilares com texturas típicas da sua época de edificação. Existe uma passarela metálica que conduz os alunos do portão de acesso à porta principal da escola.

**Figura 6** - Escola de Educação Básica Marechal Bormann, vista da Rua Jonas Rauen.



Fonte: Google Street View®. Acesso em 11/01/2021.

### 3.1.4. Hotel Bertaso

Hotel em estilo moderno, projetado pelo engenheiro civil Paulo Magalhães Neto e construído no final dos anos 1970. Está localizado no centro da cidade, na Av. Getúlio Vargas, próximo à Catedral municipal, à Praça Coronel Bertaso, ao monumento Desbravador e ao Museu municipal. O projeto foi realizado e executado pelo engenheiro civil Paulo de Magalhães Neto, a pedido da família Bertaso, proprietária inicial do edifício. Mais tarde a edificação passou à propriedade da família Festugatto. O hotel é amplamente conhecido por suas linhas modernas e imponentes externamente e pela vista do restaurante no terraço, onde se pode ter uma visão panorâmica do município (Figura 7).

O edifício tem aproximadamente 6.900m<sup>2</sup> e dez pavimentos. Aparentemente não sofreu nenhuma alteração em seu projeto original, apenas obras de manutenção. Encontra-se em ótimo estado de conservação e em plena utilização. A edificação, em estilo moderno, consiste basicamente de uma base, com o térreo na Av. Getúlio Vargas, onde estão as áreas de recepção e convenções do hotel, dois subsolos, acessados pelas vias lateral e de fundos, onde estão os estacionamentos e áreas de apoio, e uma torre, onde encontram-se os quartos e o restaurante no terraço.

**Figura 7** - Hotel Bertaso, vista da Av. Getúlio Vargas.



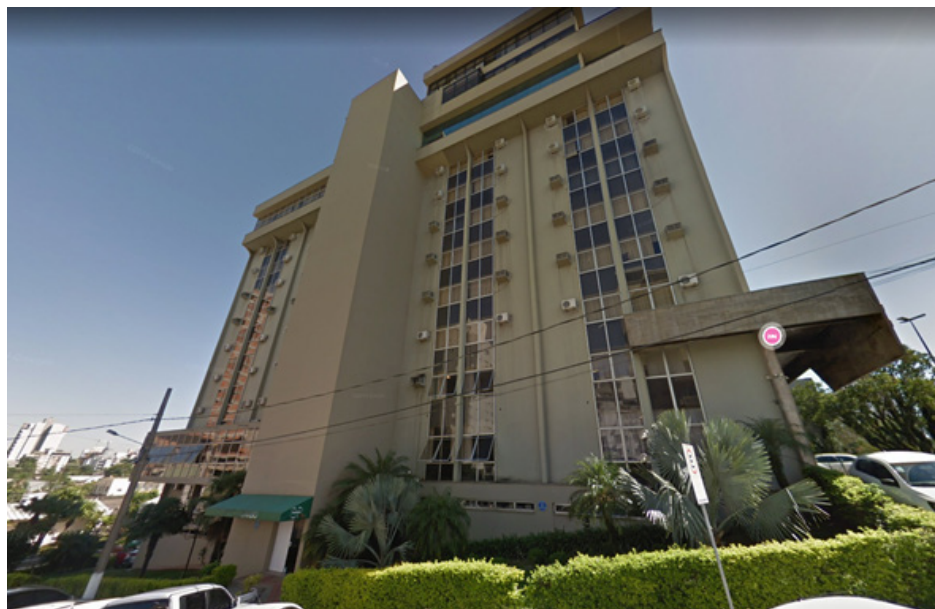
Fonte: (FELL, 2019).

Hoje encontra-se com a coloração bege, que substituiu a cor original, amarelo pastel. Os pilares, onde são aparentes, são revestidos em granito e a marquise frontal é de concreto com logomarca da empresa em letra caixa metálica dourada. As janelas frontais possuem os caixilhos metálicos, também dourados e os vidros são marrons. Existem pequenas áreas com tratamento paisagístico na fachada frontal e lateral do edifício.

A fachada frontal apresenta uma base marcada pela marquise de grande espessura e pelo hall envidraçado. Acima dessa se ergue a torre, de aspecto fechado, apresentando apenas uma janela em coluna vertical, que percorre os pavimentos, de forma centralizada. O coroamento de edifício é feito através de uma quebra na forma, percebida através de duas marquises com cantos arredondados, onde encontram-se as janelas do restaurante, localizado no terraço.

As fachadas laterais apresentam simetria parcial, com janelas em colunas verticais (Figura 8). Na Rua Comandante Carlos Gonçalves Pinho existe um volume centralizado, onde se abre um acesso secundário. A simetria é quebrada através de uma janela em fita horizontal, que preenche um volume sobressalente na lateral esquerda dessa fachada. Na fachada lateral de meio de quadra, esse volume é substituído por janelas em fita, horizontais (Figura 9).

**Figura 8** - Hotel Bertaso, vista da Rua Comandante Carlos Gonçalves Pinto.



Fonte: Google Street View®. Acesso em 11/01/2021.

**Figura 9** - Hotel Bertaso, vista da Rua Corrêa Pinto.



Fonte: Google Street View®. Acesso em 11/01/2021.

### 3.1.5. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Durante o governo de Getúlio Vargas, o setor de engenharia da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos tinha grande preocupação com a inovação, tanto em relação à arquitetura quanto à inserção das edificações no contexto urbano. O interesse na arquitetura se apresentou através da criação de uma série de modelos de edifícios padronizados, implantados em todo o território nacional, de acordo com as necessidades locais de atendimento.

A implantação da edificação da EBCT em Chapecó teve sua proposta discutida em relação à facilidade de acesso para a população, a qual era um dos objetivos da inserção do edifício, atender o maior número de usuários possível, e uma relação facilitada entre a agência e os meios de transporte utilizados na condução e distribuição da correspondência. Dessa forma a agência foi implantada no centro da cidade, próxima à Praça Coronel Bertaso.

A edificação em alvenaria, com 526 m<sup>2</sup>, não apresenta registro coerente da data de sua construção. A pesquisa revelou que foi ampliada em 1982 e reformada em 1992 e posteriormente, em 2007. Nessa última reforma foram realizados repa-

ros internos e externos à edificação, todas as esquadrias foram substituídas por novas em alumínio na cor bronze e vidros na cor fumê, com gradil externo na cor preto.

O edifício encontra-se preservado com características Art Decó, apresentando uma fachada limpa e simétrica, com elementos horizontais e verticais bem definidos (Figura 10).

**Figura 10** - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, vista da Rua Jonas Rauen.



Fonte: (FELL, 2019).

### 3.1.6. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Chapecó

Inaugurada em dezembro de 1963, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, representou um marco histórico na descentralização das atividades do Estado no Oeste Catarinense. A Secretaria visava ampliar o atendimento à população, que anteriormente dependia exclusivamente dos serviços oferecidos apenas na capital, Florianópolis. Foram instalados no mesmo local outras repartições estaduais como a Coordenadoria Regional de Educação e Inspetoria Regional de Tributos.

O edifício em estilo moderno, compõe-se de uma base maior, mais horizontal e uma torre que se ergue ao fundo (Figura 11). A base é composta de dois pavimentos, o inferior é semienterrado e onde possui sua fachada visível tem reves-



timento em pedra basalto irregular e possui esquadrias em fita para as vias laterais e frontal. Na fachada lateral da Travessa Ilma Rosa de Nês existe um acesso ao auditório do conjunto, que se dá através de uma marquise em concreto armado.

**Figura 11** - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, vista da esquina da Av. Nereu Ramos e da Travessa Ilma Rosa de Nês.



Fonte: Google Street View®. Acesso em 11/01/2021.

O segundo pavimento do embasamento é composto de dois blocos horizontais, com aparência bem fechada. Esses blocos possuem elementos em concreto que se sobressaem das paredes e avançam em ângulo pela frente das poucas janelas, o que torna a aparência desses blocos pouco mais dinâmica. A conexão dos dois blocos dá acesso ao conjunto, através de uma grande escadaria que penetra o vão livre, onde é possível também identificar a estrutura das vigas aparentes que conectam as duas massas. O acesso é coberto por uma marquise em concreto armado que se percebe como “destacada” do resto da edificação (Figura 12). Os dois blocos apresentam janelas para as faces interiores da edificação. Existe uma pequena área de paisagismo na frente do edifício, nas laterais da escada de acesso. Ao lado da escada encontra-se uma estrutura em concreto, em forma de prisma trapezoidal, onde ficam os mastros das bandeiras da federação.

**Figura 12** - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, vista da Av. Nereu Ramos.

Fonte: Google Street View®. Acesso em 11/01/2021.

Ao fundo do vão livre é possível acessar a torre do edifício, uma composição de dois prismas retangulares encaixados, sendo o frontal mais baixo e o posterior mais alto. Ambos acendem cinco e seis pavimentos acima da base, respectivamente. As fachadas leste e oeste são compostas de pilares de concreto armado bem marcados e preenchidos por janelas em fita com quatro folhas e bandeira. As alvenarias da torre são todas revestidas em pastilhas de vidro em tom bege. Abaixo das janelas existe uma instalação padrão de ar condicionados de janela, centralizados no vão. As esquadrias são todas em alumínio e vidro. A fachada lateral sul repete a mesma lógica da demais fachadas, apresentando uma marcação dos pilares nos cantos e janelas em fita que preenchem todo o vão na sua largura. Já a lateral norte da torre apresenta uma composição bem geométrica, onde identifica-se a marcação dos pilares de concreto nos cantos e as vigas entre pavimentos, os vãos são preenchidos com tijolos cobogó quadriculados em tom banco.

A edificação encontra-se em bom estado de conservação, porém a pintura está desgastada. Também existem alguns elementos adicionados posteriormente que dão uma ideia de poluição visual na fachada principal da torre, esses elementos são máquinas de ar condicionado instaladas além das planejadas e antenas parabólicas instaladas acima da marquise.

### 3.1.7. Rodoviária do interior

Inaugurada em agosto de 1969, essa edificação funcionou como o segundo terminal rodoviário do município até 1992, quando o novo terminal rodoviário passou a acolher as linhas intermunicipais e interestaduais. Atualmente a edificação

ainda mantém a função de terminal rodoviário, porém atende as linhas que conectam o município ao interior. No local também funcionam um bar e a Associação de Diabéticos e Hipertensos de Chapecó.

A edificação, com linhas predominantemente modernas, possui dois pavimentos e encontra-se em mau estado de conservação. As esquadrias existentes são as originais. O edifício é composto de um único volume, com dois pavimentos. As fachadas apresentam equilíbrio e ritmo de elementos (Figura 13).

**Figura 13** - Rodoviária do interior, vista da esquina da Av. Nereu Ramos e Rua Clevelândia.



Fonte: Google StreetView®, acesso em 11/01/2021.

Na Av. Nereu Ramos, onde apresenta a frente voltada para a calçada (Figura 14), a edificação possui uma marquise mais baixa que demarca o acesso às salas comerciais e é sustentada em uma das laterais por um grande pilar em ângulo, com sessão retangular. As salas comerciais são acessadas por portas em grandes vãos, com quatro folhas e pequenas bandeiras superiores, em ferro e vidro, e ainda apresentam gradil metálico de proteção. Acima da marquise é possível identificar as janelas do saguão e das salas comerciais. Nesta fachada, o segundo pavimento é marcado pela estrutura da viga de cintamento em concreto armado, onde acima, à esquerda, existem sete janelas, com ritmo demarcado por pequenos pilaretes verticais na cor verde, colocados entre cada uma das janelas, que são basculantes em ferro e vidro.

Na fachada da Rua Clevelândia (Figura 15), o primeiro pavimento é recuado em relação ao pavimento superior, e tem fechamento em alvenaria e esquadrias em alumínio e vidro. A marquise é parcialmente suportada por pilotis, entre os quais ocorre o embarque e desembarque dos passageiros e mais à frente a marquise apresenta-se em balanço. Nessa área, toda a estrutura em concreto é aparente. O pavimento superior apresenta esquadrias ritmadas e repete os mesmos pilaretes entre janelas, na cor verde.

**Figura 14** - Rodoviária do interior, vista da Av. Nereu Ramos.



Fonte: Google Street View®, acesso em 11/01/2021.

**Figura 15** - Rodoviária do interior, vista da Rua Clevelândia.

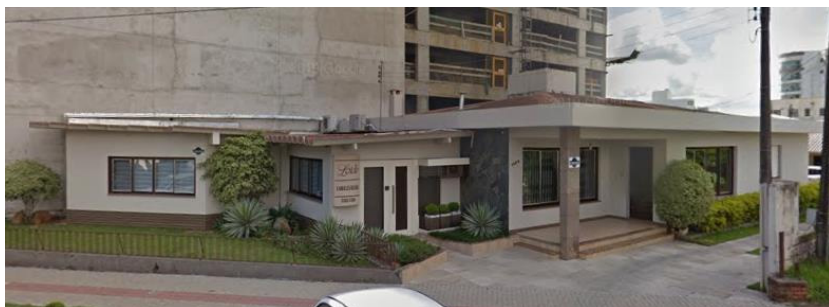


Fonte: (FELL, 2019).

### 3.1.8. Residência Sordi

Residência construída em 1972, com algumas características do estilo moderno (Figura 16). Mantém o uso residencial e foi acrescentado o uso comercial, que apresenta grande significado para a cidade, sendo um dos primeiros salões de beleza do município. A proprietária, de 72 anos, ainda trabalha no salão, juntamente com outros profissionais.

**Figura 16** - Residência Sordi, vista da Rua Duque de Caxias.



Fonte: (FELL, 2019).

A edificação apresenta-se em um volume original, mais alto e outro mais baixo, adicionado posteriormente, em 2015. O volume principal apresenta um recuo frontal, formando uma varanda de acesso à residência, onde verifica-se revestimento em pedra basalto irregular na parede lateral e revestimento em granito no pilar de canto que sustenta o telhado. As esquadrias originais são em ferro e vidro, em quatro folhas de correr, na cor marrom e apresentam grade pantográfica interna, distribuídas em toda a fachada frontal. O telhado é conformado por uma pequena platibanda, que esconde parcialmente as quatro águas. O volume construído posteriormente não apresenta platibanda e tem o telhado em uma água, com telhas trapezoidais aparentes. A edificação possui paisagismo na sua parte frontal e está em excelente estado de conservação. As cores predominantes são o bege e o marrom.

### 3.1.9. Residência Bertaso

Essa edificação em estilo neocolonial, construída em 1978, foi concebida originalmente para ser a residência da família Bertaso (Figura 17). Posteriormente a edificação teve a troca de uso e já abrigou inúmeras atividades comerciais e de serviços. Atualmente funciona como uma escola de idiomas (Figura 18).

**Figura 17** - Residência Bertaso, vista da Av. Nereu Ramos, sem comunicação visual.



Fonte disponível em: <<https://arquiteturado brasil.files.wordpress.com/2010/06/dsc05641.jpg>>. Acesso em 11/01/2021.

A casa localiza-se em um terreno triangular, que tem duas frentes, uma na Av. Nereu Ramos e outra na Rua Pio XII, apresentando-se em uma cota topográfica superior à das ruas onde faz frente e tendo grande destaque na paisagem, sendo um ponto de ampla visão. A casa está implantada no centro do terreno, tendo grandes áreas gramadas ao seu redor. Na Av. Nereu Ramos existe um acesso de veículos, através de um subsolo garagem. O acesso principal de pedestres se dá na esquina. O fechamento do lote é todo feito em muro de contenção de pedra regular e acima do nível do chão existe um gradil em toda a extensão.

Figura 18 - Residência Bertaso, vista aérea, em seu estado atual.



Fonte: (FELL, 2019).

A edificação se apresenta como um grande volume principal e pequenos volumes adicionados nas laterais, mais baixos. O volume principal apresenta telhado em quatro águas e pequenas janelas retangulares em todas as fachadas. As janelas dos volumes adicionais apresentam configurações variadas, sendo as da fachada oeste em arco de meia volta, as da fachada norte em arco de meia volta e retangulares; a fachada sul é apresentada dois pequenos volumes mais à frente, com frontões em telha colonial e um pequeno respiro circular centralizado. As janelas são de madeira, de abrir, com bandeira fixa. Todas possuem gradil. Na fachada oeste existe uma entrada secundária, em arco de meia volta, que dá acesso à uma parte mais plana do terreno, onde existe uma área de lazer para crianças.

O acesso de pedestres da edificação ocorre através de um portão localizado no centro do chanfro de esquina do muro de contenção. Esse portão não é original da casa e é confeccionado em alumínio e vidro temperado. Nesse ponto o muro é estruturado com pilares mais altos e a alvenaria mais baixa, dando a sensação de

imponência. Os pilares apresentam ornamentos de formas geométricas no topo. O portão é acessado pelo passeio, através de duas escadas laterais que conduzem o pedestre ao caminho central, também formado por degraus em vista do desnível em relação à rua, levando-o à escada que dá acesso à porta principal da edificação. As escadas têm guarda-corpos em alvenaria e granito originais e corrimão em alumínio adicionado posteriormente à construção da casa. O vão de acesso principal à residência tem forma de arco ogival, com fechamento em vidro e a porta é retangular inserida no vão.

A edificação encontra-se em ótimo estado de conservação, apesar de apresentar elementos de descaracterização, como por exemplo, uma caixa d'água desprotegida, alguns condensadores de ar condicionado e sinalização comercial instalados nas fachadas.

#### 4. Considerações finais

Uma cidade mais justa e mais sustentável depende da preservação, do conhecimento e da valorização dos bens culturais nela existentes. Eles promovem a conscientização acerca da história daquele povo, contribuindo para sua evolução social.

Chapecó é uma cidade em que a educação patrimonial ainda é muito insipiente. Existem apenas três edificações tombadas no município, evidenciando a urgente necessidade de conscientização de sua população acerca da importância do resgate histórico de sua evolução urbana. Este trabalho veio na tentativa de levantar um pequeno questionamento acerca do tema e também de apontar a importância de tantos edifícios existentes no município.

Com a catalogação de 18 edificações e 3 lugares foi possível verificar que o município tem um conjunto arquitetônico relevante, que conta um pouco da história de sua evolução. Neste artigo foram apresentadas nove edificações catalogadas e pretende-se em um trabalho futuro apresentar as demais, no sentido de fortalecer as suas memórias e contribuir para a preservação do patrimônio histórico da cidade. Parte deste trabalho foi publicado em outra fonte.

#### Referências Bibliográficas

FELL, Ketyllyn Eger. **Inventário de edificações históricas e proposta de diretrizes de manejo de fachadas em Chapecó-SC**. 217 f. 2019. - UCEFF - Unidade Central Faem Faculdades, Chapecó, 2019.

GUARAGNI, Fernanda; ONGHERO, André Luiz. Arquitetura e História: o catálogo de projetos de edificações do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó). **Revista de arquitetura IMED**, Passo Fundo, v. 7, n. 2, p. 45–64, 2018. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.18256/2318-1109.2018.v7i2.2999>

IPHAN. **Educação Patrimonial: Fichas de inventário**. [S. l.], 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Fichas do Inventario - Educacao Patrimonial.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

IPHAN. **Educação Patrimonial**. [S. l.], 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 11 jan. 2021.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro**. 2ªed. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

LEMO, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico?** 5ªed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MUTTER, Débora. Considerações acerca da preservação do patrimônio histórico e cultural. **Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista**, [s. l.], v. II, n. 4, p. 67–80, 2012.

OLIVEIRA, Marco Antonio Alves de; PRINCE, Ana Eneidi. “História, educação e patrimônio”: a importância da educação patrimonial. **Revista UNIVAP on-line**, [s. l.], v. 22, n. 40, 2016. Disponível em: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.18066/revistaunivap.v22i40.1207>

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Revista de História e Estudos Culturais**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 12, 2010.



# A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM FERRARA/ITÁLIA: LIÇÕES DE LEGISLAÇÃO E GESTÃO DO CENTRO FORTEMENTE HISTORICIZADO FERRARESE

Danielle Rocha Benício<sup>1</sup>

Eduardo Venske<sup>2</sup>

Lia Cristina Moraes<sup>3</sup>

## Resumo

Este artigo origina-se da iniciação científica realizada entre 2019 e 2020, vinculada ao grupo de pesquisa *História da arte: Imagem - Acontecimento* e ao *Laboratório de Arquitetura - Teorias, Memórias e Histórias* (Artemis) da Udesc. Esta ação objetivou empreender o estudo comparativo da legislação de proteção do patrimônio incidente nos centros fortemente historicizados de Laguna/Brasil e Ferrara/Itália. Daí pretende-se investigar os fundamentos estruturantes da legislação e gestão integradas no centro ferrarese, bem como as estratégias mais eficientes no sentido de efetivar a salvaguarda do legado cultural, em suas imbricações paisagísticas, urbanas e arquitetônicas. A seleção de Ferrara justifica-se pela vasta experiência italiana no campo patrimonial e pelo intercâmbio dos pesquisadores autores na Universidade de Ferrara. Ademais, fundamenta-se no próprio histórico de tutela de Ferrara: re-

---

1 Danielle Rocha Benício é arquiteta e urbanista (Ufpel), mestre em Arquitetura e Urbanismo na área de Conservação e Restauro (UFBA) e doutora em Artes Visuais na área de Teoria e História das Artes Visuais (Udesc). É professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV/Ceart) e do Curso de Arquitetura e Urbanismo (DAU/Ceres), ambos da Udesc. E-mail: daniellebenicio@gmail.com.

2 Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo (DAU/Ceres) da Udesc; bolsista voluntário da pesquisa de iniciação científica *De encontro ao espelho, Laguna/Brasil e Ferrara/Itália: estudo comparativo da legislação de preservação do patrimônio incidente em centros fortemente historicizados*. E-mail: eduardo.venske@hotmail.com.

3 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo (DAU/Ceres) da Udesc; bolsista voluntária da pesquisa de iniciação científica *De encontro ao espelho, Laguna/Brasil e Ferrara/Itália: estudo comparativo da legislação de preservação do patrimônio incidente em centros fortemente historicizados*. E-mail: liacmoraes@hotmail.com.

monta à expansão respeitosa do sítio medieval, quando se torna uma das principais urbes no Renascimento. Com efeito, em 1995, a cidade de Ferrara é reconhecida pela Unesco como patrimônio mundial, ratificando a trajetória ferrarese de preservação, baseada na conservação integrada, incluindo legislação e gestão - não reduzida a uma restrição ou penalidade legal, nem resumida a um plano ou um título, ela contempla o estabelecimento de ações e de atribuições de responsabilidades a cada sujeito envolvido, abrangendo: proposição de legislações e planejamentos conjuntos das instâncias nacional, regional, provincial e comunal; revisões periódicas das legislações e dos planejamentos propostos; gestão articulada do território, do sítio antigo à paisagem cultural; administração compartilhada e participação ativa de poderes públicos, especialistas de diferentes áreas acadêmicas, profissionais da construção civil, agentes da sociedade e representantes da própria comunidade; transparência e publicização acessível a toda a população envolvida; entre outras.

**Palavras-chave:** Preservação do Patrimônio. Legislação. Gestão. Centro Fortemente Historicizado. Ferrara/Itália.

### Considerações iniciais

Este artigo deriva da ação de iniciação científica realizada entre 2019 e 2020, vinculada ao grupo de pesquisa *História da arte: Imagem - Acontecimento* e ao *Laboratório de Arquitetura - Teorias, Memórias e Histórias* (Artemis), ambos da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Tal pesquisa apresenta-se como um estudo comparativo da legislação de preservação do patrimônio incidente em dois centros fortemente historicizados: Ferrara, na Itália, e Laguna, no Brasil. Neste artigo, expõem-se especificamente as reflexões acerca do caso italiano, focadas na realidade patrimonial, considerando as lições preservacionistas de legislação e gestão integradas no sítio ferrarese.

O berço citadino de Ferrara estrutura-se no Medievo; durante o Renascimento a urbe assume destaque e se consolida como uma das principais e mais ricas cidades da Itália. Inclusive, datam deste período renascentista as primeiras investidas a favor da preservação do patrimônio ferrarese, expressas sobretudo nas expansões urbanas respeitosas ao sítio medieval (BENÉVOLO, 2001). Ademais, a tradição preservacionista permanece vigorante no decorrer dos séculos e, em 1995, culmina no reconhecimento como *Patrimônio Mundial da Humanidade* pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (ROLIM, 2016). Esse título comprova o êxito do caso italiano no que diz respeito à salvaguarda do legado cultural das gerações passadas que sobrevive no presente.

Diante disso, remete-se à hipótese que a preservação do patrimônio em Fer-

rara resulta em lições positivas, referenciais e exemplares, de legislação e gestão de centro fortemente historicizado. Logo, pretende-se investigar os fundamentos estruturantes de tal legislação e gestão ferrareses, bem como as estratégias mais eficientes no sentido de efetivar a salvaguarda do legado cultural, em suas imbricações paisagísticas, urbanas e arquitetônicas. Por conseguinte, considerando o referido centro fortemente historicizado, objetiva-se especificamente: pesquisar, conhecer e analisar os instrumentos legislatórios nacional, regional, provincial e comunal de proteção patrimonial incidentes; pesquisar, conhecer e analisar as características definidoras da gestão; identificar os distintos sujeitos envolvidos e suas respectivas responsabilidades da tutela; e apontar as lições preservacionistas de legislação e gestão integradas. Para a consecução desses objetivos, adotam-se os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa e revisão bibliográfica e iconográfica (referencial teórico e histórico sobre Ferrara); busca e exame das legislações revogadas e vigentes; dissecação da gestão atuante; levantamento de dados *in loco*, incluindo registro fotográfico<sup>4</sup> e execução de entrevistas com especialistas locais<sup>5</sup>; sistematização dos dados e análise dos resultados obtidos; e, por fim, reflexões acerca dos fundamentos estruturantes da legislação e gestão implementadas e das estratégias mais eficientes no sentido de efetivar a salvaguarda do legado cultural, focadas nas imbricações paisagísticas, urbanas e arquitetônicas.

Tal empreendimento sobre Ferrara justifica-se pela vasta experiência italiana no campo patrimonial. A propósito, segundo a Unesco (2020), a Itália é o país que detém o maior número de inscrições na lista de patrimônios mundiais da humanidade: são 54 bens inscritos, dos quais 5 inserem-se na categoria natural e 49 inserem-se na categoria cultural. Ferrara, conforme o exposto, está nessa lista e constitui-se como um fato notável.

E se [Ferrara] exerce um fascínio tão forte, talvez não seja por acaso: ela foi concebida como imagem global de um passado medieval, um presente renascentista e um futuro polivalente. Registra a variação dos eventos com a espessura da memória e do contexto simultaneamente e por vezes com a inquietude do imprevisível, do inacabado. (ZEVI, 1971, p. 38; tradução nossa).

Enfim, fundamenta-se no próprio histórico de tutela de Ferrara, ratificando a longa e consagrada trajetória ferrarese de preservação, baseada na conservação in-

---

4 O levantamento de dados *in loco*, incluindo o registro fotográfico, no centro fortemente historicizado de Ferrara é realizado em 2018 e 2019. Esclarece-se que os autores Eduardo Venske e Lia Cristina Moraes vivenciam a cidade italiana a partir das bolsas de intercâmbio acadêmico, concedida a ambos, para realização de estudos na *Università degli Studi di Ferrara*.

5 A execução de entrevistas é levada a efeito com as seguintes especialistas locais: Rita Fabbri e Francesca Leder, professoras do *Dipartimento di Architettura* da *Università degli Studi di Ferrara*; e com Natascia Frasson, dirigente do *Servizio Beni Monumentali* do *Comune* de Ferrara.

tegrada, incluindo legislação e gestão - não reduzida a uma restrição ou penalidade legal, nem resumida a um plano ou um título, ela contempla o estabelecimento de ações e de atribuições de responsabilidades a cada sujeito envolvido, abrangendo: proposição de legislações e planejamentos conjuntos das instâncias nacional, regional, provincial e comunal; revisões periódicas das legislações e dos planejamentos propostos; gestão articulada do território, do sítio antigo à paisagem cultural; administração compartilhada e participação ativa de poderes públicos, especialistas de diferentes áreas acadêmicas, profissionais da construção civil, agentes da sociedade e representantes da própria comunidade; transparência e publicização acessível a toda a população envolvida; entre outras<sup>6</sup>.

Ora, retomando a hipótese que a preservação do patrimônio em Ferrara resulta em lições positivas, referenciais e exemplares, de legislação e gestão de centro fortemente historicizado, o estudo de tais lições pode reverter-se em contribuições para outras realidades antigas, com expressivos valores históricos, artísticos e paisagísticos, inclusive para os centros tradicionais brasileiros - abrange-se, assim, o Centro tombado de Laguna.

## **FERRARA: DA URBE NASCENTE A CIDADE MODERNA**

Ferrara, comuna e capital da província homônima, localiza-se na parcela norte do território italiano, em uma planície às margens do *Rio Po di Volano* na região da *Emilia Romagna*. A localidade consiste em uma estrutura urbana consolidada no Medievo, fato testemunhado, na Contemporaneidade, pelos feitos arquitetônicos e paisagísticos preservados ao longo dos séculos, por exemplo, manifestos na *Via delle Volte*, na *Praça Trento e Trieste* e na *Cattedrale di San Giorgio Martire* (ver Figuras 01-04).

Porém, é no Renascimento italiano que a urbe se estrutura de modo mais efetivo.

A pequena cidade ganha destaque no final da Idade Média, quando - sob o domínio da família Este - se torna em um dos principais centros do Renascimento italiano (entre os séculos XIV e XVI). Personagens como Piero della Francesca, Leon Battista Alberti, Ludovico Ariosto, Nicolau Copérnico, Ticiano e Lucrecia Borgia fizeram parte da história da cidade, e em 1391 foi criada ali uma universidade - que existe ainda hoje (ROLIM, 2016, p. 8).

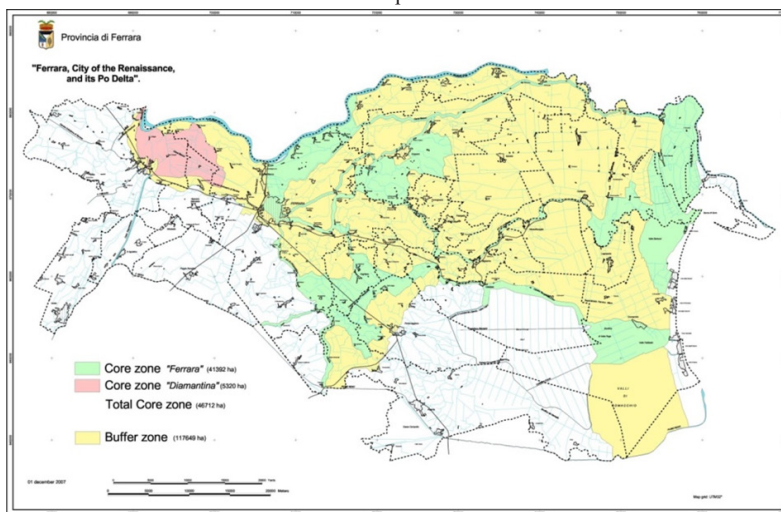
Com efeito, a ascensão da família Este representa um período de extraordinária prosperidade para Ferrara. Por isso, a cidade medieval precisa se expandir;

---

6 Além disso, a seleção do centro fortemente historicizado de Ferrara justifica-se pela experiência cidadina vivida pelos autores Eduardo Venske e Lia Cristina Moraes durante o citado intercâmbio acadêmico na *Università degli Studi di Ferrara*, esta também situada no sítio em estudo.

e, para atender tal necessidade, efetua-se o acréscimo de dois novos bairros ao traçado urbano medieval, ambos concebidos com preceitos modernos. A primeira expansão ocorre em 1451 e fica conhecida como *adição de Borso*, posto que é levada a cabo pelo Duque Borso. Esta adição contém uma ilha longa e estreita saneada às margens de um braço do Rio Po, onde hierarquiza-se o sistema viário ortogonal: uma via retilínea é cortada por diversas travessas que se conectam às ruas medievais preexistentes. Já a segunda expansão acontece em 1492 e é denominada *adição Ercolea*, pois é empreendida pelo Duque Ercole I. Nesta intervenção, realiza-se uma nova cinta muraria para a urbe, ampliando o território de 200 para 430 hectares (BENÉVOLO, 2001).

**Figura 1** - Mapa da província de Ferrara, destacando o sítio reconhecido como *Patrimônio Mundial da Humanidade* pela Unesco e sua área envoltória.



Fonte: [http://whc.unesco.org/en/list/733/multiple=1&unique\\_number=867](http://whc.unesco.org/en/list/733/multiple=1&unique_number=867).

**Figura 2** - Ferrara, destacando o dito "centro histórico" no interior da muralha.



Fonte: Microsoft Corporation Earthstat - Geographics SIO (2019), adaptada pelos autores (2020).

**Figura 3** - Praça *Triento e Trieste*.



Fonte: Acervo próprio (2018).

**Figura 4** - *Via delle Volte*.



Fonte: Acervo próprio (2019).

O conjunto habitacional da Idade Média era limitado, ao norte, por um muro e um canal retilíneo, interrompido ao centro pelo castelo dos Este. Para além deste limite se traça uma nova volta de muros “modernos”, capazes de resistir à artilharia; a ampla área intermediária é repartida por uma série de ruas retilíneas, que não formam uma grade regular, mas são traçadas de maneira a se ligar às ruas da cidade medieval. [...] O arquiteto da corte d’Este [talentoso urbanista e arquiteto local], Biagio Rossetti, dirige os trabalhos dos muros e constrói alguns edifícios monumentais ao longo das novas ruas; entre estes, os palácios no cruzamento das duas ruas principais: o Palácio dos Diamantes, o Palácio *Prosperi-Sacrat*i e o Palácio *Turchi-di-Bagno* (BENÉVOLO, 2001, p. 439-440).

Destarte, através da proposição de Rossetti, pela primeira vez, tenta-se ordenar o progresso e regular a expansão urbana da então já grande cidade ferrarese. Ademais, cria-se uma urbanização moderna (racional e geometrizada) vinculada à cidade medieval, atestada sobretudo através da adequação do novo sistema viário aos antigos logradouros públicos, estabelecendo a efetiva ligação do ideal com o real, que articulados oferecem a apreensão da cidade como um único todo, cuja singularidade exhibe-se no ente íntegro e pleno.

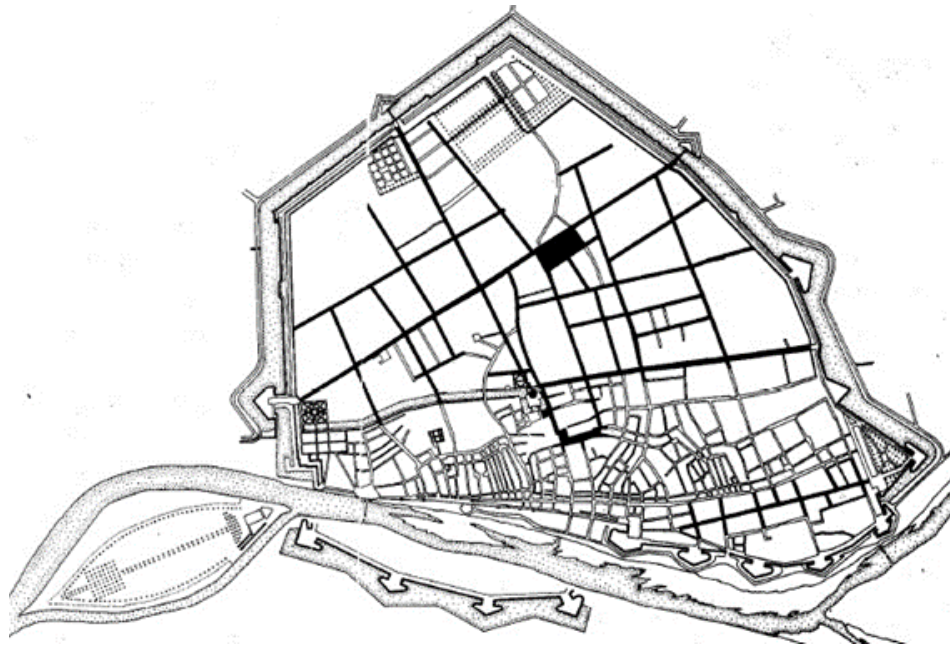
Se quisermos ter uma ideia do ambiente urbano e do caráter espacial da arquitetura do século XV, **Ferrara é a única cidade existente que oferece um exemplo bem conservado e de vastas proporções.** Suas origens remontam à época romana (e talvez etrusca) e a cidade foi murada durante a Idade Média. **O burgo medieval que se estendia ao longo de um braço do Rio Po permaneceu quase intacto. O caráter unitário da cidade** se deve à frequente aparição de motivos arquitetônicos característicos e ao uso do tijolo como material de construção. [...] **O resultado foi uma paisagem urbana extraordinariamente uniforme que traduz o caráter da Ferrara medieval à linguagem geométrica do século XV.** Jakob Burckhardt define **Ferrara como “a primeira cidade moderna da Europa”.**

A solução de Rossetti mostra uma **interessante combinação de planta ideal e de adaptação empírica às circunstâncias locais.** Ao invés de conceber a extensão urbana como uma figura geométrica regular, Rossetti **seguiu as condições topográficas naturais da zona e incorporou pequenos subúrbios que já existiam fora da cidade medieval.** O perímetro da planta resulta, por isso, algo irregular. [...] Sem embargo, **as considerações empíricas não impediram que a extensão urbana adquirisse um caráter regular e harmonioso.** Apesar das adaptações, **o sistema de ruas é sentido como ortogonal e os eixos principais constituem um instrumento de organização extremamente eficaz** (NORBERG-SCHULZ, 1983, p. 129; tradução nossa; grifo nosso).

Esclarece-se que a proposição de Rossetti não é executada completamente quanto à edificação arquitetônica, isto é, o grandioso plano urbano não é totalmente preenchido por obras, remanescendo vastos espaços livres e desocupados de

construções. Ou seja, tal plano urbano consiste num desenho em duas dimensões e não se reverte de imediato em uma urbe hodierna terminada - de fato, configura-se como o marco inicial do planejamento urbano moderno. Remete-se, dessarte, à interpretação absolutamente inovadora da cidade renascentista: ambiciona-se perfazer um organismo vivo, cuja lógica visual representa um universo ordenado, almejando deveras transfigurar a ordem geométrica na concretização da ordem cósmica segundo a perfeição divina (ver Figura 05).

**Figura 5** - Planta de Ferrara, em fins do século XVI: destacam-se, em preto, as vias da *adição Borso* de 1451 (embaixo, à direita) e as vias da *adição Ercolea* de 1492 (no alto); e, em pontilhado, os parques das *delizie* ducais: Belfiore (no alto, dentro dos muros) e Belvedere (embaixo, à esquerda, na ilha).



Fonte: Benévolo (2001, p. 439).

A partir da preocupação de Rossetti com o tecido urbano existente ferrarese, no decorrer dos séculos outras ações preconizam a preservação do legado citadino. Em 1570, por exemplo, após o terremoto que afeta o local, o duque de Ferrara ordena a recuperação dos edifícios antigos danificados e determina que as novas construções sejam erguidas considerando a possibilidade de tremores de terra, evitando futuros danos no edificado e em sua vizinhança. A conservação das principais edificações continua sob o governo dos Estados Papais (final do século XVI), a ocupação francesa (fins do século XVII) e a unificação italiana (1860); persiste até princípios do século XX, quando a gestão da urbe e dos edifícios de Ferrara



passa a ser orientada pelo escritório regional para a salvaguarda de monumentos da *Emilia Romagna*. Contudo, as ações preservacionistas são interrompidas durante o regime fascista (1922-1943), momento em que se realiza um plano de expansão da urbe para além de sua muralha, deflagrando o surgimento da periferia cidadina (ROLIM, 2016).

## **FERRARA: DA CIDADE MODERNA A PATRIMÔNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE**

A dicotomia centro/cidade e periferia/campo permanece por décadas em Ferrara, inclusive no período pós II Guerra, quando a instalação de uma área industrial periférica reforça esta dicotomia. Todavia, decorrente da vasta destruição de obras antigas provocada pelo conflito mundial, amplia-se a discussão acerca dos sítios urbanos fortemente historicizados e, em 1955, institui-se na Itália a associação *Italia Nostra*, objetivando difundir a cultura da conservação (ROLIM, 2016). Nesse contexto, em Ferrara, operam-se importantes medidas de preservação patrimonial.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Conselho Municipal de Ferrara desenvolveu alguns planos urbanos e lançou campanhas em prol da conservação do centro histórico, em colaboração com as autoridades regionais e nacionais. O primeiro plano, desenvolvido em 1957 e 1960, fixou regras detalhadas para a conservação e a restauração do patrimônio arquitetônico medieval que compunha a estrutura antiga da cidade. Oito anos depois, ficou pronto o plano para o centro, estabelecendo-se regras para a integração no tecido urbano de edificações novas em harmonia com as antigas (LYRA, 2016, p. 46).

No entanto, somente através do Plano Diretor de 1975 promove-se o desenvolvimento de Ferrara de modo mais equitativo, focado na redução da dicotomia centro/periferia e, por conseguinte, voltado à planificação da expansão da cidade e à conservação do berço citadino, refreando o aumento da região suburbana (impondo limites a este crescimento e concentrando produção, residências e serviços nas artérias já existentes) e da gentrificação central (oferecendo incentivos para a população a retornar ao centro) (ROLIM, 2016).

[...] o reconhecimento da organicidade e do caráter do centro histórico de Ferrara trouxe a consequência imediata, nos instrumentos de planejamento urbano, da consideração da periferia como parte de uma cidade na qual o centro histórico não representa a exceção, mas o ponto de partida mais importante para a renovação urbana. Certamente essa é uma das inovações contidas na variante geral do Plano de Ferrara, haver considerado unitariamente o centro histórico, a cidade e o campo, unidos como elementos de equilíbrio geral de um desenvolvimento diverso (CESARI et al., 1976, p. 9; tradução nossa).

Esse Plano de Ferrara também contempla a articulação da cidade com a região. Desse modo, o planejamento estratégico abrange as áreas industriais e rurais da província, relacionando-as com a conservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural, além da propulsão da economia local e tradicional. Assim sendo, ele abarca políticas regionais (incluindo Bolonha, Ferrara, Modena, Reggio Emilia, Cesena e Comacchio) e projetos detalhados para o dito centro histórico (prevendo usos específicos para edifícios de interesse histórico e de grande porte abandonados) (ROLIM, 2016). Logo,

[...] o plano para a conservação ativa do centro histórico demonstrou que é possível fornecer uma resposta positiva ao restauro conservativo também no caso de um organismo urbano particularmente rico, individualizando as suas componentes tipológicas fundamentais através de uma análise sistemática das tipologias urbanas e edificadas e alcançando a definição de uma disciplina normativa não genérica, mas específica para cada tipologia individualizada (CESARI et al., 1976, p. 9; tradução nossa).

Outrossim, destaca-se a importante participação da Universidade de Ferrara, que recebe edificações monumentais para a instalação de seus departamentos (por exemplo, o curso de Medicina se instala no antigo hospital); em contrapartida, a instituição responsabiliza-se pelo restauro e pela manutenção das mesmas. Em concomitância, o corpo acadêmico colabora ativamente através da execução de pesquisas, da formulação de planos de gestão, do estabelecimento de diretrizes de monitoramento, da definição de indicadores, da elaboração de inventários e de projetos, etc. (ROLIM, 2016; ROLIM, 2017).

O Plano de Ferrara, posteriormente, fica conhecido como plano de conservação integrada, fundamentado no pressuposto que qualquer intervenção se assenta no estudo minucioso do desenvolvimento e da transformação da urbe, bem como da sobrevivência física e social. Tal planejamento ferrarese serve de base para a criação do Plano de Bolonha, cujo processo é aprimorado e ganha repercussão mundial. A propósito, ambos Planos são legitimados internacionalmente e fundamentam a Declaração de Amsterdã, assinada em 1975 (ROLIM, 2016). Aliás, conforme aponta Lyra (2016), as iniciativas de Ferrara podem ser consideradas práxis bem sucedidas, servindo como referência para outras experiências internacionais, mormente para cidades portuguesas e espanholas.

Ora, considerando o legado cidadão ferrarese, conservado no século XX, atrelado à própria relevância artística, histórica e cultural e, ainda, à valoração natural, paisagística, urbana e arquitetônica, durante a XIX seção do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Berlim em 1995, a cidade de Ferrara é reconhecida pela Unesco como valiosa e imprescindível para toda a humanidade e, portanto, é inscrita na lista de patrimônios mundiais. Em seguida, em 1999, a mesma Unesco

amplia o sítio objeto de inscrição, estendendo-o à região rural da província até o Delta do Rio Po, no mar Adriático, contendo a área de preservação natural do Parque do Delta do Pó. Então, avulta-se o valor de Ferrara: “a cidade do Renascimento” é reconsiderada como “a cidade do Renascimento e o seu Delta do Pó”.

**Ferrara**, exemplarmente projetada no Renascimento, **conserva o seu centro histórico intacto**. Os cânones do planejamento urbano expressos ali tiveram uma profunda influência no desenvolvimento da urbanística nos séculos seguintes. As residências dos duques d’Este no Delta do Pó ilustram de modo excepcional a influência da cultura do Renascimento sobre a paisagem natural. **O Delta do Pó é uma paisagem cultural excepcionalmente planejada que conserva de modo notável a sua forma original** [texto disposto em placa comemorativa no castelo dos Este, localizado no centro ferrarese, marcando a inclusão de Ferrara na lista de patrimônios mundiais da Unesco]. (BORELLA; DOMENICALI, 2009, p. 7; tradução nossa; grifo nosso).

O reconhecimento de Ferrara como *Patrimônio Mundial da Humanidade* pela Unesco legitima as proposições do *Plano Diretor*, de 1975; conseqüentemente, há uma visão em continuidade das ações de reconhecimento, planejamento, execução, avaliação e revisão, em prol da preservação dos patrimônios natural e cultural (os quais não são estáticos), simultânea ao progresso da cidade e da província. Nesse contexto, é elaborado o *Plano Regulador Geral* (PRG) (FERRARA, 1995), substituindo o *Plano* de 1975.

## **FERRARA: DE PATRIMÔNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE ÀS LIÇÕES DE LEGISLAÇÃO E GESTÃO DO CENTRO FORTEMENTE HISTORICIZADO**

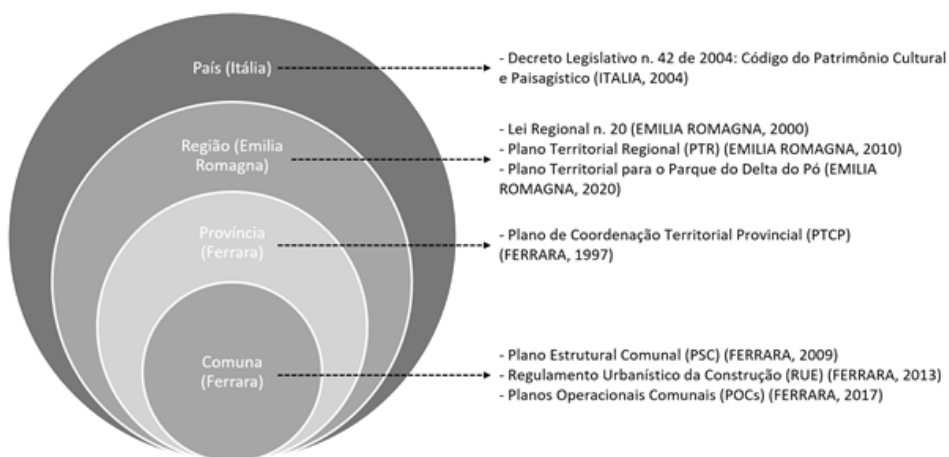
Desde 2004, está em vigência em todo o território italiano o *Código do Patrimônio Cultural e Paisagístico* (ITALIA, 2004), que confere ao *Ministério do Patrimônio Cultural, das Atividades Culturais e do Turismo* as funções de salvaguarda dos bens italianos. Por conseguinte, as regiões devem exercer seu poder legislativo em conformidade com este dispositivo legal superior e, assim, com o referido *Ministério* e os demais órgãos públicos.

Na instância da região, destacam-se: a *Lei n. 20*, de 2000 (EMILIA ROMAGNA, 2000), que organiza o planejamento nos níveis regional, provincial e comunal; o *Plano Territorial Regional* (PTR), de 2010 (EMILIA ROMAGNA, 2010), e o *Plano Territorial para o Parque do Delta do Pó* (2001-2019) (EMILIA ROMAGNA, 2020), que definem os objetivos relativos aos recursos sociais e ambientais da *Emilia Romagna*. Ademais, no âmbito da província, há o *Plano de Coordenação Territorial Provincial* (PTCP), elaborado em 1997 (FERRARA, 1997), com posteriores variantes, que trata das políticas setoriais da província de Ferrara e direciona o planejamento

na escala da comuna.

Na situação comunal, aprofundam-se os conteúdos das leis de nível superior para a realidade local da comuna de Ferrara. Com efeito, o *Plano Regulador Geral* (PRG), de 1995 (FERRARA, 1995), é substituído por um conjunto de leis que compreendem: o *Plano Estrutural Comunal* (PSC), de 2009 (FERRARA, 2009), que visa a integridade física, ambiental e cultural dos edifícios; o *Regulamento Urbanístico da Construção* (RUE), de 2013 (FERRARA, 2013), que dispõe sobre transformações físicas e funcionais e a conservação do patrimônio edificado; e os *Planos Operacionais Comunais* (POCs) (FERRARA, 2017), que regulam as intervenções diretas no legado edificado a cada 5 anos. Destarte, verifica-se a articulação desses instrumentos de legislação e planejamento nos níveis regional, provincial e comunal (ver Figura 06).

**Figura 6** -Articulação dos instrumentos italianos de legislação e planejamento nos níveis nacional, regional, provincial e comunal incidentes em Ferrara, em prol da preservação do patrimônio ferrarese.



Fonte: Elaborada pelos autores (2020), a partir de Emilia Romagna (2000), Emilia Romagna (2010), Emilia Romagna (2020), Ferrara (1997), Ferrara (2009), Ferrara (2013), Ferrara (2017) e Italia (2004).

Esses instrumentos italianos de legislação e planejamento nos níveis nacional, regional, provincial e comunal incidentes em Ferrara, em prol da preservação do patrimônio ferrarese, são articulados através do *Plano de Gestão* (ZANELLI, 2009), este aprovado pela Unesco em 2009, após quatro anos de trabalhos motivados pela *Declaração de Budapeste* (UNESCO, 2020). A propósito, esta *Declaração de Budapeste*, assinada em 2002 (UNESCO, 2020), firma a importância de políticas específicas e ferramentas adequadas para os sítios e bens inscritos na lista de patrimônios mundiais. O citado *Plano de Gestão* (ZANELLI, 2009) é ratificado pela *Lei n. 77*, de 2006

(ITALIA, 2006), que estabelece medidas para a proteção dos bens italianos listados como patrimônio mundial e para a promoção de financiamentos para a elaboração de planos de gestão (ROLIM, 2016).

Assim, considerando esses instrumentos italianos, a legislação vigente articula-se ao planejamento e abrange estudos, políticas setoriais, planos urbanísticos, propostas de infraestrutura, projetos de intervenção, apoio técnico e benefícios fiscais a proprietários, entre outros. Destaca-se que esta articulação em lógica de rede decorre de embasamento científico, posto que nasce direta ou indiretamente de pesquisas acadêmicas e/ou mercadológicas e atende prioritariamente os moradores, sem desprezar os turistas.

O *Código do Patrimônio Cultural e Paisagístico* (ITALIA, 2004), decreto legislativo n. 42, fixa os princípios fundamentais à qualificação do patrimônio cultural e remete ao exercício unitário das funções de proteção patrimonial, efetivado pelo citado *Ministério do Patrimônio Cultural, das Atividades Culturais e do Turismo*, direta ou indiretamente através da coordenação com cada região. Aliás, prescreve que a nação, as regiões, as províncias, as comunas e as demais entidades públicas devem, de forma integrada, garantir a preservação do patrimônio cultural, favorecendo sua fruição e sua valorização pública, concorde com diretrizes, normas técnicas, critérios e modelos de intervenção, prevenção, manutenção e restauração definidos pelo próprio Ministério, com a colaboração de regiões, universidades e institutos de pesquisa. Em concomitância, os proprietários particulares e detentores de bens incluídos no *Catálogo Nacional* são obrigados a assegurar sua conservação, através de intervenções impostas ou voluntárias, cujos processos de aprovação são exigidos contendo projetos das obras pretendidas e documentos atestando o estado atual do bem, os elementos de valor paisagístico presentes e os impactos no cenário. Instrui que o procedimento para a autorização de intervenções envolve inicialmente a submissão dos processos à região ou à autoridade local indicada por esta, que verifica o atendimento dos critérios de gestão da área, a compatibilidade com os valores da paisagem e a consistência com os objetivos de qualidade da paisagem. Posteriormente, envolve o encaminhamento dos processos à *Comissão Regional da Paisagem* e, em seguida, a obtenção de todos os pareceres necessários junto a cada administração competente.

A *Lei n. 20*, de 2000 (EMILIA ROMAGNA, 2000), por sua vez, rege a proteção e o uso do território, conforme o exposto, organizando o planejamento nos níveis regional, provincial e comunal. Através desse dispositivo legal, também se busca a simplificação dos procedimentos administrativos a favor da gestão mais transparente e a participação das forças econômicas e sociais nas definições de planejamento. Portanto, ressalta-se, na elaboração e na aprovação dos instrumentos

italianos de legislação e planejamento está incluída a consulta, intermediada pelo *Conselho Regional*, aos cidadãos a respeito dos objetivos estratégicos e de desenvolvimento territorial. Ademais, enfatiza-se a importância dessa *Lei n. 20* (EMILIA ROMAGNA, 2000) como a base da política unitária e compartilhada que fundamenta a conservação integrada, relacionada às ferramentas do *Plano Territorial Regional* (PTR) (EMILIA ROMAGNA, 2010), do *Plano de Coordenação Territorial Provincial* (PTCP) (FERRARA, 1997) e de vigência comunal através do *Plano Estrutural Comunal* (PSC) (FERRARA, 2009), do *Regulamento Urbanístico da Construção* (RUE) (FERRARA, 2013) e dos *Planos Operacionais Comuns* (POCs) (FERRARA, 2017). Esclarece-se que a tutela da paisagem é garantida pelo PTR, pelo PTCP (o PTCP complementa o PTR) e pelos PSCs (nos quais as comunas detalham as disposições do PTR e do PTCP) - tudo isso consoante com a *Costituzione della Repubblica Italiana* (ITALIA, 1948), o *Código do Patrimônio Cultural e Paisagístico* (ITALIA, 2004) e a *Convenção Europeia da Paisagem* (CONSELHO DA EUROPA, 2000). Ainda se aclara que a *Lei n. 20* (EMILIA ROMAGNA, 2000), em prol do progresso da administração da paisagem, aborda os acordos territoriais e a flexibilidade e a supervisão do sistema de território multiníveis por meio do *Observatório Regional de Qualidade da Paisagem*, da *Comissão Regional da Paisagem* e da *Assembleia Legislativa Regional*.

O *Plano Territorial Regional* (PTR), de 2010 (EMILIA ROMAGNA, 2010), é formulado segundo as estratégias de desenvolvimento territorial europeias e nacionais. Sua função primordial é propor diretrizes de planejamento setorial de coesão social, de aumento da competitividade do sistema territorial regional e de reprodutibilidade e aprimoramento dos recursos sociais e ambientais da *Emilia Romagna*. Os objetivos acerca do ecossistema da região são dados concomitantemente pelo *Plano Territorial para o Parque do Delta do Pó* (EMILIA ROMAGNA, 2020), o qual prima pelo planejamento do território como um todo e pelo diálogo constante entre as ações e projetos das regiões do *Veneto* e da *Emilia Romagna*. Resulta daí o desenvolvimento sustentável da região, a salvaguarda das áreas de maior fragilidade e o respeito dos anseios da população, que participa ativamente de todos os procedimentos consultivos.

O *Plano de Coordenação Territorial Provincial* (PTCP) (FERRARA, 1997) trata de articular o planejamento regional e coordenar o urbanismo comunal - de ações em conjunto com as comunas. Incorpora aspectos referentes à paisagem, ao meio ambiente, à infraestrutura de mobilidade, aos assentamentos e serviços territoriais de interesse provincial e aos polos funcionais, comerciais e produtivos de importância supra comunal. Também abarca: identificação dos cenários de desenvolvimento da província; estabelecimento de critérios para mapeamento e dimensionamento dos assentamentos e serviços; definição dos aspectos de vulnerabilidade e potencial

dos sistemas naturais e antrópicos provinciais; orçamento dos recursos territoriais e ambientais; e fixação de requisitos para o planejamento urbano sustentável e integrado (EMILIA ROMAGNA, 2000).

Na sequência, pormenorizam-se as ferramentas de urbanismo comunal. Em Ferrara, a concepção do *Plano Estrutural Comunal* (PSC) (FERRARA, 2009) é principiada com o *Documento dos Objetivos*, iniciado em 2002 e aprovado em 2009 pelo *Conselho Comunal*, haja vista a necessidade de um instrumento de planejamento urbano criado especialmente pela comuna, a fim de proteger sua integridade física, ambiental e cultural. Salienta-se que sua estrutura prevê: a avaliação dos recursos naturais e artificiais da comuna, bem como da sua infraestrutura e seus equipamentos; o estabelecimento das condições de intervenção e classes de desempenho; a classificação do território em urbanizado, urbanizável e rural, em conformidade com o PTCP; e a identificação das áreas comunais e a proposição de seus respectivos objetivos morfológicos, ambientais, funcionais e sociais. Ademais, considerando o centro fortemente historicizado, e os edifícios de valor histórico-arquitetônico, cultural e testemunhal nele situados, o PSC delimita o perímetro e o mapeia os aspectos de degradação, as potencialidades para revitalização física e funcional e os elementos incongruentes a serem eliminados. Além disso, em congruência com o *Regulamento Urbanístico da Construção* (RUE) (FERRARA, 2013), o PSC prescreve as intervenções permitidas de manutenção, restauração científica e restauração conservadora, bem como as diretrizes técnicas, os materiais e os usos. Todavia, no PSC algumas indicações restringem-se a referências gerais, cujas especificações precisas são discriminadas nos *Planos Operacionais Comunais* (POCs) (FERRARA, 2017), como, por exemplo, a localização de novos assentamentos, os usos possíveis, os parâmetros urbanos, os índices de construção e os métodos de intervenção (EMILIA ROMAGNA, 2000).

Dessarte, o *Plano Estrutural Comunal* (PSC) (FERRARA, 2009), isoladamente, não é suficiente para substituir o *Plano Regulador Geral* (PRG) (FERRARA, 1995). A combinação do PSC com o RUE e os POCs inova o urbanismo comunal e garante seu funcionamento efetivo, uma vez que recorre a articulações no espaço e no tempo, substituindo as zonas homogêneas da estrutura do antigo PRG por sistemas com o fito do reconhecimento da heterogeneidade como valor para a expansão e a requalificação da cidade existente.

Os *Planos Operacionais Comunais* (POCs) (FERRARA, 2017) são reformulados a cada cinco anos de acordo com as disposições do PSC. Essa ferramenta de planejamento urbano comunal ferrarese especifica as previsões do PSC e regula as intervenções diretas em prol de: aprimoramento da habitabilidade e da qualidade ambiental do centro antigo e, assim, da sua requalificação; incremento de atividades

econômicas e sociais; proteção do tecido histórico; e uso adequado do patrimônio arquitetônico. Ainda prevê o enriquecimento da prestação de serviços e dos espaços verdes públicos, as obras de infraestrutura necessárias, a melhoria da mobilidade e da acessibilidade, a parcimônia dos recursos naturais e energéticos e a garantia da oferta de habitação social (EMILIA ROMAGNA, 2000).

Enfim, o *Regulamento Urbanístico da Construção* (RUE) (FERRARA, 2013), efetivado em Ferrara em 2013, é de suma importância para a gestão do centro fortemente historicizado da comuna. O RUE concerne às ações sobre a cidade existente, mediante o reconhecimento da qualidade que o referido centro fortemente historicizado herda da estratificação da sua história milenar e a expansão desse atributo qualitativo para as demais áreas do território, inclusive as periféricas e as rurais, com o intuito de contribuir para a unidade entre o passado e o presente. Para isso, o RUE versa sobre: os sistemas de percepção e uso da paisagem; as sete classes de edificações e as correspondentes intervenções permitidas; as possibilidades de transformações físicas e funcionais, segundo o zoneamento da comuna; as medidas de incentivo para a qualificação patrimonial; e as especificações para os espaços verdes públicos e privados.

Outrossim, como ferramenta de urbanismo comunal, o RUE apresenta outros agentes importantes para a conservação integrada e participativa, como o *Urban Center* e a *Comissão para a Qualidade da Arquitetura e da Paisagem* (CQAP). O *Urban Center* é introduzido como um espaço de diálogo aberto e participativo para informar, pensar e discutir o futuro de Ferrara. A CQAP é composta por cinco membros especialistas nos campos de história/patrimônio e de urbanismo/arquitetura, que são responsáveis pela elaboração de um documento guia de orientação acerca dos princípios formais e compositivos, referenciais para a emissão de pareceres nas licenças relativas às propriedades protegidas para fins paisagísticos e aos edifícios salvaguardados por valores histórico-arquitetônico, cultural e/ou testemunhal e às intervenções sujeitas à *Comunicazioni di Inizio dei Lavori Asseverate* (CILA) e à *Segnalazioni Certificate di Inizio Attività* (SCIA).

Diante do exposto, ponderando a completude e a complexidade da articulação dos instrumentos italianos de legislação e planejamento nos níveis nacional, regional, provincial e comunal incidentes em Ferrara, em prol da preservação do seu patrimônio, em suma, identificam-se as principais categorias incluídas nos instrumentos analisados que interferem diretamente na caracterização da paisagem que constitui essencialmente o centro fortemente historicizado ferrarese (ver Tabela 01) (ver Figuras 07-12).



**Tabela 1** - Principais categorias incluídas nos instrumentos italianos de legislação e planejamento nos níveis nacional, regional, provincial e comunal incidentes no centro fortemente historicizado de Ferrara.

<b>QUESITO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>
Outdoors	Cód. do Patrimônio - art. 49
Cores das fachadas	Cód. do Patrimônio - art. 154
Definições gerais para os centros históricos	L.R. 20/2000 - anexo A7
Integração no Contexto	RUE - parte II - art. 68
Cobertura	RUE - parte II - art. 68
Fachadas	RUE - parte II - art. 68
Pintura e cores externas	RUE - parte II - art. 68
Esquadrias externas	RUE - parte II - art. 68
Elementos de varanda, cobertura e pérgulas	RUE - parte II - art. 68
Tetos e vigas/vigotes de madeira	RUE - parte II - art. 68
Escadas, elevadores e outros elementos arquitetônicos	RUE - parte II - art. 68
Elementos externos ao edifício em planta	RUE - parte II - art. 68
Chaminés e suas tubulações	RUE - parte II - art. 68
Aparelhos de condicionamento de ar	RUE - parte II - art. 68
Antenas de TV	RUE - parte II - art. 68
Sistemas de aquecimento solar	RUE - parte II - art. 68
Áreas descobertas pertencentes a edifícios históricos	RUE - parte II - art. 68
Cercas e muros	RUE - parte II - art. 68
Calçadas e saídas de garagem	RUE - parte II - art. 68
Áreas verdes privadas	RUE - parte II - art. 71
Pisos em espaços públicos	RUE - parte II - art. 72
Iluminação em espaços abertos	RUE - parte II - art. 74
Aposição de sinais e outros equipamentos	RUE - parte II - art. 76
Altura dos edifícios	RUE - parte II - art. 101
Densidade de construção	RUE - parte II - art. 102
Parques históricos	RUE - parte II - art. 107
Hidrografia histórica	RUE - parte II - art. 107
Áreas de interesse arqueológico	RUE - parte II - art. 107
Principais espaços urbanos históricos	RUE - parte II - art. 120
Rotas turísticas	RUE - parte II - art. 120
Zoneamento e usos	RUE - parte III - cap. II

Fonte: Elaborada pelos autores (2020), a partir de Emilia Romagna (2000), Ferrara (2013) e Italia (2004).

**Figura 7** - Padronização dos equipamentos publicitários (letreiros, placas, toldos, etc.) na via *Corso Porta Reno*.



Fonte: Acervo próprio (2019).

**Figura 8** - Padronização dos equipamentos publicitários (letreiros, placas, toldos, etc.) na via *Corso Martiri della Libertà*.



Fonte: Acervo próprio (2019).

**Figura 9** - Adequação do tratamento das fachadas de acordo com a tipologia na via *Saraceno*.



Fonte: Acervo próprio (2019).

**Figura 10** - Adequação do tratamento das fachadas de acordo com a tipologia na via *del Mellone*.



Fonte: Acervo próprio (2019).

**Figura 11** - Preservação da paisagem cultural enquanto ente íntegro a partir do tratamento individualizado de cada construção na via *Cairolì*.



Fonte: Acervo próprio (2019).

**Figura 12** - Preservação da paisagem cultural enquanto ente íntegro a partir do tratamento individualizado de cada construção na via *delle Volte*.



Fonte: Acervo próprio (2019).

## Considerações finais

Considerando o escopo de investigação dos fundamentos estruturantes da legislação e da gestão no sítio ferrarese, bem como das estratégias mais eficientes no sentido de efetivar a salvaguarda do legado cultural, em suas imbricações paisagísticas, urbanas e arquitetônicas, neste artigo expôs-se o surgimento da urbe de Ferrara e suas permanências no decorrer dos tempos, até seu reconhecimento como *Patrimônio Mundial da Humanidade* pela Unesco; analisaram-se os instrumentos legislatórios nacional, regional, provincial e comunal de proteção patrimonial incidentes no centro fortemente historicizado; analisaram-se as características definidoras da gestão; identificaram-se os distintos sujeitos envolvidos e suas respectivas responsabilidades da tutela; e apontaram-se as lições preservacionistas de legislação e gestão integradas. Por conseguinte, ratificou-se a hipótese que a preservação do patrimônio em Ferrara resulta em lições positivas, referenciais e exemplares, de legislação e gestão de centro fortemente historicizado.

Indubitavelmente, o estudo das lições preservacionistas de legislação e gestão integradas ferrareses remete à constatação de que a preservação do patrimônio não pode se restringir ao tombamento ou algum tipo de restrição ou penalidade legal. Tampouco se resolve definitivamente com um plano ou um título.

Segundo Rolim (2016), em Ferrara, todas as decisões e as ações estão pautadas no fato de que o sítio não é visto como um único monumento, mas sim como um conjunto relevante e congruente que constitui a paisagem cultural. Assim sendo, o caso ferrarese oferece importantes lições abrangendo: proposição de legislações e planejamentos conjuntos dos níveis nacional, regional, provincial e comunal; revisões periódicas das legislações e dos planejamentos propostos; gestão articulada do território, do sítio antigo à paisagem cultural; administração compartilhada e participação ativa de poderes públicos, especialistas de diferentes áreas acadêmicas, profissionais da construção civil, agentes da sociedade e representantes da própria comunidade; transparência e publicização acessível a toda a população envolvida; entre outras.

Portanto, toma-se o caso ferrarese como fonte de contribuições para outras realidades antigas, com expressivos valores históricos, artísticos e paisagísticos, que sobrevivem no presente, inclusive para os centros tradicionais brasileiros - abrange-se, assim, o Centro tombado lagunense. A propósito, para contexto do Brasil, como também de Laguna, Ferrara oferece realmente importantes lições: afinal, não raros são os casos nacionais onde a ausência de instrumentos de legislação e planejamento, gerais e específicos, articulados imprescindivelmente de modo integrado, e a falta de coordenação entre diferentes agentes e esferas de poder acarretam decisões impostas “caso a caso”, pouco transparentes e bastante questionáveis - ou

seja, deliberadas individualmente, segundo o que “acha” o técnico responsável pelo parecer. Tal situação, no entanto, pode provocar graves e irremediáveis prejuízos ao bem patrimonial que se deveria defender. Portanto, é mister no Brasil neste presente, o investimento em políticas e ações para a elaboração e realização de legislação e gestão integradas, incluindo o investimento desde a educação no ensino superior à capacitação de corpos técnicos especialistas (nas diversas instâncias de pesquisa, planejamento, execução, avaliação, fiscalização, etc.), capazes de tal empreendimento com êxito.

## Referências

- BENÉVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BORELLA, Marco; DOMENICALI, Enrica. **Ferrara, città del Rinascimento e il suo Delta del Po: un paesaggio culturale**. Ferrara: Tosi, 2000-2009.
- CESARI, Carlo et al. **Il centro storico di Ferrara**. Modena: R. F. Levi, 1976.
- CONSELHO DA EUROPA. **Convenção Europeia da Paisagem**. Florença: 2000. Disponível em: <http://www.dgotdu.pt/cp/European%20Landscape%20Convention.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.
- EMILIA ROMAGNA. Regione Emilia Romagna. **Legge regionale n. 20, 24 marzo 2000**. Disciplina generale sulla tutela e l'uso del territorio. Emilia Romagna: Regione Emilia Romagna, 2000.
- EMILIA ROMAGNA. Regione Emilia Romagna. **Piano Territoriale Regionale (PTR)**. Emilia Romagna: Regione Emilia Romagna, 2010.
- EMILIA ROMAGNA. Regione Emilia Romagna. **Piano Territoriale Parco Delta del Po**. Bologna: Regione Emilia Romagna, 2020. Disponível em: <https://ambiente.regione.emilia-romagna.it/it/parchi-natura2000/consultazione/Programmi-Piani-e-Regolamenti/piani-programmi-e-regolamenti-del-settore-aree-protette/ptp/ptp-delta/piano-territoriale-parco-Delta>. Acesso em: 23 out. 2020.
- FERRARA. Comune di Ferrara. **Piano regolatore generale (PRG)**. Ferrara: Comune di Ferrara, 1995.
- FERRARA. Comune di Ferrara. **Piano strutturale comunale (PSC)**. Ferrara: Comune di Ferrara, 2009.
- FERRARA. Comune di Ferrara. **Regolamento urbanistico edilizio (RUE)**. Ferrara: Comune di Ferrara, 2013.
- FERRARA. Comune di Ferrara. **Piano operativo comunale (POC)**. Ferrara: Comune di Ferrara, 2014.
- FERRARA. Provincia di Ferrara. **Piano territoriale di coordinamento provinciale (PTCP)**. Ferrara: Provincia di Ferrara, 1997.
- ITALIA. **Costituzione della Repubblica Italiana**. Roma: 1948.
- ITALIA. Decreto legislativo n. 42, 22 gennaio 2004. Codice dei beni culturali e del paesaggio, ai sensi dell'articolo 10 legge 6 luglio 2002, n. 137. **Gazzetta Ufficiale**, n. 45, 24 feb. 2004.

ITALIA. Legge n. 77, 20 febbraio 2006. Misure speciali di tutela e fruizione dei siti e degli elementi italiani di interesse culturale, paesaggistico e ambientale, inseriti nella Lista del Patrimonio Mondiale posti sotto la tutela dell'Unesco. **Gazzetta Ufficiale**, n. 58, 10 mar. 2006.

LYRA, Cyro. **Preservação do patrimônio edificado**: a questão do uso. Brasília: Iphan, 2016.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Arquitectura occidental**. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

ROLIM, Mariana. O desafio da preservação cultural: a gestão do sítio Unesco de Ferrara e o Delta do Po. In: ENANPARQ, 4., 2016, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2016.

ROLIM, Mariana. **Preservação em sistema**: patrimônio mundial entre as Américas e a Europa. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Unesco World Heritage Centre. WHC-02/CONF.202/5. **The Budapest Declaration on World Heritage**. Paris: Unesco World Heritage Centre, 2020. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/documents/1334>. Acesso em: 23 out. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Unesco World Heritage Centre. **Ferrara, Renaissance city, and its delta del Po**. Paris: Unesco World Heritage Centre, 2020. Disponível em: <https://whc.unesco.org/es/list/733>. Acesso em: 23 out. 2020.

ZANELLI, Arianna (Org.). **Ferrara, città del Rinascimento e il suo Delta del Po**: Piano di Gestione. Ferrara: Comune di Ferrara, 2009. v. 1.

ZEVI, Bruno. **Saper vedere l'urbanistica**: Ferrara di Biagio Rossetti, la prima città moderna europea. 2. ed. Torino: Einaudi, 1971.

- UNIDADE III -

**GESTÃO E CONSERVAÇÃO DE  
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO**



# A CAPELA SÃO CRISTÓVÃO DE FORMOSA DO SUL/SC: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA, ARQUITETÔNICA E PATRIMONIAL

*João Paulo Lucchetta Pompermaier<sup>1</sup>*

## **Resumo**

As edificações religiosas construídas no período de ocupação do Oeste Catarinense e de criação das cidades que compõem a região eram, em sua maioria, de madeira, sendo que muitas delas perderam sua identidade com o passar dos anos, desapareceram ou foram substituídas por construções em alvenaria. Entretanto algumas ainda se mantêm preservadas mesmo com o desenvolvimento das cidades e com os novos sistemas construtivos, como a Capela São Cristóvão de Formosa do Sul no oeste do estado de Santa Catarina. Assim, este artigo objetiva apresentar uma síntese da história da Capela São Cristóvão, analisando a estrutura arquitetônica da mesma e propondo diretrizes para garantir sua conservação e preservação.

Formosa do Sul integra a região turística do Vale das Águas, destacando-se pelo turismo religioso justamente por causa da Capela São Cristóvão, que possui grande representatividade no período da colonização local e regional. Associado a isso, esta pesquisa vem ao encontro das ações e políticas públicas desenvolvidas nos últimos anos no município, visando promover o resgate e a valorização histórica e cultural, entrelaçando-se com as metas do Plano Municipal de Cultura. A metodologia da pesquisa sustenta-se pelo método dedutivo com nível de pesquisa exploratório. Os delineamentos bibliográfico e documental realizados por meio de livros, revistas, sites governamentais e acervos museológicos, aliados ao estudo de caso, darão subsídios para chegar às conclusões finais. O resultado desta pesquisa é um estudo arquitetônico da capela, que juntamente com as diretrizes propostas poderá nortear ações conservacionistas e preservacionistas públicas e privadas, associadas a políticas de incentivo ao turismo, ligadas à arquitetura religiosa.

**Palavras-chave:** Patrimônio histórico. Patrimônio cultural. Arquitetura religiosa.

---

<sup>1</sup> Pós-graduando em Design de Interiores (UNICSUL). Arquiteto e Urbanista (UCEFF). E-mail: joaopaulopompermaier@gmail.com.

## Introdução

A arquitetura religiosa está intrinsecamente ligada à formação das cidades e da sociedade. Se fizermos um apanhado da história das cidades do Brasil e do mundo, logo percebemos a figura central da igreja na construção e evolução das dinâmicas urbanas e da identidade social. Construídas normalmente em locais elevados, privilegiados e de destaque, as igrejas ou capelas expressavam a fé e a religiosidade do povo e a partir delas se desenvolviam a economia, o lazer e a sociabilização.

As edificações religiosas construídas no período de ocupação do Oeste Catarinense e de criação das cidades que compõem a região eram, em sua maioria, de madeira, influenciadas pela abundância do material, pela exploração das matas e pela extração em massa. Conforme Salini e Onghero (2015, p. 104), “no século XX, com a chegada dos colonizadores a partir da segunda década, a madeira tornou-se um produto rentável que contribuiu definitivamente para a formação da região”.

Muitas dessas edificações religiosas de madeira perderam sua identidade com o passar dos anos, desapareceram ou foram substituídas por construções em alvenaria. Entretanto algumas ainda se mantêm preservadas mesmo com o desenvolvimento das cidades e com os novos sistemas construtivos, como a Capela São Cristóvão de Formosa do Sul no oeste do estado de Santa Catarina, construída na década de 1960 para substituir a capela anterior, que não supriu o aumento considerável da população na época (ONGHERO, 2012). Assim, este artigo objetiva apresentar uma síntese da história da Capela São Cristóvão de Formosa do Sul/SC, analisando a estrutura arquitetônica da mesma e propondo diretrizes para garantir sua conservação e preservação.

A capela em questão destaca-se no *skyline* da cidade, sendo ressaltada pela natureza e pela sinuosidade dos morros, constituindo um importante símbolo de expressão da fé e religiosidade da população. Possui grande relevância local e regional no âmbito do patrimônio cultural e turismo.

Formosa do Sul integra a região turística Vale das Águas, composta por outros 26 municípios do Oeste Catarinense. A cidade destaca-se dentro da região pelo turismo religioso justamente pela Capela São Cristóvão, que possui grande representatividade no período da colonização local e regional (SANTA CATARINA, 2020). Associado a isso, esta pesquisa vem ao encontro das ações e políticas públicas desenvolvidas nos últimos anos no município, visando promover o resgate e a valorização histórica e cultural, entrelaçando-se com as metas do Plano Municipal de Cultura de Formosa do Sul.

A metodologia da pesquisa sustenta-se pelo método dedutivo, que, segundo

Gil (2008, p. 9), “parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica”. O nível de pesquisa é exploratório, que, ainda segundo Gil (2008, p. 27), “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Os delineamentos bibliográfico e documental realizados por meio de livros, revistas, sites governamentais e acervos museológicos, aliados ao estudo de caso, darão subsídios para chegar às conclusões finais. A fim de validar as informações, principalmente na dimensão patrimonial, realizou-se a coleta de dados por meio da aplicação de um questionário eletrônico de caráter consultivo com participação anônima de 54 pessoas via plataforma de pesquisas *Google Forms*.

## **O processo de colonização do município de Formosa do Sul e o papel da Igreja**

O município de Formosa do Sul teve sua colonização entrelaçada com a do Oeste Catarinense. Em 1917, era criado o grande município de Chapecó com uma extensão territorial de aproximadamente 14.000km<sup>2</sup>, abrangendo desde o atual município de Joaçaba até a fronteira com a Argentina. Nesse momento em diante, inicia-se uma política de povoamento e ocupação das terras por meio de incentivos do governo estadual, voltados para a instalação de companhias colonizadoras que seriam responsáveis por atrair centenas de famílias para ocupar a região. Entre as diversas empresas colonizadoras que se instalaram destaca-se a Bertaso, Maia & Cia., de propriedade do Coronel Ernesto Francisco Bertaso, do Coronel Manoel Passos Maia e de Agilberto Atilio Maia. Os dois últimos retiraram-se da sociedade em 1923, passando o empreendimento a denominar-se Empresa Colonizadora Bertaso (BELLANI, 1991).

Detentora de várias fazendas, a Colonizadora Bertaso foi responsável pela comercialização para colonos e subcolonizadores da chamada Fazenda Saudades (VICENZI, 2008, p. 63 *apud* ONGHERO, 2012). Segundo Frigo (2019, p. 12), as terras da Fazenda Saudades “compreendem, na atualidade, parte dos municípios de Formosa do Sul, Quilombo, Irati, Santiago do Sul, Campo Erê, São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte, São Bernardino, Jupiá, Galvão, Coronel Martins e São Domingos”.

Assim como em outras áreas onde atuaram companhias colonizadoras ou subcolonizadoras, o comércio das terras na Fazenda Saudades foi voltado a agricultores que residiam no Rio Grande do Sul em colônias de descendentes de europeus. [...] Por meio do comércio de terras, um significativo contingente populacional migrou das colônias rio-grandenses para o Oeste

de Santa Catarina, formando novas colônias agrupadas por etnia e religião (ONGHERO, 2012, p. 46).

Os primeiros registros da colonização de Vila Formosa datam por volta da década de 1950 com a chegada de descendentes de europeus provenientes do Rio Grande do Sul, que implementaram tradições e costumes característicos da cultura italiana, alemã, polonesa e cabocla e instituíram de forma marcante a vida em comunidade (FRIGO, 2018).

Na época de sua fundação na década de 1950, Vila Formosa integrava o município de Chapecó. Com a emancipação de Quilombo em 1961, ela passou a integrar o território do referido município. A criação do Distrito de Formosa do Sul no município de Quilombo ocorreu em 25 de setembro de 1985, e somente em 09 de janeiro de 1992 o território foi desmembrado, passando a constituir o atual município de Formosa do Sul (ONGHERO, 2012).

Conforme descreve Onghero (2012), as primeiras atividades de caráter religioso começaram a ser desenvolvidas juntamente com a chegada de descendentes de europeus no início da colonização. O dia a dia dos moradores era ocupado com rotinas de trabalhos, mas também com momentos de descontração, divertimento e vivência dos ritos religiosos. As práticas e manifestações religiosas expressavam a fé e a religiosidade do povo, relação direta com a cultura europeia; além disso, propiciavam momentos de sociabilização, fortalecendo as relações de amizade e vida em comunidade.

Apesar da existência de outras instituições religiosas, destaca-se a “atuação da Igreja Católica Apostólica Romana em razão de ter sido em torno desta instituição religiosa que a comunidade de Vila Formosa e as comunidades rurais foram formadas” (ONGHERO, 2012, p. 92).

### **Dimensão histórica**

No início da colonização da Vila Formosa, devido à necessidade de dar continuidade às tradições católicas trazidas pelos colonizadores, as poucas famílias reuniam-se na residência de Aurélio Dalla Riva para participar das celebrações realizadas por um padre que se deslocava do município de São Lourenço do Oeste (ONGHERO, 2012).

Em 1957, foi construída de fato a primeira capela da comunidade em um terreno inclinado, localizado na margem esquerda do rio João Emílio. Nesse mesmo período começaram a ser realizadas as primeiras festas comunitárias para a arrecadação de fundos (REGISTRANDO MEMÓRIAS, 2016).

Na década de 1960, a comunidade da Vila Formosa aumentou consideravelmente com a vinda de vários moradores e o crescimento das famílias já

estabelecidas. Como naquela época a população do local, em sua grande maioria, tinha o catolicismo como religião, houve a necessidade de construir uma capela maior e com estrutura de melhor qualidade e acabamento, uma vez que a capela usada até então era uma construção pequena e rústica (ONGHERO, 2012, p. 96).

A construção da nova capela veio acompanhada de um debate sobre sua localização. “Enquanto alguns desejavam que a nova igreja fosse construída no mesmo lugar da anterior, outros preferiam um local menos inclinado [...] prevalecendo a opinião do grupo que pretendia construir no novo local” (ONGHERO, 2012, p. 97). Com a doação do terreno, a capela foi construída no centro urbano do município (Figura 1), onde se encontra até os dias atuais.

**Figura 1** – Centro urbano de Formosa do Sul (196-)



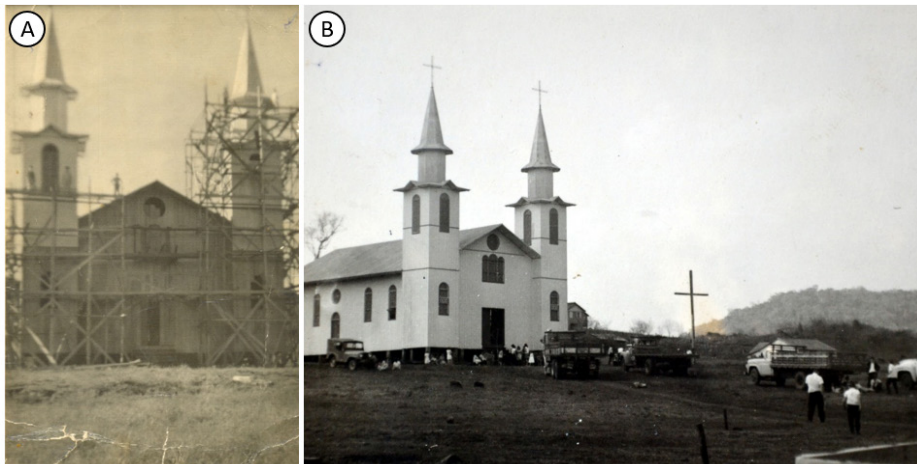
Fonte: Registrando Memórias, 2016.

O carpinteiro José Chiarello foi o responsável pelo desenho da planta, que foi exposta na antiga capela, recebendo a aprovação da comunidade e dos padres. A construção em madeira (Figura 2A) contou com a atuação dos carpinteiros José Chiarello e Valério Pasqualon, auxiliados pelos sócios da comunidade. O material empregado na construção acompanha o ciclo econômico da madeira no Oeste Catarinense, influenciado pela abundância do material, pela exploração das matas e pela extração em massa, além da facilidade de acesso devido à presença de empresas madeireiras na localidade (ONGHERO, 2012).

A obra estava quase concluída quando foi derrubada por um temporal com fortes ventos, sendo necessário retomar os trabalhos de construção (ONGHERO, 2012). Na Figura 2B, é possível observar que, inicialmente, a capela não possuía

o telhado frontal, que atualmente cobre a escada (alpendre), sendo construído posteriormente.

Figura 2 – (A) Pintura da Capela São Cristóvão (1965) e (B) Capela São Cristóvão (1965)



Doação: José Chiarello. Fonte: Museu Formosa do Sul, 2020.

“Não existe uma data precisa para o início e a duração da obra, mas, conforme informações das pessoas que participaram da construção, ela iniciou por volta de 1965, estando pronta no ano seguinte.” Com sua construção havia a necessidade de um santo padroeiro, que foi doado por uma família que se mudara para o local na época. São Cristóvão, protetor dos motoristas e dos agricultores, passou a ser o padroeiro da comunidade (REGISTRANDO MEMÓRIAS, 2016).

### Dimensão arquitetônica

Nas décadas de 1950 e 1960, era comum a ausência de arquitetos ou engenheiros para o desenvolvimento dos projetos, que acabavam sendo feitos por carpinteiros, artistas ou autodidatas. Conforme supracitado, o carpinteiro José Chiarello foi o responsável pelo desenho da planta da capela. De acordo com as pesquisas realizadas pelo Museu Formosa do Sul e por pesquisadores vinculados ao Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó), não se encontrou nenhum registro de arquivamento do referido desenho. Dessa maneira, não existia nenhum projeto original ou levantamento do local até o ano de 2020, quando um escritório de arquitetura e urbanismo foi contratado para realizar o levantamento arquitetônico da edificação para fins de regularização e aprovações legais. A partir desse projeto se tem acesso a um significativo elemento de registro técnico da configuração e da construção da capela.

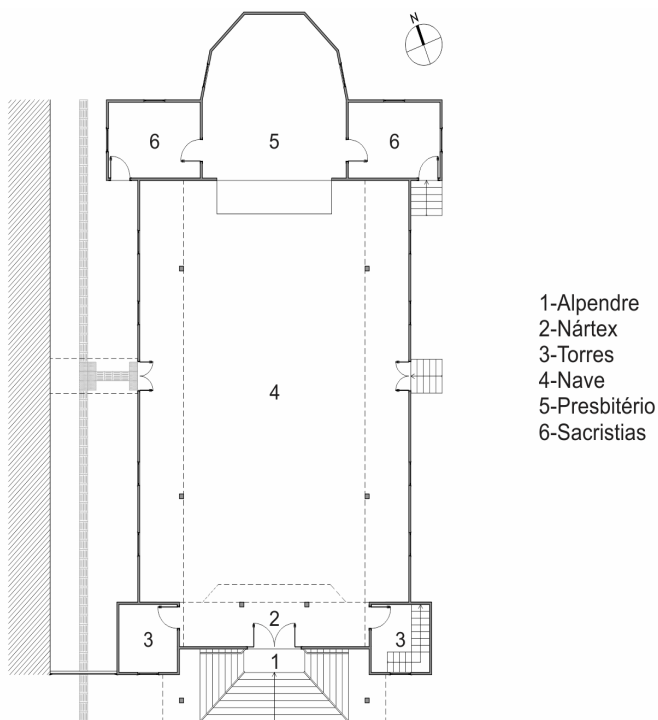
Com seu estilo arquitetônico vernacular a edificação apresenta característi-

cas marcantes das colonizações italiana e alemã. A arquitetura vernacular é um estilo baseado nas necessidades locais, no uso de materiais e recursos disponíveis no próprio ambiente de construção, caracterizando-se como tipologias arquitetônicas de caráter local ou regional, influenciadas pelas tradições culturais (MARQUES; AZUMA; SOARES, 2009).

Com relação à materialidade, a edificação foi construída predominantemente em madeira serrada, posicionada verticalmente com vedação em tábuas e mata-juntas. O emprego da madeira apresenta-se na estrutura e na vedação em praticamente toda a edificação: pilares, vigas, pisos, estrutura da cobertura, entre outros. O programa arquitetônico é simples e está disposto em uma planta térrea, contando com alpendre, nártex, torres, nave, presbitério, sacristias e coro, conforme se pode observar na Figura 3, totalizando uma área de cerca de 380m<sup>2</sup>.

A edificação apresenta-se em planta por meio de uma massa predominantemente horizontal e retangular, formada pelo agrupamento dos ambientes que se desenvolvem de maneira anexa (alpendre, presbitério e sacristias).

**Figura 3** – Planta esquemática do pavimento térreo



Fonte: De Marco, 2020. Adaptado pelo autor, 2020.

Como já mencionado anteriormente, o telhado frontal, que corresponde ao

alpendre, foi construído posteriormente à conclusão da obra. Adentrando a capela está o nártex, posicionado de forma transversal à nave, possuindo 2 metros de largura. É o espaço de transição entre o mundo exterior e o local de conexão com Deus. A partir dele se tem acesso a duas salas laterais, que funcionam como depósito e estão sob as torres que possuem aproximadamente 20 metros de altura cada.

A nave com cerca de 18 metros de comprimento possui seu forro em madeira com formato arcado. Ao longo de sua extensão estão distribuídos bancos, além de amplos corredores para garantir a circulação. Caminhando pela nave, chegamos ao presbitério, o espaço mais importante na conformação da igreja. É um local elevado e ornamentado, onde se encontram o altar, o sacrário, as cadeiras dos celebrantes e o ambão, de onde a Palavra de Deus é proclamada. A partir do presbitério tem-se acesso às sacristias localizadas em suas laterais.

Tradicionalmente, o coro costumava localizar-se em um local elevado nos fundos das igrejas, e a capela em questão conta com um espaço superior, acessado por meio de uma escada localizada dentro de uma das torres que segue esse estilo de arquitetura religiosa. Entretanto o espaço é utilizado como mezanino em celebrações nas quais a ocupação dos bancos inferiores é completa. Atualmente, o coro encontra-se disposto em cadeiras localizadas na lateral direita, logo em frente ao presbitério.

Os acessos à capela são múltiplos e bem definidos. O principal dá-se a partir do alpendre, enquanto dois secundários abrem diretamente para a nave e outros dois para as sacristias.

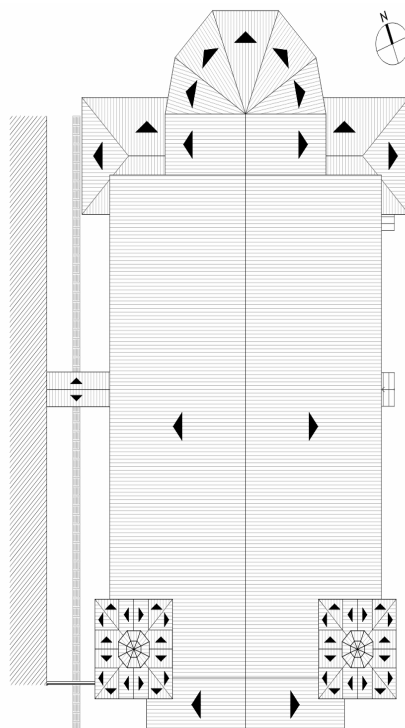
Como podemos observar na planta esquemática da cobertura (Figura 4), a nave é coberta por um telhado de duas águas com inclinação para as laterais, enquanto o alpendre, o presbitério e as sacristias se desenvolvem de maneira anexa com telhados mais baixos, todos cobertos com telhas de aluzinco.

Vale destacar que o projeto arquitetônico apresentado demonstra a situação atual, não se tendo registros anteriores, de forma que impossibilitam a identificação de possíveis mudanças significativas. Ao longo dos quase 60 anos de existência, a edificação recebeu intervenções tanto interna como externamente por meio de reformas realizadas para garantir sua conservação. Foram realizadas adaptações para atender as normativas de acessibilidade e também para instalações de sistemas de climatização e iluminação de emergência. Algumas mudanças são perceptíveis por meio de registros fotográficos, como na Figura 5, em que é possível observar a alteração na pintura interna, que originalmente possuía tons escuros, destacando-se o verde, o vermelho e o azul, sendo substituídos por tons claros de branco e azul. Na fachada, também é possível observar a partir de análises fotográficas que originalmente a escada frontal era em madeira e a parte inferior da capela aberta,



sendo que, em determinado momento, a escada foi substituída por alvenaria; a parte inferior recebeu um fechamento com o mesmo material.

**Figura 4** – Planta esquemática da cobertura



Fonte: De Marco, 2020. Adaptado pelo autor, 2020.

**Figura 5** – (A) Celebração do mandato de ministros extraordinários da palavra e eucarística realizada na Capela São Cristóvão (1975) e (B) Interior da Capela São Cristóvão (2018)



Fonte: (A) Museu Formosa do Sul, 2020. (B) Bregalda, 2018.

A edificação possui aberturas posicionadas ao longo de toda a extensão da nave e do presbitério, possibilitando a entrada de iluminação natural no espaço

interno. As grandes janelas, altas e estreitas, possuem um arco de volta perfeita, executadas em madeira e vidro incolor, sendo parcialmente fixas e basculantes. Persianas foram instaladas para a proteção da entrada direta dos raios solares.

Apesar das reformas realizadas, as características originais foram preservadas. É notório o fato de que adaptações precisam ser realizadas ao longo do tempo em edificações históricas para propiciar melhores condições de conforto e atender normativas legais, principalmente relacionadas à acessibilidade. Espaços acessíveis são um direito e, em se tratando de um local de caráter religioso, faz-se extremamente necessário possibilitar essa inclusão. Para atender essas normativas, é muito importante um planejamento para realizar intervenções de forma a não descaracterizar o patrimônio.

Na Figura 6, é possível observar a capela nos tempos atuais e sua integração com o entorno. Sua beleza destaca-se no centro urbano, enaltecida pela Praça Municipal Tancredo Neves, encantando todos os que passam pelo município.

**Figura 6** – Capela São Cristóvão



Fonte: O autor, 2018.

## Dimensão patrimonial

Conforme o Art. 216 da Constituição Federal de 1988,

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, Art. 216).

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o patrimônio cultural é caracterizado de natureza material, imaterial, arqueológico e mundial. Tratando-se especificamente dos bens de natureza material, “podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos” (IPHAN, 2020a).

Essas definições ajudam-nos a compreender o atual cenário acerca do patrimônio cultural e sua importância para as histórias local, regional, estadual e nacional. Em Formosa do Sul, diversas ações e políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural material e imaterial foram desenvolvidas nos últimos anos, como o livro “Retratos e memórias da história de Formosa do Sul”, a implementação do Museu Formosa do Sul e também outros “projetos culturais que contribuíram para sensibilizar a comunidade local e valorizar saberes, fazeres e formas de expressão da cultura popular regional” (ONGHERO; FRIGO; CARBONERA, 2019).

Nesta pesquisa, além de analisar as dimensões histórica e arquitetônica da Capela São Cristóvão, propôs-se estabelecer diretrizes para garantir a conservação e a preservação da edificação, que, como já mencionado anteriormente, se constitui como um importante símbolo de expressão da fé e religiosidade da população, além de ser um instrumento de caracterização do processo histórico e cultural.

As diretrizes abaixo propostas são sugestivas e devem ser desenvolvidas por meio de parceria entre o poder público e a sociedade civil para garantir sua implementação, sendo elas:

- Promover políticas públicas no âmbito cultural e turístico relacionadas a aspectos materiais e imateriais da capela e da fé e religiosidade que fomentem a economia e a sociabilização, criando um plano estratégico de marketing que potencialize o turismo local e seus atrativos.

- Realizar um inventário por meio de pesquisa de campo e documental, buscando uma descrição detalhada de todos os pormenores de que se constitui a obra, objetivando salvaguardar e proporcionar maior conhecimento sobre a edificação.

- Promover ações paisagísticas e urbanísticas no entorno, como projetos de paisagismo e iluminação da Praça Municipal Tancredo Neves, que preservem a ambiência da edificação.

- Fortalecer ações de manutenção por meio de parcerias financeiras entre poder público e membros societários da capela.

- Promover debates e oficinas através da educação patrimonial e da capacitação de agentes de turismo no município com foco nas características arquitetônicas das edificações históricas.

- Criar instrumentos de proteção do patrimônio histórico arquitetônico, como a Lei de Tombamento.

Atentando para este último item, alguns conceitos precisam ser definidos. Segundo o IPHAN (2020b),

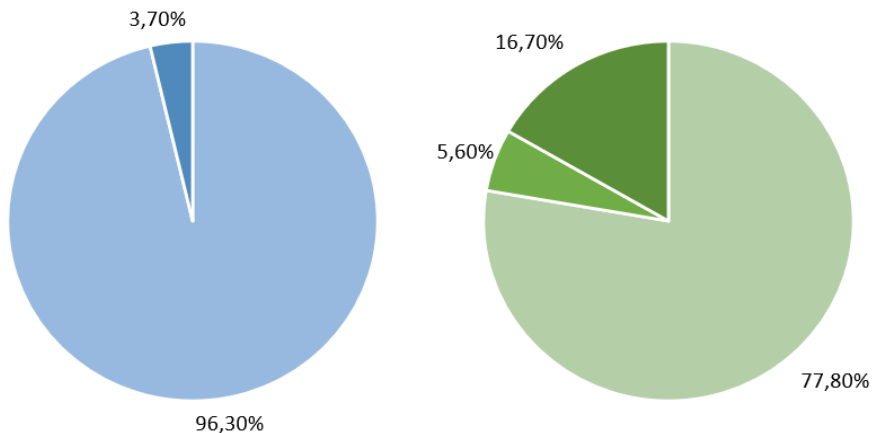
O tombamento é um dos dispositivos legais que o poder público federal, estadual e municipal dispõe para preservar a memória nacional. Também pode ser definido como o ato administrativo que tem por finalidade proteger - por intermédio da aplicação de leis específicas - bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Entre as diversas formas de proteção, o tombamento é o instrumento mais conhecido e utilizado. O tombamento de um bem cultural significa proteção integral, sendo uma das ações mais importantes relacionadas à preservação de um patrimônio de natureza material.

Instrumentos de proteção estão previstos no Plano Municipal de Cultura de Formosa do Sul, especificamente na meta 11, que propõe a “promoção de ações integradas com órgãos municipais, estaduais, nacionais e comunidade local, para estabelecer medidas cautelares de proteção e preservação do patrimônio cultural” (FORMOSA DO SUL, 2016).

Como elemento de validação realizou-se a coleta de dados por meio da aplicação de um questionário eletrônico de caráter consultivo. As 54 respostas registradas estão representadas nos gráficos abaixo e demonstram os interesses da população com relação às perguntas formuladas no que tange ao patrimônio cultural.

No Gráfico 1A, estão apresentados os resultados obtidos a partir do seguinte questionamento: Você acredita que a capela deve ser conservada e preservada com suas características originais para as futuras gerações?. 96,3% da amostragem responderam sim e 3,7% responderam talvez. Já no Gráfico 1B, foi apresentada a seguinte questão: Você acredita que uma Lei de Tombamento deveria ser instituída pelo município para garantir a conservação e a preservação da capela?. 77,8% das respostas obtidas foram sim; 16,7% talvez e 5,6% não.

Gráfico 1 – (A) Você acredita que a capela deve ser conservada e preservada com suas características originais para as futuras gerações? e (B) Você acredita que uma Lei de Tombamento deveria ser instituída pelo município para garantir a conservação e preservação da capela?



Fonte: O autor, 2020.

A partir desses resultados, é possível perceber o desejo da população em conservar e preservar a edificação com suas características originais e instituir instrumentos de proteção, como uma Lei de Tombamento. Para isso sugere-se a realização de estudos de viabilidade técnica para a implantação de medidas cautelares legais de preservação, como já previsto no Plano Municipal de Cultura de Formosa do Sul, propondo dessa maneira diálogos entre “sociedade civil, o poder público, conselho administrativo do museu, conselho municipal de política cultural, assessoria jurídica e especialistas na área de patrimônio cultural para análise de medidas de preservação e proteção do patrimônio ” (FORMOSA DO SUL, 2016).

### Considerações finais

Preservar o patrimônio cultural material é um grande desafio na sociedade atual, em que o modo de vida contemporâneo fez com que muitas edificações desaparecessem ou fossem substituídas, acompanhando o desenvolvimento das cidades e os novos sistemas construtivos. Percebe-se também um desinteresse por parte das administrações públicas no que tange à conservação e à preservação do patrimônio das cidades, seja pela falta de conhecimento ou pelas questões burocráticas. Entretanto são metas urgentes que precisam estar presentes nos planos de governo das gestões municipais e precisam ser pensadas pelos sujeitos que se sensibilizam e se conscientizam da importância do patrimônio.

As edificações religiosas representam importantes momentos das histórias local e regional. Quando conservamos, preservamos e valorizamos uma edificação localmente, trazemos uma enorme contribuição também para uma região, pois

essas edificações religiosas refletem o processo de constituição do território e o modo de vida das populações.

As diversas ações e políticas públicas desenvolvidas nos últimos anos em Formosa do Sul foram muito importantes para a caracterização identitária da história local. Foram projetos que destacaram o município a níveis estadual e nacional no âmbito cultural e elevaram o senso de pertencimento e de apropriação do espaço pela população.

A Capela São Cristóvão representa em sua simplicidade a união e a força de migrantes que saíram de outras localidades para ocupar e colonizar terras desconhecidas em busca de melhores condições de vida. Foram tempos de muitas dificuldades e obstáculos, superados por pessoas que acreditaram que ali seria o local para continuar sua história, criar seus filhos e desenvolver atividades econômicas.

Nesta pesquisa, propôs-se apresentar uma síntese da história, analisar a estrutura arquitetônica e propor diretrizes para garantir a conservação e a preservação da edificação. Com sua conclusão e alcance do objetivo é notório a sua contribuição como elemento de valorização histórica e preservação da memória. As informações aqui apresentadas são válidas para nortear ações e políticas relacionadas a temas centrais do patrimônio: conservação, preservação, manutenção e restauro. Os estudos sobre a capela não devem ser encerrados nesta pesquisa, pois ainda existem muitos aspectos para serem explorados em novos estudos que certamente contribuirão para a identificação das características arquitetônicas da edificação.

É incontestável o valor cronológico, religioso e arquitetônico da capela e, em se tratando de uma das poucas edificações em madeira preservadas no município do período da colonização, é evidente sua relevância. Preservar o patrimônio cultural material significa manter vivas a história e a memória de todos aqueles que iniciaram e colaboraram para a colonização e o desenvolvimento do município. A edificação, além de sua importância arquitetônica para as histórias local e regional, espelha as tradições e saberes culturais de um povo, e salvaguardar esse patrimônio constitui um marcante elo entre passado, presente e futuro.

## Referências

BELLANI, Eli Maria. **Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917/1950)**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BREGALDA, Fabiola Lovison. **Interior da Capela São Cristóvão**. 2018. Altura: 540 pixels. Largura: 793 pixels. 96 dpi. 24 BIT CMYK. 526 KB. Formato

PNG.

DE MARCO, Kely. **Capela São Cristóvão**: projeto arquitetônico. Formosa do Sul, 2020. Plantas diversas. Originais em formato digital. Escalas diversas.

FORMOSA DO SUL (Município). **Plano Municipal de Cultura de Formosa do Sul**. Formosa do Sul: [s.n.], 2016.

FRIGO, Daiane. Museu como Patrimônio da Comunidade: reflexões sobre a implantação do Museu Formosa do Sul. In: XVII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SC, 2018, Joinville. **Anais eletrônicos...** Joinville: ANPUH, 2018. p. 1-15. Disponível em: <[https://www.encontro2018.sc.anpuh.org/resources/anais/8/1532558390\\_ARQUIVO\\_ANPUH\\_Daiane\\_Frigo\\_Artigo\\_MUSEU\\_COMO\\_PATRIMÔNIO\\_DÁ\\_COMUNIDADE.pdf](https://www.encontro2018.sc.anpuh.org/resources/anais/8/1532558390_ARQUIVO_ANPUH_Daiane_Frigo_Artigo_MUSEU_COMO_PATRIMÔNIO_DÁ_COMUNIDADE.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2020.

FRIGO, Daiane. **O processo colonizatório e as relações interétnicas na Fazenda Saudades, Oeste Catarinense**: memória, identidade e patrimônio. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio material**. Brasília, 2020a. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276/>>. Acesso em: 20 out. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Perguntas frequentes**. Brasília, 2020b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?categoria=9#:~:text=O%20tombamento%20de%20um%20bem,difus%C3%A3o%20dos%20bens%20culturais%20materiais.>>. Acesso em: 20 out. 2020.

MARQUES, Caroline Salgueiro da Purificação; AZUMA, Maurício Hidemi; SOARES, Paulo Fernando. A importância da arquitetura vernacular. **Akrópolis – Revista de Ciência Humanas da UNIPAR**. Umuarama, v. 17, n. 1, p. 45-54, 2009. Disponível em: <<https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/2842>>. Acesso em: 09 out. 2020.

MUSEU FORMOSA DO SUL. **Capela São Cristóvão**. Formosa do Sul, 1965. 1 fotografia, p&b. Acervo.

MUSEU FORMOSA DO SUL. **Pintura da Capela São Cristóvão**. Formosa do Sul, 1965. 1 fotografia, p&b. Acervo.

ONGHERO, André Luiz. **Retratos e memórias da história de Formosa do Sul**. Chapecó: CEOM/Unochapecó, 2012.

ONGHERO, André Luiz; FRIGO, Daiane; CARBONERA, Mirian. Retratos e memórias: valorização da história e patrimônio cultural de Formosa do Sul/SC. **Cadernos do CEOM**. Chapecó, v. 32, n. 51, p. 125-138, 2019. Disponível em: <<http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/5055>>. Acesso em: 20 out. 2020.

REGISTRANDO MEMÓRIAS: a tradicional festa de São Cristóvão em Formosa do Sul/SC. Direção: Daiane Frigo. Formosa do Sul, 2016. 1 vídeo (20 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2VW6m9KhU8E>>. Acesso em: 08 out. 2020.

SALINI, Ademir Miguel; ONGHERO, André Luiz. Extração e comércio da

madeira no Oeste de Santa Catarina – Brasil. **Revista de Antropología del Museo de Entre Ríos**. Entre Ríos, v. 1, n. 2, p. 103-108, 2015. Disponível em: <<http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/antropmuser/article/view/7214>>. Acesso em: 02 set. 2020.

SANTA CATARINA (Estado). Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina. **Vale das águas**. Florianópolis, 2020. Disponível em: <<http://turismo.sc.gov.br/>>. Acesso em: 04 set. 2020.



# PALACETE DOS ARTISTAS: REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO HISTÓRICO E REDEFINIÇÃO DO HABITAR DOMÉSTICO

*Felipe Anitelli<sup>1</sup>*

## Resumo

O tema deste artigo é a reabilitação de edifícios antigos localizados na região central da cidade de São Paulo, que estavam ociosos e deteriorados, mas que foram convertidos em habitação social através de políticas públicas. O objetivo principal é compreender especificidades do Palacete dos Artistas, construído em 1910, reabilitado nos anos 2000 e incluído no Programa de Locação Social. Hoje, o imóvel está incluído no parque público de moradias da municipalidade e atende artistas idosos e pobres. São apresentados os resultados dessa reabilitação a partir de três aspectos: (1) o programa da edificação, que não inclui apenas unidades habitacionais, mas também serviços públicos da área da saúde, como consultórios odontológico e fisioterápico, disponíveis aos novos moradores; (2) as características da unidade habitacional, o arranjo espacial dos apartamentos projetados e as eventuais (in)compatibilidades com novas demandas; (3) reabilitação edilícia e conversão em moradia popular como estratégia de preservação de imóveis com valor histórico e arquitetônico. Os procedimentos metodológicos incluem análises de fontes primárias, como documentos de época, revisão bibliográfica sobre políticas habitacionais do gênero, leitura de peças gráficas fornecidas pela prefeitura e registros fotográficos realizados pelo autor. Parcelas do patrimônio construído no centro das principais metrópoles brasileiras estão desocupadas. A ociosidade sistêmica prejudica a integridade material da edificação, inviabiliza seu uso e deteriora registros estilísticos pretéritos, como a fachada eclética do Palacete dos Artistas. Nesse contexto, a justiça social e a função social da propriedade urbana também são elementos tangenciais

---

<sup>1</sup> Arquiteto e urbanista, professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O presente trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa de pós-doutorado do autor, realizada durante dois anos entre 2016 e 2018 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), supervisionada pelo professor associado João Sette Whitaker Ferreira, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

para a compreensão do fenômeno.

## **Introdução**

O recorte temático deste artigo é a reabilitação de edifícios ociosos e deteriorados localizados na região central de São Paulo, antigos imóveis que foram convertidos em habitação de interesse social através de políticas públicas em intervenções realizadas na cidade a partir dos anos 2000. Este trabalho foi realizado tendo como objeto de estudo uma recente reabilitação concluída pela prefeitura paulistana: o Palacete dos Artistas, antigo Hotel Cineasta, construído originalmente em 1910, localizado na avenida São João nº 605, próximo do cruzamento com a avenida Ipiranga, República. Trata-se de uma intervenção iniciada na gestão do prefeito Gilberto Kassab (2009-2012) e finalizada na gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016).<sup>2</sup> O edifício foi inaugurado em 2014, mas a prefeitura ainda mantém a gestão do imóvel, já que ele integra o parque público de moradias da municipalidade e o Programa de Locação Social, ou seja, o imóvel reabilitado ainda é propriedade do poder público: as unidades reformadas não foram vendidas com financiamento, mas alugadas com subsídio.

São três aspectos analisados do Palacete dos Artistas, três categorias de análises que estruturam as reflexões e que organizam os tópicos deste artigo: (1) O programa da edificação, que não inclui apenas unidades habitacionais, mas também serviços públicos da área da saúde, como consultórios odontológico e fisioterápico. A edificação torna-se suporte para a implementação de atividades variadas, além de acomodar os apartamentos e seus ambientes domésticos; (2) As características da unidade habitacional, o programa doméstico, o arranjo espacial do apartamento e as eventuais (in)compatibilidades com novas demandas, com tendências comportamentais atuais, com modos de vida contemporâneos. A lógica da provisão habitacional, pautada por questões produtivas e econômicas, influencia a formação do projeto arquitetônico e a quantificação das unidades; (3) Edifícios com valor histórico e arquitetônico como alternativas para escolher os imóveis que serão reabilitados, desde que apresentem potencial de reabilitação do ponto de vista construtivo/financeiro, que seus proprietários descumpram a legislação brasileira sobre a função social da propriedade urbana e que estejam ociosos e deteriorados. Cria-se, então, uma oportunidade para a desapropriação e a reforma do imóvel, convertendo-o em habitação de interesse social.

---

2 Diversas reabilitações demoraram anos para ser concluídas, desde a negociação para a compra do imóvel e o processo de desapropriação, os projetos e as aprovações, a definição dos vínculos institucionais e da origem dos recursos utilizados até a reforma da edificação. A demora, a intermitência e os limites desse processo não serão objetos de análise aqui.

**Imagem 1** - Palacete dos Artistas, inserção urbana, avenida São João



Foto: Autor, 24 de agosto de 2016.

O estudo do tema da reabilitação, nos termos aqui abordados, justifica-se na medida em que ela subverte uma lógica da provisão pública de habitação popular consolidada há décadas: a construção de conjuntos habitacionais, grandes e padronizados, em regiões longínquas e limítrofes, desprovidas de infraestrutura adequada, com mobilidade urbana deficiente, com instituições públicas ausentes, com serviços básicos insuficientes, etc. As reabilitações tratadas estão situadas na região central. É desnecessário reiterar os benefícios de morar em regiões consolidadas, como o centro, assunto já abordado por diversos autores (KOWARICK, 2007; INSTITUTO POLIS, 2009; CASTRO, 2010). Basta lembrar a quantidade e a diversidade de postos de trabalho disponíveis na região, inclusive informais, e localizados no espaço público, como os camelôs, além da enorme oferta de transporte coletivo para todas as direções da cidade. Portanto a reabilitação coloca-se como mais uma alternativa para se somar à política habitacional brasileira como contraponto à periferação da cidade e da pobreza. Nesse contexto, coloca-se como instrumento de justiça social.

Os procedimentos metodológicos contemplam uma vasta revisão bibliográfica, cuja abrangência é delimitada pelos principais objetivos deste trabalho. É preciso ressaltar que não foram encontrados estudos acadêmicos específicos sobre o Palacete dos Artistas, o que talvez se justifique pela inauguração recente. Porém a temática da reabilitação e a conversão de edifícios ociosos/deteriorados em moradia popular já foi objeto de diversas abordagens. Por exemplo, questões ambientais e caracterização de distritos com reabilitações edilícias (ARANTES, 2001), especificidades da região central de São Paulo e formas populares de apropriação do espaço (CASTILHO, 2008; MOTISUKE, 2008; COLVERO, 2010; JOSÉ, 2010),

perfil socioeconômico de famílias beneficiadas e ativismo político de movimentos de moradia (BLOCH, 2007; NEUHOLD, 2009; PEREIRA, 2012), função social da propriedade urbana e ociosidade de imóveis (BOMFIM, 2004; SANTORO, 2004), políticas habitacionais cujos objetivos contemplam a provisão de unidades no centro (MALERONKA, 2005), legislações criadas para viabilizar habitação social na região central (TSUKUMO, 2007; GATTI, 2015), diagnósticos sobre o potencial de reabilitação e criação de métodos de verificação das condições materiais das edificações (GALVÃO, 2012), projeto arquitetônico e organização espacial de edifícios reabilitados (DEVECCHI, 2010), gestão do canteiro de obras e peculiaridades da reforma de edifícios (YOLLE NETO, 2006; CROITOR, 2008; JESUS, 2008; MORETTINI, 2012), gestão pós-ocupação de edifícios reabilitados e administração do condomínio (COSTA, 2009), entre outros. São estudos realizados no âmbito de centros de excelência brasileiros, como IPT, POLI-USP, FAU-USP, IAU-USP, FFLCH-USP e IG-UNICAMP, podendo ser sintetizados em cinco grandes eixos: territorial, social, político, arquitetônico, construtivo.

O presente artigo é um estudo de caso e pode ser contextualizado nesse mosaico de proposições e análises.

### **História do imóvel e contextualização da política de reabilitação**

Diversos edifícios paulistanos reabilitados foram inicialmente identificados por um estudo<sup>3</sup> realizado pela Fundação para a Pesquisa em Arquitetura (FUPAM)<sup>4</sup>, o que incluiu um levantamento preliminar das características arquitetônicas e estudos iniciais de viabilidade construtiva/financeira. Decretos de Interesse Social (DIS) também foram instrumentos utilizados para viabilizar a desapropriação e a compra dos imóveis pelo poder público. Realizado em 2009, esse trabalho coincide com os encaminhamentos iniciais para a reabilitação do Palacete dos Artistas.

Um documento de 2007, elaborado pelo 5º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo<sup>5</sup>, é uma referência sobre as condições do imóvel antes da reabilitação. Três lojas voltadas para a rua são mencionadas, evidenciando, como tantos outros

3 “Estudo para implantação de unidades habitacionais no centro de São Paulo.”

4 “(...) instituição de direito privado, sem fins lucrativos e tem por finalidade produzir e produzir conhecimentos, fortalecendo a formação acadêmica e profissional, contribuindo com o desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da Universidade de São Paulo – USP e em especial da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU.” Disponível em: <http://www.funasp.org.br/associados/FUPAM>. Acesso em: 29 janeiro 2020.

5 Livro n. 2, registro regal, matrícula 83.251, ficha 01, São Paulo, 7 de março de 2007. A proprietária à época era Zogbi SA, Comércio e Indústria. Porém o mesmo documento mostra que o referido imóvel foi *vertido para o patrimônio da sociedade CAMPINEIRA INDUSTRIAL SA*.

casos da vizinhança também ilustram, que o pavimento térreo de edifícios antigos costumava abrigar comércio, independentemente do uso nos andares superiores (serviços, corporativo, residencial, hotel, misto, etc.). Nesse contexto, a decisão da prefeitura de manter lojas voltadas para a rua após a reabilitação do imóvel, assunto que será detalhado adiante, mantém seu programa original e está concatenada com as peculiaridades do uso do solo do centro. A existência, a quantidade, a variedade e a concentração de comércio definem a maneira como as imediações são utilizadas há gerações. Alterações dessas características explicam o que se convencionou chamar de “deterioração” do centro.

O mesmo documento descreve a existência de 71 apartamentos. Uma justificativa recorrente para reabilitar antigos hotéis é que os quartos de hóspedes têm características espaciais parecidas com as quitinetes, ou seja, haveria poucas implicações construtivas e mudanças espaciais ao alterar um quarto de hotel em um apartamento pequeno com programa enxuto. No caso do Palacete dos Artistas, mesmo que essa facilidade tenha ocorrido, nota-se uma curiosa diferença entre os 71 quartos de hotéis originais e os 50 apartamentos resultantes pós-reforma. O inovador programa de necessidades adotado pós-reabilitação, assunto que também será abordado neste artigo, ajuda a explicar essa diminuição, já que parte dos espaços foi ocupada com funções não residenciais.

Outro dado que permite relações com a provisão habitacional contemporânea é a medida do terreno: apenas 20 metros de frente na avenida São João e cerca de 30 metros de comprimento<sup>6</sup>, o que totaliza 600m<sup>2</sup>. Em termos hipotéticos, caso uma área com essa metragem fosse disponibilizada nos dias de hoje para a política habitacional, haveria grandes dificuldades em acomodar um edifício com sete pavimentos do mesmo porte, pois as regras edilícias atuais exigem recuos frontal/laterais/fundos, taxas de ocupação, taxas de permeabilidade, coeficiente de aproveitamento (CA), gabarito, etc., inexistentes nessa época. Esse cenário aponta um aspecto favorável à reabilitação de imóveis antigos já existentes. O CA, por exemplo, é 5,8<sup>7</sup>.

Um antigo documento, elaborado em 1930<sup>8</sup>, esclarece que o imóvel foi hipotecado<sup>9</sup> e penhorado, sendo, na sequência, arrematado pelo conde Rodolpho

---

6 A geometria irregular do terreno não resulta em um retângulo perfeito, já que uma das laterais é ligeiramente maior do que a outra. Apesar disso, em função dos objetivos aqui colocados, a metragem foi arredondada.

7 A área construída é 3.527,57m<sup>2</sup>.

8 Carta de Arrematação emitida pelo “cartorio do 8º officio do civil e commercial”, 4ª vara. Os textos desse documento mencionados literalmente aqui foram mantidos com grafia original.

9 O edifício hipotecado pertencia à massa falida de Caldeira Sampaio & Cia. A hipoteca foi requerida por Antônio Carneiro, credor de uma dívida de oitocentos contos de réis,

Crespi. Essa transação, realizada cerca de noventa anos atrás, indica que o edifício já era objeto de investimento imobiliário, realizado por um grande empresário atuante na cidade, que tinha em edificações uma forma de diversificar seus excedentes, oriundos da agricultura, indústria, etc. A diversificação de investimentos financeiros e a aplicação de lucros no setor imobiliário foram atividades bastante típicas, predominantes até os anos 1940, época da profissionalização do mercado imobiliário paulistano e do surgimento das primeiras empresas incorporadoras.<sup>10</sup> Considerar a edificação como um ativo financeiro induz à especulação imobiliária, como ilustram dezenas de outros edifícios localizados no centro de São Paulo, hoje deteriorados e ociosos, o que prejudica a urbanidade e a qualidade de vida na região, diminui a disponibilidade de infraestrutura e inviabiliza a política habitacional. Entrevê-se uma inexorável diferença entre o valor de uso e o valor de troca, perversa diante de tantas famílias desabrigadas, sem habitação adequada.

A compra pela COHAB-SP foi realizada por uma “desapropriação amigável”<sup>11</sup> em 2011. O último proprietário foi a Campineira Patrimonial AS, e o valor registrado foi R\$ 4.193.482,66. Um dos principais entraves na política habitacional focada em reabilitações é estabelecer um valor para a desapropriação, pois quase nunca coincide com o que a prefeitura se dispõe a pagar e o que o proprietário acredita justo receber. A questão complexiza-se sempre que há litígio e juízes são chamados a mediar o encaminhamento, em especial quando agentes do Poder Judiciário confirmam as solicitações financeiras dos antigos proprietários, o que pode inviabilizar a operação. Há casos em que os preços estipulados ficam acima dos valores que o mercado imobiliário costuma ofertar nas vizinhanças em que a edificação se encontra. Portanto estabelecer parâmetros para a precificar o imóvel e criar métodos objetivos de diagnosticar suas condições materiais são fundamentais para o sucesso do empreendimento.

### **A habitação é maior do que a soma dos ambientes domésticos**

A edificação que acomoda unidades habitacionais costuma ser monofuncional, ou seja, além dos próprios apartamentos, há apenas circulações verticais/horizontais e ambientes de espera ou passagem, como o *hall* de entrada. Um edifício de apartamentos tem essa configuração: o programa quase sempre é apenas residencial. Como não há outros usos previstos, não existem cômodos de

---

*commerciante, proprietário e capitalista.*

10 A profissionalização do mercado imobiliário é mencionada por LEMOS, Carlos. *Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

11 Firmada pelo 5º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo no dia 17 de junho de 2011.

permanência nem espaços de encontro, apenas trânsito e deslocamento. Isso deve contribuir para condicionar a relação entre moradores vizinhos. Em termos históricos, aos adeptos dos preceitos da vanguarda europeia do início do século XX, a Carta de Atenas e a divisão estanque por funções (LE CORBUSIER, 1989) devem ter influenciado esses programas sem mistura de usos, na escala do edifício ou da cidade. Mesmo na Europa, à época, apesar de notórios, são raros os edifícios que abrigam habitação de interesse social realizados por provisão pública que alteram esse panorama, como a Unidade de Habitação de Marselha, França, que, na prática, não teve seus usos diversos à moradia utilizados como previstos em projeto.<sup>12</sup>

No Brasil, a grande maioria dos exemplares de edifícios de apartamentos que abrigam moradia popular é monofuncional, tanto exemplares paradigmáticos de autoria de arquitetos eruditos como a produção anônima em décadas anteriores ou mais recentes (BONDUKI 2004 e 1993). É por isso que o inusitado programa do Palacete dos Artistas deve ser reconhecido e estudado. No segundo pavimento, por exemplo, parte da assistência social aos idosos é realizada na própria edificação, em especial aquela associada a demandas médicas ou psicológicas, como enfermaria, odontologia e fisioterapia, além de sala administrativa, de espera e de exames. Esses usos demonstram a presença de serviços básicos da área da saúde nas dependências do edifício e a presença rotineira do poder público dentro do condomínio. Esses profissionais também atendem demandas específicas do público beneficiado, composto por idosos. É provável que vários deles tenham dificuldade de locomoção e problemas para transitar pela cidade. Portanto essa presença deve facilitar a previdência e o acompanhamento médico.

O Palacete dos Artistas está inserido no Programa de Locação Social, implementado pela prefeitura de São Paulo desde o início dos anos 2000 (MALE-RONKA, 2005). Por isso a edificação integra o parque público de moradias, composto por diversos outros edifícios localizados na região central, construídos ou reabilitados. Há uma mudança de substância do que é oferecido: ao invés de vender financiado as moradias, o poder público aluga-as subsidiado. Nesse contexto, não se trata mais da comercialização de uma propriedade, mas da prestação de um serviço. É possível diferenciar valor de uso e valor de troca (HARVEY, 2016), já que a habitação não é mais entendida como uma mercadoria e a política pública concentra-se apenas no acesso à moradia adequada. No caso do Palacete dos Artistas, esse valor de uso é ampliado, pois o serviço oferecido não é apenas habitacional:

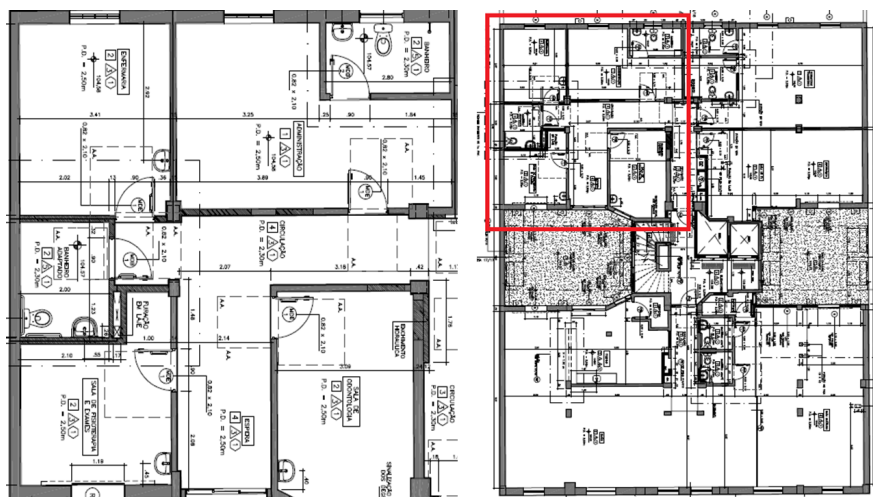
---

12 As experiências alemãs na República de Weimar são outras excelentes exceções. Conjuntos habitacionais, como os realizados por Ernest May em Frankfurt, por exemplo, ilustram a presença de diversidade de usos. Análises aprofundadas podem ser encontradas em KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel, EDUSP, 1990.

entre o 3º e o 6º pavimentos são disponibilizadas unidades habitacionais, mas no 2º pavimento, como mencionado, são oferecidos serviços da área médica. Esse edifício não deveria ser entendido apenas como o lugar onde esses serviços públicos são oferecidos. O que deveria ser categorizado é como o programa habitacional e o projeto arquitetônico podem ser utilizados para responder a demandas sociais de perfis populacionais com alta vulnerabilidade.

Como o programa da edificação não responde apenas a demandas do ambiente doméstico, torna-se fundamental o aporte das secretarias de Saúde e de Assistência Social. Nesse contexto, técnicos da secretaria de Habitação e da COHAB não teriam mais autonomia para decidir, sozinhos, as atividades da edificação. Infe-re-se aqui a necessidade de uma política intersetorial e ações centralizadas no gabinete do Executivo. Trata-se de uma política de governo. Por isso, na medida em que o programa é complexizado e a edificação transforma-se em suporte para atividades variadas, a política pública e os programas habitacionais relacionados deveriam ser redesenhados para abranger essas novas solicitações. Além disso, é importante frisar que o aporte do poder público não termina quando a unidade habitacional é entregue ao mutuário, já que a manutenção da edificação, a administração do condomínio e a gestão dos serviços oferecidos é responsabilidade da municipalidade. Portanto ações como o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), focado na disponibilização de crédito imobiliário para a produção ou o consumo de moradias, são inadequadas. Nessas circunstâncias, o desenho arquitetônico depende do desenho da política.

**Imagem 2** - À esquerda, trecho da planta do segundo pavimento do Palacete dos Artistas e os cômodos com atividades variadas à moradia. À direita, detalhe desse trecho grifado em vermelho.



Imagens cedidas pela COHAB São Paulo.



O pavimento térreo do Palacete dos Artistas também prevê usos variados. Foram projetadas duas lojas comerciais com aberturas voltadas diretamente para a calçada. Como esse espaço também é propriedade da prefeitura, é possível inferir que o aluguel arrecadado nas lojas poderia ser revertido para custear gastos básicos do condomínio ou manutenção da edificação, diminuindo o rateio desses custos entre os moradores. Outra opção aqui inferida é a utilização do espaço das lojas pelos próprios moradores mediante concessão não onerosa do poder público. Essa seria uma forma de geração de renda para grupos domésticos com poucos e instáveis rendimentos mensais e que, mesmo com subsídios, têm dificuldades com suas responsabilidades financeiras de aluguel e de condomínio.

O crédito imobiliário destinado à provisão pública de moradia popular costuma financiar apenas as unidades habitacionais. O próprio cálculo para definir o investimento total do governo em um determinado empreendimento baseia-se nesse número de unidades: quanto mais apartamentos forem previstos, maior o aporte público para o financiamento. Nesse contexto, gastos com ambientes não residenciais, como as lojas comerciais do térreo ou os consultórios médicos do 2º pavimento, têm dificuldade de ser implementados, pois não há verbas específicas que os custeiam. Com isso a formulação da política pública influencia a definição do programa da edificação, as características do projeto arquitetônico e as atividades ocorridas com o edifício em funcionamento. Pode-se afirmar que a atividade projetual do arquiteto é, em parte, decidida na esfera política. Ela não se encontra estrita no âmbito do desenho, no processo de criação que ocorre dentro de seu escritório. Por isso é conveniente que arquitetos incluam o ativismo político em seu horizonte profissional, caso queiram participar da definição dos termos de seus próprios projetos.

Diversos autores mencionam a dificuldade de projetar atividades não residenciais em térreos de edifícios reabilitados na região central de São Paulo por causa de dificuldades de enquadrá-las nas regras do crédito imobiliário e da política habitacional (COSTA, 2009; FUPAM, 2009; YOLLE NETO, 2006). Em alguns casos, usos comerciais foram proibidos, como no edifício Olga Benário, reabilitado em 2004.<sup>13</sup> Em outros casos, o poder público prefere desmembrar o térreo e comprar apenas os pavimentos superiores para reduzir o valor da aquisição, como no edifício Joaquim Carlos, reabilitado em 2006.<sup>14</sup> São raros os exemplares em que o térreo propõe atividades para uso da comunidade em geral, como o edifício Hotel São Paulo, reabilitado em 2006<sup>15</sup>, que tem um posto de saúde projetado e

13 Localizado na avenida Celso Garcia, nº 787, Brás.

14 Localizado na rua Joaquim Carlos, nº 94, Brás.

15 Localizado na rua São Francisco, nº 113, esquina avenida 23 de Maio, praça da Bandeira, Sé.

em atividade até os dias de hoje.

Essas dificuldades impostas pelo desenho da política contrariam a maneira como os próprios edifícios da região central paulistana foram configurados ao longo do século 20. Uma das principais características dessa área, que qualifica sua urbanidade, é a presença constante de térreos comerciais, com lojas voltadas para a rua ou organizadas em galerias (ANITELLI, 2010). Um dos diferenciadores do centro são a quantidade e a diversidade de estabelecimentos comerciais e de serviços públicos ou privados oferecidos, além de grande número de postos de trabalho vinculados a esses estabelecimentos, acomodados no pavimento térreo de edificações verticalizadas. A disseminação da diversidade de usos nos edifícios pode contribuir para a redução do número de deslocamentos motorizados, caso seja possível resolver parte das demandas diárias nas instâncias comerciais de edificações na vizinhança, evitando trânsito para outros bairros da cidade. É importante mencionar que, apesar de prever em projeto duas lojas, mais de dois anos após sua inauguração, tais ambientes ainda se encontram fechados no Palacete dos Artistas.

**Imagem 3** - Pavimento térreo do Palacete dos Artistas. O trecho central é composto pelo *hall* de entrada, corredores, escada e elevador. Abaixo e acima localizam-se as duas lojas comerciais voltadas para a rua

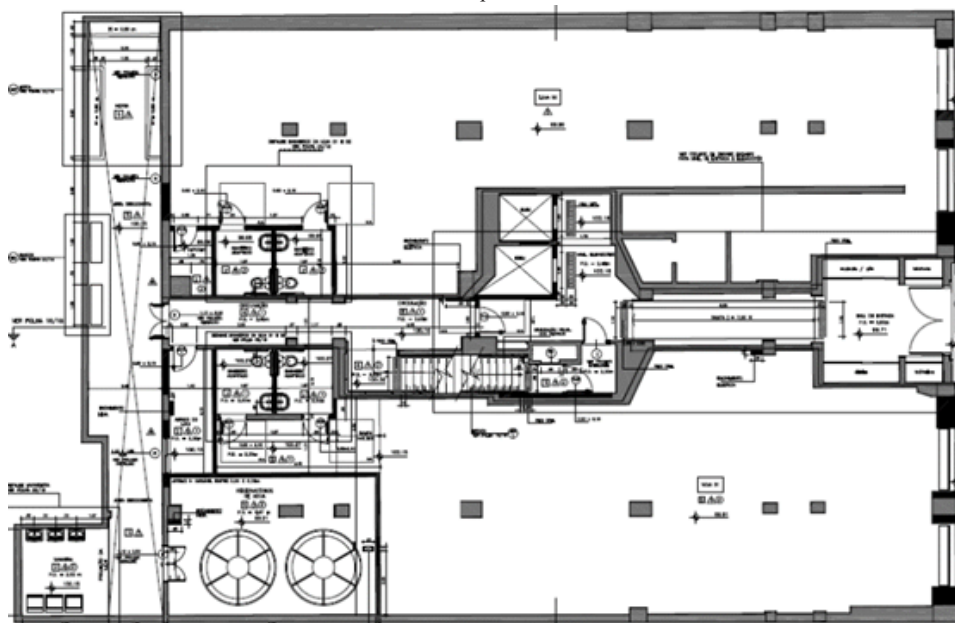


Imagem cedida pela COHAB São Paulo.

**Imagem 4** - Palacete dos Artistas, pavimento térreo com as lojas comerciais previstas ainda fechadas, avenida São João



Foto: Autor, 24 de agosto de 2016.

Usos não residenciais do Palacete dos Artistas ainda prevêem lavanderia coletiva e horta comunitária no térreo, salão multiuso com cozinha e despensa, salas de informática e de televisão, além de apartamento de hóspedes no 2º pavimento. Como se trata-se do mesmo perfil socioeconômico e da mesma faixa etária atendida, composto por pessoas idosas, é possível que a prefeitura se tenha inspirado em outro empreendimento do programa de Locação Social, que integra o parque público de moradias do município: a Vila dos Idosos (ANITELLI; TRAMONTANO, 2017). No caso da horta comunitária, os alimentos podem garantir a segurança alimentar dos moradores e diminuir gastos com comida. Já a presença de uma lavanderia coletiva pode indicar uma inovação do programa habitacional, já que parte das demandas domésticas seria realizada no âmbito coletivo do edifício. Porém a explicação mais plausível talvez seja o tamanho diminuto dos apartamentos e a falta de espaço adequado para a lavagem das roupas na área de serviço da unidade.

### **A habitação é menor do que a soma das demandas domésticas**

Em um edifício reabilitado, quanto mais unidades habitacionais forem pre-

vistas em projeto, mais recursos serão disponibilizados para a reforma, pois, como já mencionado, o montante investido depende da quantidade de apartamentos. Por exemplo, no programa MCMV, o valor disponibilizado por unidade é de 76 mil reais. No Palacete dos Artistas, como são 50 apartamentos (GATTI, 2015), de acordo com as regras vigentes, o valor total disponibilizado seria 76 mil reais vezes 50 apartamentos. Isso compromete o processo de criação do arquiteto, pois o autor do projeto irá tentar acomodar o máximo de unidades possíveis, mesmo que os apartamentos fiquem demasiado pequenos, mesmo que o programa doméstico seja simplificado, mesmo que a quantidade de cômodos seja diminuída, mesmo que as atividades diárias sejam prejudicadas. A qualidade resultante parece proporcionalmente inversa à quantidade de capital disponibilizado: se os apartamentos projetados forem maiores e mais confortáveis, o número total de unidades será menor, e portanto o crédito imobiliário disponível também será menor e as dificuldades para cobrir os gastos com a reforma serão maiores. Trata-se de uma fórmula que atende objetivos quantitativos da política habitacional do governo, mas que não contribui para qualificar melhor os ambientes domésticos projetados. Mais uma vez, o potencial do trabalho do arquiteto é utilizado para maximizar questões produtivas e econômicas.

O público-alvo também pode ser uma justificativa para os pequenos apartamentos do Palacete dos Artistas, já que são pessoas idosas com mais de 60 anos de idade, que integram grupos familiares normalmente compostos por poucos membros: um, dois, três, dependendo da viuvez, casamento ou presença eventual de filhos, netos, agregados, etc. É preciso lembrar que o proprietário dos apartamentos é a prefeitura, já que as unidades são apenas alugadas através do programa de Locação Social. Portanto, quando o idoso falece, caso haja outros moradores, eles precisam retirar-se da unidade e procurar outro local, já que é um empreendimento voltado para idosos. O mesmo procedimento ocorre na Vila dos Idosos, já mencionada aqui.

Os apartamentos variam entre quitinetes e unidades com um dormitório. As atividades da sala (estar, jantar, TV, etc.), da cozinha e da área de serviço estão localizadas no mesmo cômodo, sem divisão de paredes entre elas. Como a edificação ocupa quase todo o lote, não há tantas opções de abertura para as janelas: a fachada principal defronte a avenida São João, a fachada dos fundos voltada para o miolo da quadra (com apenas 2,38 metros de largura) e um pátio interno de ventilação e iluminação. Há pavimentos com dez unidades. Essa grande quantidade deve dificultar ainda mais a disposição das janelas. Em alguns apartamentos, há apenas uma janela responsável pela abertura das sala, cozinha e área de serviço. Em termos de arranjo espacial, disposição e hierarquia dos cômodos, não há nenhuma novidade em ter-

mos de planta. É possível entrever o modelo burguês de planta tripartida de matriz francesa, consolidado no século XIX nos apartamentos parisienses haussmanianos, mas presente também nos edifícios paulistanos ao longo de todo o século 20 em apartamentos de todas as faixas de renda, com raríssimas exceções, mesmo entre projetos realizados por arquitetos de vanguarda. Esse panorama foi estudado por diversos autores (QUEIROZ, 2008; TRAMONTANO, 2004; VILLA, 2002). Por isso não há nenhuma diferença entre o que foi proposto no Palacete dos Artistas e o que o mercado imobiliário paulistano mais hegemônico produz atualmente (ANITELLI, 2015).

Imagem 5 - Planta de uma unidade quitinete do pavimento-tipo

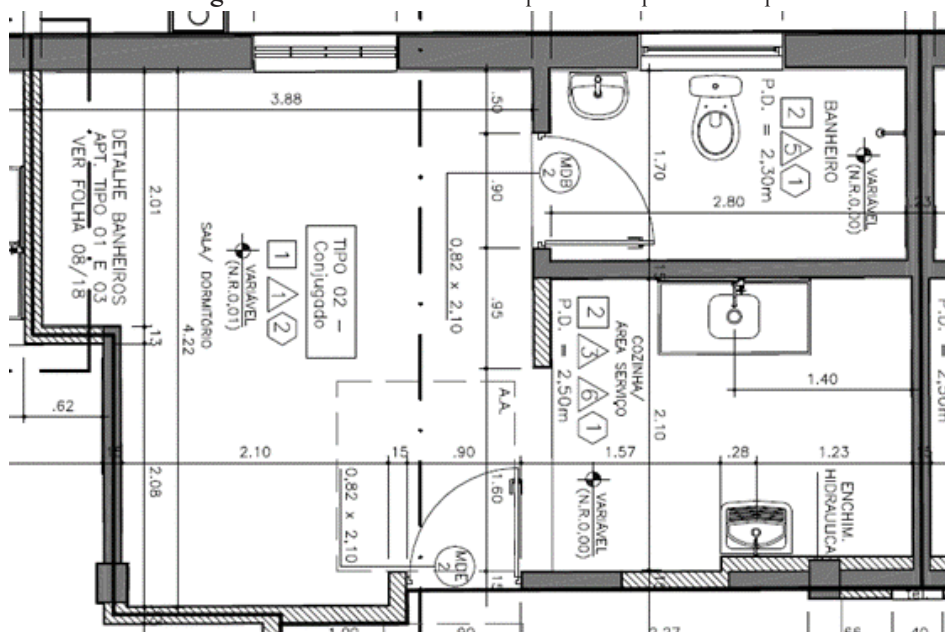


Imagem cedida pela COHAB São Paulo.

A comparação com provisão privada formal de edifícios de apartamentos é pertinente, pois os principais incorporadores imobiliários costumam condicionar o projeto arquitetônico e, por consequência, o processo de criação do arquiteto em função de objetivos econômicos, comerciais e de produção. Em outras palavras, esses agentes permitem que os arquitetos desenvolvam seu trabalho na medida em que suas propostas não comprometam os objetivos mencionados. Nesse cenário, há um evidente conflito entre o valor de troca e o valor de uso do apartamento, já que, em termos de adequação ao uso, nem sempre o produto oferecido ao consumidor responde às suas demandas domésticas e familiares. Por isso existem tendências comportamentais e modos de vida contemporâneos que são reprimidos, que não

se materializam plenamente no ambiente doméstico por causa de apartamentos pequenos e inadequados. A diversidade de arranjos familiares e suas peculiaridades também já foi estudada por diversos autores (CAMARGO, 2003; TRAMONTANO, 1998; BERQUO, 1989).

O autor entrevistou um dos líderes de um movimento social que reivindica moradia no centro de São Paulo.<sup>16</sup> Ele mencionou o caso de algumas famílias que moravam em edifícios rehabilitados, como o Riskallah Jorge<sup>17</sup>, disponibilizado em 2003. Com o passar dos anos, alguns desses moradores precisaram mudar-se quando o arranjo familiar foi alterado, como por exemplo pessoas que viviam sozinhas e se casaram ou casais que tiveram o primeiro filho. Nessas circunstâncias, como o número de membros aumentou, o apartamento não respondia mais às demandas da família, e essas pessoas preferiram mudar para outro endereço e abdicar da unidade habitacional oferecida pelo poder público. Isso seria um indicador da ineficiência da política pública habitacional em médio e longo prazos. Essas pessoas anteriormente beneficiadas também podem voltar a compor o déficit habitacional.

Por um lado, é compreensível que os termos dos programas habitacionais sejam formatados para viabilizar a provisão em larga escala em função da enorme carência de moradia popular e da quantidade de famílias que vivem em unidades inadequadas, como favelas ou cortiços. Nesse contexto, é previsível que o poder público tenha como foco questões quantitativas e produtivas, ou seja, como viabilizar um número significativo de moradias com menor capital e tempo possíveis. No entanto, por outro lado, é fundamental que essa viabilidade não comprometa a qualidade do espaço doméstico e não prejudique demandas familiares contemporâneas. A gestão pública deveria estabelecer parâmetros mínimos de qualidade, permitir experimentações projetuais que ressignifiquem a configuração espacial do apartamento, garantir que o processo de criação do arquiteto explore as opções mais adequadas e avaliar periodicamente as resultantes arquitetônicas de seus empreendimentos imobiliários. Em outras palavras, uma moradia deveria ser considerada adequada se sua configuração espacial abarcasse de forma satisfatória tendências comportamentais e modos de vida atuais dos mais diversos arranjos familiares existentes.

Uma ressalva é importante. As condições da reabilitação de um edifício existente são diferentes da construção de um edifício novo em terreno vazio. Na reabilitação, parte das paredes originais é mantida, e o autor do projeto trabalha com esse limite, acomodando novas funções em cômodos preexistentes. Por

---

16 Nem o nome da liderança tampouco o nome do movimento social serão mencionados neste artigo. A entrevista ocorreu no dia 2 de dezembro de 2016.

17 Localizado na rua Riskallah Jorge nº 50, esquina avenida Prestes Maia, República.

exemplo, algumas paredes são estruturais e não podem ser suprimidas. Mesmo que não sejam estruturais, paredes devem ser mantidas sempre que possível, pois a demolição desses elementos de vedação pode aumentar os custos da obra e inviabilizar a reabilitação. O ideal é que a intervenção seja a menor possível, estritamente necessária para reabilitar os sistemas construtivos que estão comprometidos e para converter a edificação em moradia popular. Esse é um desafio inexistente em obras novas, mas que arquitetos de reabilitações têm de enfrentar. Diversos autores estudaram as implicações das paredes em obras de reabilitação (MORETTINI, 2012; JESUS, 2008; YOLLE NETTO, 2006).

### **Reabilitação como salvaguarda de imóveis tombados**

O antigo Hotel Cineasta, atual Palacete dos Artistas, foi construído em 1910.<sup>18</sup> Como o edifício é tombado<sup>19</sup>, houve restauro de cerca de 2.500m<sup>2</sup> de fachada e o envolvimento de uma equipe com mais de 30 profissionais. A fachada poderia ser denominada como eclética na medida em que justapõe elementos arquitetônicos de diferentes épocas e matizes estéticas. O centro de São Paulo é a região da cidade que mais concentra edificações com valor histórico e arquitetônico. Muitos desses imóveis encontram-se ociosos e deteriorados. Como os proprietários não lhes dão um uso apropriado, é possível afirmar que eles não cumprem a função social da propriedade urbana, como determina a legislação brasileira. Essa poderia ser uma estratégia para identificar imóveis com interesse arquitetônico e que têm potencial para reabilitação, ou seja, selecionar aqueles desocupados, sem manutenção adequada e que têm dívidas de IPTU para desapropriá-los e convertê-los em habitação de interesse social através da reabilitação. Entre tantos existentes, o autor identificou 22 edifícios no centro de São Paulo<sup>20</sup>, construídos na primeira metade do século XX até os anos 1940, anteriores, inclusive, à profissionalização do mercado imobiliário paulistano.<sup>21</sup> Muitos têm visíveis valores arquitetônicos,

---

18 Informação divulgada pela própria prefeitura. Disponível em: [www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=187199](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=187199). Acesso em: 15 junho 2017.

19 Nível de Preservação 3: preservação da volumetria e características externas do edifício. Resolução CONPRESP nº 37/92.

20 A lista total tem cerca de 100 exemplares e integra a pesquisa de campo do autor, realizada no âmbito de sua pesquisa de pós-doutorado. São edifícios já reabilitados e convertidos em habitação social através de políticas públicas ou edifícios com potencial de reabilitação. Entre esses imóveis com o potencial mencionado identificaram-se edifícios que já foram desapropriados pela prefeitura ou estão em processo de desapropriação; são denominados como ZEIS pela atual legislação. Estão ociosos, deteriorados, inacabados, ocupados por movimentos sociais que reivindicam moradia ou foram colocados à venda por seus proprietários.

21 Alguns autores apontam a década de 1940 como o início da incorporação imobiliária em São Paulo (ROSSETTO, Rossella. Produção imobiliária e tipologias residenciais moderna. São Paulo, 1945/1964. Orientadora Maria Ruth Amaral de Sampaio. Tese de doutorado. São Paulo: FAU

como um edifício<sup>22</sup> localizado na avenida São João nº 292, República, projetado por Ramos de Azevedo em 1915 e tombado pelo CONDEPHAAT<sup>23</sup>.

**Imagem 6** - Palacete dos Artistas, fachada frontal, avenida São João



Foto: Autor, 24 de agosto de 2016.

Nesse caso, a reabilitação desses edifícios precisa ser concatenada com as ações dos órgãos públicos responsáveis por preservar os imóveis. O CONPRESP<sup>24</sup>, por exemplo, poderia trabalhar em conjunto com a SEHAB<sup>25</sup> e a COHAB-SP<sup>26</sup>. O primeiro órgão definiria critérios para selecionar edifícios com valor arquitetônico que deveriam ser preservados, o segundo órgão definiria os termos da política habitacional, o terceiro órgão seria o principal operador do programa de reabilitação. Todos seriam municiados por outras instâncias, como a Secretaria de Assistência

---

USP, 2002; LEMOS, Carlos. *Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1976).

22 Atualmente, esse edifício encontra-se ocupado pela Frente de Luta por Moradia (FLM).

23 Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, vinculado à Secretaria Estadual de Cultura.

24 Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura.

25 Secretaria de Habitação de São Paulo.

26 Companhia Metropolitana de Habitação.



Social, entre outras.

É importante mencionar que, em diversas situações, os órgãos do patrimônio histórico concluem que apenas a fachada e a volumetria deveriam ser tombadas. Com isso a preservação é bastante restrita a questões estéticas. Nesses casos, a configuração espacial interna é desconsiderada e os cômodos podem ser alterados de acordo com a conveniência de novas reformas. Isso se aplica a reabilitações, pois os únicos impedimentos para a demolição de paredes internas estão relacionados com questões construtivas e financeiras, ou seja, eventuais dificuldades técnicas ou custos extras com demolições e reconstruções. Portanto há sim interesse em preservar o máximo possível de paredes internas em intervenções de reabilitação, mas essa estratégia não está relacionada com o valor histórico que essas vedações têm nem com o arranjo que elas originalmente proporcionaram.

Imagem 7 - Palacete dos Artistas, detalhe fachada frontal, avenida São João

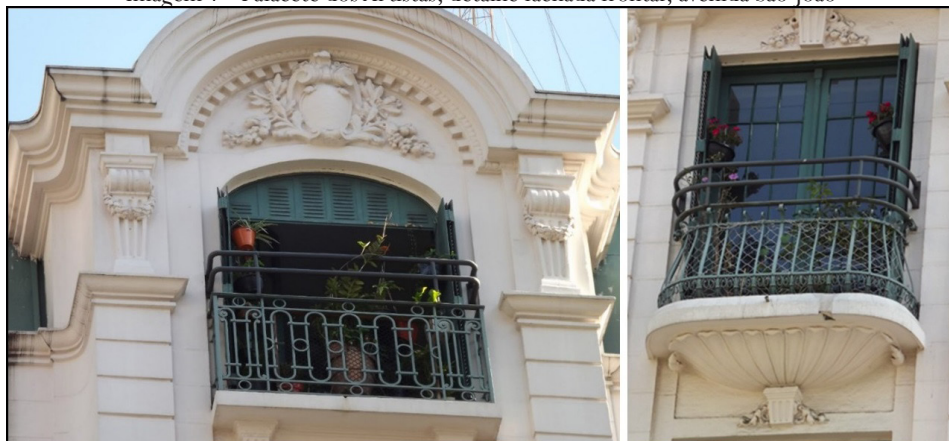


Foto: Autor, 24 de agosto de 2016.

No caso da fachada do Palacete dos Artistas, janelas de madeira e peitoris de ferro foram restaurados ou restituídos. O mesmo aplica-se a ornamentos, como frisos, molduras, cornijas, mansardas, capitéis, arcos, balaústres, alto-relevos, elementos figurativos ou abstratos, etc., que adornam a fachada. Como o imóvel é tombado, não houve possibilidade de troca desses elementos construtivos para não descaracterizar a fachada. A parede foi pintada de uma única cor clara, o que deve facilitar uma futura manutenção. Essa é uma opção de outras recentes reabilitações, como o edifício Iracema Eusébio<sup>27</sup>. Fotos antigas<sup>28</sup> mostram que a cor da fachada

<sup>27</sup> Localizado na rua Conselheiro Crispiniano n. 119-125-131, República.

<sup>28</sup> Disponível em: [www.archdaily.com.br/br/759685/edificio-abandonado-no-centro-de-sao-paulo-e-transformado-em-moradia-para-artistas/54a0a32ee58ecefdf2000083](http://www.archdaily.com.br/br/759685/edificio-abandonado-no-centro-de-sao-paulo-e-transformado-em-moradia-para-artistas/54a0a32ee58ecefdf2000083).

já era monocromática e da mesma tonalidade à época do funcionamento do hotel na primeira metade do século 20. A restauração e a pintura da fachada também criam uma nova superfície disponível a manifestações de transeuntes, utilizada de forma não programada e não autorizada, como grafites e pichações, já existentes nos primeiro e segundo pavimentos, indicando que, na prática, o poder público não tem monopólio sobre o destino da fachada.

### **Conclusões**

As principais conclusões estão organizadas a partir de três diretrizes básicas, consideradas aqui como insumos para gestores públicos que implementam programas habitacionais cujo foco sejam as reabilitações: (1) diversidade do programa da edificação; (2) adequação do arranjo espacial do apartamento; (3) qualidade arquitetônica da edificação original como um dos critérios para a escolha dos imóveis. Essas diretrizes foram identificadas a partir da análise do Palacete dos Artistas e poderiam ser aplicadas ou adaptadas, dependendo das circunstâncias e da conveniência, em futuras reabilitações realizadas pela prefeitura de São Paulo. É evidente que existem outras variáveis que podem qualificar a reabilitação, como a definição das técnicas construtivas, dos materiais de construção e da mão de obra, a organização do canteiro de obras, a metragem quadrada construída do edifício original, a complexidade da intervenção necessária para convertê-lo em habitação de interesse social, a adequação da legislação edilícia, habitacional e urbana sobre políticas públicas de reabilitações, os custos da reforma, entre tantas outras. No entanto todas elas extrapolam os objetivos do presente artigo. Os três insumos mencionados a seguir, portanto, deveriam somar-se a essas outras variáveis na constituição de uma política de reabilitações.

> (1) A inclusão de atividades não residenciais proporciona conveniências na rotina doméstica e familiar dos moradores, ao mesmo tempo em que define o edifício de apartamentos como suporte onde serviços públicos variados podem ser implementados. É evidente que essa diversidade de usos na edificação deveria ser adotada em circunstâncias específicas e depende da redefinição do projeto arquitetônico, mas também das características dos espaços e das circulações propostas. Dependendo da conjugação desses fatores, esses serviços públicos poderiam ser oferecidos não apenas aos moradores do edifício, mas também a transeuntes do centro e habitantes das vizinhanças. Nesse contexto, o próprio térreo poderia ser utilizado para tal. Por exemplo, um consultório odontológico seria do interesse de muitas pessoas da região, e isso independe de elas serem ou não moradoras do imóvel. O edifício reabilitado, além de habitação de interesse social, é considerado

aqui como suporte para a implementação de políticas públicas voltadas para pessoas com alta vulnerabilidade social e pouca renda.

> (2) É fundamental que os condicionantes do programa habitacional e do crédito imobiliário vinculado permitam que o autor do projeto arquitetônico explore as alternativas mais adequadas para o arranjo espacial dos apartamentos. Isso significa que o tipo, a geometria, a quantidade, o tamanho e a relação entre os cômodos deveriam ser definidos em função de demandas comportamentais atuais, de modos de vida contemporâneos e de especificidades de arranjos familiares cada vez mais diversos. Isso também significa que projetos arquitetônicos que se estruturam apenas a partir de interesses econômicos e produtivos provavelmente não atendem de forma adequada anseios cotidianos das famílias moradoras. O que se coloca é a correlação entre questões quantitativas e qualitativas. Em outras palavras, o desenho da política interfere no desenho da arquitetura, no trabalho do arquiteto e na vida dos habitantes dos apartamentos.

> (3) Uma parcela dos edifícios localizados na região central de São Paulo, principalmente entre os exemplares construídos na primeira metade do século 20, tem valor histórico e arquitetônico. Entre eles, uma parcela de imóveis descumpre a função social da propriedade urbana, como expresso na legislação brasileira: eles estão deteriorados e ociosos, seus proprietários têm altas dívidas de IPTU com a prefeitura. Entre esses há edifícios com potencial de reabilitação em termos de viabilidade construtiva e financeira. Nesses casos, cria-se uma oportunidade para a reabilitação de edifícios com valor histórico e arquitetônico e para a preservação do patrimônio do centro, ao mesmo tempo em que eles são convertidos em habitação de interesse social através de políticas públicas: a municipalidade tem amparo jurídico e competência legal para desapropriá-los. A gestão pública deve identificar tais casos e envolver gestores de instâncias e secretarias diferentes, pois a política habitacional torna-se transdisciplinar.

## **Apêndice político**

Tragédias como a ocorrida em 1º de maio de 2018, celebração do Dia do Trabalhador, quando o edifício Wilson Paes de Almeida desabou e vitimou sete pessoas, apontam contradições de um capitalismo periférico - desigualdade social, pobreza extrema, administração pública ruim, descumprimento da legislação, especulação imobiliária, deterioração do centro - e, em especial, atestam que as insuficientes políticas habitacionais implementadas desde a redemocratização, além de cheias de contradições, não são inclusivas, ou seja, não contemplam boa parte da população mais pobre. Aos desafortunados e desassistidos sobra o espaço público: a rua, a sombra das marquises, os bancos das praças, além da frequente exploração de toda

sorte, mas também o ativismo político e a ocupação de edifícios que descumprem a função social da propriedade urbana e estão ociosos/deteriorados, como o edifício que desabou.

**Imagem 8** - Escombros do edifício Wilson Paes de Almeida, um dia após o desabamento.  
Localização: avenida Rio Branco esquina rua Antônio de Godoi, vizinho do Largo do Paissandu, São Paulo



Foto: Autor, 2 de maio de 2018.

**Imagem 9** - Famílias que moravam no Wilson Paes de Almeida, improvisadas em barracas, cerca de dez semanas após o desabamento do edifício, ainda desassistidas pelos agentes públicos.  
Localização: Largo do Paissandu, ao redor da igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos



Foto: Autor, 14 de julho de 2018.

O singelo caso do Palacete dos Artistas, exposto aqui, estrutura um caminho possível para a política habitacional implementada em metrópoles brasileiras que contenham os problemas enumerados no parágrafo anterior.

## Agradecimentos

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), arquiteta Leticia Brandão da COHAB-SP, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

## Referências

- ANITELLI, Felipe. **Como nasce um modelo**: o projeto de apartamento na cidade de São Paulo. Orientador Marcelo Tramontano. Dissertação de Mestrado. São Carlos: EESC USP, 2010.
- ANITELLI, Felipe. **[Re]produção?**: repercussões de características do desenho do edifício de apartamentos paulistano em projetos empreendidos no Brasil. Orientador Marcelo Tramontano. Tese de Doutorado. São Carlos: IAU USP, 2015.
- ANITELLI, Felipe; TRAMONTANO, Marcelo. Vila dos Idosos: novos insumos para a política habitacional, novos parâmetros para a arquitetura, novas resultantes urbanas. **Oculum Ensaios**, v. 14, Campinas, janeiro-abril 2017, p. 63-80.
- ARANTES, Edmur Caniato. **Diretrizes para reabilitação de edifícios, uso residencial, em áreas centrais**: o bairro de Santa Cecília. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), 2001.
- BERQUÓ, Elza. A família no século XXI: um enfoque demográfico. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 6, n. 2, 1989, São Paulo, p. 1-16.
- BLOCH, Janaina Aliano. **O direito à moradia**: um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2007.
- BOMFIM, Valéria Cusinato. **Os espaços edificados vazios na área central da cidade de São Paulo e a dinâmica urbana**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Escola Politécnica-USP, 2004.
- BONDUKI, Nabil. **Arquitetura e habitação social em São Paulo, 1989-1992**. São Carlos: EESC-USP, 1993.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- CAMARGO, Érica Negreiros de. **Desenho e uso do espaço habitável do apartamento metropolitano na virada do século XXI**: um olhar sobre o tipo 'dois-dormitórios' na cidade de São Paulo. Orientador Telmo Luiz Pamplona. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU USP, 2003.
- CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Consensos e dissensos no centro de São Paulo**: significado, delimitação, apropriação e intervenção. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2008.

CASTRO, Carolina Maria Pozzi de. O centro velho e a moradia: requalificação urbana em São Paulo. **Pluris** 4º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável, Faro, Portugal, 2010. <http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper163.pdf>>.

COLVERO, Adriana de Almeida. **A requalificação do centro antigo da cidade de São Paulo**: políticas públicas, planejamento participativo e gestão, no período de 2001-2004. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Geociências - UNICAMP, 2010.

COSTA, Débora Cristina Beraldes. **Gestão pós-ocupação em edifícios reabilitados para habitação de interesse social no centro de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Escola Politécnica-USP, 2009.

CROITOR, Eduardo Pessoa Nocetti. **A gestão de projetos aplicada à reabilitação de edifícios**: estudo da interface entre projeto e obra. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Escola Politécnica-USP, 2008.

DEVECCHI, Alejandra Maria. **Reformar não é construir**. A reabilitação de edifícios verticais: novas formas de morar em São Paulo no século XXI. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2010.

FUPAM. **Estudo para implantação de unidades habitacionais no centro de São Paulo**. São Paulo: COHAB, SEHAB, 2009.

GALVÃO, Walter José Ferreira. **Roteiro para diagnóstico do potencial de reabilitação para edifícios de apartamentos antigos**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2012.

GATTI, Simone Ferreira. **Entre a permanência e o deslocamento**. ZEIS 3 como instrumento para a manutenção da população de baixa renda em áreas centrais. O caso da ZEIS 3 C 016 (Sé) inserida no perímetro do Projeto Nova Luz. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2015.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO POLIS. **Moradia é central**: inclusão, acesso e direito à cidade. São Paulo: Instituto Polis, 2009.

JESUS, Christiano Romanholo Marques de. **Análise de custos para reabilitação de edifícios para habitação**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Escola Politécnica-USP, 2008.

JOSÉ, Beatriz Kara. **A popularização do centro de São Paulo**: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2010.

KOWARICK, Lúcio. Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 70, São Paulo, 2007, p. 171-211. [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452007000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452007000100008&script=sci_arttext)>.

LE CORBUSIER. **A carta de Atenas**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1989.

MALERONKA, Camila. **PAR-Reforma: Quem se habilita?** A viabilização de empreendimentos habitacionais em São Paulo através do Programa de Arrendamento Residencial Modalidade Reforma, 1999-2003. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 2005.

MORETTINI, Renato. **Tecnologias construtivas para a reabilitação de edifícios**: tomada de decisão para uma reabilitação sustentável. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Escola Politécnica, 2012.

MOTISUKE, Daniela. **Reabilitação de áreas centrais**: antagonismos e ambiguidades do programa paulistano Ação Centro. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2008.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos**: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2009.

PEREIRA, Olivia de Campos Maia. **Lutas urbanas por moradia**: o centro de São Paulo. Tese de Doutorado. São Carlos: IAU-USP, 2012.

QUEIROZ, Fábio Abreu de. **Apartamento modelo**: arquitetura, modos de morar e produção imobiliária na cidade de São Paulo. Orientador Marcelo Tramontano. Dissertação de Mestrado. São Carlos: IAU USP, 2008.

SANTORO, Paula (org). **Gestão social da valorização da terra**. São Paulo: Instituto Polis, 2004.

TRAMONTANO, Marcelo. **SQCB**: apartamentos e vida privada na cidade de São Paulo. Tese de Livre-Docência. São Carlos: EESC USP, 2004.

TRAMONTANO, Marcelo. **Novos modos de vida, novos espaços de morar, Paris, São Paulo, Tokyo**: uma reflexão sobre a habitação contemporânea. Orientadora Suzana Pasternak. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU USP, 1998

TSUKUMO, Isadora Tami Lemos. **Habitação social no centro de São Paulo**: legislação, produção, discurso. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2007.

VILLA, Simone. **Apartamento metropolitano**: habitações e modos de vida na cidade de São Paulo. Orientador Marcelo Tramontano. Dissertação de Mestrado. São Carlos: EESC USP, 2002.

YOLLE NETO, José. **Diretrizes para o estudo de viabilidade da reabilitação de edifícios antigos na região central de São Paulo visando a produção de HIS**: estudo de casos inseridos no Programa de Arrendamento Residencial (PAR-Reforma), edifícios Olga Benário, Labor e Joaquim Carlos. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Escola Politécnica-USP, 2006.

# CASAS SERTANEJAS: AUTENTICIDADE DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E CULTURAL NORDESTINO

*Mariana Santos da Trindade<sup>1</sup>*

*Fernando José Ferreira Aguiar<sup>2</sup>*

*Fernando Antônio Santos de Souza<sup>3</sup>*

## Resumo

Nos debates sobre o patrimônio arquitetônico brasileiro, é notável a presença constante de igrejas barrocas e construções modernistas, por exemplo, mas muito pouco é visto a respeito das construções de taipa de mão e adobe. Essas são técnicas da arquitetura vernacular e características das edificações do sertão do Nordeste brasileiro, especialmente em suas moradias. As casas sertanejas são referências não só por seu caráter técnico, mas também pela grande representação cultural de seu povo, da tradição que é passada entre gerações, das particularidades individuais evidenciadas em seu habitar, da resistência a suportar as adversidades do tempo e, ainda assim, para eles não haver lugar melhor para viver. Dessa maneira, pretende-se com este capítulo olhar para essas habitações além dos métodos construtivos, visando uma arquitetura mais humana e sensível e buscando a valorização das mesmas dentro dos debates atuais sobre o patrimônio. Para a realização deste trabalho, a área de estudo investigada é o município de Fátima-BA, cidade interiorana localizada no semiárido baiano e que possui ligação direta com um dos autores que passou grande parte de sua vida nessa região. Esse é um dos principais motivos para esta produção, pois, mesmo se mudando para outra localidade, o autor ainda

---

1 Arquiteta e Urbanista, mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares na Universidade Federal de Sergipe - PPGCULT/UFS.

2 Doutor em Educação, Professor Adjunto do Departamento de Museologia - DMS/UFS, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia na Universidade Federal de Sergipe - PROARQ/UFS e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares - PPGCULT/UFS.

3 Arquiteto e Urbanista, Doutor em Geografia e Professor Permanente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe- DAU/UFS.



se sente pertencente a suas raízes.

**Palavras-chave:** Patrimônio arquitetônico. Arquitetura vernacular. Casas sertanejas. Culturas populares.

## Introdução

Não há dúvidas de que a memória de uma nação é marcada com certeza por seus patrimônios, sejam eles materiais ou imateriais. A caracterização enquanto patrimônio tem esse poder de representar um dado momento histórico, padrões estéticos, uma revolução e/ou conquista de um determinado grupo social. E não apenas isso, mas também de manter vivas as suas origens.

Quando fazemos um recorte da história brasileira, representada por seus bens patrimoniais, especialmente os arquitetônicos, é comum lembrar-nos dos antigos palácios imperiais, igrejas barrocas, casas modernistas ou obras de arquitetos consagrados, a dita arquitetura erudita. Porém muito pouco é visto daquela que é considerada como vernacular, que é feita por pessoas comuns sem formação específica, e a situação só tende a piorar quando ela é localizada no Nordeste, especificamente nas zonas interioranas do semiárido, como é o caso das casas sertanejas feitas de taipa de mão e adobe na cidade baiana de Fátima.

A supervalorização do que é produzido em uma região em relação a outras é uma questão histórica em nosso país, onde os estados do Sul e Sudeste ocupam uma posição superior, enquanto o Nordeste seria o exemplo do que não deveria ser seguido, estando na posição mais inferior dos subalternos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, 2012). Os momentos em que a região tem evidência é ao ser lembrada pelas belíssimas praias, como propagandas que as fazem parecer um paraíso inexplorado, ou então pelo artesanato, a não ser, é claro, quando é associado ao atraso ou sofrimento devido às condições climáticas, sendo os “mais pobres dos pobres do Brasil” (Ibid., 2012, p.128).

Essa visão seletiva está presente em vários âmbitos, inclusive no meio da arquitetura, que por si só é uma profissão que possui o caráter elitista, em que a arquitetura popular não tem espaço (WEIMER, 2012). Essa separação faz com o que as produções de outras regiões caiam no esquecimento e se percam. Por essa razão, este trabalho busca trazer à tona essas produções que são desvalorizadas e até mesmo associadas a estereótipos de pobreza e miséria, tendo em vista a ideia primordial de que habitar não se limita a uma obra edificada, mas a tudo que a preenche de significado (TRINDADE, 2019).

## Metodologia

Para a produção deste capítulo, além do uso de pesquisa bibliográfica, o maior embasamento está na monografia de um dos autores, defendida em 2019 para o curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Sergipe, intitulada como *O habitar sertanejo: uma visão do semiárido através da habitação social* (TRINDADE, 2019). Ali se buscou desmistificar os estereótipos negativos relacionados à casa sertaneja, assim como estimular a valorização das mesmas a partir de observações e narrativas dos sertanejos da cidade de Fátima-BA, moradores de habitações feitas a partir da terra, buscando compreender as vivências, relações afetivas e de pertencimento a esse lugar. Aqui, esse material será utilizado como forma de reafirmar o valor patrimonial que essas construções possuem, assim como proporcionar maior visibilidade às mesmas.

### **Patrimônio arquitetônico: uma categorização excludente**

Nós brasileiros somos agraciados com um amplo leque de obras arquitetônicas. Sejam as obras modernistas de São Paulo, a forte presença das tradições europeias no sul do país, os centros históricos de Olinda e Ouro Preto ou o eixo monumental de Brasília e as obras de Oscar Niemeyer. Essas construções representam a arquitetura nacional, mas será que todos os brasileiros se sentem representados por elas?

Para responder essa pergunta, devemos saber antes de tudo que, desde os primórdios da preservação patrimonial na década de 1930, essa era uma ação inteiramente elitista (MOASSAB, 2016). Buscava-se preservar uma imagem gloriosa e de homogeneidade nacional, essa que era vivenciada apenas por uma minúscula parcela da população, fato que justifica o grande número de obras tombadas serem construções institucionais e de cunho político.

O decreto lei n. 25 de 1937 traçava diretrizes para identificar, documentar, proteger e promover a valorização deste patrimônio. Sucede que esta memória oficial foi embasada nos valores da elite e a elevação a monumento, sobretudo, da arquitetura colonial das estruturas de poder (igrejas, fortes, cadeias, palácios, casas de câmaras). Isto significou registrar a história do Estado como se fosse a história de todos (MOASSAB, 2016).

Hoje, essas determinações são mais amplas, quando se consideram também “formas de expressão, modos de criar, fazer e viver”, seguindo a Constituição de 1988, de acordo com o que está presente no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>, acessado em 27/12/2020). Ainda assim, vale ressaltar que a política restritiva anterior contribuiu para uma perda de diversidade patrimonial - e não apenas isso, fez com que ainda hoje muitas obras que estão fora dessa curva de

aprovação da elite sejam desvalorizadas.

Isso é visível também quando procuramos documentos produzidos por arquitetos a respeito de obras vernáculas e encontramos material escasso ou restrito a algumas obras específicas, havendo maior contribuição de produções de outras áreas, como as humanas (WEIMER, 2012). Essa é uma problemática presente desde a formação desse profissional, que não aborda de forma profunda a arquitetura popular, voltando-se sempre para as grandes obras arquitetônicas ou contribuições eurocêntricas como as mais importantes, ainda que longe de nossa realidade.

Essa falta de valorização e tentativa de homogeneização é perceptível também nos métodos construtivos; é o caso daquelas que utilizam a terra como matéria-prima. Diante de tantas novas possibilidades construtivas, associou-se muito às construções de taipa um caráter negativo, principalmente nas políticas sanitaristas de combate ao barbeiro no século XX, que pregavam a extinção das casas de barro com o preconceito de que as mesmas eram focos do inseto, afirmativa essa que com o tempo foi desmistificada (RAMOS; CUNHA JR, 2006, p. 30).

A homogeneização das técnicas de construções arquitetônicas gerou uma perda substancial de métodos de construção únicos. A perda de memória e a desagregação desses sistemas construtivos também significam a perda de possibilidade de aprendizagem da própria arquitetura contemporânea, com as soluções geradas pelas necessidades e pelo conhecimento do ambiente de regiões específicas. Por sua vez, a dissolução de métodos tradicionais de construção subordina as comunidades mais carentes às imposições do mercado construtivo, à dependência do capital ou, então, à total exclusão, como os “sem teto” das grandes cidades (FRONER, 2013, p. 253).

Vale ressaltar também as grandes vantagens do uso dessa técnica, que vai desde a adaptação ao clima, fácil acesso, assim como não gera resíduos ao meio ambiente. Outro ponto importante é apresentado por Ramos e Cunha Jr (2006, p. 31), o “de concentrar o trabalho na localidade” e, sobretudo, “o trabalho na construção em taipa leva à conservação desse conhecimento construtivo e do desenvolvimento técnico da localidade”.

A pretensão de criar uma unificação, seja de produções arquitetônicas ou técnicas, faz com que esses conhecimentos sejam substituídos, as particularidades sejam perdidas, valores culturais esquecidos, assim como as sensações de pertencimento virarem apenas boas lembranças. Isso representa um risco enorme de descaracterização de lugares, tradições e grupos sociais.

Na historiografia da arquitetura, muito pouco tem sido dedicado às construções, tecnologias e técnicas fora do padrão dominante. Em especial, com o advento do concreto e da arquitetura moderna no século 20, materiais como adobe, taipa, tijolo e bambu foram deixados à margem das publicações e das escolas de arquitetura. Numa cultura arquitetônica de sobrevalorização do

concreto, é evidente que ocas indígenas, casas quilombolas, palafitas e flutuantes ribeirinhas, vilas de pescadores, casas caiçaras e todo o vasto leque de tipologias construtivas no país correm o risco de desaparecer. Seduzidos pelo bloco-cimento, a nova geração de mestres construtores em diversas comunidades tem substituído as técnicas antigas pelos novos materiais, nem sempre com bons resultados no que tange às adaptações climáticas ou custos (MOASSAB, 2016).

Porém, quando falamos das casas sertanejas feitas a partir da terra, não nos referimos apenas a seu método construtivo. Além disso, essas moradias são também a concretização dos ensinamentos passados entre gerações, seja da escolha da matéria-prima, da preparação da trama de madeira para receber a taipa ou do ritual de amassar o barro. É importante salientar também que essas habitações são símbolos culturais, referências fortemente associadas ao sertão, e ainda representam toda a resistência dessa população, principalmente da parcela que optou por permanecer em suas regiões mesmo com o intenso fluxo de êxodo rural.

Por fim, retornando à questão inicial, notamos que há inúmeras realidades, ou melhor, inúmeros “Brasis”, onde muito do que é considerado patrimônio da arquitetura nacional não faz parte do imaginário de toda a população, tendo sua maior proximidade através de veículos de comunicação. Enquanto isso, segundo o que diz o arquiteto Geraldo Gomes da Silva em seu texto para a apresentação do livro *Arquitetura popular brasileira* (WEIMER, 2012, p. XIII), “há poucos trabalhos sobre obras sem autor, ou melhor, com autoria coletiva”. E é isso que vamos apresentar a seguir.

## **O sertão da casa**

Sem dúvida alguma, a casa sertaneja faz parte da identidade regional do Nordeste, mas também da noção de pertencimento individual de cada morador. Afinal de contas, “a casa é o nosso canto no mundo”, segundo Bachelard (1993, p.200). No caso específico das moradias do sertão, ainda é acrescido o sentimento de que esse “primeiro universo” (Ibid., p.200) foi construído com suas mãos, de amigos, pais, avós ou até tataravós. Haverá sempre um pedaço de cada um naquele barro amassado.

Essas questões preenchem essas construções de símbolos, sentimento e apego, abstraído de como é a organização da mesma, se está dentro das tendências atuais ou qualquer outra determinação imposta pela sociedade. Como é apontado por Trindade (2019, p. 31), “o que se leva em conta é o ambiente em que se vive, independente de qual seja, esteja de acordo com sua identidade e maneira de viver”.

Nesse caso, a forma de habitar sertaneja é um grande exemplo de como as particularidades individuais e culturais presentes na comunidade engrandecem a

significância desses ambientes. A técnica construtiva é talvez seu traço mais conhecido, porém, além disso, há muitas outras marcas características, como a maneira como é pensada a disposição no terreno, que vai desde a preocupação com a proximidade de fontes de água ou espaços para plantio e criação de animais (Ibid., p. 33).

Essas moradias são locadas no centro do terreno com grande terreiro ao redor, principalmente em frente à mesma. Esse espaço é delimitado por cercas de madeira ou cerca viva, onde é utilizado vegetação típica da caatinga para compor a vedação, como a macambira. Quando não há essa divisão exclusiva para a casa, a mesma é feita por meio da limpeza no ato de varrer. Essa atividade doméstica configura-se como uma fronteira mais simbólica do que física, pois define as bordas do terreiro, no centro do qual a casa se situa e sua vida se desenvolve (Ibid., p. 102) (TRINDADE, 2019, p. 33).

As casas sertanejas possuem uma configuração peculiar, em que os principais protagonistas são o terreiro, o alpendre, a sala, a cozinha e os quartos. Até aí pode haver dúvidas sobre onde se encontra essa diferenciação das demais habitações, porém a partir do trabalho cuidadoso realizado por meio de observações e vivências da autora Trindade (2019) em sua cidade de origem, Fátima-BA, foi possível notar onde o coração nordestino pulsa mais forte.

**Imagem 1** - “Casa de Dudinha”



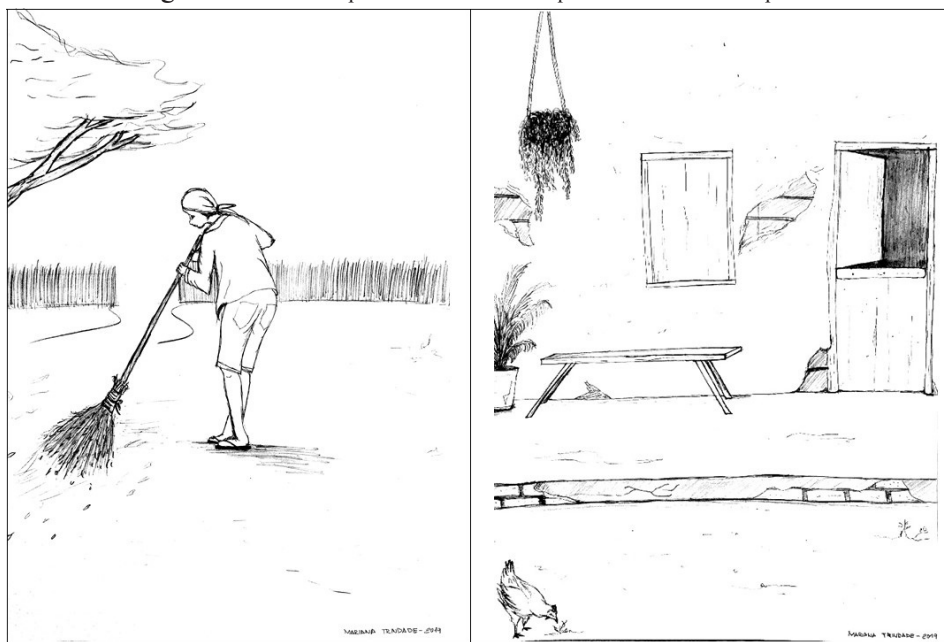
Fonte: TRINDADE, 2019, p. 67.

O primeiro ambiente da moradia é, sem dúvida, o terreiro, como a autora intitula: é “a entrada para a vida” (Ibid., p. 37). Para quem não é do sertão, essa pode ser só uma área descoberta, o acesso ou algo que ainda não tem uso específico, entretanto para o morador já está tudo delimitado. A limpeza é admirável, e a

vassoura é feita com material que não é tão difícil de encontrar, o próprio mato que há nas redondezas da vizinhança é a matéria-prima. As vegetações ajudam a compor o ambiente, e não se pode esquecer a possível presença de brinquedos, que não exigem muita elaboração para criar momentos de alegria.

O terreiro é o “tapete vermelho” da casa sertaneja. Precisa estar limpo, com a terra bem compactada para evitar a poeira ou o barro durante a chuva, com o menor desnível possível, ao menos no eixo central que liga a entrada à casa, e ter no mínimo uma árvore ao redor. O terreiro para o sertanejo é tão importante quanto o *hall* de qualquer condomínio de alto luxo (TRINDADE, 2019, p. 37).

Imagens 2 e 3 - “A limpeza do terreiro” à esquerda e à direita “o alpendre”



Fonte: TRINDADE, 2019, p. 36 e 40.

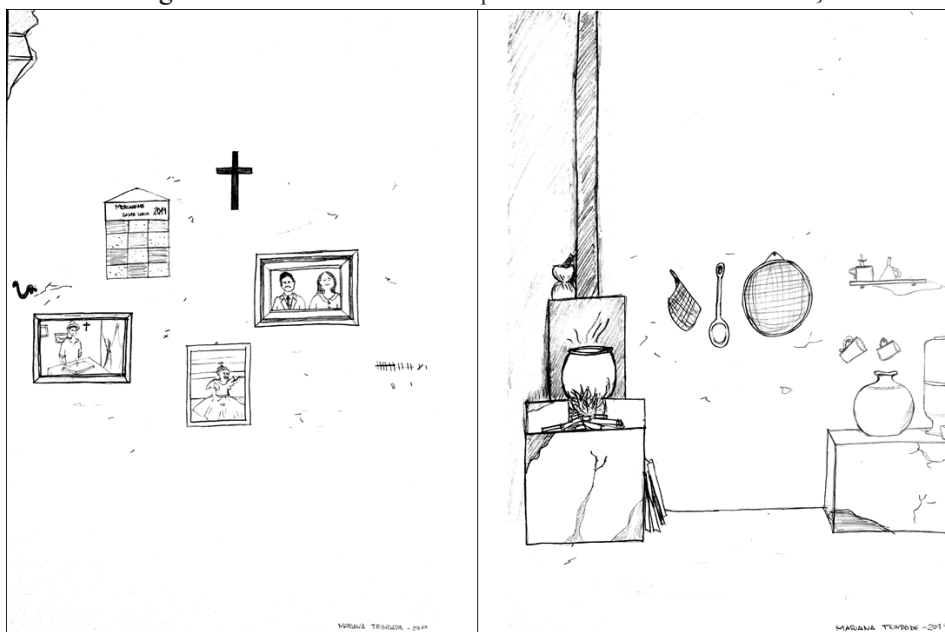
Após atravessar esse espaço de acolhida, logo é possível deparar-se com outro ambiente: o alpendre. Ele liga o externo e o interno, proporciona momentos de reflexão, diálogos, recepção de amigos e, inclusive, observação do tempo. É importante destacar também um mobiliário que é característico: “um banco encostado na parede, que nunca sai dali, faça chuva ou faça sol. [...] Esse mobiliário já presenciou inúmeras conversas e estórias dos mais variados temas, seja entre familiares, amigos ou de crianças planejando sua próxima aventura” (Ibid., p. 41).

Em seguida, adentramos o “lugar do sagrado” (Ibid., p. 43): a sala. Nesse ambiente encontra-se o seio familiar, onde as conversas e refeições acontecem, além

das brincadeiras de baralho ou dominó, e principalmente onde a fé do sertanejo tem protagonismo. Ali a família mostra seu íntimo, onde muito deles é expressado em suas paredes através de porta-retratos, imagens de santos e até inscrições na própria estrutura (Ibid., p. 43-44).

O sagrado deste lugar não está apenas na evidência de sua religião, mas na maneira como esse povo se mostra para o mundo. É possível conhecer quem mora ali com pouco tempo de observação. A essência sertaneja é explícita em cada sopapo de sua casa, em cada sorriso de bem-vindo (TRINDADE, 2019, p. 44).

**Imagens 4 e 5 - “Parede da sala” à esquerda e à direita a “cozinha sertaneja”**



Fonte: TRINDADE, 2019, p. 42 e 46.

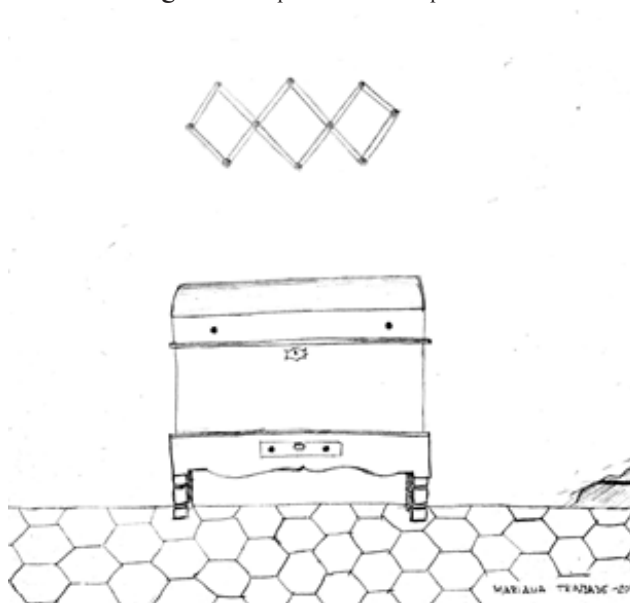
Com certeza, quando falamos da culinária do Nordeste, logo será citado o fogão a lenha. Ele é uma das maiores estrelas da cozinha, a peça principal. Porém isso se deve também ao manuseio de quem prepara as refeições, geralmente de responsabilidade da mulher da casa. Aliado a isso, temos também outros atores que são fundamentais nesse ambiente: o filtro de barro, copos de alumínio e uma hortinha sempre por perto.

O pote e filtro de barro deixam a água tão fria quanto a geladeira, o copo de alumínio em que é servido é tão brilhante que chega a refletir a satisfação após aquele gole. Bacias, conchas e panelas penduradas cuidadosamente na parede decoram o ambiente. A arupemba também tem o seu lugar, assim como o bom moinho que rala o milho seu e dos vizinhos (TRINDADE, 2019, p. 47).

Por fim, a maior intimidade do lar: o quarto. Nessas moradias, nem sempre esse é o único lugar que desempenha a função de dormitório. Segundo Trindade (2019, p. 49), as redes tornam-se camas para os mais jovens, e isso já é algo estabelecido: cada um sabe onde irá repousar. Enquanto isso, na estrutura do quarto há mobiliários característicos, como o baú ou um cabideiro de madeira.

As camas são forradas com colchas de retalhos caprichadas feitas sob medida pela mãe. Pequeno espelho, em que o pente é pendurado na própria estrutura que o sustenta. Uma bancada com os produtos mais usados e com o lugar do candeeiro ou da vela já delimitados. O baú, a verdadeira privacidade, guarda as roupas mais novas, lençóis e documentos. As roupas do dia a dia ficam penduradas em pregos atrás da porta ou no cabideiro sanfonado de madeira (TRINDADE, 2019, p. 49).

**Imagem 6** - “A privacidade do quarto”



Fonte: TRINDADE, 2019, p. 48.

Todos esses traços compõem essa moradia e, como já dito anteriormente, o tornam um lugar significativo. Afinal, são essas relações entre morador e espaço, a maneira como o usuário se expressa e se sente, que realmente importam. Além disso, é importante dizer que toda essa conexão de pertencimento mostra o quão características essas casas são para a identidade sertaneja, em que de fato eles se sentem representados. Esse é, sem dúvida, um dos maiores patrimônios que eles possuem.



## Considerações finais

Com a realização deste trabalho foi possível notar como no campo da arquitetura, e especificamente na área patrimonial, as construções populares são esquecidas. É sabido que isso não se deve ao fato de serem “inferiores” às demais, mas sim por pertencerem a uma comunidade de baixa aquisição econômica e que, na visão da elite dominante, poderiam ser “bregas e de mau gosto”, visto que sempre tiveram vergonha de seu povo e suas manifestações culturais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 129).

É de suma importância ressaltar que, enquanto a indústria de construção corre em uma busca constante de novas técnicas, não só eles, assim como toda a sociedade que a consome, passam despercebidos por todos os avanços já encontrados nas construções com a terra. Essa que, ao contrário da imagem de miséria, é um marco nos métodos construtivos com significativos resultados de conforto ambiental e respeito ao ambiente.

Todos esses apontamentos demonstram quão discriminados foram a arquitetura sertaneja e, conseqüentemente, o seu povo durante a história brasileira, inclusive na atuação patrimonial. Essa narrativa de atraso nordestino disseminada até hoje impossibilita que se tome conhecimento da grandiosidade presente nessas moradias, que vão desde sua carga cultural até a relação de pertencimento, cuidado e amor existentes entre a habitação e o morador. Indo além de uma obra edificada, mas uma obra sentida, que dá sentido.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Preconceitos; v. 3)

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. Disponível em: <<https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/11/bachelard-a-poc3a9tica-do-espaco.pdf>>

FRONER, Yacyara. **Patrimônio arquitetônico: conceitos contemporâneos nas cartas do ICOMOS**. Campinas: Oculum Ensaios, 2013. v. 10, n. 2, julho-dezembro, p. 243-255.

MOASSAB, Andréia. O patrimônio arquitetônico no século 21. Para além da preservação uníssona e do fetiche do objeto. **Arquitextos**. São Paulo, ano 17, n. 198.07, Vitruvius, nov. 2016. <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.198/6307>>

RAMOS, Maria Estela R.; CUNHA JR, Henrique. Taipa como processo construtivo: o ensino cooperativo entre comunidades, arquitetos e engenheiros. In: CO-

BENGE, XXXIV, 2006, Passo Fundo, **Anais**, p. 11.28 – 11.42. Disponível em: <[http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/13/artigos/11\\_53\\_331.pdf](http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/13/artigos/11_53_331.pdf)> acessado em 18/01/2019>

TRINDADE, Mariana Santos da. **O habitar sertanejo: uma visão do semiárido através da habitação social**. 2019, 107 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019. Disponível em: <<http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11447>>, acessado em 27/12/2020>

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. (Raízes)

O IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>, acessado em 27/12/2020>

# O CASARÃO DA FAMÍLIA RAMOS: UM EXEMPLAR PATRIMONIAL AINDA PRESENTE NA PAISAGEM DE FLORIANÓPOLIS/SC

*Jacinta Milanez Gislou<sup>1</sup>*  
*Alexandra Olga Khalil de Abreu<sup>2</sup>*  
*Isabela Soares Oliveira dos Santos<sup>3</sup>*  
*Mirelle Ventura Botelho<sup>4</sup>*  
*Giovanna Tanferri<sup>5</sup>*  
*Gabriela Raupp de Sá<sup>6</sup>*  
*Letícia Wachholz Coan<sup>7</sup>*

## Resumo

Uma mudança significativa na paisagem de Florianópolis foi o aterro das baías norte e sul nos anos 1970 com o intuito de viabilizar avenidas. O aterro distanciou a cidade do mar, além de ter aumentado a especulação imobiliária, vista principalmente em uma faixa de prédios residenciais de alto padrão em boa parte da orla. Esse paredão vertical mudou o protagonismo de ruas tradicionais, ocultando nesse percurso bens históricos, como o casarão da família Ramos, tema deste artigo. Construído entre 1910 e 1920 na rua Frei Caneca, região caracterizada por chácaras e jardins privativos, marcada por uma linha de bonde e pela borda d'água do antigo bairro Pedra Grande. A propriedade corresponde a duas edificações, a maior construída para Ramos, esposa e filhas e a menor para os filhos homens.

---

1 Arquiteta e Urbanista (UNESC), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFSC), Doutoranda em História (UFSC) e Docente no Curso de Arquitetura e Urbanismo. E-mail: [jamilanez@gmail.com](mailto:jamilanez@gmail.com)

2 Estudante de Arquitetura e Urbanismo (UNISUL). E-mail: [alexandrakhalil28@gmail.com](mailto:alexandrakhalil28@gmail.com)

3 Estudante de Arquitetura e Urbanismo (UNISUL). E-mail: [isabelaasos@gmail.com](mailto:isabelaasos@gmail.com)

4 Estudante de Arquitetura e Urbanismo (UNISUL). E-mail: [mirellebotelho@hotmail.com](mailto:mirellebotelho@hotmail.com)

5 Estudante de Arquitetura e Urbanismo (UNISUL). E-mail: [tanferri giovanna@gmail.com](mailto:tanferri giovanna@gmail.com)

6 Estudante de Arquitetura e Urbanismo (UNISUL). E-mail: [gabiraupp31@gmail.com](mailto:gabiraupp31@gmail.com)

7 Estudante de Arquitetura e Urbanismo (UNISUL). E-mail: [leticiawachholz@gmail.com](mailto:leticiawachholz@gmail.com)

Posteriormente, também serviu a outros membros ilustres da família: Nereu, Celso e Mauro Ramos. Pertencente ao estilo eclético, o exemplar tem características arquitetônicas que traduzem essa época: ornamentos, entradas laterais, porões altos com gateiras, platibandas e alpendres. Foi tombado em 2014, mas em 2015 a lei foi revogada, deixando-o ainda mais vulnerável e em estado de conservação precário, resultado da falta de uso há muito tempo. Este artigo pretende evidenciar a relevância histórica e cultural desse bem através do reconhecimento de sua trajetória na cidade e na paisagem, bem como destacar seu atual estado através de levantamento fotográfico, produção de inventário e diagnóstico de conservação, elaborados durante um semestre da disciplina de Reabilitação e Restauro do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unisul.

**Palavras chave:** Patrimônio histórico. Memória urbana. Florianópolis. Casarão Vidal Ramos

### **Contexto histórico e social de Florianópolis**

Florianópolis, a Ilha de Santa Catarina, teve como seus primeiros habitantes os índios tupis-guaranis que praticavam a agricultura e a pesca. Mas somente em 1675 com a chegada do bandeirante Francisco Dias Velho junto com sua família e agregados que Nossa Senhora do Desterro foi oficialmente fundada. Com sua chegada Dias Velho impulsionou a povoação da ilha, que foi estimulada principalmente pela geografia do território e pela facilidade de sua defesa. Sendo assim, a partir de sua fundação, intensificou-se o fluxo de paulistas e vicentistas, que passaram a ocupar outros pontos do litoral (FLORIANÓPOLIS, 2020).

Em 1726, Desterro teve seu título elevado à Vila, passando a ser Vila do Desterro. Por sua considerável posição estratégica, o território estava sob domínio da coroa portuguesa até que, a partir de 1937, a ilha passou a ser ocupada militarmente, tendo fortalezas erguidas para a defesa do território. Com essa ocupação, a economia prosperou na agricultura e na indústria manufatureira de algodão e linho. Em 1823, Desterro tornou-se reconhecidamente uma cidade, tornando-se capital de Santa Catarina e, assim, conseguindo mais autonomia para prosperar. Anos depois, em 1845, a cidade recebeu D. Pedro II, visita que contribuiu em novas medidas relacionadas ao saneamento básico e à urbanização (FLORIANÓPOLIS, 2020).

Em 1889, a mudança de configuração do país para República trouxe inúmeras resistências locais ao novo governo e, como consequência disso, o distanciamento da esfera federal que acarretou a diminuição dos investimentos recebidos. O município desenvolveu-se de forma mais acentuada entre os anos de 1890 e 1900 com a vitória das forças comandadas pelo Marechal Floriano Peixoto. Em 1894,

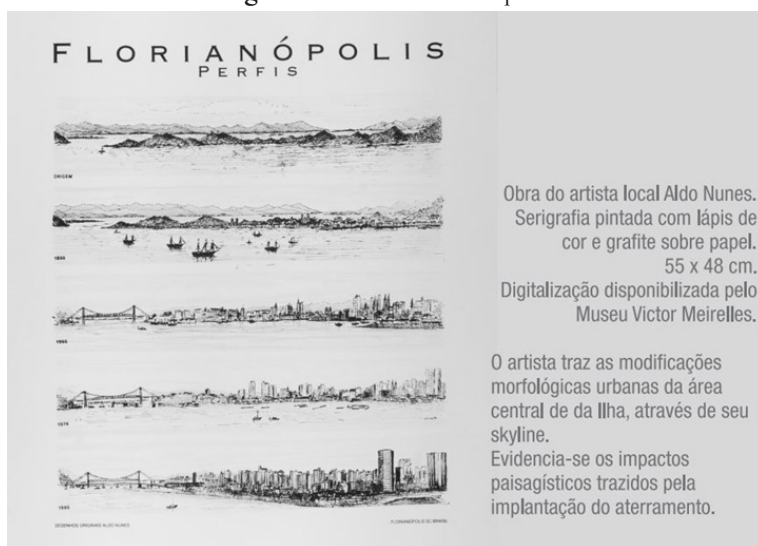
a Vila do Desterro passou a ser chamada de Florianópolis em homenagem a esse oficial (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2020).

Outro marco importante na história de Florianópolis foi o ano de 1926 com a inauguração da Ponte Hercílio Luz, que melhorou a ligação ilha-continente, antes feita de forma marítima. Essa nova ligação contribuiu ainda mais para o desenvolvimento da capital. Nos anos 1970, os aterros realizados nas baías norte e sul, com o propósito de viabilizar avenidas, ocasionaram uma mudança significativa na paisagem da ilha.

Os motivos que levam o estado a justificar os aterros quase sempre estão ligados ao desenvolvimento, como a construção de espaços públicos, estradas facilitadoras para o mercado e até mesmo medidas de higiene, embora os resultados pareçam evidenciar que nem tudo deu certo. No Relatório Final de Urbanização dos Aterros de Florianópolis, redigido em 1970, enfatizava-se que o projeto de aterro não desejaria “romper com a herança do passado”. Se isso, de fato, era um desejo, ele certamente foi por água abaixo (GISLON, 2015, s/p).

Além de ter distanciado a cidade do mar, os aterros acabaram influenciando o aumento da especulação imobiliária, atualmente vista principalmente em uma faixa de prédios residenciais de alto padrão em boa parte da orla. Esse paredão vertical mudou o protagonismo de ruas tradicionais, ocultando nesse percurso bens históricos, como o casarão da família Ramos, que é localizado no bairro Agrônômica e é tema deste artigo.

**Figura 1** - Perfis de Florianópolis



Fonte: Aldo Nunes, s/d.

## Contexto histórico do bairro Agronômica

O bairro Agronômica antigamente era dividido entre os bairros São Luís e Pedra Grande, cujos nomes eram provenientes, respectivamente, do Forte São Luís e de uma grande pedra que foi retirada da praia para a execução do aterro da avenida Beira-Mar Norte. Naquela época, por ser mais afastado da cidade, o bairro tinha uma ocupação mais rural, era composto por grandes chácaras e pequenos sítios. Sendo assim, era mais utilizado como local de passagem. A região apresentava-se como o eixo à beira-mar na Florianópolis pré-aterro e funcionava como a via de ligação entre o centro e o norte da ilha. Sua via principal era a chamada rua Praia de Fora, e por ela passavam os bondes puxados a burro, cujos trilhos percorriam também a rua Joaquim do Amor Divino – atual Frei Caneca. A utilização dos bondes teve início em 1880 e permaneceu até 1934; eles tinham como rota o centro em direção à estação Agronômica, seguindo a orla marítima pela rua Praia de Fora, onde se encontrava a garagem dos bondes. Com a instalação do serviço de ônibus em 1920, os bondes entraram em declínio, tendo fim em 1934 (VEIGA, 2019).

**Figura 2** - Bonde puxado a burro



Fonte: Acervo Velho Bruxo, 2020.

Atualmente, o cenário está completamente diferente, evidenciando um bairro totalmente urbanizado, onde a verticalização está cada vez mais presente, as áreas verdes escassas e a tão fundamental relação da cidade com o mar perdida. Em contraste, o patrimônio histórico que será aqui apresentado foi “engolido” por essa nova paisagem. O casarão da família Ramos é um dos últimos pontos de referência que são vistos nas fotos do início do século 20, ressaltando sua relevância histórica e

cultural através do reconhecimento de sua trajetória na cidade e na paisagem.

### O casarão de Vidal Ramos

O casarão de estilo eclético é composto por duas edificações (casa 610 e 626). Está localizado na rua Frei Caneca, uma rua antiga, que está presente no bairro Agrônômica e no eixo viário de Florianópolis desde 1819, considerada uma rua de importante ligação dos bairros desde aquela época. Essas edificações têm como características notáveis a hierarquia entre as duas obras, ornamentos na fachada, gaiteira, balaústres, pináculos, porão alto com ventilação, paredes de tijolos maciços autoportantes, telhas francesas, que hoje são elementos considerados patrimônio histórico de Florianópolis, pois representam um processo de industrialização e modernização da cidade no final do século 19.

**Figura 3** - Casas 610 e 626, século 20



Fonte: Acervo Velho Bruxo, 2020.

O casarão foi utilizado como residência ao longo do século 20 e pertenceu às gerações da família do governador Vidal Ramos. Posteriormente, as edificações tiveram outros usos, sendo sede do partido político PMDB, órgãos públicos, como o DETRAN, e também foi sede do Colégio Autonomia (entre 1991 e os anos 2000).

Sendo assim, através de todo o material coletado e pesquisas efetuadas, é possível observar que o casarão tem relevância histórica e cultural, tornando-se um símbolo importante de história na região. Infelizmente, a casa 626 (casa menor) sofreu um incêndio, perdendo seu telhado, o que ocasionou uma aceleração em seu estado de degradação. Além disso, as duas edificações estão sem uso e acabam sendo abrigo de usuários de drogas, trazendo insegurança para o bairro. Soma-se a tudo

isso a falta de implementação de medidas preventivas de preservação; o passar do tempo deixou os bens em situação de risco.

**Figura 4** - Vista aérea das casas 626 (menor) e 610 (maior)



Fonte: NSC, 2019.

### **A família de Vidal Ramos**

As edificações localizadas na rua Frei Caneca, de números 610 e 626, recebem destaque não só porque nos dias de hoje são representantes da arquitetura eclética na cidade de Florianópolis, mas também pela forma como se originou e a quem serviu de abrigo.

As edificações aqui analisadas foram construídas no início do século XX, entre 1910 e 1920, e pertenceram, originalmente, às diversas gerações da família Ramos. Localizadas na antiga Chácara Gonzaga, a construção é composta por duas residências, uma casa maior e outra menor, construídas em estilo eclético (WILDI, *et al.*, 2020, p. 20).

A ocupação do lote dá-se no alinhamento frontal com entradas laterais, típico das construções ecléticas. A casa menor de número 626 foi designada para os nove filhos homens de uma figura importante da época, o ex-governador de Santa Catarina Vidal Ramos, e dentre eles destacam-se Nereu, Celso e Mauro Ramos, todos personalidades importantes de Santa Catarina. A casa maior de número 610 foi feita para Vidal, sua esposa Thereza, as cinco filhas e um casal que cuidava de sua esposa, que já estava enferma. Presume-se que serviu de residência até os anos 1980.

Personagem importante da época, Vidal Ramos atuou como político entre os anos 1886 e 1937, ocupando cargos como governador do estado, deputado pro-



vincial, deputado federal, senador e vice-governador. Seguindo os passos do pai, Nereu Ramos foi o único catarinense a ocupar o cargo de presidente da República (1955-1956). Celso Ramos foi governador de Santa Catarina (1961-1966) e senador (1967-1975), e Mauro Ramos, prefeito de Florianópolis (1937-1940).

## **O tombamento e o destombamento dos bens**

As duas obras foram tombadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis em 20 de março de 2014 por meio do Decreto N° 12.856. O principal propósito do decreto seria a salvaguarda das construções em questão. De acordo com o Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), em consequência da especulação imobiliária e do crescimento verticalizado no entorno, as edificações encontram-se em situação de risco. Ainda por estarem em estado depredado e de extremo abandono, o órgão ressaltou o tombamento como uma questão emergencial. Sendo assim, o decreto denominou as residências como Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, classificando-as como caráter de tombamento P2, que julga seu tombamento pelo fato de ser imóveis com valor histórico arquitetônico. Dessa forma, segundo o decreto, o interior das obras pode ser remanejado desde que elementos internos com valor histórico e/ou arquitetônico sejam mantidos e seu exterior não seja afetado, devendo esse ser conservado, preservado ou restaurado (FLORIANÓPOLIS, 2014).

Entretanto, no ano seguinte, com o Decreto N° 15.210, de 24 de setembro de 2015, foi revogado o tombamento dessas duas edificações. O processo de destombo deve ser detalhado com justificativas que esclareçam a necessidade do destombamento. Em contrapartida, esse processo não passou por todas as etapas necessárias, e nem todos os órgãos competentes foram consultados a respeito. Uma vez que as obras permanecem em situação de risco, abandonadas e sem assistência e manutenção, as justificativas presentes no decreto passam a ser inválidas.

Cabe ressaltar que as residências estão em um estado de deterioração avançado, que são propriedade de uma construtora e que ficam localizadas em um bairro valorizado, cujo metro quadrado é caro. Assim sendo, é possível pressupor que o processo de destombo tenha sido estimulado por razões que não sejam de caráter da preservação histórica, arquitetônica e patrimonial (WILDI *et al.*, 2020, p. 20).

No tombamento, não foi delimitada uma poligonal de proteção, uma vez que seu entorno já era consolidado antes do processo de preservação. O entorno das edificações está totalmente alterado com prédios de gabarito alto a oeste do terreno e baixo a leste.

Assim, conclui-se que o risco de perda desses imóveis, que foram novamen-

te tombados em 2018, mas de forma provisória, é elevado se medidas não forem tomadas. Não serão apenas os bens materiais que serão perdidos, e sim toda uma identidade e memória coletiva que ainda resta perante uma paisagem onde a especulação imobiliária e o crescimento verticalizado estão cada vez mais presentes.

### **Diagnóstico e estado de conservação**

Durante o trabalho desenvolvido na disciplina de Reabilitação, Restauro e Técnicas Retrospectivas<sup>8</sup> foram realizados a pesquisa histórica dos bens, o inventário e o mapeamento de patologias. A metodologia de análise adotada consiste no estudo macro relacionado ao casarão, bem como a contextualização histórica em nível de cidade e bairro e o histórico de ocupação. Já na perspectiva micro, observa-se o valor da edificação para o contexto em que está inserido. Nesse ponto de análise, destacam-se o inventário, disposto através de um levantamento de características arquitetônicas presentes no casarão, e também o levantamento de patologias, diagnóstico e conclusão final a respeito da conduta a ser tomada para a conservação dos bens.

#### **1. Inventários**

Com as informações obtidas podemos destacar as características principais que a propriedade apresenta, tais como as alterações feitas e as futuras necessárias. Também foi elaborado um grande levantamento fotográfico para catalogação e registro de todos os detalhes dos bens, mas que aqui tivemos que suprimir por falta de espaço.

#### **Inventário Casa 610 (Casa Maior)**

Endereço: Rua Frei Caneca, nº 610, /Bairro Agrônômica - Florianópolis, SC.  
Cadastro imobiliário: 45.88.078.0743. Propriedade: Construtora Santa Catarina LTDA.

Data de construção: Primeira metade do Século 20.

Classificação/Categoria: Edifício Isolado Civil (Residencial).

Uso atual: Desocupado.

Condições de habitabilidade: Iluminação natural, ventilação natural, umidade.

Instalações/Serviços: Água, luz, esgoto, coleta de lixo, calçamento.

Época da construção: 1900 a 1950.

Entorno: Heterogêneo e descaracterizado.

---

<sup>8</sup> Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Sul de Santa Catarina no semestre de 2020/01.

Estilo: Original - Eclético. Localização: Isolada.

Volumetria: Original.

Número de pavimentos: 2 pavimentos originais, sendo que o térreo é considerado um porão habitável.

Proteção legal: Municipal (em processo).

Perigos potenciais: Poluição, agentes naturais, falta de proteção, falta de manutenção, ambiência, integridade e ação humana.

Intervenções necessárias: Manutenção e troca de esquadrias, forro e paredes.

Intervenções realizadas: Colocação de uma cobertura durante o período em que comportou o colégio, além das intervenções causadas pelo vandalismo.

Interferências visuais: Presença de anúncios e fiação aparente, causando ruído visual.

### **Inventário Casa 626 (Casa Menor)**

Endereço: Rua Frei Caneca, nº 626, /Bairro Agrônômica - Florianópolis, SC.

Cadastro imobiliário: 45.88.078.0743. Propriedade: Construtora Santa Catarina LTDA.

Data de construção: Primeira metade do século 20.

Classificação/Categoria: Edifício Isolado Civil (Residencial).

Uso atual: Desocupado.

Condições de habitabilidade: Iluminação natural, ventilação natural, umidade.

Instalações/Serviços: Água, luz, esgoto, coleta de lixo, calçamento.

Época da construção: 1900 a 1950.

Entorno: Heterogêneo e descaracterizado.

Estilo: Original - Eclético. Localização: Isolada.

Volumetria: Original.

Número de pavimentos: 1 pavimento original, possui um porão que não é considerado um pavimento, que tem por função realizar a ventilação.

Proteção legal: Municipal (em processo).

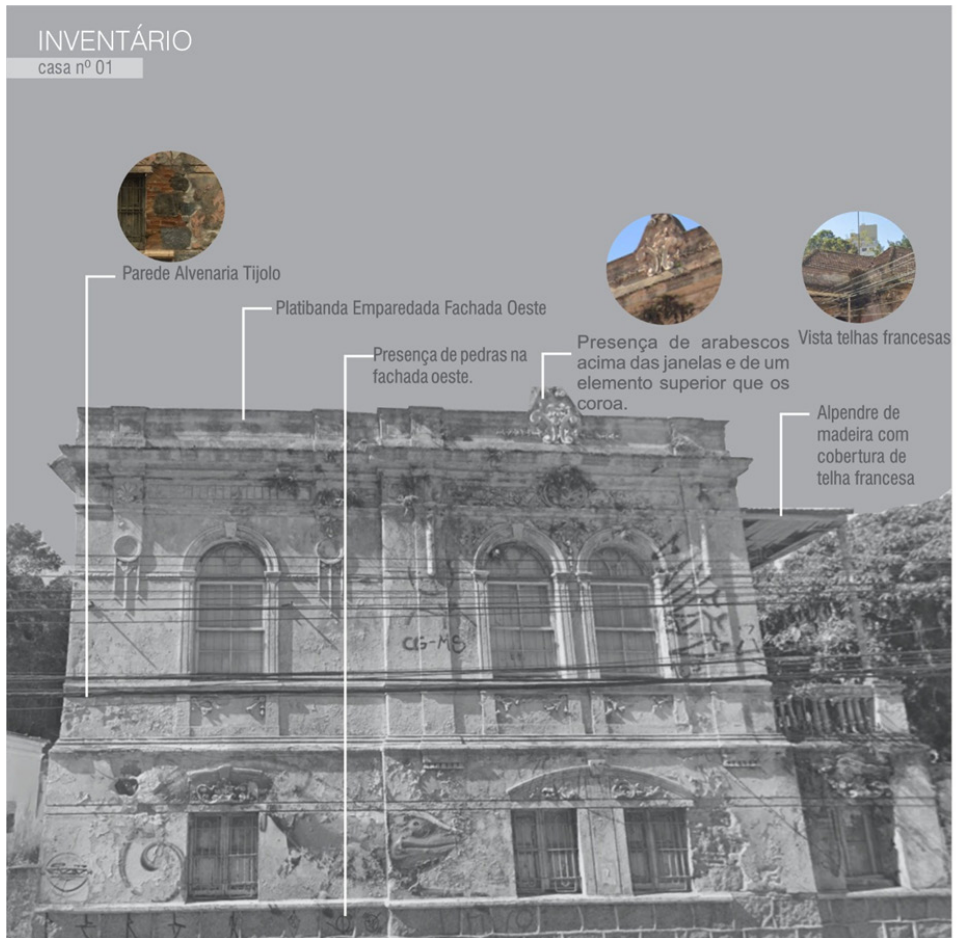
Perigos potenciais: Poluição, agentes naturais, falta de proteção, falta de manutenção, ambiência, integridade e ação humana.

Intervenções necessárias: Manutenção e troca de esquadrias, forro e paredes.

Intervenções realizadas: Colocação de uma cobertura durante o período em que comportou o colégio, além das intervenções causadas pelo vandalismo.

Interferências visuais: Presença de anúncios e fiação aparente, causando ruído visual.

Figura 5 - Inventário da Casa 610



Fonte: Autores, 2020.

**Figura 6 - Inventário da Casa 610**



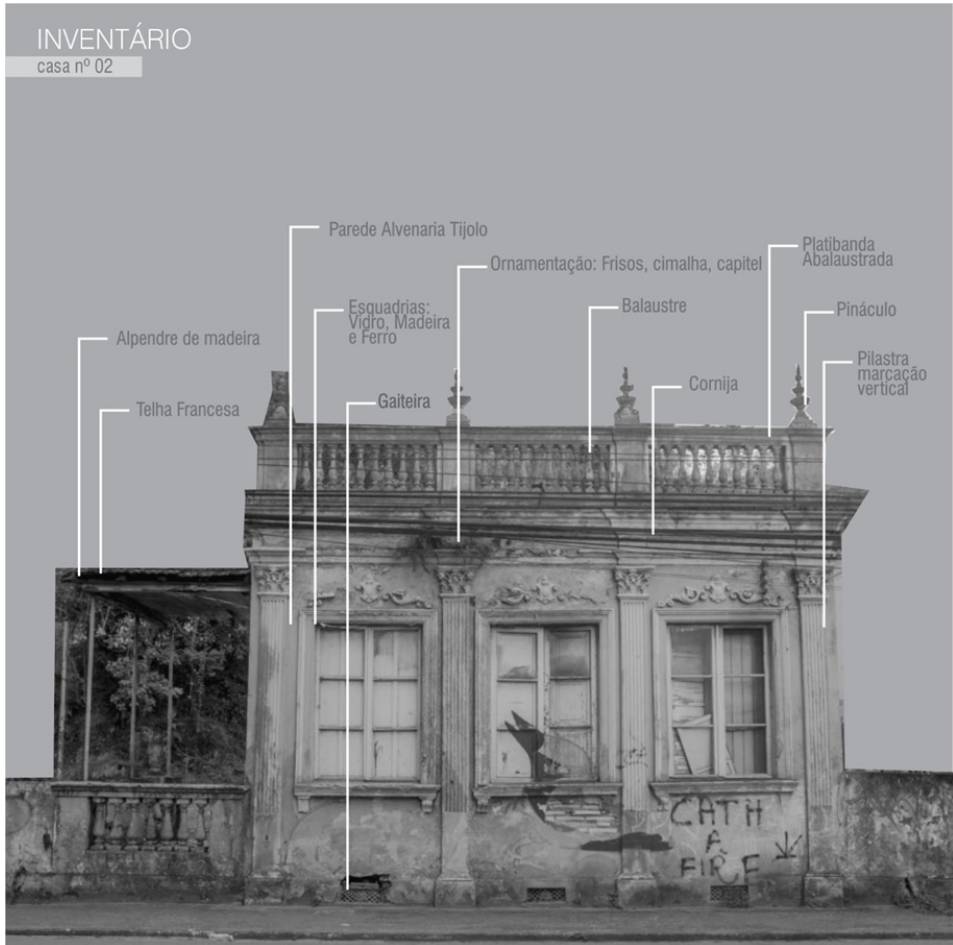
Fonte: Autores, 2020.

Figura 7 - Inventário da Casa 610



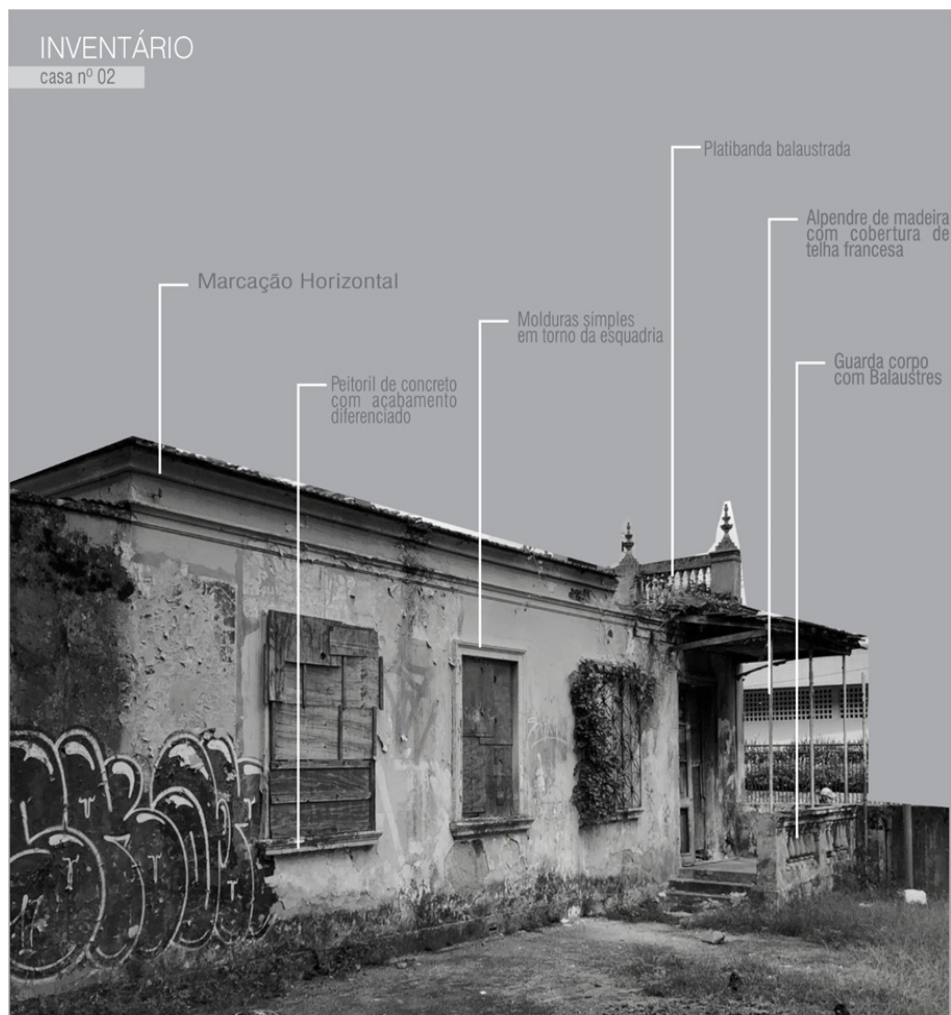
Fonte: Autores, 2020.

**Figura 8** - Inventário da Casa 626



Fonte: Autores, 2020.

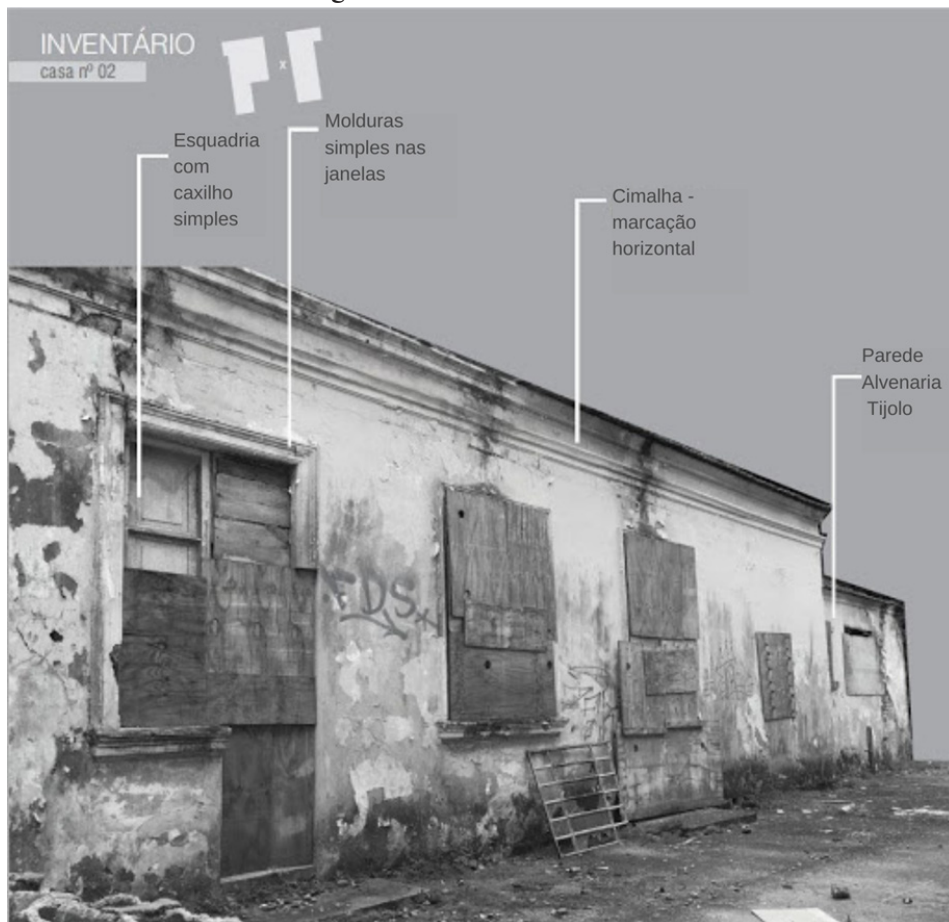
Figura 9 - Inventário da Casa 626



Fonte: Autores, 2020.



**Figura 10** - Inventário da Casa 626

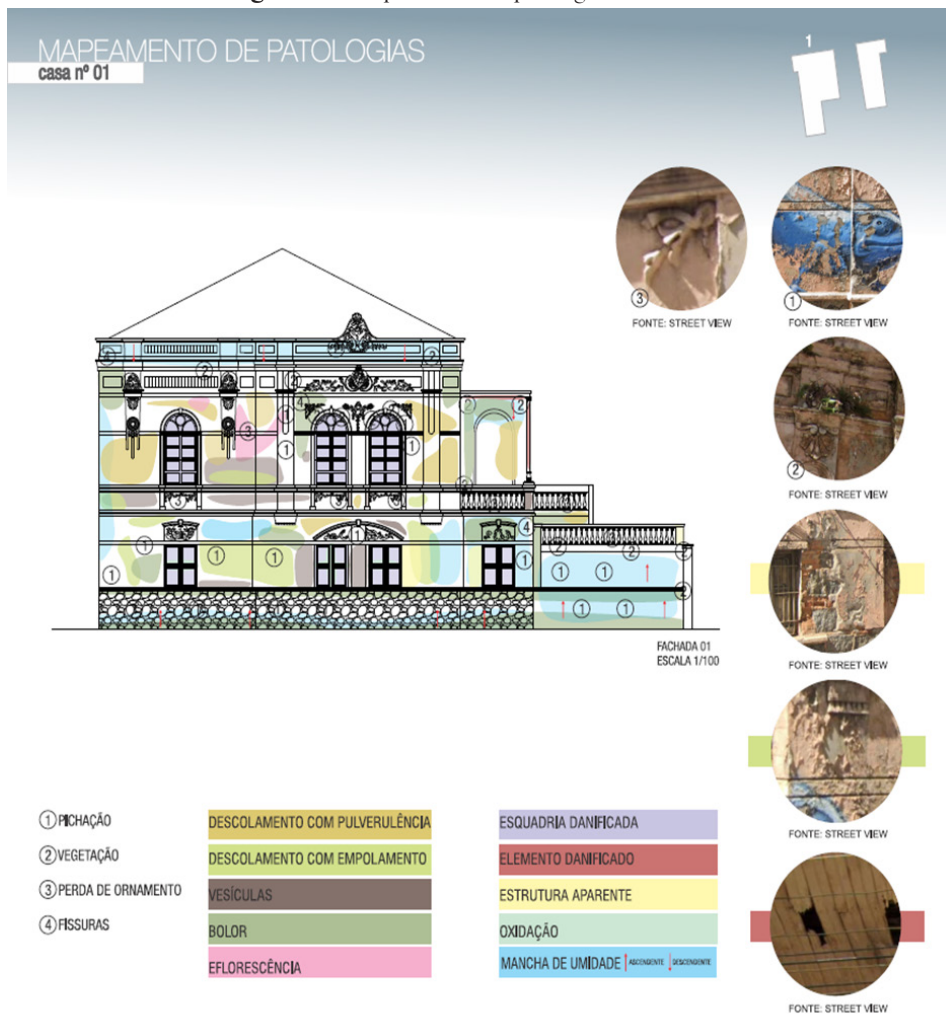


Fonte: Autores, 2020.

## 2. Mapeamento das patologias

Para realizar o diagnóstico do estado de conservação a partir do mapeamento das patologias foram utilizadas fotografias feitas em visitas de campo. As fachadas foram analisadas uma a uma, e as patologias encontradas foram destacadas graficamente através de hachuras e legendas. Após o mapeamento, foi realizado um exame de cada patologia, considerando sua causa e solução.

Figura 11 - Mapeamento de patologias da Casa 626



Fonte: Autores, 2020.

Figura 12 - Mapeamento de patologias da Casa 610



Fonte: Autores, 2020.

De forma geral, as duas edificações encontram-se em estado crítico de conservação. A ausência de telhado na casa 626 e de parte dele na casa 610 compromete não só o lado interno da casa, assim como toda a estrutura, por representar uma porta de entrada para inúmeras patologias.

O caráter de abandono das residências também acarretou diversas depreciações (emparedamento de aberturas, por exemplo), assim como a falta de manutenção do edifício – facilitando, desse modo, a ocorrência de incêndios (como o ocorrido na casa menor, que destruiu sua área interna e cobertura), assim como a invasão de moradores de rua, que acabam usando as edificações como moradia (WILDI *et al.*, 2020, p. 21).

Em ambas as casas foram encontradas diversas patologias, que se repetiam

quase por completo em todas as fachadas, entre elas vesículas (causadas pelo empolamento das cores branca, preta ou vermelha acastanhada, que acontece nas pinturas), descolamento por empolamento (bolhas que aumentam progressivamente, formadas a partir do deslocamento da superfície do reboco ao emboço), descolamento com pulverulência (deslocamento da película de tinta luxando o reboco, podendo apresentar som sob percussão e bolor), manchas escuras que danificam o revestimento. Essas patologias têm como solução as três primeiras, renovação da camada de reboco contaminada, e na final eliminar a infiltração de umidade, lavagem com hipoclorito e reparo no revestimento quando pulverulento.

Segundo o arquiteto e urbanista do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) Rui Luis Stanzani,

mesmo em situação deteriorada, grande parte dos itens do imóvel ainda pode ser restaurada. “O madeiramento está bastante bom, a qualidade dos materiais é incrível e a técnica de execução é uma das melhores que a gente vê na cidade. A porta, por exemplo, acreditamos que é possível restaurar por causa da ferragem e madeira resistentes.” O arquiteto adverte, porém, que, se houver uma espera muito longa, talvez seja necessária a reconstrução e substituição da peça (MPSC, 2019, s/p).

Está clara a negligência até então, tendo em vista o estágio de deterioração da propriedade. Espera-se que ações de restauro e reabilitação sejam tomadas com urgência, antes que as edificações sofram mais perdas.

### **Considerações finais**

O estudo feito a partir do casarão da família Ramos, contemplando o contexto da cidade em que está inserido, o motivo de sua construção, seus usos ao longo do tempo, o seu estado atual de conservação permitem-nos um olhar mais amplo sobre um bem hoje esquecido e desmazelado pela sociedade. Sabemos também que, infelizmente, essa é a situação de muitos outros patrimônios como esse espalhados pelo Brasil. Por isso consideramos importante esse tipo de discussão.

Passar na rua Frei Caneca em frente aos números 610 e 626 estimula a sensação de insegurança através de um cartão de visitas depredado, sujo, residência de sem-tetos e caindo aos pedaços a cada dia que passa. Ainda causa indignação aos que conhecem seu valor histórico e arquitetônico e que sabem como a realidade atual poderia ser diferente.

A situação do casarão evidencia a falta de políticas e o comprometimento dos órgãos públicos para com os patrimônios históricos e de importância para a história material e imaterial, que fica ainda mais evidente no próprio processo conflituoso de proteção.

A reabilitação e o restauro do casarão não só poderia proporcionar uma vivência mais agradável aos que passam pela rua Frei Caneca, mas também oferecer um convite para conhecer a história daquele lugar. Edificações antigas destacam-se pela ornamentação e características muito diferentes da arquitetura atual. Levantam questionamentos sobre o porquê da preservação e assim estimulam o saber e conhecer daquela história ali preservada.

Reabilitar e preservar uma edificação não significa manter o mesmo uso. É possível pensar que a Frei Caneca poderia comportar um belo restaurante, um museu, um *coworking*, um centro comunitário, enfim, as possibilidades são muitas. Integrar o bem novamente à dinâmica da cidade, dando-lhe novo uso, além de fazer cumprir sua função social prevista no Estatuto da Cidade, é uma forma efetiva de proteger o patrimônio histórico, brindando a cidade com sua própria memória.

## Referências

FLORIANÓPOLIS. **Decreto N° 12.856, de 20 de março de 2014.** Tomba como patrimônio histórico, artístico do município e classifica imóveis que identificam e delimitam as respectivas áreas de entorno nos termos da lei N° 1202 de 1974, lei N° 6486 de 2004 e lei complementar N° 154 de 2005. Leis Municipais, Florianópolis, 2015. Disponível em <http://leismunicipa.is/obrpt> Acesso em 30 out. 2020.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. **História.** Florianópolis, 2020. Disponível em <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/index.php>. Acesso em: 30 out. 2020.

GISLON, Jacinta. **A cidade e o distanciamento do mar:** consequências do aterro de Florianópolis. 11 jun. 2015. Disponível em: <https://arquiteturahistoriaepatrimonio.wordpress.com/2015/11/06/>. Acesso em: 21 de out. 2020.

MPSC. **MPSC vistoria casa que pertenceu a Vidal Ramos e sua família para restauração.** 19 dez. 2019. Disponível em <https://www.mpsc.mp.br/noticias/mpsc-vistoria-casa-que-pertenceu-a-vidal-ramos-e-sua-familia-para-restauracao--> Acesso em: 22 de out. 2020.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Florianópolis.** Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/turismo/florianopolis>. 2020. Acesso em: 21 de out. 2020.

VEIGA, Eliane Veras da. **Casa de Chácara da Rua Bocaiúva:** Histórias da Praia de Fora. Florianópolis: MPSC, 2019.

VEIGA, Eliane Veras da. **Memória Urbana.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

WILDI, Betina; VERZOLA, Eduarda; BROSSO, Flávia; ROSA, Gabriela; SCHERER, Laura; MAY, Maria Cristina; HEPP, Vitória. **Casas 610 e 626.** Trabalho desenvolvido na disciplina de Reabilitação, Restauro e Técnicas Retrospectivas do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unisul, Florianópolis, 2020.

# O ANTIGO CASARÃO RAMOS: UMA PROPOSTA DE REABILITAÇÃO PATRIMONIAL A PARTIR DO DIÁLOGO ENTRE VELHO E NOVO

*Jacinta Milanez Gislon<sup>1</sup>*

*Giovanna Tanferri<sup>2</sup>*

*Gabriela Raupp de Sá<sup>3</sup>*

*Letícia Wachholz Coan<sup>4</sup>*

*Alexandra Olga Khalil de Abreu<sup>5</sup>*

*Isabela Soares Oliveira dos Santos<sup>6</sup>*

*Mirelle Ventura Botelho<sup>7</sup>*

## Resumo

Realizar propostas de reabilitação e restauro para um edifício histórico requer sensibilidade e respeito. Tal conduta é chave para o retorno de sua visibilidade, inserção no cotidiano da cidade e valorização da memória coletiva. Com base nessa premissa, durante um semestre da disciplina de Reabilitação e Restauro do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unisul, os alunos desenvolveram estudos para as edificações da família Ramos, bens patrimoniais ecléticos de Florianópolis do início do século XX, que hoje estão muito degradados por falta de uso e manutenção. A partir da pesquisa histórica, da elaboração de inventário e do mapeamento do estado de conservação, as equipes desenvolveram propostas com o objetivo de propor

---

1 Arquiteta e urbanista (UNESC), mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFSC), doutoranda em História (UFSC) e docente no Curso de Arquitetura e Urbanismo. E-mail: jamilanez@gmail.com

2 Estudante de Arquitetura e Urbanismo (UNISUL). E-mail: tanferrigiovanna@gmail.com

3 Estudante de Arquitetura e Urbanismo (UNISUL). E-mail: gabiraupp31@gmail.com

4 Estudante de Arquitetura e Urbanismo (UNISUL). E-mail: leticiawcoan@gmail.com

5 Estudante de Arquitetura e Urbanismo (UNISUL). E-mail: alexandrakhalil28@gmail.com

6 Estudante de Arquitetura e Urbanismo (UNISUL). E-mail: isabelaasos@gmail.com

7 Estudante de Arquitetura e Urbanismo (UNISUL). E-mail: mirellebotelho@hotmail.com

a reabilitação e o restauro não só do bem histórico, mas também na inserção de um novo anexo junto a ele. Um desses estudos será apresentado neste artigo com o intuito de demonstrar a aplicação dos princípios fundamentais da intervenção em bens patrimoniais, ampliando o debate acerca da importância de ações que visam estabelecer o diálogo entre o novo e o velho. Além de integrar de forma harmônica tanto o programa de necessidades de um novo uso como a escolha de materiais que proporcionem distinguibilidade, reversibilidade e respeito ao substrato histórico. Sabe-se que todo processo de preservação ocorre muito mais pela reinserção do bem com uma função útil à sociedade do que por sua mera permanência no tempo, e por isso acredita-se que a arquitetura contemporânea pode ser uma peça-chave nessa reinserção.

**Palavras-chave:** Reabilitação. Arquitetura. Patrimônio Histórico. Florianópolis. Casarão Vidal Ramos.

### **Restauração e reinserção do casarão da família Ramos no bairro Agronômica**

Realizar restauro e revitalização de um bem histórico depredado é uma forma de inseri-lo na sociedade a fim de fomentar a memória coletiva que o cerca. Durante o semestre da disciplina de Reabilitação, Restauro e Técnicas Retrospectivas do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, câmpus Florianópolis, os alunos exercitaram teoria e prática em estudos de restauro de uma edificação histórica. Isso se deu a partir do estudo das cartas e teorias patrimoniais, metodologias de realização de inventário e mapeamentos de danos, além também da análise de referenciais de projetos que visam acrescer ao bem histórico um anexo com linguagem contemporânea que demonstre a distinguibilidade e o diálogo entre novo e velho, tanto em materiais como em usos, além da costura com a cidade.

O objeto de estudo do projeto de reabilitação e restauro são duas edificações que foram residência da família do ex-governador Vidal Ramos. Estão localizadas no bairro Agronômica em Florianópolis/SC. O bem encontra-se atualmente sem uso, sem proteção por tombamento e em estado de conservação precário.

Então, um dos primeiros objetivos foi desenvolver um estudo aprofundado sobre a história da cidade, as memórias do bairro e compreender o entorno em que a edificação está inserida. Posteriormente, foi realizada a pesquisa histórica sobre o bem, organizada a fundamentação teórica patrimonial. Elaboraram-se ainda o inventário e o mapeamento do estado de conservação. Com todo esse entendimento e diagnóstico foram desenvolvidos então os estudos de reabilitação e restauro. O

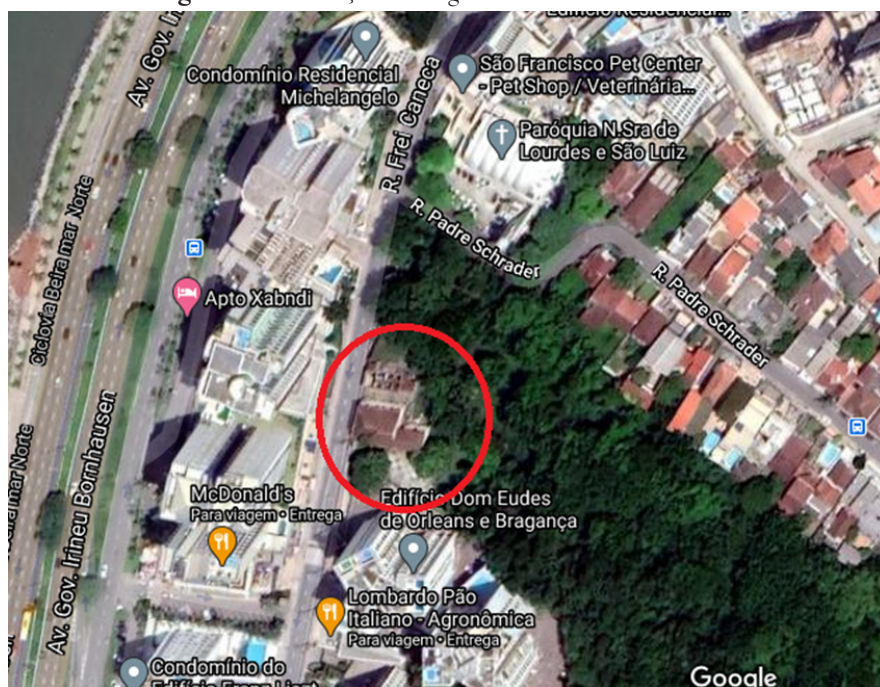
objetivo foi propor não só a preservação do bem histórico, mas também a inserção de um novo anexo com linguagem contemporânea para servir de apoio às novas atividades desenvolvidas.

A definição sobre o novo uso que a edificação receberia deu-se através de uma análise da área, levantando as potencialidades, público-alvo, carências e necessidades a serem supridas juntamente com a vocação do próprio bem. Observou-se que a área de intervenção se insere entre dois cenários ambíguos: entre um público bem assistido em relação à infraestrutura e outro bem público marginalizado e esquecido. Esse diagnóstico serviu de premissa para o lançamento das diretrizes de intervenção.

### Florianópolis e o bairro Agrônômica: contexto histórico e urbano

A área de intervenção localiza-se na parte insular de Florianópolis em Santa Catarina, precisamente no bairro Agrônômica, entre as ruas Frei Caneca e Padre Schrader.

Figura 1 - Localização da antiga residência da família Ramos



Fonte: Google Maps, modificado pelas autoras, 2020.

A cidade de Florianópolis, antes denominada Nossa Senhora do Desterro, foi fundada pelo bandeirante paulista Francisco Dias Velho por volta de 1675, quando



deu início à povoação da ilha. Após consolidado o núcleo do povoado, iniciou a ocupação litorânea de forma lenta e espontânea através das concessões de sesmarias. A escolha pela ocupação da ilha foi devido à sua geografia favorável e à preocupação com a defesa, que era facilitada por suas baías de águas calmas. Após a morte de Dias Velho, Nossa Senhora do Desterro teve crescimento em ritmo diminuído, surgindo pequenas chácaras e plantações. Em 1726, Desterro foi elevada a título de Vila, quando se tornou um importante ponto estratégico militar para a coroa portuguesa, momento em que o brigadeiro José da Silva Paes assumiu a Capitania, construindo várias fortalezas (VEIGA, 2010).

Em 1823, Desterro passou da categoria vila para cidade e tornou-se capital da província de Santa Catarina. Nesse momento, recebeu grandes investimentos, como a construção de prédios públicos, melhorias no porto, além de outras obras urbanas. Em 1895, o governador Hercílio Luz, em homenagem ao então presidente da República Floriano Peixoto, alterou o nome Desterro para Florianópolis, a cidade do Floriano (MULLER, 2010).

Por conta da ocupação portuguesa haverá predomínio da arquitetura luso-brasileira nas áreas mais centrais da cidade e nas freguesias. Já na segunda metade do século XIX, as fachadas de alguns edifícios foram gradativamente sendo renovadas, adquirindo feições ecléticas em prol da modernidade advinda dos novos materiais e técnicas, agora mais ligados à industrialização. Esse é o caso do emblemático Palácio Cruz e Souza e da Casa da Memória, importantes símbolos do ecletismo no centro da cidade. No entanto o estilo não atingiu somente as arquiteturas oficiais, mas também as edificações civis, como é o caso do Casarão Ramos, objeto deste artigo.

Em 1926, para possibilitar uma melhor ligação da ilha com o continente, antes realizada apenas com transporte marítimo, e para a cidade não perder o status de capital, foi inaugurada a simbólica ponte Hercílio Luz, um belo exemplar da arquitetura de ferro. Ela gerou uma elevação no custo de vida e uma agitação no mercado imobiliário, contribuindo para o avanço do desenvolvimento da cidade. Sua construção alterou significativamente a dinâmica de Florianópolis, os costumes e a forma de viver, impulsionando o rodoviarismo. Dessa forma, o carro passou a ser protagonista e também o principal meio de transporte, dando fim aos bondes e balsas.

No início da década de 1970, foi realizado o aterro da Ilha, que alterou a relação entre arquitetura e meio ambiente na cidade, além de modificar a dinâmica do comércio na orla central. O aterro tinha por objetivo abrir espaços para o crescimento urbano e dar possibilidade à construção de uma segunda ligação entre a ilha e o continente. Essa obra alterou radicalmente a maneira como o sujeito passou a se

relacionar com o mar, cuja paisagem e modos de vida de antes foram substituídos por projetos urbanos sem espaços públicos de lazer (GISLON, 2015).

Com o aterro da baía norte foi construída a avenida Beira Mar Norte, que liga o bairro Centro a Trindade, passando pelo Agronômica, e representa uma das regiões mais caras da cidade devido ao aumento da especulação imobiliária. Essa foi responsável pela substituição das antigas construções baixas pela verticalização. O bairro Agronômica, onde está localizado o casarão de Vidal Ramos, sofreu grandes modificações com o aterro, e essas modificações irão impactar também as relações da cidade com seu patrimônio histórico.

**Figura 2** - Aterro para a construção da avenida Beira Mar Norte na década de 70



Fonte: <http://classicalbuses.blogspot.com/2019/07/florianopolis-aterro-na-av-beira-mar.html>.

**Figura 3** - Vista aérea do centro e da avenida Beira Mar Norte em 2019

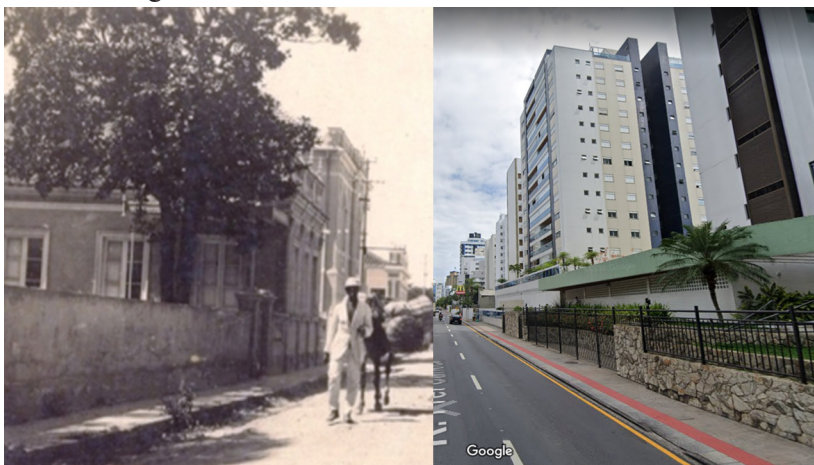


Fonte: <https://www.viagensecaminhos.com/2011/02/florianopolis-sc.html>.

O bairro antes compreendia duas localidades: uma conhecida como São Luís (em homenagem ao Forte São Luís) e outra como Pedra Grande. A região toda era formada por grandes chácaras, jardins e pequenos sítios. As chácaras caracterizavam-se como grandes extensões de terra, com uma sede, áreas de mata, bosques, pequenas plantações, criação de animais, etc. Também eram utilizadas como locais

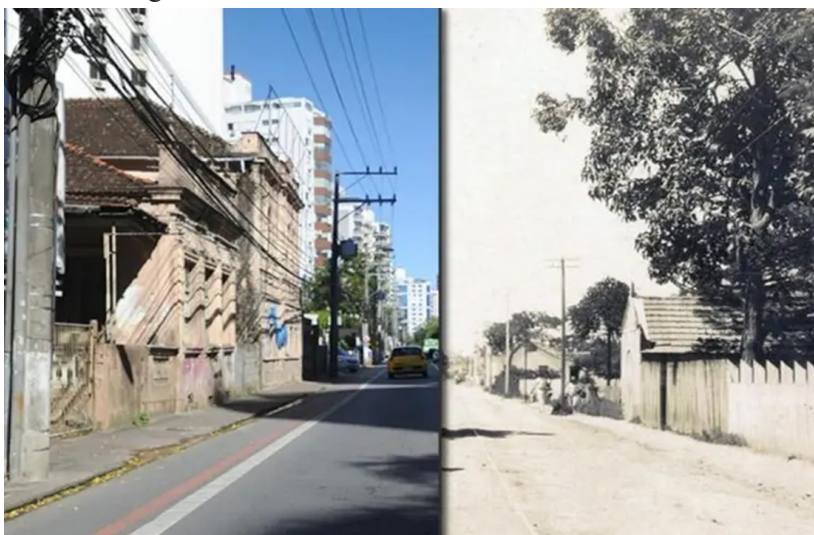
de passagem por suas limitações geográficas. Sua via principal era a chamada rua Praia de Fora, hoje correspondente às ruas Almirante Lamego e Bocaiúva, por onde passavam os bondes puxados a burro. A utilização dos bondes teve início em 1880 e permaneceu até 1934. Tinha como rota o centro em direção à estação Agrônômica, seguindo a orla marítima pela rua Praia de Fora, onde se encontrava a garagem dos bondes (VEIGA, 2019).

**Figura 4** - Casarão Ramos na rua Frei Caneca 1910 / 2019



Fonte: <https://ndmais.com.br/noticias/memoria-de-florianopolis-casarao-de-vidal-ramos-a-espera-de-restauracao/> e Google Maps, 2020.

**Figura 5** - Casarão Ramos na rua Frei Caneca 2019 / 1910



Fonte: <https://www.nscototal.com.br/noticias/cortina-do-tempo-veja-como-era-a-rua-frei->

caneca-em-1910-em-florianopolis.

Até o início do século XX, a orla da Praia de Fora era desprestigiada por ter pouco valor imobiliário, algo que mudou significativamente após o aterro, que deu espaço à construção e à expansão do sistema viário, à apropriação dos espaços públicos pela iniciativa privada, à ocupação de áreas de proteção ambiental, tornando cada vez mais distantes as relações tradicionais da cidade com o mar, além da diminuição e da supressão de edifícios que representavam o início da ocupação da cidade (PERES, 2016).

**Figura 6** - Vista aérea da antiga Praia de Fora



Fonte: <https://ndmais.com.br/noticias/a-praia-de-fora-recanto-bucolico-a-beira-mar/>.

**Figura 7** - Antiga região da Praia de Fora, 1950



Fonte: <http://floripendio.blogspot.com/2010/05/florianopolis-antigo.html>.

Os potenciais construtivos, instrumento técnico do plano diretor, que deveriam valorizar a imagem e memória da cidade, foram utilizados como mecanismo de lucro do mercado imobiliário. Houve uma interferência na paisagem do bairro, na arquitetura e na apropriação dos espaços coletivos, tornando-os elitistas e excludentes (PERES, 2016).

### **A residência da família Ramos**

Atualmente, o terreno de esquina conecta áreas ambíguas, no sentido da discrepância do poder aquisitivo. Na parte plana, próxima à orla, encontra-se um dos metros quadrados mais valorizados da ilha. Ao subir a lateral do terreno pela rua Padre Schrader, a topografia torna-se acidentada e junto a ela pode-se encontrar diversas comunidades carentes, como o Morro do 25 e o Morro da Cruz.

Em meio à transição dessa dualidade encontra-se no terreno a residência de Vidal Ramos, construída possivelmente entre 1910 e 1920. A ocupação do lote consiste em duas edificações: uma para os seus nove filhos e outra para Vidal, a esposa Thereza e suas cinco filhas. Um exemplar do estilo eclético, com características importantes, como a hierarquia entre duas edificações (Casa Maior e Casa Menor), ornamentos na fachada, platibanda, gateira, balaústres, pináculos, porão alto com ventilação, paredes de tijolos maciços autoportantes, telhas francesas, entre outros elementos, que hoje são minoria em Florianópolis.

**Figura 8** - A residência da família Ramos (2015)



Fonte: <https://ndmais.com.br/noticias/memoria-de-florianopolis-casarao-de-vidal-ramos-a-espera-de-restauracao/>.

Sabe-se que com a modernização e verticalização essas características ecléticas, quando não protegidas, vão sendo substituídas pelas novas tecnologias. Além disso, é importante destacar que a propriedade está localizada em uma antiga rua, que está presente no eixo viário de Florianópolis desde 1819, sendo uma rua importante de ligações entre os bairros desde aquela época. Ao redor da residência encontra-se uma grande área verde (floresta ombrófila densa), significativa para o entorno e para o bairro, mas que atualmente se encontra sem destinação.

A casa pertenceu às gerações da família do governador Vidal Ramos e também de residência para seus ilustres filhos: Nereu Ramos, Celso Ramos e Mauro Ramos, ocupada dessa forma ao longo do século 20. Vidal Ramos, além de governador do estado de Santa Catarina, foi um revolucionário em relação ao ensino catarinense, considerado o fundador da educação pública. Doou uma chácara para que os jesuítas construíssem o Colégio Catarinense, hoje referência na educação da cidade.

Posteriormente, a propriedade abrigou outros usos, como sede do partido político PMDB, órgãos públicos como o DETRAN e também foi sede do Colégio Autonomia (entre 1991 e os anos 2000). Nesse período sofreu alterações realizadas no interior da antiga residência, sem mexer na estrutura, e recebeu a adição de uma quadra com cobertura (que já não está mais presente).

Vale destacar novamente que a casa possui relevância histórica e cultural, uma referência em Florianópolis de edificação eclética, com sistemas e materiais construtivos da época. É um símbolo da história na região, pois atualmente está inserida em um contexto com edificações contemporâneas. No entanto não foram realizadas medidas preventivas de conservação para a edificação e o terreno; ambos encontram-se abandonados. Em um incêndio, a edificação que foi construída para os filhos homens (casa menor) perdeu o telhado e ficou exposta às intempéries. Além disso, sofre com depredação e também é abrigo para sem-tetos e usuários de drogas, o que torna o lugar inseguro, abrindo espaço para moradores do bairro não defenderem a permanência dos bens.

Em 20 de março de 2014, teve início o processo de tombamento pela Prefeitura Municipal através do Decreto de nº 12.856, sancionado pelo prefeito da época, Cesar Souza Junior. Os bens foram classificados como P2, categoria de proteção esta que determina que se deve preservar as características externas da edificação e alguns elementos da parte interna. O processo foi revogado em 24 de setembro de 2015 pelo decreto de nº 15.210, sem uma explicação aparente.

### **Princípios da proposta de intervenção**

Trazer o restauro e a reabilitação para um edifício histórico requer cautela, sensibilidade e respeito. Tal conduta é a chave para o retorno de sua visibilidade e

valorização da memória coletiva perante a sociedade.

As ideias propostas para a propriedade da família de Vidal Ramos estão de acordo com os princípios fundamentais do restauro. Sendo assim, priorizou-se a intervenção mínima nos bens e, caso essa fosse necessária, seria realizada com técnicas compatíveis. Dessa forma, nas intervenções efetuadas foram utilizadas técnicas e materiais contemporâneos, respeitando os princípios de distinguibilidade e reversibilidade.

Assim, indo de acordo com a Carta de Veneza (1964), a restauração foi planejada de modo que seus valores estéticos fossem conservados e respeitados. A reconstrução não é aceita, apenas a técnica de anastilose. Técnica essa que tem como objetivo reconstruir a edificação degradada, que está em ruínas, levando em consideração sua materialidade original, acrescentando novos materiais apenas se necessário e que não imitam os originais, mas que as complementam.

Segundo a Carta de Atenas, (1931, p. 3): “Quando se trata de ruínas, uma construção escrupulosa se impõe com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis (...)”.

A valorização da edificação histórica deve ser ponto-chave ao projetar um novo elemento que servirá de apoio ao antigo, levando em consideração a história do entorno e sua importância para a vizinhança. Uma boa arquitetura contemporânea pode ser capaz de auxiliar na transformação do lugar, ressignificando o patrimônio.

Acredita-se ainda que a melhor forma de conservar o bem é dar-lhe um uso adequado, promovendo-o dentro da dinâmica da cidade. Isso faz com que as pessoas se apropriem do espaço, que passa a fazer parte de seu cotidiano. Essa apropriação promove o pertencimento e a conscientização de seu valor e, por consequência, de sua preservação.

## **1 - A proposta de restauração do casarão Ramos**

Como já mencionado e visto nas imagens, a residência atualmente se encontra depredada e abandonada, sem assistência e manutenção dos proprietários e nem das autoridades públicas, que não dão a devida atenção à edificação e à sua história.

Todas as fachadas encontram-se com patologias críticas. A mais comum é a presença de vegetação, que está diretamente ligada ao acúmulo de matéria orgânica e principalmente à umidade. Por localizar-se a 500 metros da orla, o mar e a umidade tornam-se fatores que aceleram o processo de degradação de alguns materiais. Com a falta de manutenção regular é possível identificar perdas de ornamentos nas fachadas, excesso de fissuras, rachaduras, além da perda de elementos importantes

da edificação como paredes, janelas, forros e telhados.

**Figura 9** - Fachada lateral da casa maior



Fonte: Sandrini, 2019.

**Figura 10** - Fachada lateral da casa maior



Fonte: Machado, 2019.

Há também problemas em relação à pintura e ao acabamento dos bens históricos, com manchas escuras de umidade, bolor, vesículas, eflorescências e descolamentos com empolamento e com pulverulências. Além disso, as pichações e o vandalismo estão presentes na maioria das fachadas, o que mostra a falta de



respeito com a edificação, proveniente da falta de uso.

**Figura 11** - Fachada frontal da casa menor



Fonte: Sandrini, 2020.

**Figura 12** - Vista posterior da casa menor



Fonte: Sandrini, 2020.

Com todas essas patologias que foram levantadas através de um mapeamento de danos, chega-se à conclusão de que é necessário um árduo e custoso trabalho para realizar o restauro nas duas casas, levando em consideração o respeito e a cautela que as teorias e as cartas patrimoniais recomendam ao realizar um trabalho com esse fim.

De início, deve-se começar fazendo uma limpeza da superfície com material

não abrasivo e água e retirar todas as vegetações presentes nas fachadas. A partir da limpeza adequada é possível identificar as patologias mais graves. As partes críticas, que não se torna possível restaurar, devem ser substituídas por novos elementos, que não reproduzam anacronicamente o passado, mas que sigam o princípio da técnica de anastilose. Esse seria o caso da casa menor, cujo telhado, algumas de suas paredes e aberturas encontram-se em ruínas ou até mesmo nem existem mais em decorrência do incêndio sofrido. Novos materiais teriam que ser acrescentados, diferentes dos originais, para que haja distinguibilidade, mas sem esquecer a harmonia.

Art. 9 - O restauro é um tipo de operação altamente especializado. O seu objetivo é a preservação dos valores estéticos e históricos do monumento, devendo ser baseado no respeito pelos materiais originais e pela documentação autêntica. Qualquer operação desse tipo deve terminar no ponto em que as conjecturas comecem; qualquer trabalho adicional que seja necessário efetuar deverá ser distinto da composição arquitetônica original e apresentar marcas que o reportem claramente ao tempo presente. O restauro deve ser sempre precedido e acompanhado por um estudo arqueológico e histórico do monumento (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 2).

Os ornamentos degradados devem ser restaurados, seguindo técnicas apropriadas. Em algumas paredes externas será necessário um reforço, pois elementos estruturais estão expostos a intempéries. Após as manutenções, reposições de elementos e reparos, será necessária ainda uma pintura com tinta adequada, levando em consideração a restituição, se possível, da cor original do bem.

Art. 6 - A conservação de um monumento implica a manutenção de um espaço envolvente devidamente proporcionado. Sempre que o espaço envolvente tradicional subsista, deve ser conservado, não devendo ser permitidas quaisquer novas construções, demolições ou modificações que possam alterar as relações volumétricas e cromáticas (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 2).

Sabe-se que toda edificação necessita de manutenção periódica, sobretudo edificações históricas, como a da família de Vidal Ramos. Deve haver manutenções recorrentes no intuito de preservar a memória coletiva, evitando a depredação e perda de elementos originais. Além disso, são sempre mais baratas e mais simples pequenas ações de conservação do que a restauração, que é destinada apenas a situações excepcionais. Infelizmente, a conservação não é ainda uma tradição no Brasil.

## **2 - A proposta de intervenção contemporânea: o Anexo Thereza**

Ao caminhar pela cidade, a arquitetura local é capaz de contar a sua história. É de extrema importância preservar os símbolos da memória coletiva. Preparar-se

para o futuro requer uma clara compreensão do passado. “A cidade é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos momentos já passados” (SANTOS, 1988, p. 26).

Mas antes de iniciar explicando a proposta de intervenção, convém falar de Thereza. Vidal Ramos, governador de Santa Catarina, foi o primeiro proprietário do conjunto ao longo do século XX. Ele e sua esposa Thereza Fiúza Ramos migraram do interior para a capital por conta da vida pública. A família era constituída pelo casal e seus 14 filhos. Em sua autobiografia, Vidal resalta os inúmeros desafios passados pela família antes de conquistar a sua carreira política. Por trás de todas as conquistas e d protagonismo político de Vidal, Thereza exercia seu papel importante no lar: cuidando, educando seus filhos e apoiando seu marido.

**Figura 13** - Retrato de Thereza Fiúza Ramos



Fonte: RAMOS FILHO, 2001, p. 136.

Foi um duro golpe para a vida de Vidal, que, em sua autobiografia, assim se expressou: “Quando poderia ter uma vida mais confortável e menos trabalhosa, sobreveio-lhe a terrível moléstia do fígado que a vitimou depois de dez anos de sofrimento” (RAMOS FILHO, 2001, p 148).

A sociedade é repleta de “Therezas”, mulheres que possuem o papel de base no contexto familiar, mas seu reconhecimento e valorização perante a sociedade ficam em segundo plano. Apenas nos últimos anos, questões relacionadas ao reconhecimento da existência da dupla jornada de trabalho feminino são discutidas. Mas, para chegar às questões atuais, muitas mulheres desempenharam o papel de donas de casa sem nenhum terço do reconhecimento destinado aos homens que trabalhavam nessa época.

Em homenagem à Thereza, cuja representatividade no lar é evidente, o anexo recebe seu nome. Mulher aquela que envolve a família. Anexo que envolve o patrimônio. Mãe que prioriza os filhos. Anexo que permite o protagonismo da história. Thereza o apoio de Vidal. Anexo o apoio do casarão.

A partir daí, em consonância com os princípios da Carta de Veneza, desenvolveu-se um anexo cujo principal objetivo era servir de apoio às atividades desenvolvidas na propriedade da família Ramos. Buscou-se uma linguagem contemporânea com pureza volumétrica e distinguibilidade dos materiais. As três principais diretrizes projetuais visavam:

1 - Respeitar o gabarito: o anexo possui a mesma altura da casa menor. Sua cobertura articula-se de forma que substitua a antiga cobertura, que se encontra inexistente. O principal objetivo é não retirar o protagonismo da fachada frontal do casarão.

2 - Conexão física: a intervenção faz o antigo existir dentro do novo. Ou seja, duas das quatro paredes do anexo são, na verdade, partes das fachadas do casarão. O anexo envolve o antigo fisicamente com o intuito de protagonizar nas partes internas as fachadas históricas. Externamente, presencia-se a distinguibilidade das arquiteturas.

3 - Transição volumétrica gradual: por conta da conexão física, tira-se proveito da materialidade para compor as transições de anexo versus casarão histórico. Nos encontros entre paredes, opta-se pelo uso do vidro por conta de sua transparência. Sendo assim, fisicamente há o encontro entre as materialidades distintas, mas visualmente o vidro suaviza trazendo uma distinção clara entre os períodos de construção e linguagem arquitetônica. Essa relação acontece nas fachadas laterais. No intuito de buscar um vão livre para possibilitar diversas atividades e usos, o anexo é projetado em estrutura metálica, por ser mais leve física e visualmente.

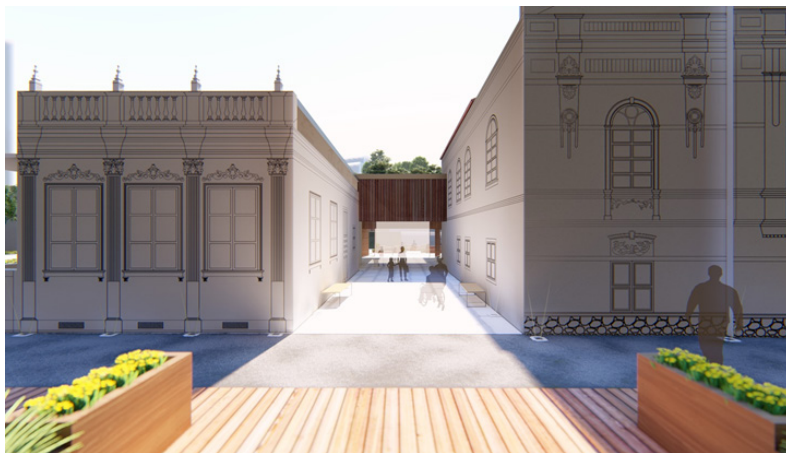
**Figura 14** - Maquete eletrônica da proposta - Fachada lateral



Fonte: Autoras, 2020.

Já na fachada frontal, há apenas parte do volume superior em madeira, conectando ambas as casas. Quem caminha pelas calçadas da rua Frei Caneca observa um volume conector flutuante. Na fachada oposta, seguindo o mesmo alinhamento, optou-se pelo vidro para deixar o eixo visual do observador livre e direcionado à parte posterior do terreno.

**Figura 15** - Maquete eletrônica da proposta - Fachada frontal



Fonte: Autoras, 2020.

No lado posterior, o anexo ganha mais destaque exteriormente com suas portas pivotantes, que dão permeabilidade visual e emolduram as fachadas do casarão da família Ramos, que compõe as paredes internas do anexo.

**Figura 16** - Maquete eletrônica da proposta - Fachada posterior



Fonte: Autoras, 2020.

Consideramos que cada obra de arquitetura tem uma realidade particular, uma constituição física, uma história, um determinado valor artístico e está inserida em um ambiente cultural específico, e essa mesma obra – ao adquirir caráter de monumento – é a matéria em que se controlam as escolhas e ações da intervenção que, por sua vez, vão se caracterizar pelo diálogo entre o antigo (o documento original) e o novo (as ações de intervenção) e podem assumir, ou não, um caráter de preservação que as qualificam enquanto pertinentes ao campo teórico do restauro (NAHAS, 2015, p. 5).

Tanto o restauro como a intervenção visam atender e otimizar o espaço destinado a um novo uso. O principal objetivo é atender as necessidades da população das comunidades vizinhas e, principalmente, por conta da proximidade, o Morro 25. Trata-se de uma das comunidades mais carentes da capital. Sua invisibilidade e vulnerabilidade proporcionam margem para a violência e a segregação social.

O projeto possui o intuito de suprir os equipamentos inexistentes no bairro para que se possa atender jovens, crianças e adultos como forma de refúgio à violência cotidiana presente nas comunidades. Trata-se, portanto, de reinserir o patrimônio na sociedade e também reinserir as comunidades vizinhas, ambos invisibilizados. Os novos usos buscam conectar públicos distintos com a infraestrutura necessária, trazendo vitalidade para o bem.

É de suma importância a implantação de equipamentos públicos de qualidade para atender comunidades carentes, pois a educação, a arte e a cultura preenchem lacunas que poderiam dar espaço à criminalidade. A arte proporciona esperança, e a educação profissionaliza. Mudar o cenário pode não ser possível por completo, mas projetar um respiro e dar visibilidade aos esquecidos contribui para uma sociedade mais justa. Fiel a esses princípios, o projeto é desenvolvido com o novo uso proposto de ser um Centro Cultural de Apoio e Integração.

Para isso, a casa menor irá abrigar usos voltadas às atividades pedagógicas e sociais: salas de estudos, reforço escolar, apoio psicológico e assistência social. Além disso, a casa terá três acessos: o primeiro pela lateral, voltado para a praça, onde o usuário poderá entrar diretamente na sala de estudos em grupo. O segundo acesso se dará através da lateral oposta, onde um pequeno *hall* direcionará para a sala de reforço escolar. O terceiro acesso ocorrerá por dentro do anexo; por causa da depredação e do descaso a parede externa tornou-se inexistente. Usufruindo dessa falta, criou-se um acesso com paredes destinadas a cartazes informativos e educativos, dando acesso à assistência social. Por tratar-se de uma edificação com indicação de tombamento nível P2, que permite alterações internas, três paredes de *drywall* foram adicionadas e apenas quatro paredes foram subtraídas; as demais foram mantidas.

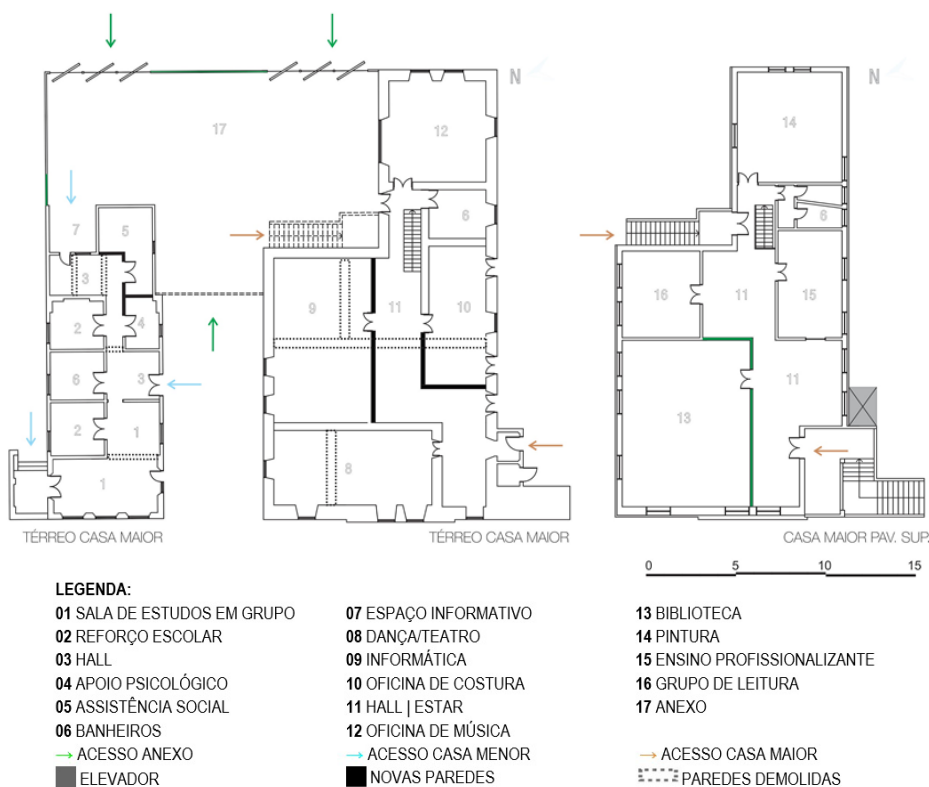
A casa maior tem seu uso voltado à arte. Com dois pavimentos, o térreo contará com sala de dança, sala de pintura, oficina de costura e oficina de música. Já o

pavimento superior abrigará uma grande biblioteca, sala para grupos de leitura, sala de informática voltada à terceira idade e sala de ensino profissionalizante. Seus dois principais acessos são através da lateral sul por meio de um elevador que promove também a acessibilidade e o segundo por dentro do anexo através de uma escada.

O anexo servirá de apoio à arte produzida dentro do casarão. Um espaço aberto, democrático e flexível. Com pé direito que acompanha a altura da casa menor possibilita diversos tipos de exposições e instalações artísticas. Os acessos serão através de seus três lados: o primeiro acesso se dá ao usuário que transita pela calçada da rua Frei Caneca; já o segundo pelos fundos através de portas pivotantes, e o terceiro pela escada da casa maior.

Todos os usos visam atender públicos variados para que haja integração. Além disso, a área externa contará com mobiliários urbanos e arborização, tornando-se uma área de permanência. Tal praça que se configura ao redor da intervenção serve de respiro para os moradores da redondeza, por conseguinte a integração dos usuários.

Figura 17 - Planta baixa do projeto



Fonte: Autoras, 2020.

## Considerações finais

A propriedade da família Ramos evidencia a forma como inúmeros bens pertencentes à memória coletiva são negligenciados. Tais bens possuem um papel primordial para a identidade cultural de nossas cidades. O centro da capital possui diversos edifícios ecléticos que dizem muito sobre sua evolução urbana, o modo de se construir e de pensar de uma época. Preservá-los é manter viva a identidade de Florianópolis e de seu povo.

O Centro Cultural de Apoio e Integração Thereza buscou contrapor as invisibilidades: comunidades carentes versus patrimônio histórico. As comunidades centrais da cidade necessitam de ambientes que integram e que contribuem para a inserção dessas pessoas em regiões nobres, como a Agrônômica, um dos bairros com custo de vida mais elevado da cidade. Um patrimônio histórico, que antes abandonado, inseguro e em ruínas, pode ser reabilitado para mudar essa realidade. Assim, através da restauração da residência do governador Vidal Ramos, da revitalização do entorno e do novo anexo, é possível integrar um bairro que é segmentado por classes sociais, proporcionando oportunidades únicas para as comunidades carentes da região e preservar um bem histórico ameaçado.

Um projeto de cunho comunitário é apenas um exemplo dos diversos usos que se pode dar a um patrimônio histórico. É importante inserir esses monumentos no cotidiano das pessoas, dando usos mistos e adequados à região em que estão inseridos, respeitando a história do lugar. Além disso, deve-se considerar o sistema construtivo utilizado e os elementos originais. Visar à adição priorizando a distinguibilidade e a reversibilidade são premissas de uma boa intervenção patrimonial. Uma cidade que não nega seus tempos, seus traços e suas memórias. Por conseguinte, torna-se uma cidade que vive sua história, valorizando sua identidade, e que, portanto, foge do anacronismo.

## Referências

**Carta de Atenas de 1931.** Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em 29 de out. 2020.

**Carta de Veneza de 1964.** Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em 29 de out. 2020.

GISLON, Jacinta Milanez. **A cidade e o distanciamento do mar:** consequências do aterro de Florianópolis. Disponível em <https://arquiteturahistoriaepatrimonio.wordpress.com/2015/11/06/>. Acesso em: 17 out. 2020.

MULLER, James. **Florianópolis Ontem e Hoje.** 2010. Disponível em: <http://floripendio.blogspot.com/2010/05/florianopolis-antigo.html>. Acesso em: 17 out. 2020.



NAHAS, Patricia Viceconti. **Antigo e novo nas intervenções de caráter monumental: a experiência brasileira (1980-2010)**. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PERES, Arlis Buhl; PIMENTA, Margareth. A verticalização nos Planos Diretores de Florianópolis: um olhar sobre o Bairro Agrônoma. **Anais** [...] Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo e VIII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona, Balneário Camboriú, 2016.

RAMOS FILHO, Celso. **Coxilha Rica: Genealogia da Família Ramos**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

VEIGA, Eliane Veras da. **Casa de Chácara da Rua Bocaiúva: Histórias da Praia de Fora**. Florianópolis: MPSC, 2019.

VEIGA, Eliane Veras da. **Memória Urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

# CONSTRUÇÃO DE UMA IGREJA ENXAIMEL: DEBATES SOBRE PATRIMÔNIO NO CENTRO HISTÓRICO VILA GERMÂNICA

*Douglas Orestes Franzen<sup>1</sup>*

*Simone Eidt<sup>2</sup>*

## Resumo

O texto busca refletir sobre a dimensão simbólica das igrejas em madeira e sua relevância patrimonial no contexto da colonização Porto Novo, atuais municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis. A proposta busca discorrer sobre a relevância da arquitetura enxaimel como símbolo de identidade histórica e cultural, apresentando, assim, uma proposta de edificação de uma réplica de uma igreja enxaimel desde sua concepção até sua execução, a partir dos princípios dessa técnica construtiva, defendendo a hipótese de que é possível reinterpretar o enxaimel na atualidade sem perder a sua essência.

**Palavras-chave:** Itapiranga. Enxaimel. Patrimônio arquitetônico. Arquitetura em madeira.

## Introdução

As igrejas em madeira são símbolo de uma época para a colonização Porto Novo, atual Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis no extremo oeste de Santa Catarina. Como símbolo da paisagem, sintetizam a religiosidade tão característica da colonização étnica e confessional que se desenvolveu a partir de 1926 sob a égide da etnicidade germânica e da religiosidade católica. Como representação arquitetônica, sintetizam a singularidade da arquitetura enxaimel, aspecto que as torna muito significativas no contexto da valorização dos elementos históricos e patrimoniais.

---

1 Doutor em História. Docente da Uceff Itapirana e da Coordenaria Regional de Educação de Itapiranga. E-mail: douglas@uceff.edu.br

2 Arquiteta e Urbanista. Email: arquitetasimoneidt@gmail.com

As igrejas em madeira construídas a partir da arquitetura enxaimel são muito expressivas e possuem um valor arquitetônico singular. Por isso se entende que devam receber uma atenção especial no que tange ao resgate das técnicas construtivas e da vinculação patrimonial a elas atribuída.

A proposta do estudo é compreender o processo de colonização de Itapiranga a partir de suas especificidades étnicas, vinculando essa dimensão à formação da paisagem dos núcleos coloniais onde a igreja ocupou e ainda ocupa um papel de destaque.

A hipótese que se defende é que o enxaimel é uma técnica construtiva que possui vínculo com a história e as tradições culturais. Por isso denota um valor patrimonial. Também se entende que essa técnica vernacular não está inerte à sua temporalidade histórica e sim apresenta a possibilidade de uma adequação a novas possibilidades contemporâneas da arquitetura.

A partir dessa contextualização, apresentamos uma análise da execução do projeto de construção de uma réplica de uma igreja enxaimel edificada no Parque Vila Germânica, localizado em Itapiranga. O projeto buscou fazer um estudo de resgate histórico e arquitetônico de uma igreja demolida e reinserir esse símbolo arquitetônico no contexto local com o objetivo de vincular a memória local a um empreendimento turístico. Assim, o texto analisa a execução de um projeto arquitetônico a partir da técnica enxaimel.

## **Colonização Porto Novo: uma identidade histórica**

O projeto de colonização Porto Novo foi idealizado pela Sociedade União Popular, denominada em alemão de *Volksverein*, instituição que coordenou a implantação de outras colônias alemãs no Rio Grande do Sul, vinculada aos Padres Jesuítas, com o objetivo de implantar no extremo oeste de Santa Catarina uma nova fronteira agrícola e social. O empreendimento foi financiado pela Cooperativa de Crédito *Sparkasse* e fundado oficialmente no ano de 1926. Já no ano de 1928, a colonização recebeu o nome de Itapiranga, atual nome do município, gerando, mais tarde, a emancipação dos municípios de Tunápolis e São João do Oeste.

A característica do empreendimento Porto Novo era aceitar somente migrantes que fossem de origem germânica e católica. Nesse sentido, famílias originárias das colônias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina compraram terras nessa colônia em busca de novas fronteiras agrícolas; naquelas colônias, as terras já estavam subdivididas e esgotadas. Da mesma forma, adquiriram terras em Porto Novo imigrantes que fugiam das duras condições de vida em vilarejos europeus, expulsos pelas atrocidades da guerra, pela perseguição étnico-política ou pelas péssimas condições de vida e de trabalho lá existentes.

O processo de fundação da colônia Porto Novo promoveu a transferência de um local para outro de uma bagagem cultural alicerçada em sujeitos através de uma estrutura socioeconômica e cultural que esses sujeitos trataram de transportar de seu local de origem através das instituições, organizações e em seu estilo de vida. O processo de migração/imigração é bastante complexo, envolve subjetividades e construção de vínculos transterritoriais, em que a cultura, os padrões de vida, as redes simbólicas de sociabilidade se ressignificam pela transposição territorial, quando o ato de deixar uma região para se estabelecer em outra simboliza uma perda, mas também um ganho, uma nova vida, um novo desafio de construir um destino num novo espaço, muitas vezes inóspito e distante. Essa bagagem cultural e social dos migrantes adaptou-se ao meio, às limitações do isolamento percebido no período no extremo oeste catarinense, fazendo com que os sujeitos construíssem uma nova identidade com fortes traços herdados das colônias de origem, mas com uma nova dinâmica estrutural.

De maneira geral, podemos sintetizar a origem dos colonizadores de Porto Novo sob duas perspectivas. Primeiramente, eram famílias imigrantes originárias da Alemanha e de colônias alemãs europeias, como da região da Bessarábia, os *Deutschrumänen*, e do vale do Rio Danúbio na Iugoslávia, os *Donauschwaben* (JUNGBLUT, 2000). Essas famílias deixaram a Europa motivadas por questões econômicas, políticas e territoriais no cenário conturbado das décadas de 1920 e 1930, sendo significativo o número de imigrantes que se estabeleceram em Porto Novo, principalmente por intermédio de agenciadores e pela influência dos padres jesuítas e do *Volksverein* nesses processos imigratórios. Em segundo lugar, eram famílias descendentes da primeira geração de imigrantes alemães do século XIX que se estabeleceram nas colônias velhas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Essas famílias já estavam adaptadas ao território e ao clima brasileiro e deixaram suas regiões de origem motivadas principalmente pela questão fundiária e pela degradação das relações produtivas, pela escassez de terras e limitações produtivas (ROCHE, 1969). Além disso, muitas famílias compraram terras em Porto Novo motivados pela propaganda de prosperidade, fartura territorial, de solo e de riqueza natural, além do atrativo étnico e cultural do catolicismo e da germanidade (MAYER, 2016).

Na concepção de Woortmann (1994), a migração de uma colônia velha para uma colônia nova seria um processo de dispersão que minimizaria a pressão demográfica nas primeiras, “fazendo com que o mesmo processo que produz a colônia nova reproduza a colônia velha” (WOORTMANN, 1994, p. 182). Ou seja, nesse processo migratório se reconfiguram conhecimento e vivências simbólicas que estruturam padrões de vida e de compreensões espaçotemporais.

Pretende-se destacar que havia uma intencionalidade conjetural em formatar uma colonização homogênea étnica e cultural no local. Essa preocupação já vinha de longa data, e o tema esquentava entre lideranças católicas do *Volksverein*, elemento que se fundia na preocupação em constituir laços matrimoniais entre famílias católicas e alemãs, manutenção de costumes e tradições consideradas de índole cristã, relações comunitárias e sociais que conservassem padrões sociais tradicionais em oposição ao padrão moderno e heterogêneo então em voga no Brasil (WERLE, 2011). Essa preocupação com a homogeneidade étnica e confessional direcionou o desenvolvimento da colonização Porto Novo nas primeiras décadas, modelo que acabou caindo em desuso a partir da década de 1950. Mas é preciso destacar que esse padrão germânico e católico foi determinante na formatação de um sistema cultural, elemento que constituiu a base da identidade germânica presente na cultura local e que se manifestou na produção arquitetônica que se pretende analisar.

A colonização Porto Novo foi organizada da forma que fossem vendidos lotes rurais de aproximadamente 25 hectares. Para a ocupação do território foram planejados centros comunitários, onde se zelava pela construção de uma capela e de uma escola; em alguns casos, também foram abertas casas comerciais para abastecer as famílias com suprimentos. A partir desses núcleos comunitários, que se irradiavam para as linhas coloniais, onde se assentavam as propriedades agrícolas e as famílias que adquiriam um lote, elemento que se repetiu em grande parte das colonizações alemãs no sul do Brasil. Da mesma forma foram idealizados núcleos urbanos, que se formataram mais tarde nas sedes dos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis.

## **A arquitetura colonial e a identidade germânica**

Simbolicamente, o projeto de colonização inseriu um padrão de sociedade no território. De maneira geral, os projetos de colonização implantados no oeste de Santa Catarina foram coordenados por empresas de colonização, que recebiam as terras por concessão do estado ou através da compra de extensas faixas de terras, que eram divididas em lotes coloniais para a venda às famílias colonizadoras. Nesse sentido, diversos empreendimentos formaram-se na região na primeira metade do século XX, orquestrados pelas empresas colonizadoras. A procedência dos colonizadores era diversa, mas há de se destacar a predominância de famílias provindas do Rio Grande do Sul. Esse processo de ocupação do território foi diverso, mas há alguns elementos de formação de nichos étnico-culturais de ascendência germânica, como, por exemplo, a colonização de Porto Feliz, atualmente município de Mondáí. Inicialmente, essa fora idealizada para ser uma colonização de alemães de confissão evangélica, sob coordenação da empresa Chapecó-Pepery. E também

vale destacar a colonização do município de São Carlos, onde se instalaram diversas famílias de origem alemã, bem como teuto-russos, na comunidade interiorana de Aguiinhas. Esses nichos étnicos formatam-se pela sociabilidade comunitária, pela influência familiar na aquisição de terras e pela identidade étnico-cultural.

Como atividade econômica inicial e obviamente como uma necessidade de ocupação do espaço, pode-se destacar a exploração da madeira muito vasta na região. A exploração da madeira movimentou um dos primeiros ciclos econômicos regionais, fornecendo matéria-prima para as edificações e para a comercialização. Esse ciclo econômico movimentou um capital financeiro considerável e colaborou enormemente para a estruturação da economia regional (BAVARESCO, 2005). Além do potencial econômico, a exploração da madeira serviu de suporte para a constituição de um padrão arquitetônico local, principalmente residencial e de estruturação da propriedade como o paiol, o galpão e o estábulo. Grande parte das edificações construídas nas primeiras décadas era feita de madeira, principalmente com madeiras com durabilidade e qualidade para tal. A disseminação da arquitetura em alvenaria popularizou-se mais a partir da década de 1950.

Para o momento, interessa-nos a dimensão do patrimônio imaterial do colonizador, ou seja, seu conhecimento sobre edificações e ocupação do território. A migração para Porto Novo exigiu uma adequação das famílias às limitações e potencialidades do território, tanto na abertura das zonas de colonização e derrubada da mata, bem como na assimilação de um novo padrão de vida diante da realidade e dos recursos disponíveis. Isso formatou uma simbiose entre a personalidade do colonizador e a natureza local, criando uma relação de complementaridade. Há de se destacar que para as famílias colonizadoras foram muito importantes os conhecimentos dos caboclos e posseiros que viviam na região, conhecedores dos recursos naturais locais.

### **Síntese da arquitetura enxaimel: a relevância patrimonial**

O estilo enxaimel - ou *Fachwerk* - é um padrão arquitetônico atribuído historicamente às regiões germânicas da Europa Central. Segundo Weimer (2005), o *Fachwerkbau* designa um padrão construtivo centenário, originário da sociedade feudal, em que as paredes são estruturadas por um tramado de madeira e as peças horizontais, verticais e inclinadas são encaixadas entre si; posteriormente, os tramos são preenchidos com taipa, adobe, pedra, tijolos ou outro material que torne possível a vedação das paredes. O enxaimel original da Europa passou por processos de readaptação e reconfiguração ao longo dos tempos, reflexo da disponibilidade de recursos e das limitações na exploração da madeira para a construção civil. Paulatinamente foram agregados elementos estruturais, como blocos de pedra e,

no século XIX, a alvenaria. Mas é preciso destacar que, além do elemento estético, o enxaimel é de relevância estrutural.

Assim, a priori concordamos com Weimer (2005) e Wittmann (2019) que o enxaimel é uma técnica construtiva em que a plástica caracterizante de tal padrão arquitetônico se torna uma consequência de tal postulado. Ou seja, é preciso criar uma consciência de que o enxaimel é muito mais do que meramente aquela imagem romântica que se constitui de uma casa formada por um tramado de madeira com paredes compostas de tijolos à vista. O enxaimel, sendo essencialmente uma técnica de construção, parte do princípio da estrutura, em que a plástica é uma composição final do processo, não a sua essência.

Conforme Wittmann (2019, p. 120),

Observando a linha histórica da civilização e constatando como todos os períodos desta, desde o momento em que o homem se fixou como agricultor e pastor no território da atual Alemanha, como também o fez em outros locais do planeta, em diferentes contextos (períodos históricos, práticas e locais), a técnica construtiva enxaimel no momento atual é o resultado de uma evolução tecnológica e de materiais da casa de madeira primitiva[...] Paulatinamente foi adaptada tanto às diferentes regiões do continente, em diferentes tempos, de acordo com a disponibilidade e tipos de materiais disponíveis, quanto às práticas dos homens que construam essas casas.

Ao longo dos tempos, essas construções foram recebendo novas adequações e elementos conforme a disponibilidade de materiais ou as necessidades climáticas e naturais, bem como conforme sua diversificação de usos, gostos e práticas sociais e culturais, mas sem perder a sua essência: a estrutura em madeira, independente das paredes e dos fechamentos (WITTMANN, 2019). O senso comum define o enxaimel como uma prática arquitetônica característica somente das regiões germânicas, como Alemanha, Áustria e Suíça, mas, no entanto, essa concepção construtiva se disseminou pelo mundo e por variadas culturas, sendo um princípio construtivo. Mas temos de admitir que o enxaimel ganha notoriedade por causa de sua ligação com as culturas germânicas do centro da Europa e das colônias fundadas pelos emigrantes que dali partiram para os outros continentes.

Os partidos gerais do enxaimel europeu são geralmente divididos em alemânico, franco e saxão, elementos que caracterizam a estética e as formas em que são estruturados os elementos. Não é nosso objetivo caracterizar cada uma dessas tipologias, mas é preciso destacar que o partido tem uma característica genuína, em que o elemento da madeira desempenha um papel fundamental tanto na estrutura como na composição do telhado. A planta única é uma característica das edificações enxaimel, sendo as divisórias internas orquestradas em consonância com as pilstras de sustentação, principalmente nas edificações de maior porte.

Diversos elementos estruturantes compõem a arquitetura enxaimel (Imagem 1), como os baldrames, os frechais e as tesouras como componentes do telhado, a composição dos esteios e os barrotes para escoras da estrutura. O sistema alemânico, por exemplo, é caracterizado por um afastamento maior dos esteios principais, o que exige um vigamento horizontal maior. Diferentemente do sistema franco, em que os esteios estão mais próximos e as escoras possuem leves ondulações. Os contraventamentos ocorrem nas três tipologias do enxaimel e oferecem maior estabilidade e rigidez à estrutura (GISLON, 2013).

É importante destacar também de que o enxaimel possui um programa bem amplo de aplicação, que vão desde residências com uma volumetria e escala mais reduzida e modesta à edificações de maior porte, com uma verticalidade mais expressiva. Além de ser aplicado em edificações, o enxaimel como técnica construtiva e conhecimento vernacular de uso da madeira, pode ser percebido em peças de mobiliário e em variadas formas de construtivas de aplicabilidade da carpintaria (WITTMANN, 2019).

Para o momento, queremos considerar o fato de que esse partido construtivo veio para o Brasil junto com os imigrantes e manifestou-se em diversas regiões de colonização germânica. No entanto é preciso ter ciência de que houve a necessidade da adaptação do sistema construtivo às limitações impostas pelo meio, pela disponibilidade de matéria-prima e pelas exigências climáticas. Apesar da ocorrência do frio na Região Sul do Brasil, as altas temperaturas que também ali ocorrem exigiram novos processos arquitetônicos.

É difícil, ou até impossível, estabelecer uma tipologia da ocorrência do enxaimel na região de Itapiranga. Primeiramente, porque o fluxo migratório, apesar de homogêneo em alguns sentidos étnicos e culturais, foi originalmente bem diverso, composto de imigrantes natos alemães e de teuto-brasileiros, descendentes de segunda ou terceira geração da imigração do século XIX. Segundo, porque as técnicas construtivas tiveram que ser adaptadas à disponibilidade de materiais, bem como à disponibilidade de recursos financeiros.

Mas é possível considerar a hipótese de que em Porto Novo há ocorrência considerável do enxaimel franco. Consideramos essa perspectiva porque a bibliografia acerca da imigração alemã parece estabelecer um consenso de que grande parte dos imigrantes que se instalou no Brasil é originária da região chamada de *Hunsrück*, localizada na região sudoeste da Alemanha, no estado Renânia-Palatinado, nas proximidades dos rios Mosel e Reno, na divisa atual entre Alemanha, França e Luxemburgo. Essa perspectiva torna-se mais consistente se formos analisar o fato de que em Porto Novo o dialeto alemão *Hunsrückisch* é preponderante (RUSCHENSKY, 2014) e pelo fato de que essa região sudoeste da Alemanha ter uma influên-



cia muito forte do catolicismo cristão, o que nos leva a concluir que muitos alemães e teuto-brasileiros que se instalaram em Porto Novo eram procedentes daquela região.

Outro fator que é preciso considerar é a relevância patrimonial do enxaimel como símbolo cultural e de relevância paisagística. Primeiramente, porque se trata de um conhecimento milenar de construir em carpintaria, um trabalho que vincula práticas de saber fazer, de conhecimento e de técnica de trabalho, constituindo um símbolo de relevância material e imaterial. Segundo, porque caracteriza o processo de formação da paisagem, porque o enxaimel se conecta com o ambiente natural. A casa do colono alemão, por exemplo, conecta-se à cultura do *Hof*, termo que não pode ser traduzido literalmente, mas que designa o conjunto de funções que identificam a sede de um estabelecimento agrícola, compondo-se da residência, das benfeitorias, da horta, do pomar e do pátio (WEIMER, 2005).

### As igrejas enxaimel: ponto focal da paisagem

A arquitetura em madeira representava um padrão construtivo muito comum na região de abrangência do estudo. Em primeiro lugar, pela exuberância da matéria-prima e, em segundo, por se tratar de uma manifestação muito comum pelo baixo custo construtivo em relação às edificações de alvenaria, além de sintetizar um conhecimento de valor cultural. Nesse sentido, diversas igrejas foram construídas em madeira na antiga colônia Porto Novo.

A igreja desempenha um caráter de relevância simbólica por representar, de maneira geral, o elemento comunitário de referência para grande parte dos núcleos coloniais, geralmente localizada em um espaço de destaque num declive acentuado e com sua volumetria singular, o que a diferencia das demais edificações. Por isso a arquitetura das igrejas simboliza o ponto focal da paisagem no contexto dos núcleos comunitários.




**Imagem 1:** Igreja enxaimel do núcleo comunitário da Vila São João em 1953, ponto focal da paisagem



Fonte: Casa da Cultura de São João do Oeste, 2020.

Apresentamos um panorama das edificações que foram mapeadas e consideradas para este estudo, sendo que muitas igrejas em madeira foram demolidas ao longo do tempo, principalmente para dar lugar a construções de alvenaria. Consideramos nesse panorama as igrejas que possuem referências de arquitetura enxaimel. Os exemplares que encontramos em Itapiranga não possuem a estrutura enxaimel aparente, como se costuma reconhecer a tipologia enxaimel, sendo que a estrutura é ocultada pelo fechamento de tábuas.

**Tabela 1:** Panorama de igrejas enxaimel da colonização Porto Novo (Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis)

Igreja	Localização	Construção	Situação atual
 <p><b>Igreja Matriz São João do Oeste</b></p>	<p>São João do Oeste</p>	<p>1945-1948</p>	<p>Bem conservada e utilizada pela comunidade Possui elementos de enxaimel na estrutura e no campanário</p>
 <p><b>Igreja Linha Jaboticaba</b></p>	<p>Linha Jaboticaba, São João do Oeste</p>	<p>1936</p>	<p>Demolida</p>
 <p><b>Igreja São Rafael</b></p>	<p>Linha Popi, Itapiranga</p>	<p>1950-1952</p>	<p>Bem conservada e utilizada pela comunidade Possui elementos de enxaimel na estrutura</p>

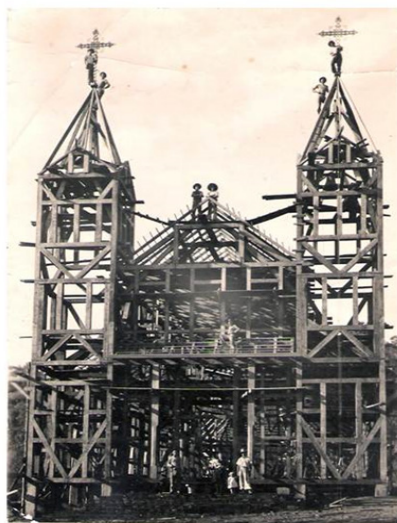
 <p><b>Antiga Igreja Matriz Itapiranga</b></p>	<p>Itapiranga</p>	<p>1929</p>	<p>Antiga edificação; hoje é depósito de uma casa comercial. Mal conservada</p> <p>Possui elementos de enxaimel na estrutura</p>
 <p><b>Igreja Linha Macuco</b></p>	<p>Linha Macuco, São João do Oeste</p>	<p>1948</p>	<p>Bem conservada e utilizada pela comunidade Possui elementos de enxaimel na estrutura</p>
 <p><b>Igreja Linha Santa Cruz</b></p>	<p>Linha Santa Cruz, Itapiranga</p>	<p>Não identificado</p>	<p>Bem conservada e utilizada pela comunidade Possui elementos do enxaimel na estrutura</p>
 <p><b>Igreja Linha Pitangueira</b></p>	<p>Linha Pitangueira, Tunápolis</p>	<p>Não identificado</p>	<p>Demolida</p>

Fonte: Elabora pelos autores. Fotos: Arquivo dos autores.

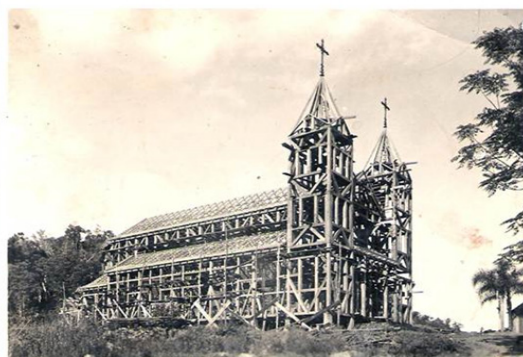
Para compreender o padrão construtivo das igrejas, analisaremos a Igreja São Rafael por ter uma documentação iconográfica mais consistente. A Igreja São Rafael foi construída entre os anos de 1950 e 1952. O mestre carpinteiro da obra foi Reinoldo Goetz. A comunidade engajou-se na construção da igreja, tanto na doação e coleta de madeira como na construção através de mão de obra voluntária (na cultura popular, chamava-se isso de trabalho voluntário e *Fronarbeit*, algo como um trabalho comunitário obrigatório). Para a estrutura foram utilizadas as madeira da cabreúva (*Myrcarpus frondosus*), da canafístula (*Peltophorum dubium*) e do pinus (*Pinus elliottii*) para o fechamento de tábuas.

Na imagem 2, observamos a estrutura enxaimel num flagrante de sua construção em 1952 com uma perspectiva frontal (1) e lateral (2). Podemos observar os esteios na nave central em peça única de aproximadamente 11 metros de altura. De forma longitudinal, observam-se os baldrames encaixados com os esteios e escoras. Nas duas torres também observamos os encaixes estruturais caracterizantes do enxaimel.

**Imagem 2:** Igreja São Rafael, detalhes construtivos



1



2

Fonte: Arquivo da Comunidade São Rafael. Adaptado pelos autores, 2020.

### **Justificativa do projeto: a réplica como monumento histórico**

A partir da perda de muitos exemplares de igrejas enxaimel na região,

recentemente um empreendimento buscou reconstruir algumas edificações para a construção de um parque temático denominado de Vila Germânica. O parque apresentará uma proposta de resgate da história e da memória da colonização de Itapiranga, bem como aspectos do desenvolvimento da agricultura através da realocação de edificações presentes na região e que estavam abandonadas pelos proprietários e também pela construção de réplicas de exemplares perdidos ao longo do tempo. O parque está localizado na Linha Cordilheira, interior de Itapiranga, e buscará oferecer espaços de visitação para turistas e comunidade local para que possam ter contato com exemplares de arquitetura colonial local. A ideia buscar  aliarmos um empreendimento turístico   temática da história e da cultura da comunidade, recriando um núcleo comunitário caracterizante do processo de desenvolvimento das linhas coloniais. Além de espaço turístico, o parque tem como proposta servir de referência de memória e história local, como referência de identidade do processo de coloniza o e desenvolvimento da região, bem como espaço de educa o patrimonial e valoriza o da história.

Entre as várias edifica es que serão alocadas ou reconstruídas para o referido parque apresentamos a proposta de reconstru o da igreja enxaimel de Linha Presidente Becker. Nesse sentido, a reconstru o da réplica a partir de um levantamento criterioso sobre as características arquitetônicas e os processos históricos inerentes   igreja em questão pretende oferecer   comunidade exemplares fidedignos da arquitetura enxaimel na inten o de estimular a reflexão sobre a riqueza da arquitetura enxaimel como prática vernacular. Na concep o de Badalotti (2015), entende-se por arquitetura vernacular todo tipo de arquitetura produzida sem arquiteto, pelo povo, prática, caseira;   uma arquitetura an nima, comum, sem *pedigree*. Nela se empregam recursos e materiais do próprio ambiente onde a edifica o   construída, resultando em uma arquitetura de caráter local ou regional. O modo de vida dessas sociedades e seus valores são os determinantes nas formas dessas constru es.

Para entendermos a proposta da reconstru o da igreja enxaimel, precisamos vislumbrar uma fundamenta o conceitual presente na Carta de Burra, proposta pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). No seu capítulo 5, a Carta apresenta a possibilidade de reconstru o de edifica es que tenham tido sua integridade ameaçada por desgastes ou modifica es ou quando seja possível restabelecer ao conjunto de um bem uma significa o cultural perdida.

No seu artigo 18, a Carta de Burra estabelece que a reconstru o deve limitar-se   coloca o de elementos destinados a completar uma entidade desfalcada, não devendo significar a reconstru o da maior parte da substância de um bem (CARTA DE BURRA, 1980). Mas e em casos de edifica es completamente

perdidas? É possível propor a reconstrução de um edifício para que sirva de referencial de memória? Essa nova edificação, mesmo tendo um partido arquitetônico similar, serve de referência arquitetônica de caráter patrimonial? Podemos legitimar a proposta de reconstrução da igreja enxaimel observando a justificativa de que é possível a reconstrução restabelecendo ao conjunto de um bem uma significação cultural perdida.

Para tanto, a proposta de reconstrução de uma igreja enxaimel pretende servir de referência histórica, um elo de conexão material diante da perda de uma edificação pelas circunstâncias do tempo. Nesse sentido, as réplicas materializam a imagem do passado como símbolo de memória e representação material do passado. A partir dessa vinculação com o passado, as igrejas retomam, mesmo que parcialmente, sua função arquitetônica, adquirindo caráter de monumento no sentido de representação histórica. Na visão de Choay (2001), o monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. A natureza afetiva de seu propósito é essencial, de tocar pela emoção uma memória viva. Obviamente, não se pretende com a proposta criar um monumento que tenha a pretensão de se vincular e legitimar o contexto histórico no qual as antigas igrejas foram construídas. O que se pretende é construir uma réplica com maior fidedignidade possível, para que ela possa ser um símbolo de memória e conseqüentemente ser incorporada como monumento histórico através de uma linguagem arquitetônica. É uma edificação nova, mas concebida a partir de leitura histórica e de um estudo arquitetônico detalhado de uma igreja demolida.

A proposta de construção da réplica fundamenta-se na ideia do restabelecimento de um padrão arquitetônico no tempo presente, mantendo a sua conexão temporal com o passado como símbolo de arte, de um saber fazer do passado, de uma expressão histórica materializada através da arte arquitetônica. Nesse sentido, utilizou-se o pressuposto restaurativo de Brandi no sentido de evitar ao máximo possível o falso artístico ou um falso histórico e elucidar o conceito de refazimento como prática de reconstrução.

Também um refazimento testemunha a intervenção humana, e também ao refazimento deve ser dado um lugar na história. Mas um refazimento não é o mesmo que uma adição. A adição pode completar, ou pode desenvolver, sobretudo na arquitetura, funções diversas das iniciais; na adição, não se recalca, antes se desenvolve ou se enxerta. O refazimento, ao contrário, pretende replasmar a obra, intervir no processo criativo de maneira análoga ao modo como se desenrolou o processo criativo originário, refundir o velho e o novo de modo a não distingui-los e a abolir ou reduzir ao mínimo o intervalo de tempo que aparta dois momentos (BRANDI, 2004, p. 73).

## Resgate histórico e tipológico das igrejas de Linha Presidente Becker

A Linha Presidente Becker teve seu desenvolvimento histórico vinculado ao processo de colonização de Porto Novo (Itapiranga). No entanto uma peculiaridade pode ser destacada para essa localidade: a singularidade étnica germânica pela excepcionalidade de que nessa região se instalaram famílias de ascendência alemã. Schneider (2019) destaca que essa localidade foi destinada a receber imigrantes da Alemanha no contexto da década de 1930, o que acabou formando um quisto étnico relativamente homogêneo.

Esses imigrantes trouxeram consigo padrões de cultura, conhecimentos e formas de vida que se adaptaram à nova realidade diante do contexto natural e climático. Entre esses conhecimentos nos interessa no momento o saber construir, que obviamente possuía muitos nuances, mas que se refletiu também através do enxaimel.

Em Linha Becker foram construídas duas igrejas em madeira com o padrão construtivo enxaimel. A primeira (Imagem 3), construída em 1937, acabou sendo destruída por uma tempestade. Após esse episódio, a comunidade construiu uma nova igreja em madeira com as mesmas dimensões da primeira, mas com uma estrutura mais reforçada. Na primeira igreja construída, a torre sineira fazia parte do volume da nave principal, enquanto que, na segunda construção, a torre foi anexada à nave central, criando uma nova saliência na fachada frontal.

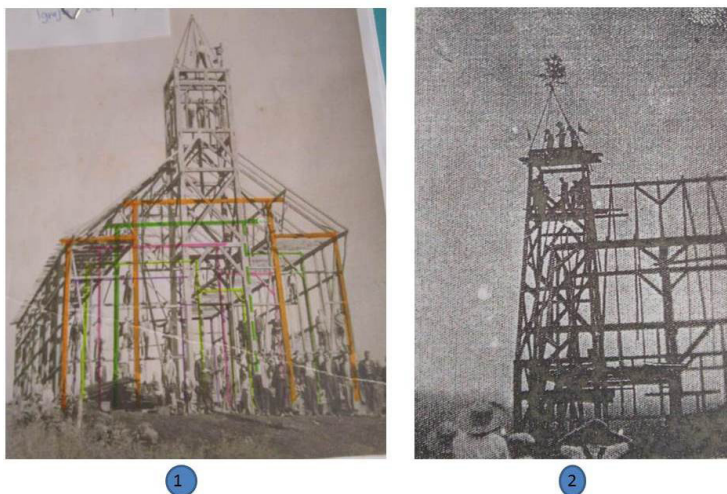
**Imagem 3:** Primeira igreja em madeira de Linha Presidente Becker



Fonte: Arquivo de Estevão Wohlfart.

A segunda igreja foi construída buscando as características principais da fachada, mas com uma estrutura mais consistente. Podemos observar a técnica enxaimel no registro de construção da segunda igreja, como vemos na Imagem 4, onde observamos a estrutura numa perspectiva frontal (1) e os detalhes da torre (2).

**Imagem 4:** Detalhes da estrutura enxaimel da igreja



Fonte: Arquivo da comunidade de Linha Becker. Adaptado pelos autores, 2020.

A segunda igreja (Imagem 5) foi construída no mesmo local da primeira e foi demolida para a construção de uma nova igreja em alvenaria no início da década de 1970. O que existe no centro comunitário de Linha Presidente Becker é uma réplica em menor escala, que serve como testemunho da história.

**Imagem 5:** Segunda igreja de Linha Presidente Becker, ano de 1953



Fonte: Spohr, 2016, p.127.



## Conceito e partido

A proposta do projeto de uma réplica buscou sintetizar as características das duas igrejas a partir de um estudo histórico e iconográfico através de fotos históricas e depoimentos de moradores da comunidade, que relataram características arquitetônicas a partir de fragmentos de memória do passado.

O conceito buscou criar um vínculo com a identidade histórica das comunidades da colonização Porto Novo. A partir do projeto Parque Vila Germânica com uma proposta de recriar uma vila germânica, o projeto precisaria desenvolver a construção de uma igreja pela sua representatividade simbólica como núcleo comunitário. Como a comunidade de Linha Becker é muito significativa para a história de Itapiranga, como espaço de colonização germânica e local da realização da primeira Oktoberfest do Brasil, optou-se por construir uma réplica da antiga igreja da comunidade como símbolo histórico e arquitetônico pela expressão enxaimel remeter à etnicidade germânica.

A partir dos depoimentos de moradores foram catalogadas informações sobre as duas igrejas tanto nos detalhes das fachadas, das aberturas, das escadas, da planta, do mobiliário e da escada de acesso à torre.

O partido da construção da réplica buscou valorizar o ponto focal da representatividade da igreja para os moradores da comunidade de Linha Becker. A igreja representa um elemento muito significativo para as comunidades da região como símbolo histórico e cultural. Nesse sentido, a igreja pela sua volumetria está alocada no Parque como elemento significativo no conjunto arquitetônico e paisagístico.

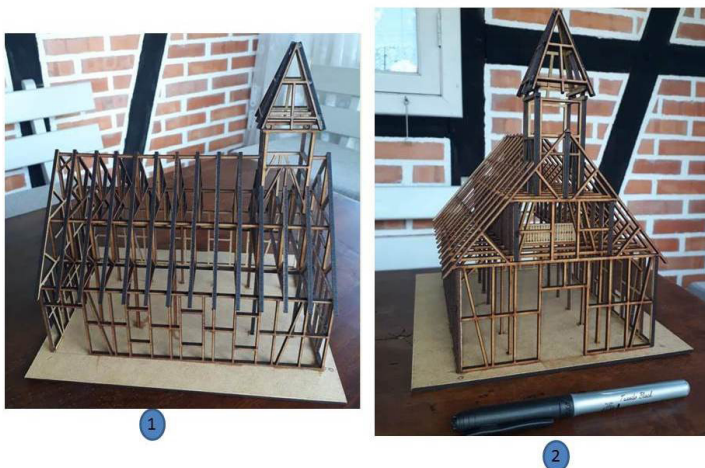
Para a execução do projeto foi considerada a fachada da primeira igreja a partir de relatos de moradores da comunidade e a estrutura da segunda a partir de fotografias de sua construção, o que sintetiza as características arquitetônicas das duas. Assim, a proposta de construção de uma réplica é a simbiose de duas edificações. A partir disso, a proposta apresenta a seguinte volumetria e representação:

**Imagem 6:** Representação gráfica da proposta de edificação

Fonte: Simone Eidt, 2019.

## Execução do projeto

Depois de elaborada a planta virtual da proposta, foi contratada a empresa Casas Enxaimel, de Blumenau/SC. A empresa é especializada em restauração e construção de edificações enxaimel, buscando respeitar e valorizar os princípios da técnica arquitetônica. A partir da planta virtual foi elaborada uma maquete em menor escala para estudo e detalhamento do projeto, como podemos observar na Imagem 7 com uma perspectiva lateral (1) e frontal (2) da maquete.

**Imagem 7:** Maquetes elaboradas pela empresa Casas Enxaimel

Fonte: Casas Enxaimel, 2019. Arquivo dos autores.

Após aprovação e estudo detalhado da proposta, a empresa Casas Enxaimel iniciou a confecção da estrutura da igreja. A empresa busca respeitar as técnicas típicas do processo construção enxaimel. Essa é uma das características positivas do enxaimel, porque a edificação pode ser montada e desmontada a partir de um detalhamento numeral dos encaixes da estrutura, e o fechamento das paredes pode ser feito no local da construção a partir de materiais diversos, como tijolos (à vista ou com reboco), tábuas, vidro.

Para a construção foi providenciada uma base de concreto de 8m x 13m, para que o nivelamento se tornasse possível. A partir dessa base iniciou-se a montagem da estrutura.

**Imagem 8:** Detalhes da montagem da estrutura



Fonte: Simone Eidt, 2019.

O encaixe das peças torna-se possível a partir da numeração de cada peça, aspecto construtivo típico da técnica enxaimel. Na Imagem 8, podemos perceber a numeração e os pregos de madeira onde são encaixadas as peças. Para a execução da edificação foi necessário um estudo detalhado da ação das forças e do vento para que a estrutura fosse consistente. Na finalização da construção, optou-se por acrescentar contraventamentos para que a estrutura pudesse suportar as ações do tempo. A madeira utilizada foi o pinus tratado, e como selante utilizou-se óleo queimado.

A cobertura foi outra questão importante no desenvolvimento do projeto. A primeira igreja de Linha Becker era coberta com taubilhas de madeira, as populares telhas feitas de madeira, muito comuns na colonização (em alemão chamadas de

*Schindeln*). Foi contatada uma empresa especializada de São Paulo, mas, no entanto, essa empresa não realizava entregas para o sul do Brasil, além do custo ficar muito alto.

A equipe de marceneiros e carpinteiros que atuava na obra considerou a possibilidade de fazer manualmente as taubilhas, opção que também foi desconsiderada pela grande quantidade de madeira necessária e pela complexidade de mão de obra para o trabalho, visto que a cobertura precisa ser bem feita para a conservação do enxaimel.

Assim se partiu para o estudo da cobertura da segunda igreja de Linha Becker, que, segundo relatos de moradores, era feita de zinco. O zinco era outra cobertura bastante utilizada historicamente em edificações locais. Por isso optou-se pela cobertura de aluzinco para a edificação atual, que imita a telha cerâmica.

**Imagem 9:** Detalhes da colocação do telhado e do fechamento com tábuas



Fonte: Simone Eidt, 2019.

Para o assoalho optou-se utilizar o porcelanato, que representa tábuas de madeira, porque é muito importante isolar a umidade, visto ser necessário proteger a estrutura de madeira. O porcelanato é uma solução técnica mais duradoura, que oferece um aspecto caracterizante do assoalho de madeira típico das antigas igrejas.

A finalização da execução do projeto proporcionou uma edificação de considerável valor arquitetônico, porque busca valorizar a riqueza e a singularidade da arquitetura enxaimel no intuito de estimular uma reflexão da sociedade sobre a dimensão patrimonial dessas edificações para o contexto cultural e histórico local. Na Imagem 10, percebemos uma perspectiva frontal (1) e uma perspectiva lateral (2) da edificação enxaimel concluída.

**Imagem 10:** Perspectivas da edificação concluída em agosto de 2020



Fonte: Simone Eidt, 2020.

## Conclusão

A história da colonização de Itapiranga reflete um padrão cultural que torna sua identidade germânica muito representativa. Nesse sentido, o processo de formação da colônia constituiu um processo sociocultural que formou uma gênese étnica que se manifesta atualmente nas tradições, nos valores e nos símbolos culturais.

Dentre esses símbolos destacamos aqui as igrejas enxaimel, que foram construídas ao longo do processo de desenvolvimento da colônia, muitas delas já não mais presentes na paisagem e outras ainda vivas no contexto atual como símbolo de uma identidade histórica da arquitetura em madeira. Assim, destacamos aqui a relevância dessas igrejas para a dimensão patrimonial e como tal merecem uma valorização por sua dimensão simbólica e pela relevância paisagística que desempenham no contexto local.

Dessa forma, o estudo buscou discutir a importância da arquitetura enxaimel como símbolo de identidade germânica, que se vincula à história e à cultura tanto na sua dimensão material como manifesto arquitetônico, bem como num saber edificar a partir da técnica construtiva enxaimel, constituindo um valor de conhecimento vernacular.

A partir disso, é apresentada a proposta de construção de uma réplica de

uma antiga igreja enxaimel, simbolizando uma proposta de valorização e requalificação da arquitetura enxaimel. A construção enquadra-se num empreendimento de cunho turístico que pretende oferecer à comunidade exemplares de arquitetura de caráter histórico para fins de apreciação, conscientização e obviamente de valorização.

## Referências

- BADALOTTI, Claudine M. **Arquitetura, etnicidade e patrimônio**: as construções da imigração italiana na Rota dos Caminhos de Pedra no Rio Grande do Sul. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.
- BAVARESCO, Paulo. **Ciclos econômicos regionais**: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense. Chapecó: Argos, 2005.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução de Beatriz Kühl. Cotia SP: Ateliê Editorial, 2004.
- CARTA DE BURRA. 1980. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – Icomos, 1980. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>> Acesso em 31/07/2020.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- GISLON, Jacinta Milanez. **A invenção da cidade germânica**: tradição, memória e identidade na arquitetura contemporânea de Forquilha-SC. 173 p. Florianópolis. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFSC, 2013.
- JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Iris Gráfica e Editora, 2000.
- NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura**: o projeto de imigração e colonização étnica particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). 634 p. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Porto Alegre, 2009.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969
- RUSCHEINSKY, Elena W. **“Uma vez” falando em alemão**: o uso da variante no português falado em Itapiranga e São João do Oeste-SC. 118 f. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFFS, Chapecó, 2014.
- SCHNEIDER, Maikel Gustavo. **Talvez eu nunca mais veja minha terra natal**: a trajetória de imigrantes alemães na colonização de Porto Novo/SC (1932-1942). São Carlos: Pedro&João Editores, 2019.
- SPOHR, P. Inácio. **História das casas**: um resgate histórico dos jesuítas no sul do Brasil – Paróquia São Pedro Canísio Itapiranga/SC. Porto Alegre: Padre Reus, 2016.
- WEIMER, Günter. **A arquitetura popular da imigração alemã**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

WITTMANN, Angelina. **Fachwerk** – a técnica construtiva enxaimel. Blumenau: AmoLer Editora, 2019.

WERLE, André Carlos. **Porto Novo**: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina. Curitiba: CRV, 2011.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1994.

# PROPOSTA DE UM CENTRO CULTURAL NA EDIFICAÇÃO DA MADEIREIRA REDENTORA EM DESCANSO/SC

*Alessandro Alves<sup>1</sup>*

*Camila Antonia Gabiatti<sup>2</sup>*

*Claudine Machado Badalotti<sup>3</sup>*

## Resumo

Um centro cultural tem como papel primordial o desenvolvimento do povo de uma cidade através da inclusão social desse na cadeia produtiva da cultura, oferecendo condições para que todos tenham acesso à criatividade artística das diversas manifestações culturais. A isso agregam-se também algumas das funções da arquitetura e do urbanismo, que têm a capacidade de ressignificar construções ou espaços que se encontram em situação de abandono. Para tanto, edificações podem ser restauradas e ainda ser apresentadas novas propostas de uso. Assim, o presente artigo tem como objetivo geral a elaboração de uma proposta de uso por meio de um anteprojeto arquitetônico relativo a um centro cultural e espaço de memórias, compatível com a escala do município de Descanso/SC. A metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa segue a linha exploratória, configurada ainda como pesquisa qualitativa, explorando as características de uma obra arquitetônica para o levantamento de dados *in loco*, que servem de embasamento para a formulação da proposta final. Acredita-se que os resultados obtidos com o anteprojeto apresentado transpassam a edificação de um centro cultural, buscando a valorização da cultura aplicada ao patrimônio construído e suas relações com a significação dessa arquitetura para a comunidade envolvida.

---

1 Doutor em Engenharia Civil (UFMS). Arquiteto e Urbanista (UFMS). Engenheiro Civil (UFMS). Professor da UFMS. Email: [alessandro.alves@ufms.br](mailto:alessandro.alves@ufms.br).

2 Gradua em Arquitetura e Urbanismo (UCEFF).

3 Pós-Graduada em Arquitetura Hospitalar (IACHS) e pós graduada em Planejamento Urbano (UNOESC).



**Palavras chave:** Anteprojeto arquitetônico. Centro cultural. Valorização da cultura.

### Considerações iniciais

Um centro cultural é um veículo de disseminação da cultura e está envolto em questões referentes à identidade e à história de uma determinada localidade. Por esse motivo também pode ser um espaço de perpetuação de memórias. Destaca-se ainda que um centro de cultura é um espaço destinado às manifestações artísticas, possui cunho educacional e fortalece as relações humanas individuais e coletivas, tendo como papel primordial o desenvolvimento do povo de uma cidade através da inclusão social desse na cadeia produtiva da cultura (LOURETO, 2016).

A palavra cultura tem diversas acepções, podendo advir da ideia de natureza, de cultivo da terra, das atividades humanas que se relacionam ao ato de cultivar ou até mesmo ao latim *colere*, que se relaciona ao ato de habitar. Está também atrelada à arte e às tradições de um povo, ao culto às religiões, ao cumprimento de regras (EAGLETON, 2003).

Dessa forma, a importância da pesquisa está pautada no fato do município de Descanso/SC não possuir um ambiente apropriado para disseminar as atividades culturais realizadas atualmente na cidade e não dispor de um espaço para a preservação da história local. Diante dessa realidade, foi proposto um anteprojeto arquitetônico de um centro cultural e espaço de memórias para o município em um lote de significância histórica, sendo registrado como o local de descanso da Coluna Prestes e onde as primeiras famílias montaram acampamento ao chegar no município (ORO, 2001).

Ainda existe no lote selecionado para a proposta arquitetônica um galpão, sede de uma antiga madeireira local, ressaltando finalmente que a extração de madeira foi uma das primeiras atividades econômicas do município. Dessa forma, o artigo busca igualmente evidenciar a importância de um centro cultural para o município de Descanso, bem como a relevância do galpão para a história, o patrimônio e a preservação da cultura local.

A metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa segue a linha exploratória, amparada na pesquisa documental e bibliográfica, sendo ainda configurada como pesquisa qualitativa, baseada no pressuposto que explorou as características de uma obra arquitetônica para o levantamento de dados *in loco* como importante ferramenta para o embasamento da formulação da proposta final.

Para a concepção do anteprojeto arquitetônico foi adotado o método definido por Astorga (2016), baseado em três etapas distintas: a primeira trata do cadastro da edificação por meio da confecção de desenhos e detalhes para registrar o que existe hoje, sua materialidade e sistema construtivo. O levantamento da pesquisa

cadastral sobre a obra é apresentado neste estudo na forma de ficha de inventário.

Posteriormente, parte-se para o diagnóstico da edificação, em que é realizado o levantamento das patologias com o objetivo de evidenciar o estado de conservação da mesma, apresentado neste estudo sob a forma de mapa de danos, registrado visualmente e contemplando um trabalho acadêmico. Finalmente, é apresentada a proposta técnica para a edificação, um anteprojeto arquitetônico, representado aqui na forma de perspectivas eletrônicas.

A organização textual parte de uma discussão sobre o processo de formação do município de Descanso, descrito de forma panorâmica e breve, onde o objetivo é localizar o sujeito no espaço de pesquisa, discorre sobre a cultura presente na atualidade para então inserir a edificação nesse contexto e compreender a importância da mesma enquanto lugar de memória.

Em um segundo momento, o texto apresenta a proposta de intervenção no lote em que se encontra o antigo galpão da Madeireira Redentora Ltda., preservando a antiga edificação a partir da proposta de um novo uso e ainda agregando um novo bloco cultural ao conjunto.

As considerações finais da pesquisa retomam as principais conclusões decorrentes do anteprojeto apresentado, reiterando o resultado da aprendizagem resultante deste estudo, principalmente o que se reflete na valorização da cultura aplicada ao patrimônio construído e suas relações com a significação dessa arquitetura para a comunidade envolvida.

### **Imigração no extremo oeste catarinense – município de Descanso/SC**

Dentro do contexto da pesquisa, é indispensável uma breve contextualização histórica sobre o processo de formação do município de Descanso/SC. A imigração foi um dos motores da apropriação de novos espaços territoriais por ocasião das descobertas marítimas no século XVI, que possibilitaram aos europeus o conhecimento de novos continentes. Dessa forma, iniciou-se o processo de imigração no denominado Novo Mundo, voltado inicialmente para a exploração, em que a vinda de europeus para as Américas se enquadra nessa condição, ocasionando, além de um choque cultural, a escravidão de povos nativos (VIEIRA FILHO & WEISSHEIMER, 2011).

Com o advento das tecnologias, especificamente a máquina a vapor, especialmente no continente europeu, as pessoas foram sucessivamente trocadas por máquinas, uma transformação que marcou os séculos XVIII e XIX de forma intensa. No século XIX, houve um grande crescimento populacional nos países ocidentais da Europa, fato que trouxe inúmeras transformações e conflitos na organização da sociedade europeia. Essas transformações incidiram diretamente nas classes menos

favorecidas da sociedade, que protestaram insatisfatoriamente, de modo a emigrar da Europa para a América (WACHOWICZ, 1970).

Sabe-se que a emigração era desejável na Itália, uma vez que o país não conseguia absorver a mão de obra excedente resultante da transição do sistema de produção feudal para o capitalismo industrial. Essa grande quantidade de trabalhadores não qualificados, que não se enquadrava nos padrões dos trabalhadores das fábricas, fez surgir uma massa de desempregados, formada quase que exclusivamente pelos camponeses. Aliado a isso, havia ainda a falta de leis para o meio rural, as questões políticas e religiosas (WACHOWICZ, 1970).

Conforme Colognese (2004), a imigração no Brasil ocorreu graças à necessidade de povoar áreas correspondentes a vazios demográficos e à situação social e econômica que o país vivia. Para tanto, o país divulgou suas terras como altamente férteis, ricas e produtivas. Assim, a partir do século XIX, muitos imigrantes estabeleceram-se no Brasil, fato que contribuiu para que atualmente o país conte com uma vasta diversificação de etnias (alemães, italianos, russos, poloneses, etc.).

Conforme Santos (2000), no ano de 1900, Santa Catarina contava apenas com 25 municípios, distribuídos no litoral, planalto e sul do estado, inexistindo nesse contexto o oeste catarinense. Em 1897, ocorreu a definição dos limites da fronteira com a Argentina. Já durante os anos de 1900 a 1904, uma comissão comandada por militares definiu os limites da conhecida área de Palmas, criando mapas e pontos referenciais que limitavam o estado de Santa Catarina, o estado do Rio Grande do Sul e a Argentina.

A região que compreende o extremo oeste de Santa Catarina foi uma área pleiteada “[...] primeiramente, entre portugueses e espanhóis, depois, por questões de limites, entre os estados de Santa Catarina e Paraná” (ORO, 2001, p. 17).

Ressalta-se que a incorporação do extremo oeste em 1916 ao território catarinense ocorreu quando se iniciava o preenchimento do vazio demográfico das terras próximas à República Argentina através da emigração das antigas colônias do Rio Grande do Sul. Os imigrantes possuíam diversas etnias e miscigenações, como “lusu-brasileiros, ítalo-brasileiros - estes em sua maioria teuto-brasileiros -, polono-brasileiros e todos já trazendo traços culturais advindos de tradição gauchesca” (PIAZA, 2000, p. 33).

Nas primeiras décadas do século XX, com a colonização intensificada no meio-oeste catarinense, a extração da madeira tornou-se expressiva. No extremo oeste, o que compreende as proximidades com a Argentina, especificamente na segunda e terceira décadas do século XX, prevaleceram as madeireiras e serrarias de pequeno porte e diversas companhias colonizadoras. Antes da chegada do transporte rodoviário, as toras dependiam das cheias do rio Uruguai para ser comercia-

lizadas para a Argentina. Nesse âmbito, cabe ressaltar o contexto das madeiras em Santa Catarina (VALENTINI, 2015).

A exportação da madeira e a instalação de serrarias acentuaram-se no estado com a chegada dos imigrantes italianos e alemães no litoral, que fundaram suas primeiras colônias em 1850. Aproveitaram os rios para mover as toras e consequentemente mover as serras para o corte da madeira. Assim, as serrarias eram construídas nas margens dos rios. No início do século XIX e até aproximadamente a década de 1930, a economia do estado catarinense possuía forte influência do setor madeireiro (POZZI, 1974).

Segundo Carvalho & Nodari (2008, p. 66), a atividade madeireira intensificou-se em 1910 “[...] com a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, a chegada da companhia Lumber e a crescente demanda por madeira no sudeste brasileiro, na Argentina e Uruguai”. A madeira extraída era a araucária, onde antes da chegada desses elementos intensificadores a serrarias eram pequenas, rudimentares e serviam apenas à comunidade local.

Conforme exposto, pode-se observar que, em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, a imigração proporcionou o desenvolvimento desses estados. No tocante ao extremo oeste catarinense, a colonização ocorreu tardiamente em comparação ao restante do estado, pois era uma região de conflitos particularmente por questões de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

Nesse âmbito, a partir da definição do espaço territorial em 1916 com o fim da Guerra do Contestado (CARVALHO & NODARI, 2008), o estado catarinense estendeu seus limites até a fronteira com a Argentina e começou o processo de povoamento da região, colonizada principalmente por migrantes que já residiam no estado do Rio Grande do Sul. Nesse cenário, a extração da madeira foi uma atividade econômica fervorosa e que teve significância para o desenvolvimento dos municípios e cidades do extremo oeste, bem como de todo o estado. Junto com a colonização vieram novas formas de cultivar a terra, de morar e viver, que contribuem atualmente para a ampla diversificação cultural da região.

Segundo Oro (2013), um fator marcante foi o ciclo da madeira ocorrido nas décadas de 1940 a 1960. No tocante ao município de Descanso/SC, eram extraídas madeiras nativas, que em estado bruto eram transportadas por meio de caminhões até o rio Uruguai, no qual eram escoadas através de balsas e negociadas na Argentina.

Apenas em 1970, no município de Descanso/SC, Vitorio Basso, natural de Flores da Cunha/RS, iniciou as atividades da serraria da Madeireira Redentora Ltda. às margens do rio Macaco Branco. A serraria era movida por uma máquina a vapor e, mais tarde, passou a ser movida por eletricidade. O galpão da antiga sede

da Madeireira Redentora Ltda., segundo Oro (2001), é o local onde as primeiras famílias advindas do Rio Grande do Sul montaram acampamento, bem como o suposto local onde Luís Carlos Prestes teria descansado (JORNAL IMAGEM, 2011).

Atualmente, o galpão não é mais utilizado pela Madeireira Redentora Ltda., pois está localizado em uma faixa da Área de Preservação Permanente (APP) do rio Macaco Branco, porém é alugado para depósito de máquinas agrícolas. O terreno de esquina da rua Humberto de Campos com a rua Coluna Prestes situa-se no centro de Descanso/SC.

Em razão do que foi mencionado, afirma-se ainda que a primeira atividade econômica dos colonizadores foi a extração da madeira, sendo um dos fatores responsáveis pela colonização e pelo desenvolvimento do município. Nessa conjuntura, o galpão da Madeireira Redentora Ltda. ganha importância e significação, pois passa a ser um elemento associativo à primeira atividade econômica, além de estar localizado em uma área histórica, onde os primeiros colonizadores fixaram morada.

## **Cultura no contexto de Descanso/SC**

Conforme Fuhrmamm *et al.* (2017), o município de Descanso possui potencial para a exploração cultural, turística e econômica devido aos atrativos de lazer existentes no município, como os *campings*, os ‘pesque e pague’, cachoeiras e a estátua que recebe a denominação de Cristo Redentor em alusão ao monumento do Rio de Janeiro. Ainda aborda também a questão da necessidade de um espaço de memórias, museu ou uma casa da cultura para preservar a história do município.

Os bens que fazem parte atualmente do patrimônio e retratam a história do município estão armazenados em uma edificação localizada em um terreno de esquina na rua Marechal Deodoro com a rua da República, também no centro de Descanso/SC. Atualmente, o acervo está acondicionado em uma pequena sala, funcionando mais como um depósito do que como um espaço de memórias.

Descanso/SC também realiza algumas atividades culturais com crianças e adolescentes, como a oficina de flauta doce, que ocorre nas dependências da Biblioteca Pública Municipal, assim como a oficina de teatro, que desempenha suas atividades na Escola de Educação Básica Everardo Backheuser. Ambas são realizadas por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura de Descanso e beneficiam aproximadamente cem alunos em aulas no contraturno escolar (DALPIAS, 2017).

Os idosos também desempenham atividades culturais, como encontros e eventos semanais, sendo que, conforme consulta à secretária Marise T. P. Giombelli, da Secretaria de Educação e Cultura de Descanso/SC (2018), o município conta com 12 grupos de terceira idade, disseminados nas comunidades do município, no interior e na sede, que totalizam aproximadamente 700 pessoas.

Ainda segundo a secretária da Educação e Cultura de Descanso, Marise T.P. Giombelli (2018), outras atividades são realizadas na sede do município, como oficinas de *muay thai*, dança e violão. Também são realizadas atividades que envolvem tanto as pessoas do núcleo urbano de Descanso como das comunidades do interior, como um grupo de artesanato e um grupo de cultura italiana.

Diante dos dados apresentados, conclui-se que Descanso/SC não possui nenhum memorial para expor os bens históricos materiais existentes. Em compensação, as raízes da colonização são mantidas através de grupos culturais, como o grupo italiano, e por intermédio do CTG Candeeiro do Oeste.

Também há a valorização dos grupos de idosos e de expressões artísticas relacionadas à música, à expressão corporal e ao teatro. Enfim, cabe ressaltar que investimentos no setor cultural são importantes, pois garantem a sobrevivência do patrimônio cultural imaterial e material, assim como fomentam a diversificação das atividades culturais.

### **Justificativa da proposta**

O centro cultural tem por fundamento incluir as pessoas no processo de produção e perpetuação da cultura. Portanto compreende-se que o mesmo é importante para o desenvolvimento, inclusão e incentivo cultural das pessoas nesse processo. O único centro cultural existente, que desenvolve suas atividades no município de Descanso/SC desde o ano de 1972 (PROGRESSO, 2018), é o Centro de Tradições Gaúchas, denominado CTG Candeeiro do Oeste, que possui uma sede elaborada somente para esta finalidade: disseminar e incentivar a tradição gaúcha.

Conforme consulta a secretária Marise T. P. Giombelli, da Secretaria de Educação e Cultura de Descanso/SC (2018), atividades como palestras, cursos, festivais, reuniões vinculadas à municipalidade necessitam do aluguel de espaços para o seu desenvolvimento, uma vez que a municipalidade não dispõe de um auditório destinado a esses usos.

A proposta tem por objetivo atender a população de Descanso/SC e também o público em geral, que queira conhecer a história do município, participar das atividades desenvolvidas nos espaços do centro cultural ou usufruir da área, visto que será um local de uso público e que retomará as memórias da história do município.

Especificamente, conforme dados obtidos junto à secretária da Secretaria da Educação e Cultura do município de Descanso/SC (2018), o centro cultural e espaço de memórias visa atender os grupos de idosos, que, no total, são 12 (aproximadamente 700 pessoas), os clubes de mães, que são 20 (aproximadamente 400 mães envolvidas). Também 60 crianças e adolescentes da oficina de teatro, 40 crianças da oficina de flauta doce, 40 pessoas da oficina de *muay thai*, 20 pessoas da oficina

de dança, 15 pessoas da oficina de violão, 20 pessoas que participam de um grupo de artesanato e 20 pessoas de um grupo italiano.

A cidade, segundo dados do censo do IBGE (2018), conta com uma população de 8.308 habitantes, ou seja, aproximadamente 24% da população atual seriam beneficiados diretamente com a proposta, sem mencionar as pessoas que utilizariam o espaço esporadicamente.

Dessa forma, um centro cultural para Descanso/SC justifica-se pela necessidade de um espaço que propicie infraestrutura para vincular as atividades culturais desenvolvidas atual e futuramente. O espaço também poderá fomentar outras oficinas, por exemplo uma oficina para a produção artesanal de produtos derivados do pêssego, uma vez que Descanso/SC é conhecida regionalmente como a ‘capital do pêssego’ (PROGRESSO, 2017).

Outro fato, conforme a Secretaria de Educação e Cultura de Descanso (2018), refere-se à quase totalidade do acervo histórico do município estar armazenado em uma edificação sem um espaço apropriado para a sua exposição, o que inviabiliza para as gerações atuais e futuras conhecerem o processo de constituição do município e não assegura a conservação desse acervo. Assim, junto com a necessidade de um centro cultural que incorpore as atividades culturais existentes no município, está a questão de um ambiente que materialize e garanta a sobrevivência da história local.

## **Inserção urbana da proposta**

A escolha do terreno está baseada em diversos fatores. Destaca-se sua inserção urbana, mas principalmente por se tratar de uma área significativa, sem outras edificações consideráveis, sendo que, além do marco inicial do município e passagem lendária da Coluna Prestes, também abriga o galpão de uma antiga sede da Madeireira Redentora Ltda., que foi uma das primeiras atividades econômicas do município.

Aliado à significância<sup>4</sup> do terreno está a requalificação<sup>5</sup> da área, juntamente com a valorização da madeireira, uma acupuntura urbana, no sentido utilizado por Lerner (2010) de “fazer a cidade reagir, cutucar uma área de tal maneira que ela

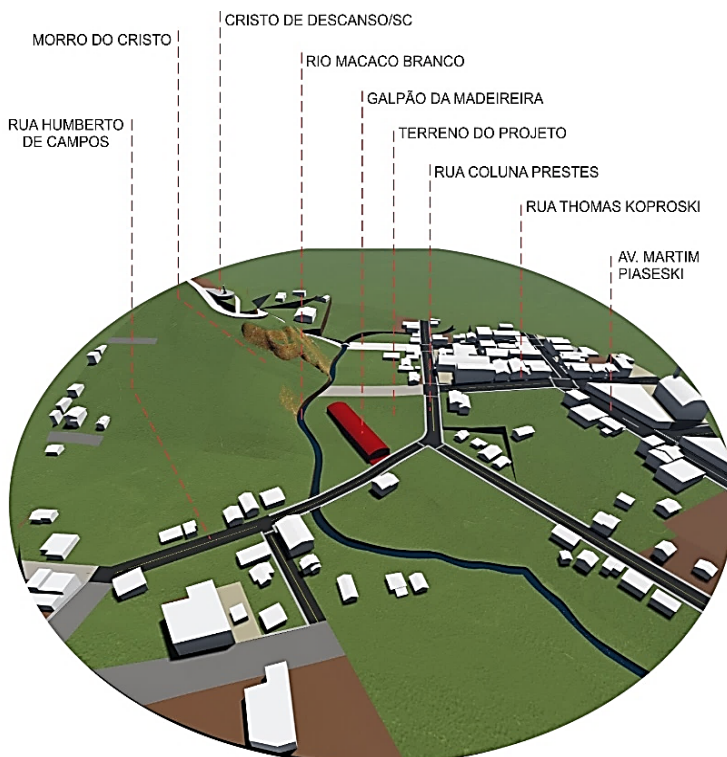
---

4 Valor agregado desse lugar, a justificativa por que é importante para a comunidade essa localização histórica para Descanso, onde os primeiros moradores fixaram sua morada, além de estar relacionado à primeira atividade econômica dos colonizadores, a extração da madeira, em que o galpão da Madeireira Redentora Ltda. ganha importância e significação, pois passa a ser um elemento associativo à primeira atividade econômica.

5 Partindo do contexto do urbanismo, o termo mencionado refere-se a processos de novas utilizações para espaços abandonados, subutilizados ou degradados mediante, nesse caso, a proposta de novos usos.

possa ajudar a curar, melhorar, criar reações positivas e em cadeia”. A melhoria desse contexto pode influenciar a visibilidade de outras áreas, como o Cristo Redentor e seu entorno imediato, agregando valor ao conjunto. O terreno está na esquina entre a rua Humberto de Campos e a rua Coluna Prestes. A Figura 1 expõe a localização do terreno do anteprojeto e sua relação com seu entorno imediato.

**Figura 1** - Galpão da madeira e sua relação com o entorno imediato



Fonte: Adaptado por Gabiatti (DESCANSO, 2017).

A área total do lote é de 9.040m<sup>2</sup>; desses, 5.291m<sup>2</sup> são passíveis de uso e 3.749m<sup>2</sup> devem ser destinados à APP devido à localização do rio Macaco Branco nas imediações do lote. Conforme Lei n<sup>o</sup> 12.651/2012, isso dispõe sobre a delimitação das áreas de preservação permanente; no Art. 4<sup>o</sup>, representa uma faixa de 30 metros de APP, pois a largura do rio Macaco Branco é inferior a 10 metros.

### Ficha de Inventário

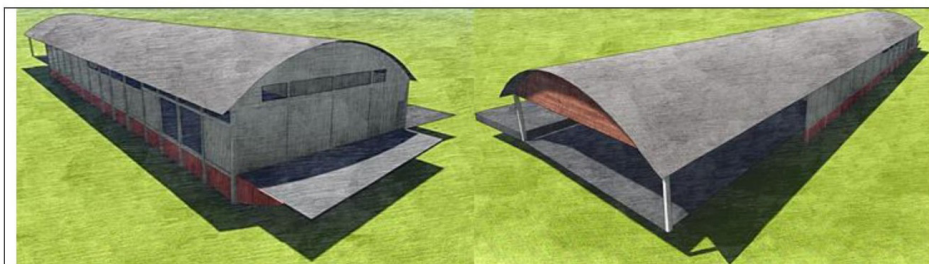
A finalidade do inventário é o levantamento de edificações isoladas com enfoque em seus aspectos históricos e arquitetônicos, de forma a esclarecer o método construtivo adotado. É um instrumento que vem sendo utilizado no Brasil



desde o final da década de 1930, quando se implantou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (OLIVEIRA, 2011). O modelo acadêmico de ficha utilizado neste trabalho traz os principais dados que serviram de base para a elaboração da proposta (Quadro 1), baseado no modelo fornecido pelo IPHAE/RS em seu manual de preenchimento de fichas, que aqui foi modificado em função de se tratar de um trabalho acadêmico.

**Quadro 1** - Ficha de Inventário Arquitetônico

CADASTRO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO	
<b>Ficha 01</b>	<b>Denominação:</b> galpão da Madeireira Redentora Ltda.
REGISTRO FOTOGRÁFICO E LOCALIZAÇÃO	
	 <p>Fachada principal da edificação inventariada (2018)</p>
Mapa de Localização da edificação: rua Humberto de Campos esquina com a rua Coluna Prestes	
DADOS DA EDIFICAÇÃO	
<b>Ano de instalação da fita (funcionamento da serraria):</b> 1970	
<b>Ano de construção:</b> 1979-1980	
<b>Uso original:</b> Madeireira Redentora Ltda.	
<b>Uso atual:</b> Depósito de máquinas agrícolas	
<b>Nome do primeiro proprietário:</b> Vitorio Basso	
DADOS CRONOLÓGICOS	
A edificação foi construída nos anos de 1979 e 1980 por Vitorio Basso, seu primeiro proprietário; atualmente ainda pertence ao mesmo dono, porém está alugada para uso como depósito de máquinas agrícolas.	
DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO E DADOS TÉCNICOS	
<b>DESCRIÇÃO:</b> Edificação de um pavimento, construída em alvenaria de tijolos, estrutura em madeira e pré-moldados. Conta com uma estrutura de telhado de madeira aparente original da edificação, construída em sistema de arcos para resistir ao peso, ventos e vencer o vão da edificação sem o uso de pilares. As esquadrias são estreitas e simétricas, localizadas no alto da edificação.	
<b>TÉCNICA CONSTRUTIVA:</b> Em relação à estrutura existente, o galpão madeireiro possui 82,77 metros em sua face maior e 79,76 metros na face oposta, isso no sentido do comprimento. Em termos de largura, o mesmo possui 18,15 metros e pé direito de 7,30 metros. A estrutura é composta por pilares e vigas de madeira, como também por estrutura pré-moldada. A vedação é de tijolos furados e de tábuas de madeira; algumas partes encontram-se sem reboco. O piso interno é de concreto armado, sem acabamento e impermeabilização.	

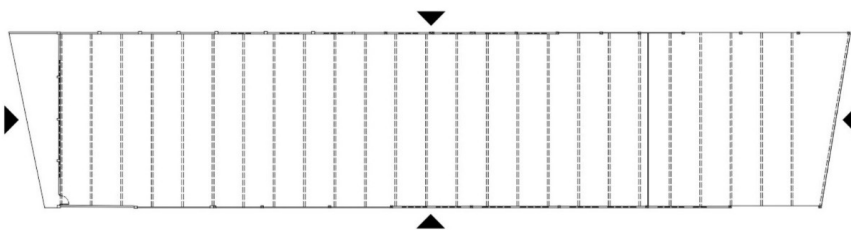


Os croquis demonstram os levantamentos da edificação antes da proposta de intervenção.

#### ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

**Cobertura:** A cobertura possui arcos de madeira de 18cm x 28cm espaçados a cada 3 metros, totalizando 24 arcos. O tipo de telha utilizado é de zinco, característico de edificações industriais.

#### PLANTA BAIXA



A planta baixa da edificação foi elaborada a partir de levantamentos *in loco* da edificação. Trata-se de uma forma retangular apoiada apenas por pilares e fechada em sua totalidade por paredes de alvenaria de tijolos. As linhas tracejadas representam as tesouras de madeira existentes no telhado.

**Data do levantamento:** 2018

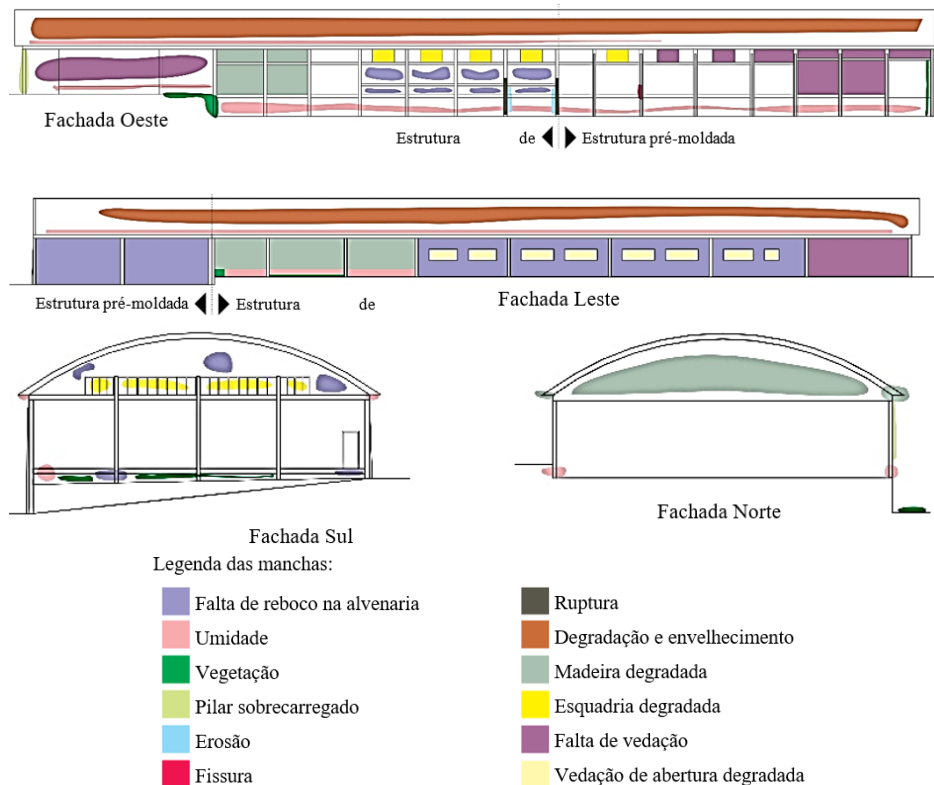
Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

## Mapa de danos

Antes de realizar o projeto de intervenção no galpão da madeireira foi elaborado um mapa de danos, como pode ser observado na Figura 2. O mapa de danos consiste na identificação das principais patologias encontradas no galpão da Madeireira Redentora Ltda. para posterior proposta de ações de intervenção no espaço, adequando-o a novos usos, sendo esses de cunho cultural.

Segundo Astorga (2016), o mapa de danos é um instrumento legal que traz uma leitura das patologias existentes em uma edificação e funciona como um registro. Em relação às nomenclaturas adotadas para sua elaboração e as legendas utilizadas, não existe uma norma oficial brasileira que trate dessa definição. Assim sendo, os autores adotaram a utilização de hachuras, método empregado na Itália e em alguns países europeus, sendo devidamente especificadas em legenda.

Figura 2 - Mapa de danos da edificação existente



Fonte: Gabiatti, 2018.

O piso interno é de concreto armado, sem acabamento e impermeabilização. Apresenta sinais de umidade nas paredes e, por se tratar de um espaço que foi planejado para o armazenamento de madeira, é dotado de poucas aberturas, que se encontram em estado de degradação devido às ações do tempo e à falta de manutenção. Atualmente, o espaço é destinado a depósito de máquinas agrícolas, que danificam o piso interno e contribuem, juntamente com a umidade, para o recalque do contrapiso e danos em partes da estrutura do galpão.

Em relação às ações mediante as patologias identificadas pelo mapa de danos, propõem-se a remoção da pintura antiga, a limpeza e o tratamento dos tijolos para deixá-los aparentes, manter pilares e vigas de madeira, substituindo trechos que se encontram com sinais de apodrecimento, manter as características da estrutura pré-moldada, que está em bom estado de conservação, e o fechamento das paredes que apresentam vazios com tijolos convencionais.

Quanto à umidade descendente, é necessária a troca da cobertura e beirais danificados. Já para a umidade ascendente serão propostas a retirada do piso, a lim-

peza do local e a colocação de novo piso, além da impermeabilização das paredes.

Nas fachadas, as ações propostas são a limpeza, a remoção da pintura e a recuperação dos tijolos à vista que se encontram em condições de utilização; aqueles que oferecem risco à estabilização da estrutura, como os que fazem a contenção do solo, serão substituídos por alvenaria de pedra, que apresenta resistência à umidade.

Também é proposta a retirada da vedação em madeira por estar degradada e sua substituição por nova vedação, em alvenaria de tijolos, de acordo com o conjunto. Algumas esquadrias que se encontram em bom estado de conservação serão mantidas após proceder à limpeza, à pintura em verniz e à colocação de vidros. Para um dos acessos é proposta a retirada da porta e a substituição por outra maior e em melhor estado para atender a normativa de evacuação de edificações públicas do estado de Santa Catarina em caso de sinistro.

Propõem-se a retirada da cobertura e a substituição por outra com isolamento térmico e acústico, mas de aspecto semelhante e mesma concepção plástica da existente. Os beirais precisam ser reparados, e as partes mais danificadas, substituídas. Outro elemento que foi proposto é a restauração de um equipamento de serragem das toras de madeira por meio da limpeza e remoção da oxidação da estrutura de ferro, além da limpeza e adequação da estrutura de concreto para manter o equipamento como um símbolo da extração da madeira. A Figura 3 expõe o equipamento de serragem, conhecido como fita.

**Figura 3** - Fita utilizada para corte da madeira



Fonte: Gabiatti, 2018.

## **Desenvolvimento do conceito e partido arquitetônico**

O conceito da proposta está baseado em condicionantes históricos, precisamente no que diz respeito ao processo de colonização e de povoamento que influenciou o município de Descanso/SC. Nesse sentido, a imigração de povos, principalmente europeus, representou o desprendimento de um “Mundo Antigo”, em que, através da travessia do oceano, dirigiam-se ao “Novo Mundo”, repleto de promessas e expectativas.

O processo de colonização sul-brasileiro trouxe, junto com os imigrantes, a cultura desses povos, que está atrelada a seus costumes, modos de viver e morar e que formam a diversidade cultural existente atualmente em Descanso/SC.

A concepção do anteprojeto de um centro cultural parte, como exposto no conceito, da metáfora relativa ao “Mundo Antigo”, representada na proposta pelo galpão madeireiro existente, sendo esse o elemento norteador para a criação da nova edificação, que reflete o “Mundo Novo”. O rio Macaco Branco é a representação da travessia realizada pelos imigrantes em busca de seus novos “mundos”, de seus novos lares, uma nova oportunidade de vida; sua continuidade está representada na proposição dos espelhos d’água que circundam e permeiam a edificação.

A reabilitação<sup>6</sup> do galpão atrelado a um novo uso evidencia o patrimônio material e imaterial, projetado de acordo com as bases simbólicas e afetivas que compõem a população de Descanso/SC, além de aumentar a vida útil da edificação, possibilitando a preservação do patrimônio industrial edificado na medida em que destina um uso adequado ao imóvel que se encontra em estado de degradação.

A nova edificação será desenvolvida em uma escala menor do que o galpão da madeireira, justamente para não se sobrepor a esse, evidenciando sua hierarquia visual. A arquitetura do novo contexto remeterá a uma linguagem mais contemporânea, porém com características das construções dos imigrantes poloneses e italianos, que foram os principais colonizadores de Descanso/SC.

## **Proposta de anteprojeto arquitetônico de um centro cultural e espaço de memórias para o município de Descanso/SC**

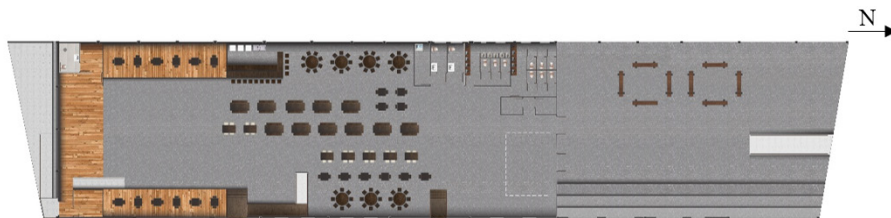
O projeto de reabilitação tem como objetivo dar um novo uso à edificação, a fim de requalificá-la e manter a memória e a história do galpão. A proposta para a antiga madeireira cria um novo uso adequado às necessidades anteriormente levantadas da população com a implantação de um salão para a realização de eventos (Figura 4) e que ainda pode abrigar outras atividades no turno inverso ou quando

---

<sup>6</sup> Aqui foi utilizado o termo reabilitação (Dáuden, 2020), que poderia ser tratado como uma remodelação, requalificação ou ainda renovação, uma forma de chamar reforma, além da proposta de mudança de uso em seu programa original.

não estiver sendo utilizado, como, por exemplo, a oficina de *muay thai*.

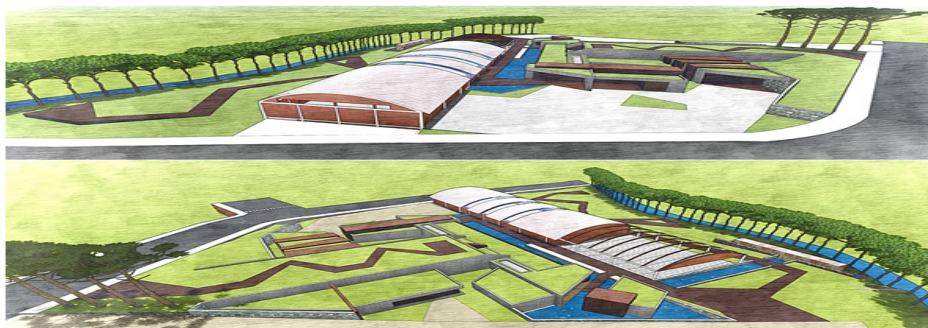
**Figura 4** - Planta baixa humanizada - proposta de revitalização para a madeireira



Fonte: Gabiatti, 2018.

Quanto ao projeto dos novos blocos, que pode ser observado na Figura 5, esse tem como principais materiais a pedra, a madeira e o concreto armado. As portas principais são propostas em madeira, sendo que as demais possuem venezianas. Internamente, a proposição das lajes em concreto armado traz a releitura<sup>7</sup> da arquitetura dos imigrantes italianos, que utilizavam largamente a madeira em suas edificações. Na proposta, ela se destaca na impressão das formas nas lajes de concreto no momento da concretagem, demarcada após sua retirada, mesma técnica utilizada no Museu do Pão da cidade de Ilópolis/RS, quando da restauração do antigo moinho.

**Figura 5** - Proposta volumétrica de restauração do galpão e novos blocos para atividades culturais



Fonte: Gabiatti, 2018.

<sup>7</sup> Aqui releitura traz a conotação de se inspirar em algo, de se apropriar de elementos do passado, de criar novos significados. Os italianos, quando se instalaram no sul do país, fizeram largo uso da madeira em suas construções, uma vez que havia grande disponibilidade desse material. Assim, o uso das formas de madeira marcadas na laje de concreto remetem, em uma linguagem contemporânea, ao emprego da madeira por parte dos imigrantes italianos, ao mesmo tempo em que referenciam a madeira utilizada pelos balseiros e processada antigamente nessa madeireira.

Um novo bloco e um memorial formam a composição do conjunto de edificações, que visam atender as necessidades culturais do município de Descanso/SC, sem que haja a descaracterização do galpão madeireiro. A criação de uma passarela sob pilotis percorre as edificações, integrando o conjunto e funcionando como a transição entre o “antigo e novo mundo”, circundando inclusive a área de APP.

A topografia do terreno permitiu criar uma cobertura verde acessível no bloco, que abriga o auditório, sendo esse o volume mais elevado dos novos blocos. Tal fato permite que o usuário tenha diferentes visuais acerca do conjunto, onde o galpão madeireiro é o elemento de maior destaque e em maior escala.

Os recortes e as diferentes proporções de altura das paredes de pedra velam e revelam os diferentes volumes da composição. A demarcação de alguns acessos dos novos blocos acontece por meio de marquises metálicas, criando uma hierarquia de acessos e facilitando a leitura da proposta.

O espelho d’água, melhor visualizado na Figura 6, transita entre as edificações; algumas vezes entrando nos espaços, ele simboliza a travessia realizada pelos imigrantes ao chegar ao país, carrega os significados da cultura que deixaram e do que trouxeram em suas bagagens, enfim, suas memórias.

**Figura 6** - Proposta volumétrica de restauração do galpão e conexões com novos blocos de atividades culturais

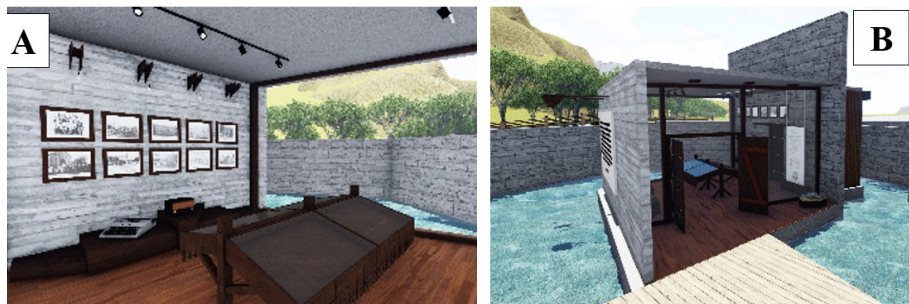


Fonte: Gabiatti, 2018.

O projeto do memorial tem por objetivo abrigar o acervo histórico existente no município e que atualmente não se encontra devidamente acondicionado. A proposta é de um bloco isolado, mas conectado com os demais através de uma passarela. Os materiais utilizados na concepção do memorial são a madeira lascada, em uma referência ao uso inicial da área, também o vidro, permitindo a permea-

bilidade visual e a integração com seu entorno, e finalmente o concreto armado e pedras, como pode ser visualizado na Figura 7.

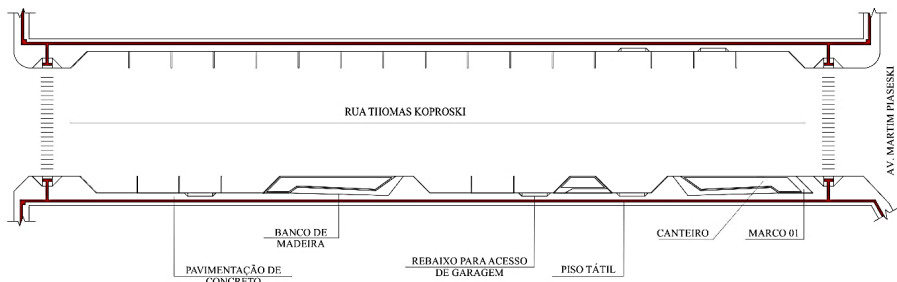
**Figura 7** - Imagens internas da proposta para o bloco que abrigará o acervo histórico do município



Fonte: Gabiatti, 2018.

A revitalização da via, ilustrada na Figura 8, decorre dessa ser o principal acesso ao Centro Cultural, sendo a rua mais próxima da avenida Matim Piascki de maior fluxo no município de Descanso/SC. Conseqüentemente, a revitalização dará maior visibilidade ao equipamento proposto.

**Figura 8** - Proposta de revitalização da via de acesso ao centro cultural



Fonte: Gabiatti, 2018.

O planejamento da via foi elaborado prevendo a acessibilidade. Bancos foram dispostos para que as pessoas possam usufruir da mesma, e finalmente canteiros serão trabalhados em consonância com o paisagismo da área. Ainda foi pensado em um alargamento do passeio, que conta atualmente com 2 metros, e na proposta foram adotados 3,5 metros com o intuito de privilegiar as pessoas e não os veículos.

### Considerações finais

O trabalho apresentado teve como objetivo principal o desenvolvimento de um anteprojeto arquitetônico, cujo tema trata de um Centro de Cultura para o



município de Descanso/SC, baseado e atrelado às necessidades levantadas na justificativa da proposta, em que se verificou a falta de um espaço de memórias para preservar e propagar a história do município, bem como a carência de um espaço para as atividades culturais que são desenvolvidas atualmente, mas não possuem local apropriado.

As pesquisas bibliográficas contribuíram para a compreensão dos títulos referentes ao tema de pesquisa, nas quais foi possível entender alguns fundamentos relacionados à cultura. Também por meio das pesquisas bibliográficas foi possível compreender a história do município de Descanso/SC e seu contexto cultural, além do processo de colonização sul-brasileiro e do extremo oeste catarinense.

A metodologia adotada para a elaboração da proposta de reabilitação permitiu o entendimento e o conhecimento da edificação, sua relevância histórica e importância para o município. Ainda o cadastro e o diagnóstico elaborados serviram de base para posteriormente orientar a proposta.

O anteprojeto buscou a valorização do galpão da antiga sede da Madeireira Redentora Ltda., localizado na área urbana do município. A proposta apresentou a edificação remodelada, associada a novos blocos. Ainda foram utilizados detalhes em madeira lascada, que remetem às primeiras habitações feitas pelos imigrantes no município. Em suma, é a proposição de um espaço condizente e adequado à preservação e à perpetuação da história, identidade, memórias e cultura local.

Enfim, pode-se concluir que, por meio de bens preservados para uso da população, o patrimônio edificado deixa de ser alheio à comunidade e passa a ser visto como um potencial para o desenvolvimento local, superando-se, assim, a ideia de que os espaços reabilitados podem servir apenas ao turismo, atendendo também a questão cultural a partir de ações capazes de promover processos que potencializem o uso dos edifícios e dos espaços públicos.

## Referências

ASTORGA, Jorge. Projeto de restauração. Prática e Modernidade. In: NÓBREGA, Cláudia C.L.; RIBEIRO, Rosina Trevisan M. (Org.). **Projeto e Patrimônio: Reflexões e Aplicações**. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2016.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli. As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no médio vale do Iguazu (1884-1920). In: **Cadernos do CEOM**, v. 21, n. 29, 2008, p. 63-82. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/329>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

COLOGNESE, Silvio Antonio. **Associações étnicas de italianos: identidade e globalização**. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.

DALPIAS, Deonir. **Flauta doce e teatro envolvem mais de 100 crianças e adolescentes**. 2017. Disponível em: <<http://www.descanso.sc.gov.br/noti>

cias/index/ver/codMapaltem/8631/codNoticia/451113>. Acesso em: 06 mar. 2018.

DAUDÉN, Julia. **O que são e quais as diferenças entre retrofit, reabilitação e restauro?** 2020. ArchDaily Brasil. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/937253/o-que-sao-e-quais-as-diferencas-entre-retrofit-reabilitacao-e-restauro>>. Acesso em: 6 jan. 2021.

DESCANSO. **Descanso – Santa Catarina**. 2017. Disponível em: <<http://www.descanso.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/56676>>. Acesso em: 2 mai. 2018.

DESCANSO. **Turismo: sobre a cidade**. s.a. Disponível em: <<http://www.descanso.sc.gov.br/turismo/informacoes/#sobre-a-cidade>>. Acesso em: 2 mai. 2018.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 1.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2003. Disponível em: <[http://www.mel.unir.br/uploads/56565656/arquivos/Terry\\_Eagleton\\_A\\_Ideia\\_de\\_Cultura\\_774427030.pdf](http://www.mel.unir.br/uploads/56565656/arquivos/Terry_Eagleton_A_Ideia_de_Cultura_774427030.pdf)>. Acesso em: 4 jan. 2021.

FUHRMAMM, Edson; STAUB, Euclides; STAUB, José; STAUB, Lotário. **Nos rastos da Coluna Prestes surgem 27 municípios no extremo oeste de SC**. São Miguel do Oeste: Gráfica e Editora São Miguel, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influencias das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

JORNAL IMAGEM. **Morre ex-prefeito e sócio da Rádio Progresso Vitória Basso**. 2011. Disponível em: <<http://www.oimagem.com.br/Mostra.asp?Id=1735>>. Acesso em: 2 mai. 2020.

LERNER, Jaime. **Acupuntura Urbana**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

LOURETÔ, Emanuel Henrique de Sousa. **Desenvolvimento Cultural Transfronteiriço: um estudo sobre a cultura como protagonista no desenvolvimento regional na fronteira Brasil – Venezuela**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016. Disponível em: <[http://www.bdtd.ufr.br/tde\\_arquivos/9/TDE-2017-03-24T040740Z-317/Publico/DissertaCao%20emanuel%20formatada%20versao%202-1.pdf](http://www.bdtd.ufr.br/tde_arquivos/9/TDE-2017-03-24T040740Z-317/Publico/DissertaCao%20emanuel%20formatada%20versao%202-1.pdf)> Acesso em: 4 jan. 2021.

OLIVEIRA, Tarcísio D. **Inventário urbano de Tupanciretã/RS: um olhar sobre o patrimônio arquitetônico e cultural da Terra da Mãe de Deus**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

ORO, Eliseu. **História de Descanso-SC**. 2. ed. São Miguel do Oeste: Mclee, 2001.

ORO, Eliseu. **Pe. Francisco Masure, M.S.C. primeiro vigário de Descanso – SC**. s.a.

ORO, Eliseu. Real academia de letras Eliseu Oro-Descanso-SC. In: **Real academia de letras: antologia dos cônsules**. Porto Alegre, 2013, p. 212-218.

PIAZA, Walter Fernando. A ocupação do território catarinense. In: CORRÊA, Carlos Humberto. **A realidade catarinense no século XX**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000. p. 25-39.

POZZI, Eduardo Rosemari. **A madeira em Santa Catarina: 1930-1974**. Tese de mestrado em história do Brasil-Universidade Federal do Paraná. Paraná, 1974. Dispo-

nível em: <[https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24693/D%20-%20EDUARDO%2C%20ROSEMARI %20POZZI.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24693/D%20-%20EDUARDO%2C%20ROSEMARI%20POZZI.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 21 abr. 2020.

PROGRESSO. **CTG Candeeiro do Oeste de Descanso irá completar 46 anos**. 2018. Disponível em: <<http://www.progresso.am.br/noticia/97430/ctg-candeeiro-do-oeste-de-descanso-ira-completar-46-anos->>. Acesso em: 06 mar. 2020.

PROGRESSO. **Produtores de pêsego começam a colheita da fruta em Descanso**, 2017. Disponível em: <<http://www.progresso.am.br/noticia/95755/produtores-de-pessego-comecam-a-colheita-da-fruta-em-descanso>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. O panorama sociodemográfico no início do século. In: CORRÊA, Carlos Humberto. **A realidade catarinense no século XX**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000. p. 105-121.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DE DESCANSO. **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. 2018. Disponível em: <<https://www.descanso.sc.gov.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/6545>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

IPHAÉ/RS. **Sistema de Rastreamento Cultural**: bens móveis e integrados. Disponível em: <[www.iphae.rs.gov.br](http://www.iphae.rs.gov.br)>. Acesso em: 06 jan. 2021.

VALENTINI, Delmir José. **Revelando o Contestado: as fotografias na história do centenário da guerra**. Chapecó: Argos, 2015.

VIEIRA FILHO, Dalmo; WEISSHEIMER, Maria Regina. **Roteiros nacionais de imigração: Santa Catarina**. v. 1, 2011. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi\\_RoteirosNacionaisImigracao\\_SantaCatarina\\_v1\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi_RoteirosNacionaisImigracao_SantaCatarina_v1_m.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2020.

WACHOWICZ, Ruy C. Conjuntura emigratória polonesa no século XIX. In: **Anais da comunidade brasileiro-polonesa**. v.1. 1970. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/biblioestudoseticos/wp-content/uploads/2014/04/Anais-da-Comunidade-Brasileiro-Polonesa-Vol-I.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

### **Adalberto José Vilela Júnior**

Doutor em Teoria e História da Arquitetura. Professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1150764822335504>. E-mail: [adalberto.vilela@ufms.br](mailto:adalberto.vilela@ufms.br).

### **Alessandro Alves**

Doutor em Engenharia Civil. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3388028789681728>. E-mail: [alessandro.alves@ufms.br](mailto:alessandro.alves@ufms.br).

### **Andriele da Silva Panosso**

Mestra em Engenharia Civil. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6175274359285141>. E-mail: [andrielep@gmail.com](mailto:andrielep@gmail.com).

### **Douglas Orestes Franzen**

Doutor em História. Docente da Uceff e da Coordenadoria Regional de Educação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3660555282136277>. E-mail: [douglas@uceff.edu.br](mailto:douglas@uceff.edu.br).

O livro *Patrimônio Arquitetônico: Debates Contemporâneos*, se propõe a reunir textos que reflitam sobre a dinâmica e o contexto patrimonial, com a preocupação de discutir aportes teóricos e apresentar projetos de gestão do patrimônio, bem como projetos de intervenção arquitetônica. Trata-se de uma iniciativa que visa oferecer reflexões sobre diversas realidades que cercam o patrimônio arquitetônico, desde o desafio da preservação e da gestão até iniciativas de execução de restauro patrimonial.

A questão do patrimônio arquitetônico é um assunto de grande relevância no Brasil, principalmente pela ampliação nas últimas décadas das políticas patrimoniais bem como pela vulnerabilidade em que ainda se encontra o patrimônio arquitetônico nos diversos contextos das cidades e dos espaços rurais. A proposta é de fomentar a cultura patrimonial e de oferecer aportes teóricos e metodológicos para a gestão do patrimônio arquitetônico. São textos elaborados por professores universitários, pesquisadores e arquitetos de diversas instituições e regiões do Brasil. Que esse material possa colaborar nessa complexa e necessária discussão.

Os organizadores.



EDITORA  
SCHREIBEN

